

Memorando 9.795/2025

De: Eliane M. - CLEDU

Para: SED - Secretaria de Educação

Data: 17/09/2025 às 14:02:08

Setores envolvidos:

CLEDU, SED

ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS

Boa tarde

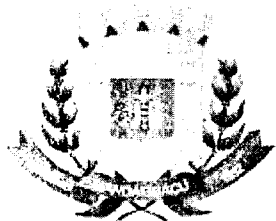
Venho por meio deste memorando solicitar através de DFD (Documento de Formalização de Demanda) autorização para abertura de processo para aquisição de uniformes para alunos e colaboradores do setor da Educação

Eliane Ferreira Martins Montovanelli
Auxiliar de Limpeza

Anexos:

1_DFD_SUETER_E_UNIFORMES.docx

1_DFD_SUETER_E_UNIFORMES.pdf



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000 Fone: (44)

3245-8400 CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD

1- INFORMAÇÕES GERAIS

Descrição sucinta do objeto:

Aquisição de uniformes para os profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguçu, incluindo motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais servidores, visando à padronização, identificação e melhor apresentação dos colaboradores no exercício de suas funções, além de transmitir maior segurança aos pais, alunos e à comunidade em geral.

2- JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A aquisição de uniformes para os profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguçu se justifica pela necessidade de padronizar a vestimenta dos servidores, promovendo uma identidade visual institucional, organização e melhor apresentação dos colaboradores no ambiente escolar. O uso do uniforme contribui para a valorização dos profissionais da educação, além de facilitar a identificação por parte dos alunos, pais e comunidade, o que fortalece o vínculo com a escola e transmite maior segurança a todos os envolvidos.

Além disso, uniformes adequados proporcionam maior conforto e praticidade aos servidores no desempenho de suas atividades, especialmente para aqueles que atuam diretamente com crianças (como berçaristas e atendentes), no transporte escolar (motoristas), na alimentação (cozinheiras), e no ambiente pedagógico (professores). A medida também reforça os princípios de igualdade e pertencimento, além de contribuir para a construção de um ambiente escolar mais seguro, organizado e acolhedor.

3 - MATERIAIS/SERVIÇOS

A estimativa das quantidades foi elaborada com base no número de profissionais em exercício na Rede Municipal de Ensino no ano de 2025, considerando as diferentes categorias funcionais contempladas, como motoristas, atendentes, berçaristas, professores, cozinheiras e demais servidores. Ressalta-se, contudo, que a demanda poderá ser superior à inicialmente prevista, em razão da previsão de unidade por colaborador, e ingresso de novos profissionais ao longo do período. Como o valor unitário dos itens está definido, eventuais ajustes na quantidade poderão ser realizados conforme a necessidade real, sem prejuízo à regularidade do processo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND
1	CAMISETA MANGA CURTA	UND
2	BLUSA LÃ SUETER	UND
3	UNIFORME MERENDEIRA	UND
4	SAPATO MERENDEIRA	UND
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS (scrub)	UND
6	JALECO PROFESSOR FEM.	UND
7	JALECO PROFESSOR MASCULINO	UND

4- IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE E RESPONSÁVEIS

Área Requisitante (Setor/Secretaria):

Setor de compras secretaria de educação.

Responsável(eis) pela demanda:

Nome: Eliane Ferreira Martins Montovanelli

CPF: 025.844.569-66

Cargo/Função: Auxiliar de licitação.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa
Postal 81 – CEP 87160-000 Fone: (44) 3245-8412

Assinado por 2 pessoas: ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI e SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/222A-F00E-7D47-5372> e informe o código 222A-F00E-7D47-5372





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 222A-F00E-7D47-5372

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI (CPF 025.XXX.XXX-66) em 17/09/2025 14:02:52 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SANDRA APARECIDA FRANCISCO (CPF 632.XXX.XXX-72) em 17/09/2025 14:07:05 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/222A-F00E-7D47-5372>

Memorando 1- 9.795/2025

De: Eliane M. - CLEDU

Para: CTBC - Contabilidade (Contador)

Data: 19/09/2025 às 08:39:59

Setores envolvidos:

CLEDU, CTBC, SED

ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS

Bom dia,
Segue ETP (Estudo Técnico Preliminar).
Obrigado!

Objeto: Registro de preços para futura aquisição parcelada de uniformes escolares (suéteres) para os alunos da rede municipal de ensino, bem como uniformes para os profissionais da educação.

Eliane Ferreira Martins Montovanelli
Auxiliar de Licitação

Anexos:

2_ETP_SUETER_E_UNIFORMES.doc

2_ETP_SUETER_E_UNIFORMES.pdf

Assinado por 3 pessoas: ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI, SANDRA APARECIDA FRANCISCO e LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/AAB1-15D8-64DF-C45A>



Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição das Necessidades

- 1.1. Trata-se, o presente estudo, da contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguáçu, visando atender às seguintes necessidades:
- 1.2. O fornecimento de uniformes para todas as categorias de servidores da educação municipal, como motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais profissionais em exercício nas unidades escolares.
- 1.3. Padronizar a vestimenta dos profissionais da educação, promovendo organização, identificação visual institucional e valorização da imagem dos servidores no ambiente escolar.
- 1.4. Contribuir para a segurança no ambiente escolar, facilitando a identificação dos profissionais por parte dos alunos, pais, visitantes e demais membros da comunidade escolar.
- 1.5. O uso de vestimentas adequadas proporciona maior conforto, praticidade e funcionalidade aos profissionais no desempenho de suas funções, considerando as especificidades e demandas de cada cargo ou função exercida nas unidades escolares.
- 1.6. A medida visa ainda reforçar a presença institucional da rede municipal de ensino, transmitindo à comunidade escolar uma imagem de seriedade, compromisso e profissionalismo, além de fortalecer o vínculo entre escola, famílias e sociedade
- 1.7. A adoção de uniformes institucionais está alinhada com os princípios da eficiência, padronização e valorização do servidor público, promovendo melhoria nas condições de trabalho e no atendimento à comunidade escolar.

2. Área Requisitante

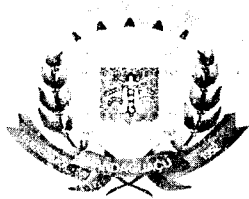
- 2.1. Secretaria Municipal de Educação – Responsável: Sandra Aparecida Francisco.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 3.1. A empresa contratada deverá atender a todos os requisitos legais previstos na legislação vigente, especialmente os dispostos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), bem como observar as seguintes condições específicas:
 - 3.1.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data estabelecida na Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
 - 3.1.2. A entrega e o descarregamento dos uniformes serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo ocorrer diretamente nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, às expensas da contratada, incluindo todos os custos com frete, embalagens, tributos, encargos trabalhistas e demais despesas acessórias necessárias.
 - 3.1.3. Os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeira qualidade, atender às especificações técnicas que serão descritas no Termo de Referência, e estar livres de quaisquer defeitos ou vícios que comprometam seu uso.
 - 3.1.4. A contratada se obriga a garantir a qualidade, a integridade e a conformidade dos uniformes entregues, respondendo por quaisquer irregularidades constatadas, bem como pela substituição de itens com defeito, sem ônus para a administração pública.
 - 3.1.5. Em caso de atraso na entrega, descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, a empresa contratada ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Assinado por 3 pessoas: ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI, SANDRA APARECIDA FRANCISCO e LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/AAB1-15D8-64DF-C45A>





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



4. Levantamento de Mercado

- 4.1. Com o objetivo de identificar as melhores práticas disponíveis e possíveis soluções para o atendimento da demanda, foram realizadas pesquisas de mercado, bem como consultas a contratações realizadas por outros órgãos e entidades públicas.
- 4.2. Constatou-se que as soluções adotadas por outras administrações são, em sua maioria, similares, consistindo na contratação de empresas especializadas no fornecimento de uniformes, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. As variações observadas referem-se, principalmente, à forma de contratação, podendo ser por meio de Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação ou outras modalidades previstas na legislação vigente.
- 4.3. Verificou-se, ainda, a ampla disponibilidade de empresas no mercado com capacidade técnica e operacional para atender à demanda, o que confirma a viabilidade da contratação e reforça a competitividade do certame.

5. Descrição da Solução como um todo

- 5.1. A aquisição de uniformes para os profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguáçu é essencial para promover a padronização, segurança, identificação e valorização dos servidores no ambiente escolar. Após análise das alternativas disponíveis, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa para a Administração Pública é a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços.
- 5.2. Essa forma de contratação permite maior flexibilidade na aquisição dos itens, evitando compras em excesso e possibilitando que os uniformes sejam fornecidos conforme a real necessidade da Secretaria Municipal de Educação, de forma proporcional à demanda das diferentes categorias de profissionais (como motoristas, atendentes, berçaristas, professores, cozinheiras e demais servidores).

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

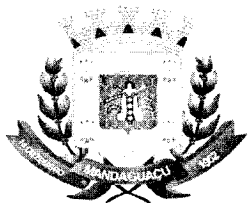
6.1. Tabela 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	CAMISETA MANGA CURTA	UND	230
2	BLUSA LÃ SUETER	UND	4700
3	UNIFORME MERENDEIRA	UND	80
4	SAPATO MERENDEIRA	UND	40
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS (scrub)	UND	330
6	JALECO PROFESSOR FEM.	UND	245
7	JALECO PROFESSOR MASCULINO	UND	20

6.2. Tabela 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD POR PROFISSIONAL
1	CAMISETA MANGA CURTA	02
2	BLUSA LÃ SUETER (ALUNO E PROFISSIONAL)	01
3	UNIFORME MERENDEIRA	02
4	SAPATO MERENDEIRA	01
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS (scrub)	02
6	JALECO PROFESSOR FEM.	01
7	JALECO PROFESSOR MASCULINO	01





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- 6.3. A estimativa das quantidades foi elaborada com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o número de profissionais atualmente em exercício na Rede Municipal de Ensino, distribuídos entre motoristas, atendentes, berçaristas, professores, cozinheiras e demais servidores.
- 6.4. Considerando a possibilidade de aumento no número de profissionais ao longo do período de vigência do contrato, foi previsto um acréscimo proporcional nos quantitativos estimados, de forma a garantir o atendimento à demanda futura sem a necessidade de novo processo licitatório em curto prazo.

7. Estimativa do valor da Contratação

- 7.1. Foi estimado o valor máximo da contratação de R\$ 689.779,35 (seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), e o demonstrativo encontra-se detalhado em documento anexo junto a este processo intitulado de Mapa Comparativo de preços.

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 8.1. A contratação deve ser parcelada sempre que isso for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração, conforme determina a legislação vigente, ressalvados os casos em que tal medida se mostrar inviável. Após análise técnica e administrativa, concluiu-se que a contratação em lotes é a solução mais adequada às necessidades da Administração.
- 8.2. A aquisição dos uniformes compreende conjuntos padronizados de peças (tais como camisetas, calças, jaquetas, entre outros), que serão utilizados pelos profissionais da educação de forma integrada e simultânea. A contratação em lotes garante uniformidade de padrões visuais, qualidade dos materiais, bem como a padronização de cores e tamanhos entre os itens, aspectos que seriam comprometidos em contratações fragmentadas por item.
- 8.3. Além disso, a logística centralizada de fornecimento permite maior controle, rastreabilidade e eficiência na distribuição dos uniformes às unidades escolares, reduzindo os riscos de inconsistências entre os produtos, atrasos nas entregas e falhas de comunicação com múltiplos fornecedores.
- 8.4. Sob o aspecto econômico, a contratação em lotes viabiliza economia de escala, com possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos em razão do volume global contratado. Também promove maior eficiência na gestão contratual, facilitando o acompanhamento de prazos, garantias e obrigações, o que contribui para uma fiscalização mais eficaz e para o fiel cumprimento do objeto contratual.
- 8.5. Dessa forma, fica evidenciada a inviabilidade do parcelamento por item, sendo a contratação em lotes a opção mais eficiente, segura e vantajosa para a Administração Pública

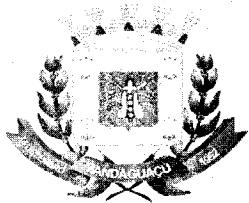
9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 9.1. Após análise técnica e administrativa, verifica-se que não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a esta demanda
- 9.2. A aquisição de uniformes para os alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino configura-se como uma contratação autônoma, não estando vinculada a outros contratos ou processos licitatórios, seja em termos de fornecimento, execução conjunta ou dependência funcional.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Assinado por 3 pessoas: ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI, SANDRA APARECIDA FRANCISCO e LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/AAB1-15D8-64DF-C45A>





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- 10.1. A presente contratação está alinhada com o planejamento institucional da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguçu, contribuindo diretamente para o alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho da rede municipal de ensino.
- 10.2. A aquisição de uniformes para os profissionais da educação reforça as diretrizes de valorização do servidor público, melhoria do ambiente escolar, padronização institucional e segurança nas unidades educacionais, estando em consonância com os princípios da administração pública e com os objetivos estratégicos definidos pela gestão municipal.

11. Previsão no Plano de Contratações Anual

- 11.1. Não foi feito o PCA para o ano de 2025.

12. Resultados Pretendidos

- 12.1. A presente contratação tem por objetivo alcançar os seguintes resultados:
 - Padronização visual dos profissionais da rede municipal de ensino;
 - Facilidade na identificação dos servidores por parte de alunos, pais e comunidade escolar;
 - Valorização da imagem institucional da Administração Pública no ambiente educacional;
 - Aumento da segurança nas unidades escolares, por meio da identificação imediata dos profissionais autorizados;
 - Eficiência logística no fornecimento e distribuição dos uniformes, garantindo atendimento adequado às demandas reais das unidades escolares.

13. Providências a serem adotadas

Não foram identificadas providências prévias à contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

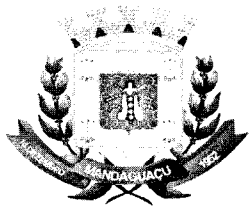
- 14.1. A presente contratação pode envolver impactos ambientais associados às etapas de produção, transporte e descarte dos uniformes, conforme descrito a seguir:
 - Consumo de recursos naturais (como água e energia elétrica) durante os processos industriais de fabricação dos tecidos e confecção das peças;
 - Utilização de produtos químicos (corantes, amaciantes, impermeabilizantes e outros insumos), com potencial risco de poluição hídrica e do solo, caso não sejam adotadas práticas de controle ambiental;
 - Emissão de gases poluentes, como dióxido de carbono (CO₂), resultante das atividades logísticas e de transporte até as unidades da rede municipal de ensino;
 - Geração de resíduos sólidos, especialmente pelo descarte inadequado de embalagens plásticas e materiais auxiliares utilizados na armazenagem e transporte dos uniformes;
 - Dificuldade no rastreamento da cadeia produtiva, especialmente quanto à origem dos materiais e à adoção de práticas sustentáveis, caso não haja exigência de comprovação ambiental por parte dos fornecedores.
- 14.2. Recomenda-se, a inclusão de critérios de sustentabilidade no Termo de Referência e no edital, incentivando o uso de materiais com menor impacto ambiental, o descarte responsável de resíduos e a adoção de práticas produtivas ambientalmente corretas.

15. Medidas recomendadas

- 15.1. Com o objetivo de mitigar os impactos ambientais associados à fabricação, transporte e descarte dos uniformes, recomenda-se a adoção das seguintes medidas, desde que tecnicamente viáveis e economicamente compatíveis:

Assinado por 3 pessoas: ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI, SANDRA APARECIDA FRANCISCO e LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/AAB1-15D8-64DF-C45A>





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- Priorizar o uso de materiais recicláveis, biodegradáveis ou orgânicos na confecção dos uniformes, incentivando práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva;
- Utilizar embalagens reutilizáveis ou recicláveis, reduzindo a geração de resíduos sólidos descartáveis no processo de entrega e armazenamento;
- Estimular o uso de veículos com menor emissão de CO₂ no transporte dos uniformes, priorizando, sempre que possível, modais logísticos menos poluentes ou com compensação ambiental.

15.2. Tais medidas poderão ser incorporadas como critérios de sustentabilidade no Termo de Referência, contribuindo para uma contratação ambientalmente responsável e alinhada com os princípios da administração pública sustentável.

16. Declaração de Viabilidade

- 16.1. Diante das informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, considera-se viável a contratação pretendida sob os aspectos técnico, operacional e gerencial, uma vez que a solução atende às necessidades identificadas e está alinhada ao planejamento institucional.
- 16.2. Ressalta-se que a viabilidade econômico-financeira e jurídica deverá ser analisada pelas autoridades competentes, a fim de garantir a regularidade do processo e possibilitar a adoção das providências administrativas cabíveis, conforme determina a legislação vigente.

17. Justificativa da Viabilidade/Inviabilidade

- 17.1. O presente planejamento está em conformidade com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas da Secretaria Municipal de Educação, atendendo de forma adequada às demandas apresentadas pelos setores responsáveis.
- 17.2. Os benefícios esperados são compatíveis com os objetivos institucionais, os custos estimados demonstram economicidade e os riscos identificados são considerados administráveis, conforme descrito nas etapas anteriores deste Estudo Técnico Preliminar.
- 17.3. A área técnica responsável compromete-se a priorizar a adequada especificação, aquisição e acompanhamento do fornecimento dos itens relacionados, assegurando a eficiência da contratação proposta.
- 17.4. Dessa forma, considerando todos os elementos analisados, recomenda-se a viabilização da contratação, por se tratar de uma solução tecnicamente apropriada, operacionalmente exequível e estrategicamente alinhada ao interesse público.

Mandaguçu, 19 de setembro de 2025.

18. Responsáveis

SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Gestor

LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA
Fiscal

ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI
Auxiliar de licitação

Assinado por 3 pessoas: ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI, SANDRA APARECIDA FRANCISCO e LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/AAB1-15D8-64DF-C45A> e informe o código AAB1-15D8-64DF-C45A





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AAB1-15D8-64DF-C45A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI (CPF 025.XXX.XXX-66) em 19/09/2025 08:40:47
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ SANDRA APARECIDA FRANCISCO (CPF 632.XXX.XXX-72) em 19/09/2025 09:22:04 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA (CPF 114.XXX.XXX-31) em 22/09/2025 16:17:42
GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/AAB1-15D8-64DF-C45A>

Memorando 2- 9.795/2025

De: Eliane M. - CLEDU

Para: CTBC - Contabilidade (Contador)

Data: 22/09/2025 às 16:38:23

Boa tarde.

Encaminho DFD e ETP.

Objeto: registro de preço para futura aquisição parcelada de uniformes escolares para os alunos e profissionais da rede municipal de ensino.

Eliane Ferreira Martins Montovanelli

Auxiliar de Licitação

Memorando 3- 9.795/2025

De: Ederson S. - CTBC

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 24/09/2025 às 09:04:38

Por gentileza, indiquem quais Fontes de Recursos vão utilizar para esse compromisso.

Aguardo para prosseguir.

Ederson Fábio P. da Silva

Contador Municipal e do RPPS

Especialista em Direito Administrativo, Controladoria, Auditoria, Gestão de Pessoas e Gestão Pública

Memorando 4- 9.795/2025

De: Luiz E. - CLEDU

Para: CTBC - Contabilidade (Contador)

Data: 25/09/2025 às 08:49:42

Bom dia,

Segue abaixo:

Fonte: 0.107
Dotação: 420

Fonte: 0.102
Dotação: 414

Fonte: 0.103
Dotação: 431

Fonte: 0.104
Dotação: 431

Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

Memorando 5- 9.795/2025

De: Ederson S. - CTBC

Para: CLEDU - Compras e Licitação

Data: 25/09/2025 às 10:13:07

Ederson Fábio P. da Silva

Contador Municipal e do RPPS

Anexos:

PAR_CONTABIL_EDUC_MAT_uniformes_escolares_para_os_alunos_e_profissionais_2025_09_25.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Ederson Fabio Pereira da S...	25/09/2025 10:13:29	1Doc EDERSON FABIO PEREIRA DA SILVA CPF 884.XXX.X...

Para verificar as assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **C8B9-1EEB-EC04-8657**



Prefeitura do Município de Mandaguáçu
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - FONE/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, em atendimento à solicitação de Parecer Contábil para composição do Memorando 9.795/2025, Despacho nº 02 e 04, informamos que para:

Registro de preços para futura aquisição parcelada de uniformes escolares para os alunos e profissionais da rede municipal de ensino, a pedido da **Secretaria de Educação e Cultura**, o nosso plano de contas para o **Exercício 2025** contempla até o momento as seguintes dotações orçamentárias, sob as rubricas:

Dotação	Elemento	Descrição	Fonte	Descrição
420	3.3.90.30	Material de Consumo	0107	Rec. Salário Educação
414	3.3.90.30	Material de Consumo	0102	Fundeb 30%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0103	Educação 5%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0104	Educação 25%

Não há um bloqueio que impeça o uso desses saldos para outras despesas indicadas pelos ordenadores de despesas.

Nesse parecer, me limito a fornecer os códigos de dotações, não tendo qualquer responsabilidade além dessa, principalmente, nos empenhos feitos com Fontes não adequadas para a finalidade pretendida, já que a gestão, análise, classificação e a indicação dos Recursos estão sendo feitas pelas próprias Secretarias requisitantes.

Salvo melhor juízo, esse é o meu parecer.

Mandaguáçu-PR, 25/09/2025

Ederson Fábio Pereira da Silva
Contador - CRC/PR 063887-0-7
CPF 884.862.579-72

Ederson Fábio P. da Silva
Contador Municipal





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: C8B9-1EEB-EC04-8657

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDERSON FABIO PEREIRA DA SILVA (CPF 884.XXX.XXX-72) em 25/09/2025 10:13:27 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/C8B9-1EEB-EC04-8657>

Memorando 6- 9.795/2025

De: Eliane M. - CLEDU

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 26/09/2025 às 14:53:18

Setores envolvidos:

CLEDU, CTBC, SED

ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS

Boa tarde

Segue Termo de Referencia (TR)

Eliane Ferreira Martins Montovanelli

Auxiliar de Locação

Anexos:

3_TR_SUETER_E_UNIFORME_2025.docx

3_TR_SUETER_E_UNIFORME_2025.pdf

CAMISSETAS_87839_MapaComparativoDePrecos_25_09_17_12_50_58.pdf

COZINHEIRA_87839_MapaComparativoDePrecos_25_09_16_16_59_14.pdf

JALECO_87839_MapaComparativoDePrecos_25_09_16_16_52_34.pdf

Microsoft_Word_PAR_CONTA_BIL_EDUC_MAT_uniformes_escolares_para_os_alunos_e_profissionais_2025_09_25

ORCAMENTO_Fernando_Uniformes_Eireli.pdf

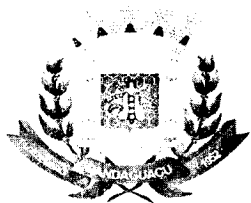
ORCAMENTO_UNIFORMES_MANDAGUACU.pdf

Sapato_higienico_87839_MapaComparativoDePrecos_25_09_16_16_55_13.pdf

SCRUB_87839_MapaComparativoDePrecos_25_09_16_16_46_20.pdf

SUETER_87839_MapaComparativoDePrecos_25_09_17_12_44_42.pdf

UNIFORMES_MAPA_COMPARATIVO_DE_PRECOS.pdf



Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguáçu no que se refere ao fornecimento de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, compreendendo motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais servidores em exercício nas unidades escolares.

Tabela nº 01

	DESCRIÇÃO	Quantidades	Unidade	Valor Unitário médio	VALOR TOTAL
1	CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)	230	UND	R\$ 50,82	R\$ 11.687,83
2	SUETER - BLUSA DE LÃ	4.700	UND	R\$ 123,70	R\$ 581.390,00
3	UNIFORME - MERENDEIRAS	80	UND	R\$ 143,09	R\$ 11.447,47
4	SAPATO OCUPACIONAL BRANCO MERENDEIRA	40	UND	R\$ 39,29	R\$ 1.571,60
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS	330	UND	R\$ 170,59	R\$ 56.294,70
6	JALECO PROFESSOR MASC./FEM.	265	UND	R\$ 103,35	R\$ 27.387,75
TOTAL MAXIMO					R\$ 689.779,35

Brasão:



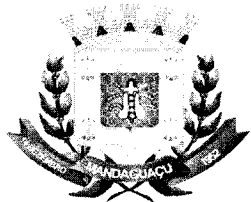
1.1. Memorial Descritivo

• Item 1 – Camiseta Manga Curta (Uniforme)

Descrição Geral:

Camiseta de uso profissional, modelo unissex, confeccionada em meia malha PV, com acabamento de alta qualidade, padronização visual e aplicação de brasões institucionais. Peça destinada aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguáçu.





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



a) Composição do Corpo e Cores:

- Tecido: Meia malha PV, composição 67% Poliéster e 33% Viscose, fio 30.1, gramatura 175 g/m².
- Cor predominante do corpo: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TPX.
- Recortes laterais e mangas: Mesmo tecido e gramatura, cor Azul Pantone 19-3920 TPX.

b) Gola:

- Formato: Redonda, em Ribana 1x1.
- Composição: 50% Poliéster, 48% Algodão, 2% Elastano. Tolerância permitida de 1,5% a 2,5% para fibras e elastano.
- Gramatura: 260 g/m².
- Cor: Azul Pantone 19-3920 TPX.
- Largura acabada: 20 mm.
- Aplicação da gola com aparelho apropriado, costurada em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, garantindo uniformidade e qualidade.

c) Costuras e Acabamentos:

- Fechamento do corpo, mangas e ombros em overloque.
- Bainha inferior e das mangas com acabamento em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, com largura acabada de 20 mm.
- Utilização de linha 100% poliéster em todas as costuras.

d) Aplicações Gráficas

- Frente: Aplicação do Brasão da Educação, no lado esquerdo do peito, em serigrafia, centralizado na altura do tórax.
- Manga Direita: Aplicação do Brasão do Município, centralizado, também em serigrafia.
- Costas: Escrita "EDUCAÇÃO", em caixa alta, cor Bellwether Blue – Pantone 19-3943 TCX, com comprimento de 30 cm e altura de 8 cm, também em serigrafia.

e) Tamanhos Disponíveis

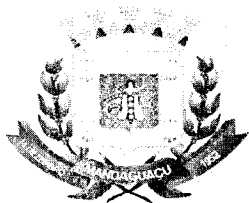
- Tamanhos adultos: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.
- Inclusão de peças sob medida, quando necessário.

f) Etiqueta Interna (Identificação do Produto)

- Material: Tecido branco.
- Localização: Parte interna, traseira da gola.
- Impressão: Cor preta, tipografia uniforme.
- Informações obrigatórias:
 - o Razão social;
 - o CNPJ;

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





Prefeitura do Município de Mandaguauçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- o Marca;
 - o Composição do tecido;
 - o Símbolos e instruções de lavagem;
 - o Tamanho.
- As etiquetas devem cumprir as normas da Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.

g) Embalagem

- Cada peça deve ser embalada individualmente em saco plástico transparente.
- A embalagem deve conter etiqueta externa removível, com as seguintes informações:
 - o Nome do produto;
 - o Marca do fabricante;
 - o Quantidade;
 - o Características técnicas.
- A embalagem não deve apresentar riscos ao usuário e deve permitir fácil abertura.

h) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item completo para avaliação e validação técnica antes do fornecimento em escala.

• Item 2 – Suéter / Blusa de Lã

Descrição Geral:

Blusa de lã para uso institucional, destinada aos alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino, confeccionada em máquina eletrônica com dois cabos de fio, com excelente acabamento, conforto térmico e padronização visual. Peça com aplicação do brasão institucional, atendendo às exigências técnicas de durabilidade e qualidade.

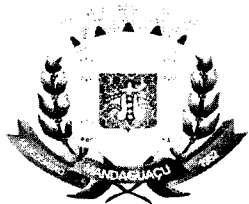
a) Composição e Confeção

- Tecido: Tricotado em máquina eletrônica com dois cabos de fio.
- Composição do fio: 50% Algodão e 50% Acrílico.
- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.
- Gramatura: 350 g/m² (com tolerância de variação de ±5%).
- Linhas utilizadas na confecção: Fio com composição mista (acrílico e algodão), na mesma cor do tecido.

b) Estrutura e Acabamento

- Barra e punhos: Tecidos junto ao corpo e mangas, em esquema de seleção 2x2, na mesma cor do tecido (Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX).
- Gola em "V":
 - o Tecida separadamente do corpo e mangas, em esquema de seleção 2x1.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- o Aplicação feita com máquina remalhadeira, garantindo acabamento reforçado e uniforme.
- Corte das partes: Realizado manualmente conforme medidas especificadas.
- União das partes (mangas, frente e costas): Costuradas em máquina overloque, proporcionando acabamento reforçado e maior durabilidade.

c) Aplicação de Brasão Institucional

- Tipo: Etiqueta termocolante bordada em máquina industrial de alta definição, com acabamento em bordado no contorno.
- Dimensões: 5,0 cm (largura) x 6,0 cm (altura).
- Localização: Lado esquerdo de quem veste, com o centro do bordado posicionado rente ao final da cava e ao ponto mais alto do ombro.

d) Tamanhos

- Modelagem infantil e adultos.
- Faixa de tamanhos: 0 anos até EXGG adulto, incluindo:
 - o P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG
 - o Sob medida, quando necessário.

e) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item para análise técnica e validação prévia.
- A amostra deverá representar fielmente as especificações acima descritas e contemplar os tamanhos ofertados.

• Item 3 – Uniforme das Merendeiras (Camiseta + Calça)

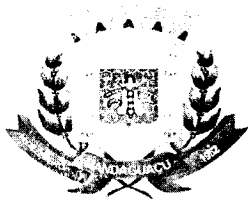
Descrição Geral:

Uniforme completo destinado às profissionais merendeiras da Rede Municipal de Ensino, composto por camiseta e calça na cor branca, touca higiênica e avental térmico azul. O conjunto visa garantir identidade visual, segurança, conforto e conformidade com as normas de higiene alimentar e segurança no trabalho.

a) Camiseta Branca

- Cor: Branca.
- Tecido: Malha 100% algodão, ou mista com poliéster (quando necessário).
- Modelagem: Manga curta, corte padrão.
- Acabamento e Costuras:
 - o Corpo, mangas e ombros com costura em overloque.
 - o Gola aplicada com costura em overloque.
 - o Barra do corpo e mangas com bainha de 2 cm, finalizada em máquina galoneira, utilizando linha 100% poliéster.
- Aplicação Gráfica:





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 -- Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



o Brasão da Prefeitura de Mandaguáçu no lado esquerdo do peito, em serigrafia.

b) Calça Branca

- Tecido: Preferencialmente Tactel 100% poliéster (leve, resistente, de secagem rápida).
- Cor: Branca.
- Modelagem:
- o Corte reto.
- o Cós com elástico para ajuste confortável e seguro.
- o Dois bolsos laterais funcionais.
- Acabamento: Costuras reforçadas para maior durabilidade, adequadas ao uso frequente em ambiente de cozinha.

c) Touca Higiênica

- Tecido: Leve e respirável (preferencialmente microfibra ou poliéster).
- Cor: Branca.
- Modelagem: Cobre completamente os cabelos, conforme exigência das normas de higiene alimentar.
- Ajuste: Elástico embutido para fixação segura à cabeça da usuária.

d) Avental Térmico Azul

- Tipo: Avental frontal.
- Tecido: Algodão com tratamento retardante a chamas, revestido com silicone (sem forro).
- Cor predominante: Azul.
- Detalhes e Acabamento:
- o Viés azul.
- o Tiras para ajuste.
- o Costuras realizadas com linha de para-aramida, resistente a altas temperaturas.

- Dimensões: 90 cm (altura) x 60 cm (largura).
- Finalidade: Resistência a calor e respingos, proporcionando segurança térmica em ambiente de cozinha escolar.

e) Tamanhos Disponíveis

- P, M, G, GG, e sob medida, quando necessário.

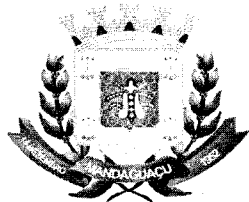
f) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do conjunto completo (camiseta, calça, touca e avental térmico) para análise técnica e validação prévia.
- A amostra deverá seguir todas as especificações descritas neste item.

• Item 4 – Sapato Ocupacional Branco (Merendeiras)

Descrição Geral:





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Calçado ocupacional branco, desenvolvido especificamente para profissionais que atuam em ambientes alimentícios e escolares, atendendo às exigências de segurança, higiene e conforto.

a) Características Técnicas

- Modelo: Sapato higiênico, fechado na parte superior e no calcanhar.
- Material: Confeccionado em EVA (Etileno Vinil Acetato) – polímero leve, flexível, resistente e de fácil higienização.
- Cor: Branca (totalmente branca, incluindo solado).
- Solado:
 - o Antiderrapante, projetado para evitar escorregamentos em pisos úmidos ou oleosos.
 - o Proporciona aderência e estabilidade.
- Propriedades:
 - o Antimicrobiano – auxilia na prevenção da proliferação de fungos e bactérias.
 - o Impermeável – resistente à água, óleos, detergentes e impactos mecânicos leves.
 - o Estrutura leve, que reduz o cansaço dos pés durante longas jornadas de trabalho.
- Acabamento interno: Superfície lisa, sem costuras internas que possam causar desconforto.

b) Certificação:

- O calçado deverá possuir certificação emitida por órgão competente, como o IBTEC (Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos), comprovando a conformidade com as normas de segurança e qualidade para calçados ocupacionais.

c) Numeração Disponível:

- Numeração padrão nacional, a partir do número 34 até o 44, com possibilidade de ajuste conforme demanda da contratante.

d) Amostra:

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do calçado para análise e validação, conforme descrições técnicas acima.

• Item 5 – Conjunto Atendentes e Berçaristas (Scrub)

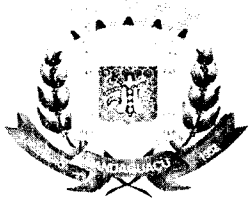
Descrição Geral:

Uniforme profissional padronizado, destinado a atendentes e berçaristas da Rede Municipal de Ensino, composto por blusa e calça, confeccionado em tecido leve e resistente, ideal para atividades que exigem conforto, mobilidade e higiene.

a) Composição do Conjunto

- Peças: 1 blusa + 1 calça.
- Tecido: Oxfordine, resistente, durável e de fácil manutenção.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.

b) Blusa (Scrub)

- Modelo:

- Decote em "V" entalhado.
- Manga curta.
- Dois bolsos frontais inferiores (abaixo da linha do busto), com boa profundidade.
- Identificação institucional:
 - Aplicação do brasão do Município de Mandaguáçu no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax, em serigrafia.

c) Calça (Scrub Pants)

- Modelo:

- Corte reto, confortável para uso contínuo.
- Dois bolsos laterais tipo faca.
- Cós com elástico embutido para ajuste confortável e seguro.

d) Cores e Acabamentos

- Cor única para o conjunto: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.
- Acabamento reforçado nas costuras, especialmente nas áreas de maior movimentação, para garantir durabilidade.

e) Tamanhos Disponíveis

- Tamanhos padrão adulto: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.
- Sob medida: disponível quando necessário para atender necessidades específicas dos profissionais.

f) Amostra

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do conjunto completo (blusa + calça) para avaliação técnica e validação prévia da contratante, conforme os padrões definidos neste Termo de Referência.

• Item 6– Jalecos (Feminino e Masculino)

a) Jaleco Feminino – Modelo Princesa (sem manga)

- Modelo: Jaleco sem mangas, modelagem acinturada tipo princesa, com recortes anatômicos frontais e posteriores.
- Frente: Recorte princesa com abotoamento simples, sem gola.
- Costas: Silhueta princesa com meio cinto costurado, oferecendo melhor caimento.
- Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados, embutidos nas costuras laterais.
- Acabamentos:





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- Vivos embutidos nas costuras frontais, nos bolsos e no cinto das costas, para acabamento e reforço.
- Comprimento final da peça: 82 cm.
- Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, que reduz a formação de bolinhas.
- Identificação visual:
- Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.
- Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.
- Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

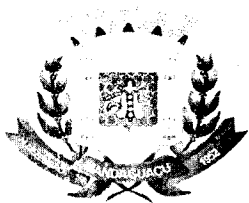
b) Jaleco Masculino – Modelo Gola Padre (sem manga)

- Modelo: Jaleco masculino sem mangas, com gola tipo padre e abotoamento simples.
- Frente: Abertura com abotoamento simples, gola padre tradicional.
- Costas: Abertura inferior na barra, para conforto e mobilidade.
- Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados.
- Acabamentos:
- Cavas com acabamento interno limpo e reforçado.
- Comprimento final da peça: 95 cm.
- Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, para maior durabilidade.
- Identificação visual:
- Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.
- Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.
- Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

1.2. LAUDOS:

A contratada deverá apresentar, previamente à produção definitiva, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, referentes aos itens 1, 2, 3, 5 e 6, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: identificação da cor por código Pantone, gramatura (em g/m²), composição do tecido, além de ensaios de encolhimento/alongamento e resistência ao estouro. Tais laudos deverão ser entregues juntamente com a respectiva amostra física de cada item, para fins de análise e aprovação por parte da contratante, sendo condição indispensável para a aprovação dos protótipos e a autorização da produção. Ressalta-se que o item 4 possui laudo próprio, estando





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



dispensado de nova apresentação. Para fins de comprovação técnica, serão aceitos os seguintes métodos e normas:

- Composição do Tecido: AATCC 20/05 e 20A/05, e NBR 13538:1995 / NBR 11914:1992;
- Gramatura: NBR 10591:2008 – Determinação da gramatura de tecidos;
- Encolhimento e Alongamento: NBR 10320:1988 – Determinação das alterações dimensionais em tecidos planos e malhas (lavagem em máquina caseira automática);
- Resistência ao Estouro: NBR 13384:1995 – Ensaio realizado com equipamento Mullentester.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, o qual apresenta de forma pormenorizada a motivação da demanda, os critérios utilizados para a definição dos quantitativos, as especificações técnicas dos itens requeridos e a justificativa da escolha da solução adotada.

2.2. O ETP, que integra este Termo de Referência na forma de apêndice, detalha a necessidade de padronização visual dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, com foco na melhoria da identificação dos servidores nas unidades escolares, além de atender a critérios de segurança, conforto, higiene e imagem institucional da Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A contratante orientará os servidores quanto ao descarte consciente das embalagens dos produtos fornecidos, incentivando a destinação para reciclagem, em conformidade com as boas práticas de sustentabilidade ambiental.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. Prazo de entrega: Será de **20 (vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho, de forma parcela e de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2. Local de entrega: Os locais de entrega constam no Anexo I deste termo e será informado no envio da Nota de Empenho (mas poderão sofrer alteração durante a vigência da ata de registro de preços).

5.3. Horário de entrega: De segunda à sexta-feira no horário das 08h00min às 10h00min e das 13h00min às 16h00min.

5.4. Embalagem: Os produtos deverão ser embaladas individualmente em saco plástico transparente e resistente de tamanho proporcional à peça contendo na sua parte externa etiqueta adesiva descrevendo o tipo e o tamanho da respectiva peça, conforme modelo a ser seguido neste termo de referência constado no anexo II como também a caixa para envio dos produtos deve ser comumente resistente e seguir o peso comportado pelas caixas selecionadas, para que no momento de transporte e locomoção as mesmas não sejam afetadas, rasgadas ou quebradas

5.5. Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada.

5.6. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e no edital, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Prazo de Vigência

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 12, inciso X, do Decreto Municipal nº 8.441/2023, podendo ainda ser renovado o quantitativo originalmente estabelecido na Ata, caso em que será desconsiderado eventual saldo remanescente.

6.2. Alterações Contratuais

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISSCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adin@mandaguacu.pr.gov.br



Nos termos dos artigos 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá alterar unilateralmente o contrato para acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, limitada a alteração a até 25% do valor inicial atualizado, ou a até 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento, vedada a transfiguração do objeto.

6.3. Da Possibilidade de Prorrogação do Contrato

6.3.1. Nos casos de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, bem como seus quantitativos inicialmente estabelecidos, poderão ser prorrogados por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Já nos casos de contrato de serviços e fornecimentos contínuos, decorrente deste processo, poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Para ambos os casos a prorrogação contratual ocorrerá nos moldes estabelecidos acima desde que:

- I – Haja justificativa da Administração quanto à continuidade da necessidade do serviço;
- II – Seja demonstrada a vantagem da prorrogação em relação à realização de nova licitação;
- III – Permaneçam as condições iniciais do contrato, ou seja, formalmente ajustado o equilíbrio econômico-financeiro.

7. DAS AMOSTRAS

7.1. A licitante classificada no certame deverá apresentar, no prazo estabelecido pela Administração, amostras físicas de todos os itens do respectivo lote por ela classificados, devidamente identificadas e acompanhadas do memorial descritivo de cada item. As amostras deverão ser entregues juntamente com os laudos técnicos emitidos por laboratórios, contendo, conforme o caso, as seguintes informações: código Pantone da cor, gramatura do tecido, composição têxtil, encolhimento/alongamento e resistência ao estouro, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência. A não apresentação das amostras ou dos laudos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação da licitante.

7.2. Local para entrega das amostras: Secretaria de educação de Mandaguçu.

7.3. Endereço: Rua Bernardino nº 100, Galeria Itália, Centro Sul, CEP: 87.160-266.

7.4. Prazo de entrega: 10 (Dez) dias corridos, após sessão de abertura e julgamento de propostas.

7.5. Horário de entrega: Das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min.

7.6. Responsável pelo recebimento das amostras: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e/ou Eliane Ferreira Martins Montovanelli.





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



7.7. E-mail: mandaguacucompraseducacao@gmail.com

7.8. Telefone: (44) 3245-5588 – Setor de compras – Secretaria de Educação.

7.9. DA CONFECÇÃO DAS AMOSTRAS

As amostras deverão ser confeccionadas com base nas especificações do termo de referência.

7.10. DA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS

7.10.1. Deverão ser entregues 1 (uma) amostra de cada item nos tamanhos M ou G, exceto o item 4, que deverá ser entregue no tamanho 37.

7.10.2. O laudo técnico deverá ser em nome da licitante e emitido por laboratório têxtil, deverá comprovar que a gramatura, composição e a tonalidade do Pantone dos tecidos atendem as especificações exigidas para cada produto, como também a apresentação dos laudos indicados em cada item.

7.10.3. Para os itens que não possuem indicativo de tolerância para as medidas utilizar a variação de 5% para mais ou 5% para menos.

7.10.4. Para a análise das amostras será adotado o critério objetivo de comparação entre a especificação do material proposto pela empresa e a especificação mínima exigida para o produto, conforme termo, para que seja possível verificar se a amostra apresentada atende as condições mínimas exigidas.

7.10.5. As amostras deverão proporcionar condições de segurança e conforto de forma a garantir a qualidade e deverão atender as normas do INMETRO, ABNT 15778 e o Código de Defesa do Consumidor, podendo ser avaliado visualmente o modelo, acabamento, cor, costuras, textura, tecido, aviamentos que sejam divergentes das especificações técnicas, rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, construção do tecido visivelmente diferente do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos aparentes nos uniformes ou em seus insumos, inclusive proporcionalidade das medidas de acordo com as especificações.

7.11. DA CLASSIFICAÇÃO

7.11.1. Poderão ser desclassificadas as empresas cujas amostras não forem entregues dentro do prazo, bem como as que não atendam às especificações do termo;

7.11.2. Ocorrendo algum dos casos apresentados no parágrafo supracitado, o pregoeiro convocará a segunda licitante classificada, para que nos mesmos prazos e condições, apresente suas amostras, e assim sucessivamente.

7.12. DAS PENALIDADES

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





Prefeitura do Município de Mandaguauçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: atm@mandaguacu.pr.gov.br



7.12.1. Após a homologação do certame, o licitante terá até 30 (trinta) dias para retirar as amostras no mesmo endereço indicado para entrega.

7.12.2. Após o decurso de tal prazo, em não havendo a retirada será entendido como renúncia aos produtos, podendo a secretaria municipal de educação, descartá-los, sem gerar as licitantes o direito de quaisquer ressarcimentos.

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do contrato o Sr.^a Sandra Aparecida Francisco, pelo Fiscal Sr. ^a Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e fiscal substituto Sr. Eliane Ferreira Martins Montovanelli, que desempenharão as funções de Fiscalização Técnica e Administrativa.

Fiscalização Técnica

8.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VI);

8.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, II);

8.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, III);

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



8.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, IV);

8.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, V);

8.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VII);

Fiscalização Administrativa

8.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, I e II);

8.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, IV).

Gestor do Contrato

8.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, IV).

8.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, II).

8.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, III).

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



8.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

9.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. (Art. 140, II, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Art. 14 do Decreto Municipal nº 8425/2023.

9.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente, para fins de liquidação, deve verificar se o documento apresentado expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

9.8.1. a data da emissão;

9.8.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.8.3. o período respectivo de execução do contrato;

9.8.4. o valor a pagar;

9.8.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

Prazo de pagamento

9.10. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente.

9.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, sob o regime de REGISTRO DE PREÇO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



10.2. Por tratar-se de único ente contratante, o Município de Mandaguáçu, é dispensado do procedimento público de intenção de registro de preços em conformidade com o art. nº 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e com o Art. 9º, § 2º do Decreto Municipal nº 8441/2023.

10.3. Optamos pela adoção do Regime de Registro de Preços, pois trata-se de aquisições rotineiras que terão seus preços registrados para futuras aquisições conforme demanda, e porque estamos incluindo um item do qual não temos histórico de consumo, logo não se obriga a aquisição caso a quantidade estimada esteja acima da demanda.

Forma de fornecimento

10.4. O fornecimento do objeto será de forma parcelada de acordo com as necessidades de cada Secretaria Municipal, conforme modelo de execução do objeto descrito no tópico 5 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.5. Os requisitos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão disciplinados no Edital.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação anual é de R\$ 689.779,35 (Seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme detalhamento na Tabela nº 01 deste termo.

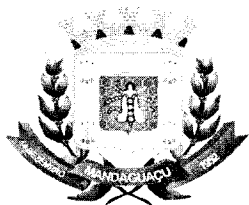
11.2. Por tratar-se de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações em conformidade com o art. 22 do Decreto Municipal nº 8441/2023:

11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2.021;

11.2.2. Em caso de criação alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para contratação, ou

11.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação	Elemento	Descrição	Fonte	Descrição
420	3.3.90.30	Material de Consumo	0107	Rec. Salário Educação
414	3.3.90.30	Material de Consumo	0102	Fundeb 30%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0103	Educação 5%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0104	Educação 25%

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Mandaguáçu, 26 de setembro de 2025.

SANDRA APARECIDA FRANCISCO

Gestor

LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA

Fiscal

ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI

fiscal substituto

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

CNPJ: 76.285.329/0001-08

Responsável: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

Matrícula: 500448

Telefone: (44) 3245-5588

Departamento: Secretaria de Educação



Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aquí](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
camiseta	R\$ 27,45	R\$ 24,85	5,42	19,75	Média	R\$ 22,90	R\$ 25,74	R\$ 24,70

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	camiseta, tipo: unissex, tipo manga: curta, tipo gola: redonda, cor: preta, tamanho: sob medida, características adicionais: conforme modelo do órgão, material: 67% poliéster e 33% viscose, aplicação: uniforme	un	1,00	GOVERNO DO ESTADO DE GOIAS Prefeitura do Município de Cidade Ocidental - GO	Compras.gov.br	M. B. INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCAO LTDA.	Micro Empresa	R\$ 24,70	R\$ 27,45	VÁLIDO	
				GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO ESP-SECRETARIA DE CIENCIA TECNOL E INOVAÇÃO ESP-UNESP-FACUL.CIEN.HUMANAS E SOCIAIS-FRANCA	Compras.gov.br	NASCIMENTO & QUEIROZ GRAFICA LTDA	---	R\$ 22,90		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPONGAS/PR	Compras.gov.br	OSHER COMERCIO & ESTRATEGIA LTDA UF endereço: GO	---	R\$ 25,00		VÁLIDO	
				PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI PR	Compras.gov.br	CAVALLI LTDA	Microempresa	R\$ 32,46		VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Departamento de Educação e Cultura do Exército Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial Colégio Militar de Curitiba	Compras.gov.br	BRAVO SOLUCOES LTDA	---	R\$ 36,00		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	39,86% superior a média dos demais preços obtidos
				Prefeitura Municipal de Campo Bom	Portal de Compras	KOA TEXTIL CONFECÇOES	---	R\$ 23,63		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 17/09/2025 12:50:58 (IP: 177.124.119.98)

Código Validação: 7EaaFlsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMpsxI%2fjpZwThRSrFe9VaOzVKh1PjZ7Zulg%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7EaaFlsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%252fSiHo8rsgQDDMpsxI%2fjpZwThRSrFe9VaOzVKh1PjZ7Zulg%3d>

VKh1PjZ7Zulg%253d

Doc.: Memorando 6- 9.795/2025

36/2

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Media	Avaliação	Obs Avaliação
					Publicas	LTDA					





PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

CNPJ: 76.285.329/0001-08

Responsável: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

Matrícula: 500448

Telefone: (44) 3245-5588

Departamento: Secretaria de Educação



Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
uniforme profissional	R\$ 104,57	R\$ 102,70	18,48	17,67	Média	R\$ 83,40	R\$ 99,28	R\$ 95,45

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
I	uniforme profissional, componentes do 1º, tamanho sob medida, cor branco, material tecido, características adicionais com viés e botões brancos, aplicação uso de cozinheiro	un	1,00	MINISTÉRIO DA DEFESA Comando do Exército Comando Militar do Nordeste 10ª Região Militar 24º Batalhão de Caçadores	Compras.gov.br	AURINO DOS SANTOS FILHO	Microempresa	R\$ 109,95	R\$ 104,57	VÁLIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA Secretaria Geral da Marinha Diretoria de Abastecimento Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro	Compras.gov.br	RAFAEL INDUSTRIA E CONFECCOES LTDA	Grupo IV – Empresa de Médio Porte	R\$ 83,40		VALIDO	
				MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA Secretaria Geral da Marinha Diretoria de Abastecimento Centro de Obtenção da Marinha no Rio de Janeiro	Compras.gov.br	RAFAEL INDUSTRIA E CONFECCOES LTDA	Grupo IV – Empresa de Médio Porte	R\$ 88,85		VÁLIDO	
				Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial Centro de Lançamento de Alcântara	Compras.gov.br	DEMETRIO BOUERES HALVANTZIS 60468669361 Benefício Me/Epp: Sim Programa de Integridade: Não UF endereço: MA	---	R\$ 131,00		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	31,95% superior a média de demais preços obtidos
				MINISTÉRIO DA DEFESA Comando da Aeronáutica BASE AÉREA DE ANAPOLIS	Compras.gov.br	ALAIDE ALVES DOS SANTOS	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 95,45		VALIDO	



Relatório gerado no dia 16/09/2025 16:59:14 (IP: 177.124.119.98)

Código Validação: 7EaaFlsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%252fSiHo8rsgQDDMp0B0b0AJzu3%2fCk3icnmjdKh1PjZ7Zulg%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7EaaFlsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%252fSiHo8rsgQDDMp0B0b0AJzu3%252fCk3icnmjdKh1PjZ7Zulg%253d>

Doc.: Memorando 6- 9.795/2025

38/2



Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
				COMANDO DA MARINHA	Compras.gov.br	LION CAPS PRODUTOS E SERVICOS LTDA	---	R\$ 118,75		VÁLIDO	





PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

CNPJ: 76.285.329/0001-08

Responsável: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

Matrícula: 500448

Telefone: (44) 3245-5588

Departamento: Secretaria de Educação



Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
jaleco em poliester branco - tam. m - especificação: professores - em microfibra leve, modelo unissex, manga curta, 04 botões frontais para fechamento, 03 bolsos frontais, com gola, na cor branca, altura em média da peça 01 m de comprimento, confeccionado	R\$ 82,17	R\$ 80,05	35,99	43,69	Média	R\$ 40,50	R\$ 82,05	R\$ 80,05

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	jaleco em poliester branco - tam. m - especificação: professores - em microfibra leve, modelo unissex, manga curta, 04 botões frontais para fechamento, 03 bolsos frontais, com gola, na cor branca, altura em média da peça 01 m de comprimento, confeccionado de acordo com as normas vigentes, com impressão dos logos em 04 cores; o bolso superior com medidas aproximadas de 12 cm de largura x 15 cm de altura, a medida para a impressão da arte neste bolso poderá ser aproximadamente de 08 cm x 11 cm; impressão de 02 logos em cada manga, medindo aproximadamente 10 cm de largura x 6 cm de altura.	un	1,00	MUNICIPIO DE SANTOS - 00.0000001 - SECRETARIA DE GESTAO	Portal Nacional de Contratações Públicas	LECIUS INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECÇOES LTDA	---	R\$ 40,50	R\$ 82,17	INEXEQUÍVEL	50,6% de média dos outros preços obtidos, excluindo os excessivamente elevados
				Prefeitura de Francinópolis	Portal de Compras Públicas	R R FREITAS GARCIA FARDAMENTOS EIRELI	Microempresa	R\$ 77,60		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Alto Longá	Portal de Compras Públicas	TOP FARCAS E IMPRESSOES LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 82,49		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de São Tomé	Prefeitura Municipal de São Tomé/PR	A TARTARI & CIA LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 128,09		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	91,57% superior que a média dos demais preços obtidos



Relatório gerado no dia 16/09/2025 16:52:34 (IP: 177.124.119.98)

Código Validação: 7EaaFIsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMp0B0b0AJzu1bvbpKXqxY3Kh1PJz7Zulg%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7EaaFIsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMp0B0b0AJzu1bvbpKXqxY3Kh1PJz7Zulg%253d>

Doc: Memorando 6- 5.795/2025

40/2025





Prefeitura do Município de Mandaguá
ESTADO DO PARANÁ
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 - FONE/FAX (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

Ilmo. Sr. Prefeito Municipal, em atendimento à solicitação de Parecer Contábil para composição do Memorando 9.795/2025, Despacho nº 02 e 04, informamos que para:

Registro de preços para futura aquisição parcelada de uniformes escolares para os alunos e profissionais da rede municipal de ensino, a pedido da **Secretaria de Educação e Cultura**, o nosso plano de contas para o **Exercício 2025** contempla até o momento as seguintes dotações orçamentárias, sob as rubricas:

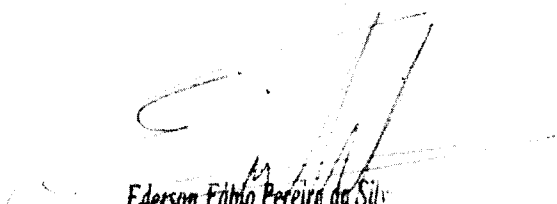
Dotação	Elemento	Descrição	Fonte	Descrição
420	3.3.90.30	Material de Consumo	0107	Rec. Salário Educação
414	3.3.90.30	Material de Consumo	0102	Fundeb 30%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0103	Educação 5%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0104	Educação 25%

Não há um bloqueio que impeça o uso desses saldos para outras despesas indicadas pelos ordenadores de despesas.

Nesse parecer, me limito a fornecer os códigos de dotações, não tendo qualquer responsabilidade além dessa, principalmente, nos empenhos feitos com Fontes não adequadas para a finalidade pretendida, já que a gestão, análise, classificação e a indicação dos Recursos estão sendo feitas pelas próprias Secretarias requisitantes.

Salvo melhor juízo, esse é o meu parecer.

Mandaguá-PR, 25/09/2025


Ederson Fábio Pereira da Silva
Contador - CRC/PR 063887-0-7
CPF 884.862.579-72

Ederson Fábio P. da Silva
Contador Municipal

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





FERNANDO UNIFORMES EIRELI
CNPJ- 21.008.058/0001-51 END- RUA JOÃO DO PULO,
Nº 116, LETRA A, PARQUE INDUSTRIAL I - CEP-
86.975-000 MANDAGUARI - PR
FONE - (44) 3354-9010 E-MAIL
licitacao@spuniformes.com

ORÇAMENTO

1. Razão Social da Empresa: FERNANDO UNIFORMES EIRELI
2. CNPJ nº: 21.008.058/0001-51
3. Inscrição Estadual: 905.133.18-74
4. Inscrição Municipal: 24576
5. Optante pelo SIMPLES? Sim() Não(X)
6. Endereço: Rua João do Pulo, 116, Letra A - Parque Industrial I, CEP 86.975-000, Mandaguari/PR
7. Telefone/Fax: 44 3354-9010
8. Banco: Banco do Brasil Conta 115523-7 agência 3284-0
9. E-mail: licitacao@spuniformes.com

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
1	Camisetas manga curta na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX. Composição: 67% poliéster, 33% viscose. Gola em V personalizada na cor Bellwether Blue (azul) pantone 19-3943 TCX. No peito lado esquerdo brasão da educação, na altura do tórax em serigrafia. Mangas na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX, com brasão do município centralizado no centro da manga lado direito, em serigrafia. Costa com a escrita "EDUCAÇÃO" na mesma cor Bellwether Blue (azul) pantone 19-3943 TCX, em caixa alta no comprimento total 30 cm. e altura de no maximo 8 cm. Fechamento do corpo, mangas e ombros em overloque; gola aplicada em overloque; barra do corpo e mangas com 02 cm aplicada com cobertura em máquina de galoneira, linha 100% poliéster. tamanhos: 0 anos ao EXGGG adulto, e sobmedida quando necessario. Enviar amostra do tamanho para avaliação	115	UNID	R\$ 85,00	R\$ 9775,00
2	Blusa de lã tecida em máquina eletrônica, com dois cabos de fio com composição 50% algodão e 50% acrílico na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX, com gramatura de 350 g/m², com variação de +/- 5% para gramatura e composição de tecidos. as linhas utilizadas para a confecção são fio com composição acrílico e algodão, na cor do tecido predominante. barra e punhos tecidos juntos com o corpo e manga, respectivamente, em esquema de seleção 2x2, também na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX. gola em "v" tecida separada do corpo e/ou manga, em esquema de seleção 2x1, cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX. corte do tecido nas dimensões desejadas realizada de maneira manual. união das peças tecidas e cortadas como mangas, frente e costas realizadas na máquina overloque para obter melhor qualidade de acabamento e durabilidade. gola aplicada no corpo utilizando- se de máquina remalhadeira, que confere melhor qualidade e durabilidade de acabamento. na parte	4600	UNID	R\$ 135,00	R\$ 621.000,00

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguari.br/verificacao/93DD-B8E7-30D1-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





FERNANDO UNIFORMES EIRELI
CNPJ- 21.008.058/0001-51 END- RUA JOÃO DO PULO,
Nº 116, LETRA A, PARQUE INDUSTRIAL I - CEP-
86.975-000 MANDAGUARI - PR
FONE - (44) 3354-9010 E-MAIL
licitacao@spuniformes.com

	da frente da blusa, no lado esquerdo de quem veste a peça, aplicar etiqueta termocolante bordada em máquina industrial de alta definição, aplicado com bordado em seu contorno, com o brasão do município de Mandaguaçu, nas seguintes medidas de 5,0 cm de largura por 6,0 cm de altura, sendo a localização do centro do bordado rente ao final da cava e o ponto mais alto do ombro. Tamanhos: 0 anos ao EXGGG adulto. Enviar amostra do tamanho para avaliação, sendo tamanhos: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG e sobmedida quando necessário.				
3	Uniforme composto por camiseta e calça, ambos na cor branca. A camiseta é de manga curta, confeccionada em malha 100% algodão (ou mista com poliéster), com fechamento do corpo, mangas e ombros em costura overloque, gola aplicada em overloque e barra do corpo e das mangas com bainha de 2 cm, finalizada em máquina de galoneira, utilizando linha 100% poliéster. com aplicação do Brasão da Prefeitura de Mandaguaçu no lado esquerdo do peito, em serigrafia. A calça é confeccionada preferencialmente em tecido Tactel 100% poliéster, leve, resistente e de secagem rápida, com corte reto, cós elástico para ajuste confortável e seguro, bolsos laterais funcionais e acabamento com costuras reforçadas para garantir maior durabilidade no uso diário em ambiente de cozinha. Disponível nos tamanhos P, M, G e GG, e sob medida se necessário. Complementando o uniforme da merendeira escolar, inclui-se o uso de touca e avental térmico azul confeccionado em tecido de algodão com tratamento retardante a chamas, revestido em silicone, sem forro, com viés azul, tiras para ajuste e costuras em linha de para aramida.. A touca é confeccionada em tecido leve e respirável, preferencialmente microfibra ou poliéster, na cor branca, com elástico embutido para ajuste seguro, cobrindo completamente os cabelos, de forma a atender às normas de higiene alimentar. O avental é do tipo frontal, confeccionado em tecido resistente ao calor e respingos. Tamanho: 0,90 x 0,60 cms	70	UNID	R\$ 190,00	R\$ 13.300,00
4	Sapato higiênico branco, calçado especializado para o uso profissional, material eva, fechado na parte superior e no calcanhar, um polímero leve, resistente, macio e fácil de limpar, solado antiderrapante, antimicrobiano, proteção e resistência à água, óleos e impactos, certificados por órgãos como o IBTEC			R\$	R\$
5	Conjunto para Atendentes e berçaristas (scrub) composto por blusa e calça na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX, tecido oxfordine; a blusa em decote v entalhado, manga curta, dois bolsos abaixo; a calça com dois bolsos tipo faca	160	UNID	R\$ 250,00	R\$ 40.000,00

Assinado por: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
 Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





FERNANDO UNIFORMES EIRELI
CNPJ- 21.008.058/0001-51 END- RUA JOÃO DO PULO,
Nº 116, LETRA A, PARQUE INDUSTRIAL I - CEP-
86.975-000 MANDAGUARI - PR
FONE - (44) 3354-9010 E-MAIL

licitacao@spuniformes.com

	lateral, com elástico na cintura. Deve possuir no peito lado esquerdo brasão do município centralizado na altura do tórax em serigrafia. Cor 13-4411 TCX. Enviar amostra do tamanho para avaliação, sendo tamanhos: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG e sobmedida quando necessario.				
6	Jaleco princesa sem manga, recorte princesa frente e costas com meio cinto nas costas. Tecido em Algodão 60% e Poliéster 40%, com acabamento anti-pilling. Frente recorte princesa abotoamento simples sem gola, costas silhueta princesa e meio cinto. Dois bolsos inferiores chapados embutidos nas costuras. Vivos embutidos nas costuras frente, bolsos e cinto costas, comprimento pronto de 82 cm. Deve possuir no peito lado esquerdo brasão do município centralizado na altura do tórax em serigrafia.TAMANHOS: PP, P, M, G, GG, EG.	230	UNID	R\$ 120,00	R\$ 27600,00
7	Jaleco masculino gola padre sem manga, abotoamento invisível a abertura nas costas. Tecido em Algodão 60% e Poliéster 40%, com acabamento anti-pilling. Gola padre com abertura na frente e abotoamento simples, dois bolsos inferiores chapados, cavas com acabamento, costas retas com abertura na barra, comprimento pronto de 95 cm. Deve possuir no peito lado esquerdo brasão do município centralizado na altura do tórax em serigrafia. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG, EG	20	UNID	R\$ 120,00	R\$ 2.400,00

FABRICAÇÃO PRÓPRIA/INDÚSTRIA BRASILEIRA

Mandaguari-PR, 02 de setembro de 2025

21.008.058/0001-51

FERNANDO CESAR AMORIM DE PAULA
ADMINISTRADOR

RG nº 7.253.915-0 SSP/PR E CPF nº007.830.159-92

FERNANDO UNIFORMES EIRELI

RUA JOÃO DO PULO, 116-A
PARQUE INDUSTRIAL I
CEP 86975-000 - MANDAGUARI

FERNANDO
CESAR
AMORIM DE
PAULA:00783
015992

Assinado de forma
digital por
FERNANDO CESAR
AMORIM DE
PAULA:00783015992
Dados: 2025.09.02
15:19:01 -03'00'

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguari.sp.gov.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73>





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br



SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO

Fornecedor: SS CONFECÇÕES LTDA

CNPJ: 28.866.817/0001-66

Endereço: AV. PIONEIRO ALICIO ARANTES CAMPOLNA, 819 – MARINGÁ/PR

Telefone: 44 3033-1351

E-mail: ssconfeccoes03@gmail.com

Representante: ALDRY ADRIANA SPLENDOR

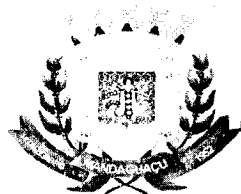
NOME DO BEM: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES E SUETER.

Nº DE UNIDADES PROPOSTAS ABAIXO:

Nº ITEM	MATERIAL	UNIDADE	MARCA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Camisetas manga curta na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX. Composição: 67% poliéster, 33% viscose. Gola em V personalizada na cor Bellwether Blue (azul) pantone 19-3943 TCX. No peito lado esquerdo brasão da educação, na altura do tórax em serigrafia. Mangas na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX, com brasão do município centralizado no centro da manga lado direito, em rerigrafia. Costa com a escrita "EDUCAÇÃO" na mesma cor Bellwether Blue (azul) pantone 19-3943 TCX, em caixa alta no comprimento total 30 cm. e altura de no maximo 8 cm. Fechamento do corpo, mangas e ombros em overloque; gola aplicada em overloque; barra do corpo e mangas com 02 cm aplicada com cobertura em máquina de galoneira, linha 100% poliéster. tamanhos: 0 anos ao EXGGG adulto, e sobmedida quando necessario. Enviar amostra do tamanho para avaliação.	UNIDADES	PRÓPRIA PRÓPRIO	115	40,00	4.600,00
2	Blusa de lã tecida em máquina eletrônica, com dois cabos de fio com composição 50% algodão e 50% acrílico na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX, com gramatura de 350 g/m², com variação de +/- 5% para gramatura e composição de tecidos. as linhas utilizadas para a confecção são fio com composição acrílico e algodão, na cor do tecido predominante. barra e punhos tecidos juntos com o corpo e manga, respectivamente, em esquema de seleção 2x2, também na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX. gola em "v" tecida separada do corpo e/ou manga, em esquema de seleção 2x1, cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX. corte do tecido nas dimensões desejadas realizada de maneira manual. união das peças tecidas e cortadas como mangas, frente e costas realizadas na máquina overloque para obter melhor qualidade de acabamento e durabilidade. gola aplicada no corpo utilizando- se de máquina remalhadeira, que confere melhor qualidade e durabilidade de acabamento. na parte da frente da blusa, no lado esquerdo de quem veste a peça, aplicar etiqueta termocolante bordada em maquina industrial de alta definição, aplicado com bordado em seu contorno, com o brasão do município de Mandaguáçu,	UNIDADES	PRÓPRIA PRÓPRIO	4.600	130,00	598.000,00

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

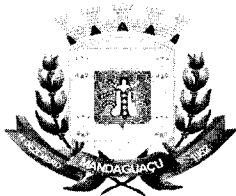
www.mandaguacu.pr.gov.br



	nas seguintes medidas de 5,0 cm de largura por 6,0 cm de altura, sendo a localização do centro do bordado rente ao final da cava e o ponto mais alto do ombro. Tamanhos: 0 anos ao EXGGG adulto. Enviar amostra do tamanho para avaliação, sendo tamanhos: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG e sobmedida quando necessario.					
3	Uniforme composto por camiseta e calça, ambos na cor branca. A camiseta é de manga curta, confeccionada em malha 100% algodão (ou mista com poliéster), com fechamento do corpo, mangas e ombros em costura overloque, gola aplicada em overloque e barra do corpo e das mangas com bainha de 2 cm, finalizada em máquina de galoneira, utilizando linha 100% poliéster. com aplicação do Brasão da Prefeitura de Mandaguá no lado esquerdo do peito, em serigrafia. A calça é confeccionada preferencialmente em tecido Tactel 100% poliéster, leve, resistente e de secagem rápida, com corte reto, cós elástico para ajuste confortável e seguro, bolsos laterais funcionais e acabamento com costuras reforçadas para garantir maior durabilidade no uso diário em ambiente de cozinha. Disponível nos tamanhos P, M, G e GG, e sob medida se necessário. Complementando o uniforme da merendeira escolar, inclui-se o uso de touca e avental térmico azul confeccionado em tecido de algodão com tratamento retardante a chamas, revestido em silicone, sem forro, com viés azul, tiras para ajuste e costuras em linha de para aramida.. A touca é confeccionada em tecido leve e respirável, preferencialmente microfibra ou poliéster, na cor branca, com elástico embutido para ajuste seguro, cobrindo completamente os cabelos, de forma a atender às normas de higiene alimentar. O avental é do tipo frontal, confeccionado em tecido resistente ao calor e respingos. Tamanho: 0,90 x 0,60 cms	UNIDADES	PRÓPRIA PRÓPRIO	70	140,00	9.800,00
4	Sapato higiênico branco, calçado especializado para o uso profissional, material eva, fechado na parte superior e no calcanhar, um polímero leve, resistente, macio e fácil de limpar, solado antiderrapante, antimicrobiano, proteção e resistência à água, óleos e impactos, certificados por órgãos como o IBTEC	UNIDADES	PRÓPRIA PRÓPRIO	35	120,00	4.200,00
5	Conjunto para Atendentes e berçaristas (scrub) composto por blusa e calça na cor azul cristal, pantone 13-4411 TCX, tecido oxfordine; a blusa em decote V entalhado, manga curta, dois bolsos abaixo; a calça com dois bolsos tipo faca lateral, com elástico na cintura. Deve possuir no peito lado esquerdo brasão do município centralizado na altura do tórax em serigrafia. Cor 13-4411 TCX. Enviar amostra do tamanho para avaliação, sendo tamanhos: P, M, G, GG, XG, XGG,	UNIDADES	PRÓPRIA PRÓPRIO	160	140,00	22.400,00

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://odados.mandaguacu.pr.gov.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73 e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br



	EG, EXGG e sobmedida quando necessario.					
6	Jaleco princesa sem manga, recorte princesa frente e costas com meio cinto nas costas. Tecido em Algodão 60% e Poliéster 40%, com acabamento anti-pilling. Frente recorte princesa abotoamento simples sem gola, costas silhueta princesa e meio cinto. Dois bolsos inferiores chapados embutidos nas costuras. Vivos embutidos nas costuras frente, bolsos e cinto costas, comprimento pronto de 82 cm. Deve possuir no peito lado esquerdo brasão do município centralizado na altura do tórax em serigrafia. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG, EG.	UNIDADES	PRÓPRIA PRÓPRIO	230	110,00	25.300,00
7	Jaleco masculino gola padre sem manga, abotoamento invisível a abertura nas costas. Tecido em Algodão 60% e Poliéster 40%, com acabamento anti-pilling. Gola padre com abertura na frente e abotoamento simples, dois bolsos inferiores chapados, cavas com acabamento, costas retas com abertura na barra, comprimento pronto de 95 cm. Deve possuir no peito lado esquerdo brasão do município centralizado na altura do tórax em serigrafia. TAMANHOS: PP, P, M, G, GG, EG.	UNIDADES	PRÓPRIA PRÓPRIO	20	110,00	2.200,00

Mandaguáçu/PR, 18 de setembro de 2025.

ALDRY ADRIANA
SPLENDOR:8438
8129968

Assinado digitalmente por ALDRY ADRIANA
SPLENDOR:84388129968
ID: C-BR, O-ICP-Brasil, OU=Certificado Digital PF
A1, OU=Videoconferencia, OU=22087251000198,
OU=AC SyngularID Multipla, CN=ALDRY ADRIANA
SPLENDOR:84388129968
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.09.18 09:51:44-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

SS CONFECÇÕES LTDA
CNPJ: 28.866.817/0001-66
ALDRY ADRIANA SPLENDOR

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

CNPJ: 76.285.329/0001-08

Responsável: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

Matrícula: 500448

Telefone: (44) 3245-5588

Departamento: Secretaria de Educação



Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por Item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
sapato ocupacional na cor branca impermeável confeccionado em poliuretano pu expandido de alta performance com solado antiderrapante. atende as normas da abnt nbr 15868. com objetivo de garantir maior segurança ao longo da rotina de trabalho. cabedal em p	R\$ 43,58	R\$ 44,00	4,25	9,74	Média	R\$ 37,00	R\$ 43,58	R\$ 44,00

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	sapato ocupacional na cor branca impermeável confeccionado em poliuretano pu expandido de alta performance com solado antiderrapante. atende as normas da abnt nbr 15868. com objetivo de garantir maior segurança ao longo da rotina de trabalho. cabedal em poliuretano pu expandido material tao leve quanto o eva com maior durabilidade e protecao. 2solado solado em poliuretano pu antiderrapante. palmilha interna acompanha palmilha higienica removivel dublada em tecido para absorcao do suor. reduz no impacto proporcionando conforto aos pes e um caminhar uniforme e suave.	un	1,00	FUNDACAO EDUCACIONAL DE CAETE / 0098 - ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - F.E.C.	Portal Nacional de Contratações Públicas	BH SOLDAS EQUIPAMENTOS DE PROTECAO INDIVIDUAL EIRELI	Microempresa	R\$ 48,90	R\$ 43,58	VÁLIDO	SANDRA APARECIDA FRANCISCO
				MUNICIPIO DE AUGUSTO DE LIMA / 001 - MUNICIPIO DE AUGUSTO DE LIMA	Portal Nacional de Contratações Públicas	W18 MEDICAL - COMERCIO E SERVICOS LTDA	---	R\$ 44,00		VÁLIDO	
				PM DE CRISSUMAL	Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul	SKY CLEAN COM. EQUIPAMENTOS LTDA	---	R\$ 37,00		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Augusto de Lima	Licitar Digital	W18 MEDICAL - COMERCIO E SERVICOS LTDA	---	R\$ 44,00		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Augusto de Lima	Licitar Digital	W18 MEDICAL - COMERCIO E SERVICOS LTDA	---	R\$ 44,00		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 16/09/2025 16:55:14 (IP: 177.124.119.98)

Código Validação: 7EaaFisWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMp0B0b0JAzu1SBsfs2JLVmKh1PJz7Zulg%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7EaaFisWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMp0B0b0JAzu1SBsfs2JLVmKh1PJz7Zulg%3d>

Doc.: Memorando 6- 7.755/2025

48/2025





PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

CNPJ: 76.285.329/0001-08

Responsável: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

Matrícula: 500448

Telefone: (44) 3245-5588

Departamento: Secretaria de Educação



Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aqui](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
scrub verde claro, sem punho na calça, com elástico na cintura - composto no tecido oxfordine 100% poliéster, masculino, tamanhos: p, m, g, gg, exg	R\$ 101,77	R\$ 101,88	1,49	1,46	Média	R\$ 100,23	R\$ 101,77	R\$ 101,88

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	scrub verde claro, sem punho na calça, com elástico na cintura - composto no tecido oxfordine 100% poliéster, masculino, tamanhos: p, m, g, gg, exg	un	1,00	MUNICIPIO DE CHAPADAO DO CEU / 0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADAO DO CEU-FMS	Portal Nacional de Contratações Públicas	STAR GOLD CONFECÇÕES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	---	R\$ 100,23	R\$ 101,77	VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE CHAPADAO DO CEU / 0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADAO DO CEU-FMS	Portal Nacional de Contratações Públicas	STAR GOLD CONFECÇÕES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	---	R\$ 101,88		VÁLIDO	
				MUNICIPIO DE CHAPADAO DO CEU / 0 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADAO DO CEU-FMS	Portal Nacional de Contratações Públicas	STAR GOLD CONFECÇÕES INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	---	R\$ 103,20		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 16/09/2025 16:46:20 (IP: 177.124.119.98)

Código Validação: 7EaaFIsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMp0B0b0AJzux%2bugkygXEA9Kh1PJz7Zulg%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7EaaFIsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsgQDDMp0B0b0AJzux%2bugkygXEA9Kh1PJz7Zulg%3d>

Doc: Memorando 6-9.155/2025

49/2025

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.106c.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU

CNPJ: 76.285.329/0001-08

Responsável: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

Matrícula: 500448

Telefone: (44) 3245-5588

Departamento: Secretaria de Educação



Mapa Comparativo de Preços

Os cálculos deste relatório foram elaborados com base nas metodologias descritas na 4ª edição do Manual de Orientação de Pesquisa de Preços do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A utilização desse manual assegura a precisão e a confiabilidade dos cálculos apresentados, conforme os padrões estabelecidos pelo STJ. Para mais detalhes, acesse [aquí](#).

Critérios Estatísticos Gerais	
30%	Preços excessivamente elevados: valores superiores a 30% da média do rol de preços obtidos
70%	Inexequível: valores inferiores a 70% da média do rol de preços obtidos

Critérios Estatísticos por item								
Item	Média	Mediana	Desvio Padrão Amostral	Coeficiente de Variação	Método Estatístico	Preço Mínimo	Válidos	
							Média	Mediana
suéter feminino – cor preto, gola redonda, mangas longas e decote e punhos reforçados, tecido em lã 100% acrílico vaporizado, a peça deverá apresentar bordado do brasão oficial do município de oratórios no lado esquerdo do tórax, acompanhado da inscrição	R\$ 120,41	R\$ 115,90	35,00	29,06	Média	R\$ 86,49	R\$ 106,10	R\$ 98,00

Item	Especificação	Und	Qtd	Cotação	Parâmetros	Empresas	Porte	Valor Unit	Média	Avaliação	Obs Avaliação
1	suéter feminino – cor preto, gola redonda, mangas longas e decote e punhos reforçados, tecido em lã 100% acrílico vaporizado, a peça deverá apresentar bordado do brasão oficial do município de oratórios no lado esquerdo do tórax, acompanhado da inscrição "camara municipal de oratórios biênio 2025/2026", conforme segue nos exemplos apresentados no apêndice 1, grade de tamanhos a ser definida conforme demanda.	un	1,00	CARAPICUIBA CAMARA MUNICIPAL / 1 - CARAPICUIBA CAMARA MUNICIPAL	Portal Nacional de Contratações Públicas	ODORA COMERCIO DE UNIFORMES LTDA	---	R\$ 133,80	R\$ 120,41	VÁLIDO	
				Câmara Municipal de Oratórios	Portal de Compras Públicas	WORLD UNIFORMS LTDA	---	R\$ 163,33		EXCESSIVAMENTE ELEVADO	53,95% superior que a média dos demais preços obtidos
				Prefeitura Municipal de Quatro Barras - PR	Compras BR	J. B. MENEGAZZI LTDA	---	R\$ 86,49		VÁLIDO	
				Prefeitura Municipal de Chácara	Licitar Digital	ZENITE COMERCIAL LTDA	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	R\$ 98,00		VÁLIDO	



Relatório gerado no dia 17/09/2025 12:44:42 (IP: 177.124.119.98)

Código Validação: 7EaaFIsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsqQDDMpsxI%2fjpZwThXisT9diVePEKh1PjZ7Zulg%3d

<http://www.bancodeprecos.com.br/CertificadoAutenticidade?token=7EaaFIsWe1pv7O%2bZ1rVA060PmhTr3%2fSiHo8rsqQDDMpsxI%2fjpZwThXisT9diVePEKh1PjZ7Zulg%3d>

Kh1PjZ7Zulg%253d

Doc.: Memorando 0-9.755/2025

50/2

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.idoc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ
PAÇO MUNICIPAL " HIRO VIEIRA"
Rua Bernardino Bogo, 175 - Vila Bernardino Bogo - Caixa Postal 81 - CEP 87160-000
Fone: (44) 3245-8400
CNPJ 76.285.329/0001-08
www.mandaguacu.pr.gov.br

MAPA DE PREÇOS

19 de setembro de 2025.

OBJETO: Aquisição de uniformes para alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguáçu.

	Item	Quantidades	Unidade	Fernando Uniformes Eireli	SS CONFEÇÕES	Banco de preços	MÉDIA BANCO DE PREÇOS	VALOR TOTAL
1	CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)	230	UND	R\$ 85,00	R\$ 40,00	R\$ 27,45	R\$ 50,82	R\$ 11.687,83
1	SUETER - BLUSA DE LÃ	4.700	UND	R\$ 135,00	R\$ 130,00	R\$ 106,10	R\$ 123,70	R\$ 581.390,00
1	UNIFORME - MERENDEIRAS	80	UND	R\$ 190,00	R\$ 140,00	R\$ 99,28	R\$ 143,09	R\$ 11.447,47
1	SAPATO OCUPACIONAL BRANCO MERENDEIRA	40	UND	R\$ -	R\$ 35,00	R\$ 43,58	R\$ 39,29	R\$ 1.571,60
1	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS	330	UND	R\$ 250,00	R\$ 160,00	R\$ 101,77	R\$ 170,59	R\$ 56.294,70
1	JALECO PROFESSOR MASC./FEM.	265	UND	R\$ 120,00	R\$ 110,00	R\$ 80,05	R\$ 103,35	R\$ 27.387,75
TOTAL MAXIMO								R\$ 689.779,35

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73> e informe o código 93DD-B8E7-30E1-FA73





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 93DD-B8E7-30E1-FA73

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA APARECIDA FRANCISCO (CPF 632.XXX.XXX-72) em 29/09/2025 09:29:34 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/93DD-B8E7-30E1-FA73>

Memorando 7- 9.795/2025

De: Eliane M. - CLEDU

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 26/09/2025 às 16:34:17

Setores envolvidos:

CLEDU, CTBC, SED

ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS

Segue TR Retificado

Eliane Ferreira Martins Montovanelli
Auxiliar de Licitação

Anexos:

3_TR_SUETER_E_UNIFORME_retificado.docx

3_TR_SUETER_E_UNIFORME_retificado.pdf



Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernardino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguáçu no que se refere ao fornecimento de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, compreendendo motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais servidores em exercício nas unidades escolares.

Tabela nº 01

	DESCRIÇÃO	Quantidades	Unidade	Valor Unitário médio	VALOR TOTAL
1	CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)	230	UND	R\$ 50,82	R\$ 11.687,83
2	SUETER - BLUSA DE LÃ	4.700	UND	R\$ 123,70	R\$ 581.390,00
3	UNIFORME - MERENDEIRAS	80	UND	R\$ 143,09	R\$ 11.447,47
4	SAPATO OCUPACIONAL BRANCO MERENDEIRA	40	UND	R\$ 39,29	R\$ 1.571,60
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS	330	UND	R\$ 170,59	R\$ 56.294,70
6	JALECO PROFESSOR MASC./FEM.	265	UND	R\$ 103,35	R\$ 27.387,75
TOTAL MAXIMO					R\$ 689.779,35

Brasão:



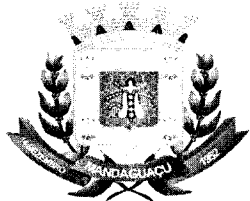
1.1. Memorial Descritivo

• Item 1 – Camiseta Manga Curta (Uniforme)

Descrição Geral:

Camiseta de uso profissional, modelo unissex, confeccionada em meia malha PV, com acabamento de alta qualidade, padronização visual e aplicação de brasões institucionais. Peça destinada aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguáçu.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



a) Composição do Corpo e Cores:

- Tecido: Meia malha PV, composição 67% Poliéster e 33% Viscose, fio 30.1, gramatura 175 g/m².

- Cor predominante do corpo: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TPX.

- Recortes laterais e mangas: Mesmo tecido e gramatura, cor Azul Pantone 19-3920 TPX.

b) Gola:

- Formato: Redonda, em Ribana 1x1.

- Composição: 50% Poliéster, 48% Algodão, 2% Elastano. Tolerância permitida de 1,5% a 2,5% para fibras e elastano.

- Gramatura: 260 g/m².

- Cor: Azul Pantone 19-3920 TPX.

- Largura acabada: 20 mm.

- Aplicação da gola com aparelho apropriado, costurada em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, garantindo uniformidade e qualidade.

c) Costuras e Acabamentos:

- Fechamento do corpo, mangas e ombros em overloque.

- Bainha inferior e das mangas com acabamento em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, com largura acabada de 20 mm.

- Utilização de linha 100% poliéster em todas as costuras.

d) Aplicações Gráficas

- Frente: Aplicação do Brasão da Educação, no lado esquerdo do peito, em serigrafia, centralizado na altura do tórax.

- Manga Direita: Aplicação do Brasão do Município, centralizado, também em serigrafia.

- Costas: Escrita "EDUCAÇÃO", em caixa alta, cor Bellwether Blue – Pantone 19-3943 TCX, com comprimento de 30 cm e altura de 8 cm, também em serigrafia.

e) Tamanhos Disponíveis

- Tamanhos adultos: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.

- Inclusão de peças sob medida, quando necessário.

f) Etiqueta Interna (Identificação do Produto)

- Material: Tecido branco.

- Localização: Parte interna, traseira da gola.

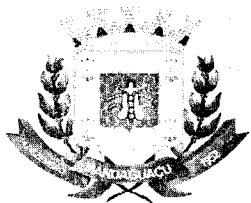
- Impressão: Cor preta, tipografia uniforme.

- Informações obrigatórias:

○ Razão social;

○ CNPJ;





Prefeitura do Município de Mandaguacu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Educação em Transformação

- o Marca;
 - o Composição do tecido;
 - o Símbolos e instruções de lavagem;
 - o Tamanho.
- As etiquetas devem cumprir as normas da Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.

g) Embalagem

- Cada peça deve ser embalada individualmente em saco plástico transparente.
- A embalagem deve conter etiqueta externa removível, com as seguintes informações:
 - o Nome do produto;
 - o Marca do fabricante;
 - o Quantidade;
 - o Características técnicas.
- A embalagem não deve apresentar riscos ao usuário e deve permitir fácil abertura.

h) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item completo para avaliação e validação técnica antes do fornecimento em escala.

• Item 2 – Suéter / Blusa de Lã

Descrição Geral:

Blusa de lã para uso institucional, destinada aos alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino, confeccionada em máquina eletrônica com dois cabos de fio, com excelente acabamento, conforto térmico e padronização visual. Peça com aplicação do brasão institucional, atendendo às exigências técnicas de durabilidade e qualidade.

a) Composição e Confeção

- Tecido: Tricotado em máquina eletrônica com dois cabos de fio.
- Composição do fio: 50% Algodão e 50% Acrílico.
- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.
- Gramatura: 350 g/m² (com tolerância de variação de ±5%).
- Linhas utilizadas na confecção: Fio com composição mista (acrílico e algodão), na mesma cor do tecido.

b) Estrutura e Acabamento

- Barra e punhos: Tecidos junto ao corpo e mangas, em esquema de seleção 2x2, na mesma cor do tecido (Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX).
- Gola em “V”:
 - o Tecida separadamente do corpo e mangas, em esquema de seleção 2x1.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- o Aplicação feita com máquina remalhadeira, garantindo acabamento reforçado e uniforme.
- Corte das partes: Realizado manualmente conforme medidas especificadas.
- União das partes (mangas, frente e costas): Costuradas em máquina overloque, proporcionando acabamento reforçado e maior durabilidade.

c) Aplicação de Brasão Institucional

- Tipo: Etiqueta termocolante bordada em máquina industrial de alta definição, com acabamento em bordado no contorno.
- Dimensões: 5,0 cm (largura) x 6,0 cm (altura).
- Localização: Lado esquerdo de quem veste, com o centro do bordado posicionado rente ao final da cava e ao ponto mais alto do ombro.

d) Tamanhos

- Modelagem infantil e adultos.
- Faixa de tamanhos: 0 anos até EXGG adulto, incluindo:
 - o P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG
 - o Sob medida, quando necessário.

e) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item para análise técnica e validação prévia.
- A amostra deverá representar fielmente as especificações acima descritas e contemplar os tamanhos ofertados.

• Item 3 – Uniforme das Merendeiras (Camiseta + Calça)

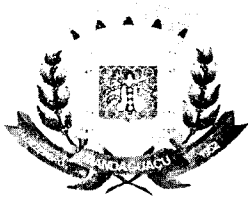
Descrição Geral:

Uniforme completo destinado às profissionais merendeiras da Rede Municipal de Ensino, composto por camiseta e calça na cor branca, touca higiênica e avental térmico azul. O conjunto visa garantir identidade visual, segurança, conforto e conformidade com as normas de higiene alimentar e segurança no trabalho.

a) Camiseta Branca

- Cor: Branca.
- Tecido: Malha 100% algodão, ou mista com poliéster (quando necessário).
- Modelagem: Manga curta, corte padrão.
- Acabamento e Costuras:
 - o Corpo, mangas e ombros com costura em overloque.
 - o Gola aplicada com costura em overloque.
 - o Barra do corpo e mangas com bainha de 2 cm, finalizada em máquina galoneira, utilizando linha 100% poliéster.
- Aplicação Gráfica:





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



o Brasão da Prefeitura de Mandaguçu no lado esquerdo do peito, em serigrafia.

b) Calça Branca

- Tecido: Preferencialmente Tactel 100% poliéster (leve, resistente, de secagem rápida).
- Cor: Branca.
- Modelagem:
- o Corte reto.
- o Cós com elástico para ajuste confortável e seguro.
- o Dois bolsos laterais funcionais.
- Acabamento: Costuras reforçadas para maior durabilidade, adequadas ao uso frequente em ambiente de cozinha.

c) Touca Higiênica

- Tecido: Leve e respirável (preferencialmente microfibra ou poliéster).
- Cor: Branca.
- Modelagem: Cobre completamente os cabelos, conforme exigência das normas de higiene alimentar.
- Ajuste: Elástico embutido para fixação segura à cabeça da usuária.

d) Avental Térmico Azul

- Tipo: Avental frontal.
- Tecido: Algodão com tratamento retardante a chamas, revestido com silicone (sem forro).
- Cor predominante: Azul.
- Detalhes e Acabamento:
- o Viés azul.
- o Tiras para ajuste.
- o Costuras realizadas com linha de para-aramida, resistente a altas temperaturas.

- Dimensões: 90 cm (altura) x 60 cm (largura).
- Finalidade: Resistência a calor e respingos, proporcionando segurança térmica em ambiente de cozinha escolar.

e) Tamanhos Disponíveis

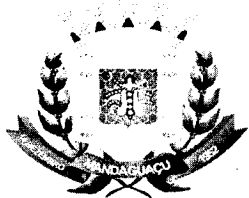
- P, M, G, GG, e sob medida, quando necessário.

f) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do conjunto completo (camiseta, calça, touca e avental térmico) para análise técnica e validação prévia.
- A amostra deverá seguir todas as especificações descritas neste item.

• Item 4 – Sapato Ocupacional Branco (Merendeiras)

Descrição Geral:



Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Calçado ocupacional branco, desenvolvido especificamente para profissionais que atuam em ambientes alimentícios e escolares, atendendo às exigências de segurança, higiene e conforto.

a) Características Técnicas

- Modelo: Sapato higiênico, fechado na parte superior e no calcanhar.
- Material: Confeccionado em EVA (Etileno Vinil Acetato) – polímero leve, flexível, resistente e de fácil higienização.
- Cor: Branca (totalmente branca, incluindo solado).
- Solado:
 - o Antiderrapante, projetado para evitar escorregamentos em pisos úmidos ou oleosos.
 - o Proporciona aderência e estabilidade.
- Propriedades:
 - o Antimicrobiano – auxilia na prevenção da proliferação de fungos e bactérias.
 - o Impermeável – resistente à água, óleos, detergentes e impactos mecânicos leves.
 - o Estrutura leve, que reduz o cansaço dos pés durante longas jornadas de trabalho.
- Acabamento interno: Superfície lisa, sem costuras internas que possam causar desconforto.

b) Certificação:

- O calçado deverá possuir certificação emitida por órgão competente, como o IBTEC (Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos), comprovando a conformidade com as normas de segurança e qualidade para calçados ocupacionais.

c) Numeração Disponível:

- Numeração padrão nacional, a partir do número 34 até o 44, com possibilidade de ajuste conforme demanda da contratante.

d) Amostra:

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do calçado para análise e validação, conforme descrições técnicas acima.

• Item 5 – Conjunto Atendentes e Berçaristas (Scrub)

Descrição Geral:

Uniforme profissional padronizado, destinado a atendentes e berçaristas da Rede Municipal de Ensino, composto por blusa e calça, confeccionado em tecido leve e resistente, ideal para atividades que exigem conforto, mobilidade e higiene.

a) Composição do Conjunto

- Peças: 1 blusa + 1 calça.
- Tecido: Oxfordine, resistente, durável e de fácil manutenção.





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.

b) Blusa (Scrub)

- Modelo:

- o Decote em "V" entalhado.
- o Manga curta.
- o Dois bolsos frontais inferiores (abaixo da linha do busto), com boa profundidade.

- Identificação institucional:

- o Aplicação do brasão do Município de Mandaguçu no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax, em serigrafia.

c) Calça (Scrub Pants)

- Modelo:

- o Corte reto, confortável para uso contínuo.
- o Dois bolsos laterais tipo faca.
- o Cós com elástico embutido para ajuste confortável e seguro.

d) Cores e Acabamentos

- Cor única para o conjunto: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.

- Acabamento reforçado nas costuras, especialmente nas áreas de maior movimentação, para garantir durabilidade.

e) Tamanhos Disponíveis

- Tamanhos padrão adulto: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.

- Sob medida: disponível quando necessário para atender necessidades específicas dos profissionais.

f) Amostra

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do conjunto completo (blusa + calça) para avaliação técnica e validação prévia da contratante, conforme os padrões definidos neste Termo de Referência.

• Item 6– Jalecos (Feminino e Masculino)

a) Jaleco Feminino – Modelo Princesa (sem manga)

• Modelo: Jaleco sem mangas, modelagem acinturada tipo princesa, com recortes anatômicos frontais e posteriores.

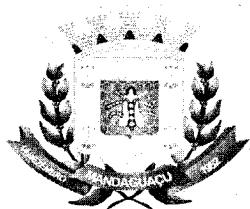
• Frente: Recorte princesa com abotoamento simples, sem gola.

• Costas: Silhueta princesa com meio cinto costurado, oferecendo melhor caimento.

• Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados, embutidos nas costuras laterais.

• Acabamentos:





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- Vivos embutidos nas costuras frontais, nos bolsos e no cinto das costas, para acabamento e reforço.
- Comprimento final da peça: 82 cm.
- Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, que reduz a formação de bolinhas.
- Identificação visual:
 - Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.
- Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.
- Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

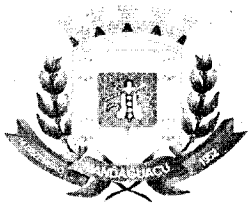
b) Jaleco Masculino – Modelo Gola Padre (sem manga)

- Modelo: Jaleco masculino sem mangas, com gola tipo padre e abotoamento simples.
- Frente: Abertura com abotoamento simples, gola padre tradicional.
- Costas: Abertura inferior na barra, para conforto e mobilidade.
- Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados.
- Acabamentos:
 - Cavas com acabamento interno limpo e reforçado.
- Comprimento final da peça: 95 cm.
- Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, para maior durabilidade.
- Identificação visual:
 - Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.
- Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.
- Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

1.2. LAUDOS:

A contratada deverá apresentar, previamente à produção definitiva, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, referentes aos itens 1, 2, 3, 5 e 6, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: identificação da cor por código Pantone, gramatura (em g/m²), composição do tecido, além de ensaios de encolhimento/alongamento e resistência ao estouro. Tais laudos deverão ser entregues juntamente com a respectiva amostra física de cada item, para fins de análise e aprovação por parte da contratante, sendo condição indispensável para a aprovação dos protótipos e a autorização da produção. Ressalta-se que o item 4 possui laudo próprio, estando





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 - Vila Bernadino Bogo, 175 - Caixa Postal 81 - CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br - e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



dispensado de nova apresentação. Para fins de comprovação técnica, serão aceitos os seguintes métodos e normas:

- Composição do Tecido: AATCC 20/05 e 20A/05, e NBR 13538:1995 / NBR 11914:1992;
- Gramatura: NBR 10591:2008 – Determinação da gramatura de tecidos;
- Encolhimento e Alongamento: NBR 10320:1988 – Determinação das alterações dimensionais em tecidos planos e malhas (lavagem em máquina caseira automática);
- Resistência ao Estouro: NBR 13384:1995 – Ensaio realizado com equipamento Mullentester.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, o qual apresenta de forma pormenorizada a motivação da demanda, os critérios utilizados para a definição dos quantitativos, as especificações técnicas dos itens requeridos e a justificativa da escolha da solução adotada.

2.2. O ETP, que integra este Termo de Referência na forma de apêndice, detalha a necessidade de padronização visual dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, com foco na melhoria da identificação dos servidores nas unidades escolares, além de atender a critérios de segurança, conforto, higiene e imagem institucional da Administração Pública.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A contratante orientará os servidores quanto ao descarte consciente das embalagens dos produtos fornecidos, incentivando a destinação para reciclagem, em conformidade com as boas práticas de sustentabilidade ambiental.

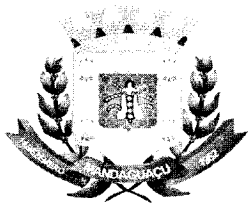
Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

- 5.1. Prazo de entrega:** Será de **20 (vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho, de forma parcela e de acordo com a necessidade de cada Secretaria.
- 5.2. Local de entrega:** Os locais de entrega constam no Anexo I deste termo e será informado no envio da Nota de Empenho (mas poderão sofrer alteração durante a vigência da ata de registro de preços).
- 5.3. Horário de entrega:** De segunda à sexta-feira no horário das 08h00min às 10h00min e das 13h00min às 16h00min.
- 5.4. Embalagem:** Os produtos deverão ser embaladas individualmente em saco plástico transparente e resistente de tamanho proporcional à peça contendo na sua parte externa etiqueta adesiva descrevendo o tipo e o tamanho da respectiva peça, conforme modelo a ser seguido neste termo de referência constado no anexo II como também a caixa para envio dos produtos deve ser comumente resistente e seguir o peso comportado pelas caixas selecionadas, para que no momento de transporte e locomoção as mesmas não sejam afetadas, rasgadas ou quebradas
- 5.5.** Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada.
- 5.6.** Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e no edital, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Prazo de Vigência

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 12, inciso X, do Decreto Municipal nº 8.441/2023, podendo ainda ser renovado o quantitativo originalmente estabelecido na Ata, caso em que será desconsiderado eventual saldo remanescente.

6.2. Alterações Contratuais

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/6075-0324-A886-E675> e informe o código 6075-0324-A886-E675





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Nos termos dos artigos 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá alterar unilateralmente o contrato para acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, limitada a alteração a até 25% do valor inicial atualizado, ou a até 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento, vedada a transfiguração do objeto.

6.3. Da Possibilidade de Prorrogação do Contrato

6.3.1. Nos casos de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, bem como seus quantitativos inicialmente estabelecidos, poderão ser prorrogados por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Já nos casos de contrato de serviços e fornecimentos contínuos, decorrente deste processo, poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Para ambos os casos a prorrogação contratual ocorrerá nos moldes estabelecidos acima desde que:

- I – Haja justificativa da Administração quanto à continuidade da necessidade do serviço;
- II – Seja demonstrada a vantagem da prorrogação em relação à realização de nova licitação;
- III – Permaneçam as condições iniciais do contrato, ou seja, formalmente ajustado o equilíbrio econômico-financeiro.

7. DAS AMOSTRAS

7.1. A licitante classificada no certame deverá apresentar, no prazo estabelecido pela Administração, amostras físicas de todos os itens do respectivo lote por ela classificados, devidamente identificadas e acompanhadas do memorial descritivo de cada item. As amostras deverão ser entregues juntamente com os laudos técnicos emitidos por laboratórios, contendo, conforme o caso, as seguintes informações: código Pantone da cor, gramatura do tecido, composição têxtil, encolhimento/alongamento e resistência ao estouro, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência. A não apresentação das amostras ou dos laudos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação da licitante.

7.2. Local para entrega das amostras: Secretaria de educação de Mandaguáçu.

7.3. Endereço: Rua Bernardino nº 100, Galeria Itália, Centro Sul, CEP: 87.160-266.

7.4. Prazo de entrega: 10 (Dez) dias corridos, após sessão de abertura e julgamento de propostas.

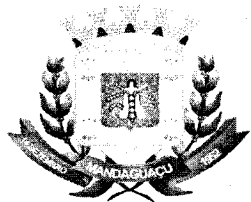
7.5. Horário de entrega: Das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min.

7.6. Responsável pelo recebimento das amostras: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e/ou Eliane Ferreira Martins Montovanelli.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO

Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/6075-0324-A886-E675> e informe o código 6075-0324-A886-E675





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



7.7. E-mail: mandaguacucmpraseducacao@gmail.com

7.8. Telefone: (44) 3245-5588 – Setor de compras – Secretaria de Educação.

7.9. DA CONFEÇÃO DAS AMOSTRAS

As amostras deverão ser confeccionadas com base nas especificações do termo de referência.

7.10. DA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS

7.10.1. Deverão ser entregues 1 (uma) amostra de cada item nos tamanhos M ou G, exceto o item 4, que deverá ser entregue no tamanho 37.

7.10.2. O laudo técnico deverá ser em nome da licitante e emitido por laboratório têxtil, deverá comprovar que a gramatura, composição e a tonalidade do Pantone dos tecidos atendem as especificações exigidas para cada produto, como também a apresentação dos laudos indicados em cada item.

7.10.3. Para os itens que não possuem indicativo de tolerância para as medidas utilizar a variação de 5% para mais ou 5% para menos.

7.10.4. Para a análise das amostras será adotado o critério objetivo de comparação entre a especificação do material proposto pela empresa e a especificação mínima exigida para o produto, conforme termo, para que seja possível verificar se a amostra apresentada atende as condições mínimas exigidas.

7.10.5. As amostras deverão proporcionar condições de segurança e conforto de forma a garantir a qualidade e deverão atender as normas do INMETRO, ABNT 15778 e o Código de Defesa do Consumidor, podendo ser avaliado visualmente o modelo, acabamento, cor, costuras, textura, tecido, aviamentos que sejam divergentes das especificações técnicas, rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, construção do tecido visivelmente diferente do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos aparentes nos uniformes ou em seus insumos, inclusive proporcionalidade das medidas de acordo com as especificações.

7.11. DA CLASSIFICAÇÃO

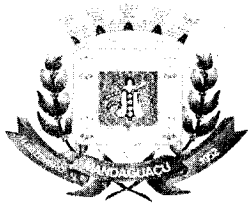
7.11.1. Poderão ser desclassificadas as empresas cujas amostras não forem entregues dentro do prazo, bem como as que não atendam às especificações do termo;

7.11.2. Ocorrendo algum dos casos apresentados no parágrafo supracitado, o pregoeiro convocará a segunda licitante classificada, para que nos mesmos prazos e condições, apresente suas amostras, e assim sucessivamente.

7.12. DAS PENALIDADES

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/6075-0324-A886-E675> e informe o código 6075-0324-A886-E675





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



7.12.1. Após a homologação do certame, o licitante terá até 30 (trinta) dias para retirar as amostras no mesmo endereço indicado para entrega.

7.12.2. Após o decurso de tal prazo, em não havendo a retirada será entendido como renúncia aos produtos, podendo a secretaria municipal de educação, descartá-los, sem gerar as licitantes o direito de quaisquer ressarcimentos.

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do contrato o Sr.^a Sandra Aparecida Francisco, pelo Fiscal Sr. ^o Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e fiscal substituto Sr. Eliane Ferreira Martins Montovanelli, que desempenharão as funções de Fiscalização Técnica e Administrativa.

Fiscalização Técnica

8.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VI);

8.7. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, II);

8.8. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, III);





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Educação em Transformação

8.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, IV);

8.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, V);

8.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VII);

Fiscalização Administrativa

8.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, I e II);

8.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, IV).

Gestor do Contrato

8.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, IV).

8.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, II).

8.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, III).





Prefeitura do Município de Mandaguacu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



8.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

9.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. (Art. 140, II, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Art. 14 do Decreto Municipal nº 8425/2023.

9.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/6075-0324-A886-E675> e informe o código 6075-0324-A886-E675





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente, para fins de liquidação, deve verificar se o documento apresentado expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

9.8.1. a data da emissão;

9.8.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.8.3. o período respectivo de execução do contrato;

9.8.4. o valor a pagar;

9.8.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

Prazo de pagamento

9.10. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente.

9.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

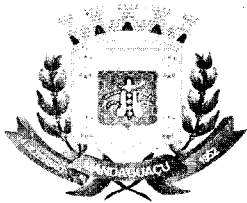
9.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, sob o regime de REGISTRO DE PREÇO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



10.2. Por tratar-se de único ente contratante, o Município de Mandaguáçu, é dispensado do procedimento público de intenção de registro de preços em conformidade com o art. nº 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e com o Art. 9º, § 2º do Decreto Municipal nº 8441/2023.

10.3. Optamos pela adoção do Regime de Registro de Preços, pois trata-se de aquisições rotineiras que terão seus preços registrados para futuras aquisições conforme demanda, e porque estamos incluindo um item do qual não temos histórico de consumo, logo não se obriga a aquisição caso a quantidade estimada esteja acima da demanda.

Forma de fornecimento

10.4. O fornecimento do objeto será de forma parcelada de acordo com as necessidades de cada Secretaria Municipal, conforme modelo de execução do objeto descrito no tópico 5 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.5. Os requisitos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão disciplinados no Edital.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação anual é de R\$ 689.779,35 (Seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme detalhamento na Tabela nº 01 deste termo.

11.2. Por tratar-se de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações em conformidade com o art. 22 do Decreto Municipal nº 8441/2023:

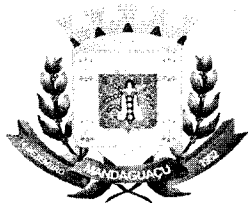
11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2.021;

11.2.2. Em caso de criação alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para contratação, ou

11.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação	Elemento	Descrição	Fonte	Descrição
420	3.3.90.30	Material de Consumo	0107	Rec. Salário Educação
414	3.3.90.30	Material de Consumo	0102	Fundeb 30%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0103	Educação 5%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0104	Educação 25%

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Mandaguáçu, 26 de setembro de 2025.

SANDRA APARECIDA FRANCISCO

Gestor

LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA

Fiscal

ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI

fiscal substituto

Anexo I

Local de Entrega:

Secretaria de Educação	Rua Bernardino Bogo, 100	3245-5588	Luiz/Maria/Eliane
------------------------	--------------------------	-----------	-------------------

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/6075-0324-A886-E675> e informe o código 6075-0324-A886-E675





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 6075-0324-A886-E675

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA APARECIDA FRANCISCO (CPF 632.XXX.XXX-72) em 29/09/2025 07:57:45 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/6075-0324-A886-E675>

Memorando 8- 9.795/2025

De: Eliane M. - CLEDU

Para: ADP - Assuntos Administrativos e Processos - A/C Pedro J.

Data: 29/09/2025 às 15:35:42

—
Eliane Ferreira Martins Montovanelli
Auxiliar de Licitação

Memorando 9- 9.795/2025

De: Pedro J. - ADP

Para: PGM - Procuradoria Geral do Município

Data: 19/11/2025 às 13:57:37

Prezados,

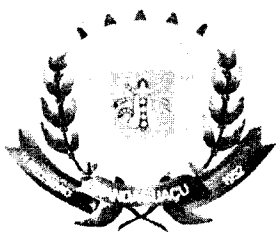
Segue minuta para análise e emissão de parecer jurídico.

Pedro Costa Junior

Anexos:

PORTARIA_2025.pdf

PREGAO_2025_PM_MANDAGUACU_PR_RP_UNIFORMES.docx



Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 Caixa Postal 81 CEP 87.160-000

PABX/FAX (44)3245-8400 CNPJ 76.285.329-0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

PORTARIA Nº 7365/2025

O Senhor **José Roberto Mendes**, Prefeito do Município de Mandaguáçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

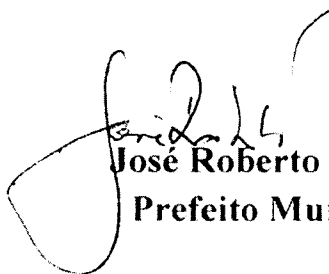
RESOLVE:

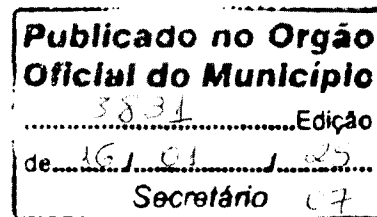
Art. 1º Fica nomeado o Servidor **Alzir Bocchi Junior**, como **PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÃO** do Município de Mandaguáçu e os Servidores **Paulo Henrique Grandizoli de Oliveira** e **Bárbara Bortoli Ribeiro**, como **MEMBROS** da equipe de apoio pelo exercício de 2025.

Art. 2º Ficam revogados dispositivos em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigora na data de sua publicação

Mandaguáçu, 14 de janeiro de 2025.


José Roberto Mendes
Prefeito Municipal



GABINETE DO PREFEITO

Rua Bernadino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo - CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

prefeito@mandaguacu.pr.gov.br



Memorando 10- 9.795/2025

De: Fernando R. - PGM

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 25/11/2025 às 11:05:16

Setores envolvidos:

PGM, ADP, CLEDU, CTBC, SED

ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS

Segue parecer.

Cordialmente,

Fernando Cesar Rocco

Procurador do Município

OAB/PR 33.181

Anexos:

parecer_pregao_eletronico_SRP_uniforme_servidores_rede_educacao.pdf





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

PARECER JURÍDICO

Referência: **Memorando 9.795/2025**

Assunto: **Procedimento licitatório – Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços – Fase preparatória**
- Parecer

Interessados: **Secretaria Municipal de Educação**

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a este órgão consultivo para análise da regularidade jurídica do procedimento e da minuta de Edital de Pregão Eletrônico, processado sob o Sistema de Registro de Preços, que tem por objeto a compra *“de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, compreendendo motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais servidores em exercício nas unidades escolares.”*, no valor estimado de R\$ 689.779,35.¹

O processo está instruído com os seguintes documentos:

- documento de formalização de demanda;
- estudo técnico preliminar;
- parecer contábil;
- orçamentos e termo de referência;
- minutas de edital, ata de registro de preços, contrato e portaria de nomeação do agente de contratação.

Em apertada síntese, é o objeto de análise.

II – FUNDAMENTAÇÃO

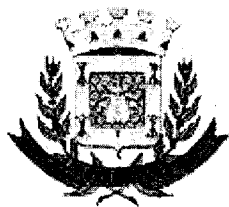
1. DOS LIMITES PARA ANÁLISE JURÍDICA

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Dessa maneira, não há determinação legal a impor a fiscalização posterior de cumprimento de recomendações feitas pela unidade jurídico-consultiva. Além do mais, na eventualidade de o administrador não atender as orientações do Órgão Consultivo, deve justificar nos autos as razões que embasaram tal postura, nos termos do art. 50, VII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento, excluídos, portanto, aqueles de natureza eminentemente técnica, o que inclui o detalhamento do objeto da

¹ Conforme Termo de Referência.





Prefeitura do Município de Mandaguá

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

contratação, suas características, requisitos e especificações. Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração.

Diante disso, convém alertar que a Procuradoria Jurídica não é órgão revisor, sendo sua incumbência analisar os aspectos legais do procedimento, a fim de verificar se atendem ao ordenamento jurídico, mas não realizar apontamentos formais em relação aos documentos elaborados, o que, inclusive, compromete a eficiência e celeridade na tramitação dos procedimentos licitatórios.

Feita a ressalva, passa-se à análise estritamente jurídica do presente processo.

2. DA UTILIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO COMO MODALIDADE DE LICITAÇÃO

Vê-se que a escolha do Pregão Eletrônico, como modalidade de licitação, foi inadequada, pois o bem a ser adquirido não foi qualificado como comum pela unidade técnica (art. 6º, XIII, e art. 29 da Lei nº 14.133, de 2021), impondo-se os devidos ajustes.

Em sendo qualificado como comum o objeto e mantida a modalidade Pregão, destaque-se desde já que, à luz do art. 6º, XLI, Lei nº 14.133, de 2021, somente é possível licitar o presente objeto sob o tipo menor preço ou maior desconto.

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

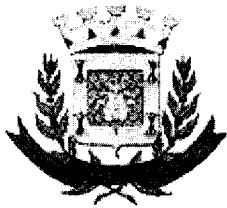
O Sistema de Registro de Preços - SRP - **poderá** ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial (art. 3º do Decreto Municipal nº 8.441, de 2023):

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou em regime de tarefa;
- III - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela administração.

No caso, verifica-se que a Administração indicou, no tópico 10.3 do Termo de Referência, que o Sistema de Registro de Preços foi adotado *"pois trata-se de aquisições rotineiras que terão seus preços registrados para futuras aquisições conforme demanda, e porque estamos incluindo um item do qual não temos histórico de consumo, logo não se obriga a aquisição caso a quantidade estimada esteja acima da demanda."*, o que se aproxima da hipótese prevista no art. 3º, inciso III do Decreto Municipal nº 8.441, de 2023.

Pelo exposto, considera-se cabível a adoção do SRP.





Prefeitura do Município de Mandaguauçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

4. DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Documentos necessários ao planejamento da contratação

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deverá produzir os documentos abaixo durante a fase de planejamento da contratação:

- a) Documento para formalização da demanda;
- b) Estudo técnico preliminar;
- c) Mapa(s) de risco;
- d) Termo de referência.

Dito isso, percebe-se que os documentos foram juntados aos autos, conforme indicado no relatório deste parecer.

Embora os documentos anexados ao processo sejam de natureza essencialmente técnica, faremos algumas observações a título de orientação jurídica.

Documento para formalização da demanda e estudos preliminares: principais elementos.

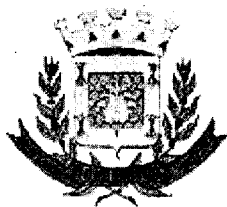
Da análise do Documento de Formalização da Demanda, percebe-se que há justificativa da necessidade da contratação e o nome da área requisitante ou técnica com a identificação do responsável.

O Estudo Técnico Preliminar, por sua vez, é definido pelo art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/21, como sendo o *“documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação”*.

Seus elementos estão previstos no art. 18, §1º, da mesma lei, bem como no art. 7º, do Decreto Municipal 8.387/2023, devendo a equipe de planejamento se certificar de que o ETP traz todos os conteúdos previstos na legislação citada, segundo o qual o ETP deve conter, obrigatoriamente:

- descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (inc. I);
- estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inc. V);
- estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação (inc. VI);
- justificativas para o parcelamento ou não da solução (inc. VII);
- posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (inc. XIII).





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

Eventual não previsão de qualquer dos conteúdos descritos 7º, do Decreto Municipal 8.387/2023, deverá ser devidamente justificada no próprio documento, consoante art. 7º, § 1º, do Decreto Municipal 8.387/2023.

No caso, verifica-se que a Administração juntou o estudo técnico preliminar em Despacho 1 e se percebe que referido documento contém, em geral, os elementos exigidos pelo Decreto Municipal 8.387/2023.

Gerenciamento de riscos

Cabe pontuar que “Mapa de Riscos” não se confunde com cláusula de matriz de risco, a qual será tratada quando da minuta de contrato e é considerada como a caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em que se aloca, de forma prévia e acertada, a responsabilidade das partes por possível ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

Quanto ao mapa de riscos, percebe-se que o documento não consta no processo, sendo necessário a devida regularização.

Termo de Referência

O art. 6º, XXIII, da Lei nº 14.133, de 2021, define o termo de referência como o documento necessário para a contratação de bens e serviços, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:

- a) definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, o prazo do contrato e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;
- b) fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;
- c) descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- d) requisitos da contratação;
- e) modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento;
- f) modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade;
- g) critérios de medição e de pagamento;
- h) forma e critérios de seleção do fornecedor;
- i) estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;
- j) adequação orçamentária.

Em se tratando de compras, o art. 40, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, dispõe que o termo de referência deverá conter, além dos elementos previstos acima, as seguintes informações:





Prefeitura do Município de Mandaguai

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

- I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;
- II - indicação dos locais de entrega dos produtos e das regras para recebimentos provisório e definitivo, quando for o caso;
- III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.

Ademais, o Decreto Municipal nº 8.418/2023 dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e a contratação de serviços, devendo a Administração cuidar para que suas exigências sejam atendidas no caso concreto.

Nesse contexto, em análise eminentemente formal, verifica-se que o termo de referência anexado em Despacho 7 contemplou, em geral, as exigências contidas nos normativos acima citados, **ressalvando-se o contido no tópico 10.1 que, contrariando os fundamentos técnicos conclusivos pela impossibilidade do parcelamento da solução constantes no tópico 8 do Estudo Técnico Preliminar, estipula o critério de julgamento menor preço por item e não global, bem como do documento ser omissivo quanto ao prazo de vigência contratual.**

Da exigência de amostras.

Consta, tanto no edital quanto no termo de referência, que a Administração Pública poderá solicitar a apresentação de amostras, a fim de verificar se o produto atende todas as especificações apontadas.

A possibilidade de exigência de amostras, exame de conformidade e prova de conceito tem previsão no art. 17, §3º, art. 41, II, e art. 42, §2º, todos da Lei nº 14.133, de 2021, e encontra-se fundamentada no Prejulgado nº 22 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos seguintes termos:

A apresentação de amostra do bem de consumo a ser adquirido poderá ser exigida pelo instrumento convocatório, mas **somente do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar.** O instrumento convocatório deverá estabelecer, além do **prazo razoável para apresentação da amostra, as características que deverão ser comprovadas, os critérios e os métodos que serão empregados na análise.** A apresentação da amostra não poderá ser exigida de forma prévia ou na fase de habilitação dos licitantes, mas **somente na fase de julgamento das propostas.** O instrumento convocatório deverá conter, de forma detalhada, porém objetiva, as características que a amostra deverá apresentar, além dos critérios e dos métodos que serão empregados na análise de suas características. Na hipótese de o licitante primeiro classificado não apresentar a amostra ou esta não atender os requisitos do edital, poderá a Administração, observada a legislação correlata à respectiva modalidade de licitação, convocar os licitantes remanescentes para fazê-lo. A Administração deverá dar publicidade aos relatórios, pareceres ou laudos decorrentes da análise realizada, firmados pelos responsáveis ou responsável pela análise, assegurando aos demais licitantes prazo razoável para o exercício do direito de eventual impugnação.

Sendo assim, conforme entendimento do TCE/PR, a exigência de amostras deve cumprir os seguintes requisitos:





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

- a) Exigível apenas do licitante classificado em primeiro lugar;*
- b) O edital deve prever prazo razoável para apresentação da amostra, características que deverão ser comprovadas, critérios e métodos a serem empregados na análise;*
- c) As amostras só podem ser exigidas na fase de julgamento das propostas;*
- d) O edital deve detalhar, objetivamente, as características da amostra, bem como os critérios e métodos empregados na análise de suas características;*
- e) Caso o licitante classificado em primeiro lugar não apresente a amostra, ou esta não cumpra as especificações do edital, os demais licitantes poderão ser convocados;*
- f) Deve-se dar publicidade aos relatórios, pareceres e laudos decorrentes da análise das amostras, assegurado direito de eventual impugnação.*

Além disso, em outra oportunidade, o Tribunal de Contas, analisando o Edital nº 30/2018, do Município de Mandaguçu, verificou irregularidades quanto à exigência de amostras, pois não havia previsão de prazo razoável para sua apresentação, nem definição dos critérios que norteariam a análise das amostras, sugerindo a adequação do instrumento convocatório (Apontamento Preliminar de Acompanhamento – APA, do Pregão Presencial nº 30/2018).

Nesse sentido, reputamos que o tópico 7 do termo de referência e os correspondentes no edital satisfazem as orientações do TCE, pois disciplinam, objetivamente, quais as características devem ter a amostra e quais os critérios e métodos serão empregados em sua análise.

A fase preparatória ainda deve incluir todos os elementos previstos no art. 18, da Lei nº 14.133/2021. Sobre o tema, algumas considerações devem ser feitas em tópicos apartados, a seguir.

Necessidade da contratação e vedações às especificações restritivas

A necessidade da contratação foi devidamente justificada, conforme consta no tópico 1 do Estudo Técnico Preliminar, tendo sido estimados os quantitativos conforme justificativa constante no tópico 6 do mesmo documento.

Como se sabe, a justificativa da necessidade da contratação constitui questão de ordem técnica e administrativa, razão pela qual não deve esta Procuradoria se pronunciar conclusivamente acerca do mérito (oportunidade e conveniência) da motivação apresentada e das opções feitas pelo administrador, exceto na hipótese de afronta a preceitos legais, o que não nos parece ser o caso.

Observe-se, ainda, que são vedadas especificações do objeto que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização (art. 9º, da Lei nº 14.133/2021). Portanto, o gestor deverá tomar as devidas cautelas para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais à contratação, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração.

Parcelamento da contratação e regra geral da necessária adjudicação por itens





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

Outro ponto relevante diz respeito ao parcelamento do objeto a ser contratado em licitações. Em havendo divisibilidade de natureza técnica e econômica, a regra geral é realizar a adjudicação por itens, tal qual previsto na Súmula TCU nº 247:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

No caso de compras, na aplicação do princípio do parcelamento, deverão ser considerados (art. 40, V, "b", § 2º, Lei nº 14.133/2021):

- I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;
- II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e
- III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

Ademais, o parcelamento não será adotado quando (art. 40, V, "b", § 3º, Lei nº 14.133/2021):

- I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

Dito isso, percebe-se que o presente certame previu a adjudicação do objeto por itens. Entretanto, reitera-se a impropriedade já alertada quando da análise acima do Termo de Referência quanto à manifesta contrariedade com o tópico 8 do ETP, que em conclusão ao estudo elegeu o julgamento por lote da licitação como mais adequado, atraindo a aplicação das exceções dos incisos acima transcritos.

Do orçamento da contratação e da obrigatoriedade de elaboração de planilhas

Quanto ao orçamento, é dever da Administração elaborar planilha detalhada com a consolidação dos quantitativos e preços unitários e total da contratação (art. 6º, XXIII, alínea "i", art. 18, IV, e § 1º, VI, da Lei nº 14.133/2021).

Tendo em conta a natureza estritamente técnica do orçamento, a adequação da metodologia empregada para estimar o valor de mercado do objeto contratual deixará de ser examinada por esse órgão jurídico, posto ser atribuição não afeta à formação jurídica e ao prisma do exame da estrita legalidade.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

Ressalta-se, contudo, que a pesquisa de preços deverá ser executada de acordo com o Decreto Municipal nº 8.416/2023. No caso em tela, verifica-se que foram estimados os custos unitário e total da contratação em planilhas de custos anexadas em Despacho 6, a partir dos dados coletados por meio de pesquisa de preços, havendo a Administração emitido manifestação técnica conclusiva, contendo a análise crítica dos preços obtidos.

Designação formal do pregoeiro e da equipe de apoio

Por fim, tal exigência foi atendida, pois houve a juntada, em Despacho 9, de documento que comprova a designação do pregoeiro e da equipe de apoio (art. 8º, §§ 1º e 5º, da Lei nº 14.133/2021).

5. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Os artigos 47 e 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 trazem hipóteses especiais de licitações direcionadas, seja direta ou indiretamente, às microempresas e empresas de pequeno porte.

Para tanto, prevê que nas contratações públicas da administração deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, além da realização de processos licitatórios destinados exclusivamente à participação destas, da possibilidade de exigência de subcontratação em processos destinados à aquisições de obras ou serviços, e a previsão de cota do objeto.

Dispõe a referida lei:

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

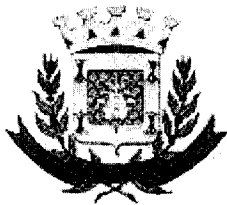
Art. 48. Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública: (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021)

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

II - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

Assinado por 1 pessoa: FERNANDO CESAR ROCCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/B3C8-E530-1358-F0A1> e informe o código B3C8-E530-1358-F0A1





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

II - poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte; (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

III - deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Conforme Prejulgado nº 27 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tratam-se de diferentes situações. A primeira delas, disposta no art. 48, inciso I, da Lei Complementar n.º 123/2006, impõe a obrigatoriedade da realização de licitação exclusiva à participação de microempresas e empresas de pequeno porte sempre que os itens ou lotes submetidos à competição tenham valor adstrito ao limite legal de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

A segunda situação aplica-se aos bens de natureza divisível, cujo valor ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais): nesta hipótese, deverá a Administração reservar uma cota de 25% (vinte e cinco por cento) para disputa apenas entre as pequenas e microempresas, sendo que a aplicação destes instrumentos de fomento dos incisos I e III do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 é obrigatória à Administração Pública, somente podendo ser afastada nas hipóteses retratadas no art. 49 do mesmo diploma legislativo, exigindo-se, em qualquer caso, motivação específica e contextualizada quanto à sua incidência.

Destaca-se a disposição expressa do ACÓRDÃO Nº 2122/19 – Tribunal Pleno (Processo n.º 46576/17):

(...) Outrossim, para aqueles bens de natureza divisível, cujo valor ultrapasse o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a Administração deve reservar uma cota de 25%(vinte e cinco por cento) para disputa apenas entre as pequenas e microempresas, o que deve ser expressamente previsto no instrumento convocatório, conforme a regra prevista no inciso III do art. 48.

No âmbito do Município de Mandaguçu, tem-se a Lei Municipal 1.599/2007 que estabelece tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e às empresas de pequeno porte, em conformidade com as normas gerais previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006.

Diante disso, verifica-se que a contemplação do tratamento favorecido e diferenciado está a depender do saneamento do processo no que se refere ao critério de julgamento que será adotado definitivamente. Em sendo aplicado o critério de menor preço por lote, o afastamento do benefício legal terá lugar, porquanto o valor da contratação ultrapassaria R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não cabendo ainda a reserva de cotas por ser indivisível o objeto da contratação. Todavia, no caso de se aplicar o critério de julgamento menor preço por item, o tratamento diferenciado e favorecido deverá ser aplicado, tanto para os itens exclusivos, quanto em relação à reserva de cotas para outros itens que ultrapassem o limite legal de R\$ 80.000,00.

6. DAS MINUTAS DE EDITAL, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CONTRATO





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

Segundo art. 25, da Lei nº 14.133/2021, “O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento”, os quais se encontram presentes no caso em tela, **ressalvando-se que há previsão de que o julgamento será por item, divergindo do Estudo Técnico Preliminar, conforme anteriormente já apontado neste parecer, bem como o fato de constar nos tópicos 12.4 e 12.5 menções “neste termo de referência”, “deste termo”, quando se está a tratar de minuta de edital de licitação.**

A ata de registro de preços, por sua vez, deverá conter os elementos do inciso XLVI, do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, o que foi observado no caso em tela.

Por fim, no tocante ao contrato, deverá conter, ao menos, as cláusulas previstas no art. 92, da Lei nº 14.133/2021, o que foi observado no caso em tela, **ressalvando-se o fato de constar na Cláusula Terceira menções “neste termo de referência”, “deste termo”, quando se está a tratar de minuta de edital de licitação.**

Alerta-se por fim que, caso seja celebrado contrato, este deve prever apenas as quantidades a serem efetivamente contratadas, pois, diferentemente da ata de registro de preços, que compreende apenas o compromisso do fornecedor, trata-se de documento de natureza jurídica obrigacional, que vincula as partes às suas cláusulas.

7. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

No presente caso, em atenção ao art. 6º, XXIII, “j”, c/c art. 18, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, consta em Despacho 5 a declaração do setor competente acerca da previsão dos recursos orçamentários necessários para fazer face às despesas decorrentes da futura contratação, com a indicação da respectiva rubrica.

8. DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL

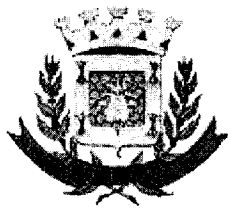
Conforme art. 54, *caput* e §1º, c/c art. 94 da Lei nº 14.133/2021, é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do edital de licitação e dos seus anexos e do termo de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas e a publicação de extrato do edital no Diário Oficial do Município, bem como em jornal de grande circulação.

No caso, deve ser observado o prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, para a apresentação das propostas e lances, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto (art. 55, I, “a”, Lei nº 14.133/2021).

Destaca-se também que, após a homologação do processo licitatório, é obrigatória a disponibilização no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) dos documentos elaborados na fase preparatória que

Assinado por 1 pessoa: FERNANDO CESAR ROCCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/B3C8-E530-1358-F0A1> e informe o código B3C8-E530-1358-F0A1





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – PABX/FAX (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

porventura não tenham integrado o edital e seus anexos, conforme determina o art. 54, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, manifesta-se esta Procuradoria pela **REGULARIDADE JURÍDICA, COM RESSALVAS**, do procedimento submetido ao exame desta unidade consultiva, condicionada ao atendimento das recomendações formuladas neste parecer (em destaque no texto), ressalvado o juízo de mérito da Administração e os aspectos técnicos, econômicos e financeiros, que escapam à análise deste órgão.

É o parecer, salvo entendimento diverso.

Mandaguáçu-PR, 25 de novembro de 2025.

Fernando Cesar Rocco

Procurador Jurídico





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B3C8-E530-1358-F0A1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDO CESAR ROCCO (CPF 030.XXX.XXX-92) em 25/11/2025 11:05:40 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/B3C8-E530-1358-F0A1>

Memorando 11- 9.795/2025

De: Pedro J. - ADP

Para: CLEDU - Compras e Licitação

Data: 25/11/2025 às 11:22:13

Prezados.

Segue parecer para adequações.

Pedro Costa Junior

Memorando 12- 9.795/2025

De: Eliane M. - CLEDU

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 25/11/2025 às 12:31:45

Setores envolvidos:

PGM, ADP, CLEDU, CTBC, SED

ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS

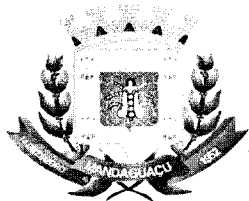
Boa tarde

Segue ETP retificado e análise de risco.

Eliane Ferreira Martins Montovanelli
Auxiliar de Licitação

Anexos:

2_ETP_SUETER_E_UNIFORMES_retificado.doc
2_ETP_SUETER_E_UNIFORMES_retificado.pdf
4_ANALISE_DE_RISCO_UNIFORME_2026.docx
4_ANALISE_DE_RISCO_UNIFORME_2026.pdf



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição das Necessidades

- 1.1. Trata-se, o presente estudo, da contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguçu, visando atender às seguintes necessidades:
- 1.2. O fornecimento de uniformes para todas as categorias de servidores da educação municipal, como motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais profissionais em exercício nas unidades escolares.
- 1.3. Padronizar a vestimenta dos profissionais da educação, promovendo organização, identificação visual institucional e valorização da imagem dos servidores no ambiente escolar.
- 1.4. Contribuir para a segurança no ambiente escolar, facilitando a identificação dos profissionais por parte dos alunos, pais, visitantes e demais membros da comunidade escolar.
- 1.5. O uso de vestimentas adequadas proporciona maior conforto, praticidade e funcionalidade aos profissionais no desempenho de suas funções, considerando as especificidades e demandas de cada cargo ou função exercida nas unidades escolares.
- 1.6. A medida visa ainda reforçar a presença institucional da rede municipal de ensino, transmitindo à comunidade escolar uma imagem de seriedade, compromisso e profissionalismo, além de fortalecer o vínculo entre escola, famílias e sociedade
- 1.7. A adoção de uniformes institucionais está alinhada com os princípios da eficiência, padronização e valorização do servidor público, promovendo melhoria nas condições de trabalho e no atendimento à comunidade escolar.

2. Área Requisitante

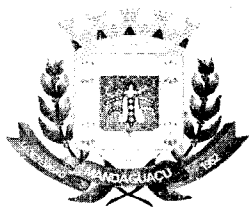
- 2.1. Secretaria Municipal de Educação – Responsável: Sandra Aparecida Francisco.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 3.1. A empresa contratada deverá atender a todos os requisitos legais previstos na legislação vigente, especialmente os dispostos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), bem como observar as seguintes condições específicas:
 - 3.1.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data estabelecida na Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
 - 3.1.2. A entrega e o descarregamento dos uniformes serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo ocorrer diretamente nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, às expensas da contratada, incluindo todos os custos com frete, embalagens, tributos, encargos trabalhistas e demais despesas acessórias necessárias.
 - 3.1.3. Os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeira qualidade, atender às especificações técnicas que serão descritas no Termo de Referência, e estar livres de quaisquer defeitos ou vícios que comprometam seu uso.
 - 3.1.4. A contratada se obriga a garantir a qualidade, a integridade e a conformidade dos uniformes entregues, respondendo por quaisquer irregularidades constatadas, bem como pela substituição de itens com defeito, sem ônus para a administração pública.
 - 3.1.5. Em caso de atraso na entrega, descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, a empresa contratada ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/68A5-7AF1-C1DE-7DBC> e informe o código 68A5-7AF1-C1DE-7DBC





Prefeitura do Município de Mandaguacu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



4. Levantamento de Mercado

- 4.1. Com o objetivo de identificar as melhores práticas disponíveis e possíveis soluções para o atendimento da demanda, foram realizadas pesquisas de mercado, bem como consultas a contratações realizadas por outros órgãos e entidades públicas.
- 4.2. Constatou-se que as soluções adotadas por outras administrações são, em sua maioria, similares, consistindo na contratação de empresas especializadas no fornecimento de uniformes, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. As variações observadas referem-se, principalmente, à forma de contratação, podendo ser por meio de Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação ou outras modalidades previstas na legislação vigente.
- 4.3. Verificou-se, ainda, a ampla disponibilidade de empresas no mercado com capacidade técnica e operacional para atender à demanda, o que confirma a viabilidade da contratação e reforça a competitividade do certame.

5. Descrição da Solução como um todo

- 5.1. A aquisição de uniformes para os profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguacu é essencial para promover a padronização, segurança, identificação e valorização dos servidores no ambiente escolar. Após análise das alternativas disponíveis, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa para a Administração Pública é a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços.
- 5.2. Essa forma de contratação permite maior flexibilidade na aquisição dos itens, evitando compras em excesso e possibilitando que os uniformes sejam fornecidos conforme a real necessidade da Secretaria Municipal de Educação, de forma proporcional à demanda das diferentes categorias de profissionais (como motoristas, atendentes, berçaristas, professores, cozinheiras e demais servidores).

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

6.1. Tabela 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	CAMISETA MANGA CURTA	UND	230
2	BLUSA LÃ SUETER	UND	4700
3	UNIFORME MERENDEIRA	UND	80
4	SAPATO MERENDEIRA	UND	40
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS (scrub)	UND	330
6	JALECO PROFESSOR FEM.	UND	245
7	JALECO PROFESSOR MASCULINO	UND	20

6.2. Tabela 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD POR PROFISSIONAL
1	CAMISETA MANGA CURTA	02
2	BLUSA LÃ SUETER (ALUNO E PROFISSIONAL)	01
3	UNIFORME MERENDEIRA	02
4	SAPATO MERENDEIRA	01
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS (scrub)	02
6	JALECO PROFESSOR FEM.	01
7	JALECO PROFESSOR MASCULINO	01





Prefeitura do Município de Mandaguauçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- 6.3. A estimativa das quantidades foi elaborada com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o número de profissionais atualmente em exercício na Rede Municipal de Ensino, distribuídos entre motoristas, atendentes, berçaristas, professores, cozinheiras e demais servidores.
- 6.4. Considerando a possibilidade de aumento no número de profissionais ao longo do período de vigência do contrato, foi previsto um acréscimo proporcional nos quantitativos estimados, de forma a garantir o atendimento à demanda futura sem a necessidade de novo processo licitatório em curto prazo.

7. Estimativa do valor da Contratação

- 7.1. Foi estimado o valor máximo da contratação de R\$ 689.779,35 (seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), e o demonstrativo encontra-se detalhado em documento anexo junto a este processo intitulado de Mapa Comparativo de preços.

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

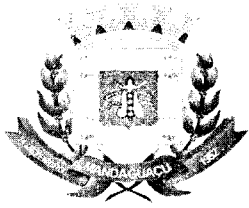
- 8.1. A contratação deve ser parcelada sempre que isso for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração, conforme determina a legislação vigente, ressalvados os casos em que tal medida se mostrar inviável. Após análise técnica e administrativa, concluiu-se que a **contratação por item** é a solução mais adequada às necessidades da Administração.
- 8.2. Embora a aquisição envolva peças de vestuário padronizadas (tais como camisetas, calças, jaquetas, entre outros), constatou-se que cada item possui características técnicas próprias, podendo ser fornecido por empresas diferentes, sem prejuízo à padronização final dos uniformes. A especificação detalhada no Termo de Referência assegura padrões uniformes de qualidade, materiais, cores e tamanhos, permitindo a perfeita harmonização entre os itens mesmo quando adquiridos separadamente.
- 8.3. A contratação por item também se mostra adequada do ponto de vista logístico. A fragmentação da aquisição permite que fornecedores especializados em tipos específicos de peças atendam com maior eficiência, sem comprometer a entrega global dos uniformes. Ademais, a Administração poderá organizar a distribuição de forma integrada, mantendo controle, rastreabilidade e uniformidade, ainda que os itens sejam fornecidos por empresas distintas.
- 8.4. Sob o aspecto econômico, a contratação por item amplia a competitividade do certame, permitindo a participação de micro e pequenas empresas que, muitas vezes, não possuem capacidade para fornecer todos os itens de um lote completo. O aumento da concorrência tende a gerar propostas mais vantajosas, além de permitir à Administração contratar diferentes fornecedores conforme apresentem os melhores preços para cada item específico. A gestão contratual também se torna mais eficiente, uma vez que cada item poderá ser acompanhado conforme suas particularidades, garantindo o fiel cumprimento do objeto.
- 8.5. Dessa forma, fica evidenciada a viabilidade — e, sobretudo, a vantajosidade — do parcelamento por item, sendo esta a opção mais eficiente, competitiva e alinhada ao interesse público, atendendo plenamente às necessidades da Administração Pública.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 9.1. Após análise técnica e administrativa, verifica-se que não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a esta demanda

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/68A5-7AF1-C1DE-7DBC> e informe o código 68A5-7AF1-C1DE-7DBC





Prefeitura do Município de Mandaguacu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



9.2. A aquisição de uniformes para os alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino configura-se como uma contratação autônoma, não estando vinculada a outros contratos ou processos licitatórios, seja em termos de fornecimento, execução conjunta ou dependência funcional.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

10.1. A presente contratação está alinhada com o planejamento institucional da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguacu, contribuindo diretamente para o alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho da rede municipal de ensino.

10.2. A aquisição de uniformes para os profissionais da educação reforça as diretrizes de valorização do servidor público, melhoria do ambiente escolar, padronização institucional e segurança nas unidades educacionais, estando em consonância com os princípios da administração pública e com os objetivos estratégicos definidos pela gestão municipal.

11. Previsão no Plano de Contratações Anual

11.1. Não foi feito o PCA para o ano de 2025.

12. Resultados Pretendidos

12.1. A presente contratação tem por objetivo alcançar os seguintes resultados:

- Padronização visual dos profissionais da rede municipal de ensino;
- Facilidade na identificação dos servidores por parte de alunos, pais e comunidade escolar;
- Valorização da imagem institucional da Administração Pública no ambiente educacional;
- Aumento da segurança nas unidades escolares, por meio da identificação imediata dos profissionais autorizados;
- Eficiência logística no fornecimento e distribuição dos uniformes, garantindo atendimento adequado às demandas reais das unidades escolares.

13. Providências a serem adotadas

Não foram identificadas providências prévias à contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

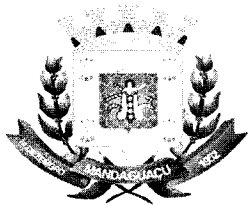
14.1. A presente contratação pode envolver impactos ambientais associados às etapas de produção, transporte e descarte dos uniformes, conforme descrito a seguir:

- Consumo de recursos naturais (como água e energia elétrica) durante os processos industriais de fabricação dos tecidos e confecção das peças;
- Utilização de produtos químicos (corantes, amaciantes, impermeabilizantes e outros insumos), com potencial risco de poluição hídrica e do solo, caso não sejam adotadas práticas de controle ambiental;
- Emissão de gases poluentes, como dióxido de carbono (CO₂), resultante das atividades logísticas e de transporte até as unidades da rede municipal de ensino;
- Geração de resíduos sólidos, especialmente pelo descarte inadequado de embalagens plásticas e materiais auxiliares utilizados na armazenagem e transporte dos uniformes;
- Dificuldade no rastreamento da cadeia produtiva, especialmente quanto à origem dos materiais e à adoção de práticas sustentáveis, caso não haja exigência de comprovação ambiental por parte dos fornecedores.

14.2. Recomenda-se, a inclusão de critérios de sustentabilidade no Termo de Referência e no edital, incentivando o uso de materiais com menor impacto ambiental, o descarte responsável de resíduos e a adoção de práticas produtivas ambientalmente corretas.

15. Medidas recomendadas





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



15.1. Com o objetivo de mitigar os impactos ambientais associados à fabricação, transporte e descarte dos uniformes, recomenda-se a adoção das seguintes medidas, desde que tecnicamente viáveis e economicamente compatíveis:

- Priorizar o uso de materiais recicláveis, biodegradáveis ou orgânicos na confecção dos uniformes, incentivando práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva;
- Utilizar embalagens reutilizáveis ou recicláveis, reduzindo a geração de resíduos sólidos descartáveis no processo de entrega e armazenamento;
- Estimular o uso de veículos com menor emissão de CO₂ no transporte dos uniformes, priorizando, sempre que possível, modais logísticos menos poluentes ou com compensação ambiental.

15.2. Tais medidas poderão ser incorporadas como critérios de sustentabilidade no Termo de Referência, contribuindo para uma contratação ambientalmente responsável e alinhada com os princípios da administração pública sustentável.

16. Declaração de Viabilidade

16.1. Diante das informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, considera-se viável a contratação pretendida sob os aspectos técnico, operacional e gerencial, uma vez que a solução atende às necessidades identificadas e está alinhada ao planejamento institucional.

16.2. Ressalta-se que a viabilidade econômico-financeira e jurídica deverá ser analisada pelas autoridades competentes, a fim de garantir a regularidade do processo e possibilitar a adoção das providências administrativas cabíveis, conforme determina a legislação vigente.

17. Justificativa da Viabilidade/Inviabilidade

17.1. O presente planejamento está em conformidade com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas da Secretaria Municipal de Educação, atendendo de forma adequada às demandas apresentadas pelos setores responsáveis.

17.2. Os benefícios esperados são compatíveis com os objetivos institucionais, os custos estimados demonstram economicidade e os riscos identificados são considerados administráveis, conforme descrito nas etapas anteriores deste Estudo Técnico Preliminar.

17.3. A área técnica responsável compromete-se a priorizar a adequada especificação, aquisição e acompanhamento do fornecimento dos itens relacionados, assegurando a eficiência da contratação proposta.

17.4. Dessa forma, considerando todos os elementos analisados, recomenda-se a viabilização da contratação, por se tratar de uma solução tecnicamente apropriada, operacionalmente exequível e estrategicamente alinhada ao interesse público.

Mandaguçu, 19 de setembro de 2025.

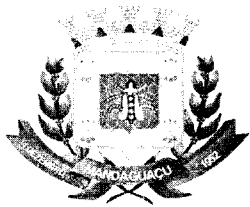
18. Responsáveis

SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Gestor

LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA
Fiscal

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/68A5-7AF1-C1DE-7DBC> e informe o código 68A5-7AF1-C1DE-7DBC





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br

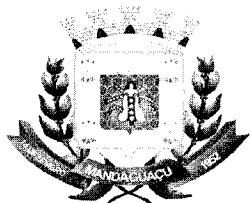


ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI

Auxiliar de licitação

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/68A5-7AF1-C1DE-7DBC> e informe o código 68A5-7AF1-C1DE-7DBC





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



ANÁLISE DE RISCO

RISCOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO:

Aquisição uniformes para os profissionais e sueter para alunos e profissionais.

1. RISCOS – FASE DE LICITAÇÃO

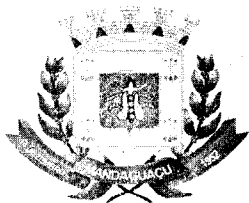
Risco	Probabilidade	Ação Preventiva	Ação de Contingência	Responsável
Deficiência do ato convocatório; critérios de julgamento, prazos e sanções, entre outros.	Baixa	Capacitação de servidores; incorporar as atualizações da legislação; estabelecer rotinas de revisão.	Suspensão da licitação	Diretoria de licitações.
Impugnação ao Edital	Baixa	Análise pormenorizada dos itens exigidos no Edital, de forma a não extrapolar as regulamentações previstas em Lei. Especificar com maior número de informações possíveis os objetos a serem contratados.	Tomar as providências necessárias ao saneamento do processo no menor prazo possível, de modo a permitir a realização da licitação.	Setor de licitação, Secretaria de Educação e Diretoria de compras.
Licitação sem vencedor habilitado	Média	Verificar as exigências solicitadas e analisar se encontram-se compatíveis com a realidade do mercado. Dar ampla publicidade ao edital.	Revisar as exigências do Edital.	Diretoria de Licitações e Diretoria de compras.

2. RISCOS – GESTÃO DO CONTRATO

Risco	Probabilidade	Ação Preventiva	Ação de Contingência	Responsável
Inércia frente a descumprimento de obrigações contratuais. Falha ou omissão no registro dos atos e fatos do contrato.	Baixa	Capacitação de servidores; conhecimento dos termos contratuais e do serviço a ser executado. Conhecimentos das responsabilidades dos fiscais. Estabelecer modelos e rotinas de acompanhamento do contrato.	Responsabilização da Gestão e Fiscalização contratual.	Gestor do contrato, Fiscal técnico, Administrativo e Setorial.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/68A5-7AF1-C1DE-7DBC> e informe o código 68A5-7AF1-C1DE-7DBC





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Descumprimento de prazos de entrega	Média	Estabelecer cronograma detalhado e cláusulas com penalidades; análise de capacidade técnica do fornecedor.	Aplicação de sanções contratuais e convocação do segundo colocado.	Gestor do contrato e Fiscal Técnicos
-------------------------------------	-------	--	--	--------------------------------------

Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

Diretor de administração e compras

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/68A5-7AF1-C1DE-7DBC> e informe o código 68A5-7AF1-C1DE-7DBC





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 68A5-7AF1-C1DE-7DBC

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA APARECIDA FRANCISCO (CPF 632.XXX.XXX-72) em 25/11/2025 14:01:22 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/68A5-7AF1-C1DE-7DBC>

Memorando 13- 9.795/2025

De: Luiz E. - CLEDU

Para: ADP - Assuntos Administrativos e Processos - A/C Pedro J.

Data: 25/11/2025 às 13:59:28

Setores envolvidos:

PGM, ADP, CLEDU, CTBC, SED

ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS

Boa tarde,

Por gentileza, desconsiderar o ETP encaminhado em despacho anterior.
Segue nova correção com as devidas alterações do ETP e TR para prosseguimento.
Obrigado!

As alterações foram evidenciadas nos arquivos .docx em amarelo.

Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

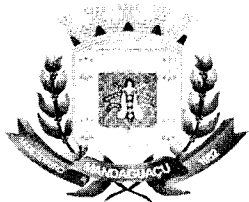
Anexos:

2_ETP_SUETER_E_UNIFORMES.doc

2_ETP_SUETER_E_UNIFORMES.pdf

3_TR_SUETER_E_UNIFORME_retificado.docx

3_TR_SUETER_E_UNIFORME_retificado.pdf



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição das Necessidades

- 1.1. Trata-se, o presente estudo, da contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguçu, visando atender às seguintes necessidades:
- 1.2. O fornecimento de uniformes para todas as categorias de servidores da educação municipal, como motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais profissionais em exercício nas unidades escolares.
- 1.3. Padronizar a vestimenta dos profissionais da educação, promovendo organização, identificação visual institucional e valorização da imagem dos servidores no ambiente escolar.
- 1.4. Contribuir para a segurança no ambiente escolar, facilitando a identificação dos profissionais por parte dos alunos, pais, visitantes e demais membros da comunidade escolar.
- 1.5. O uso de vestimentas adequadas proporciona maior conforto, praticidade e funcionalidade aos profissionais no desempenho de suas funções, considerando as especificidades e demandas de cada cargo ou função exercida nas unidades escolares.
- 1.6. A medida visa ainda reforçar a presença institucional da rede municipal de ensino, transmitindo à comunidade escolar uma imagem de seriedade, compromisso e profissionalismo, além de fortalecer o vínculo entre escola, famílias e sociedade
- 1.7. A adoção de uniformes institucionais está alinhada com os princípios da eficiência, padronização e valorização do servidor público, promovendo melhoria nas condições de trabalho e no atendimento à comunidade escolar.

2. Área Requisitante

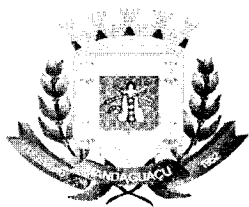
- 2.1. Secretaria Municipal de Educação – Responsável: Sandra Aparecida Francisco.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 3.1. A empresa contratada deverá atender a todos os requisitos legais previstos na legislação vigente, especialmente os dispostos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), bem como observar as seguintes condições específicas:
 - 3.1.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data estabelecida na Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
 - 3.1.2. A entrega e o descarregamento dos uniformes serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo ocorrer diretamente nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, às expensas da contratada, incluindo todos os custos com frete, embalagens, tributos, encargos trabalhistas e demais despesas acessórias necessárias.
 - 3.1.3. Os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeira qualidade, atender às especificações técnicas que serão descritas no Termo de Referência, e estar livres de quaisquer defeitos ou vícios que comprometam seu uso.
 - 3.1.4. A contratada se obriga a garantir a qualidade, a integridade e a conformidade dos uniformes entregues, respondendo por quaisquer irregularidades constatadas, bem como pela substituição de itens com defeito, sem ônus para a administração pública.
 - 3.1.5. Em caso de atraso na entrega, descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, a empresa contratada ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600> e informe o código A453-B94E-8A69-C600





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



4. Levantamento de Mercado

- 4.1. Com o objetivo de identificar as melhores práticas disponíveis e possíveis soluções para o atendimento da demanda, foram realizadas pesquisas de mercado, bem como consultas a contratações realizadas por outros órgãos e entidades públicas.
- 4.2. Constatou-se que as soluções adotadas por outras administrações são, em sua maioria, similares, consistindo na contratação de empresas especializadas no fornecimento de uniformes, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. As variações observadas referem-se, principalmente, à forma de contratação, podendo ser por meio de Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação ou outras modalidades previstas na legislação vigente.
- 4.3. Verificou-se, ainda, a ampla disponibilidade de empresas no mercado com capacidade técnica e operacional para atender à demanda, o que confirma a viabilidade da contratação e reforça a competitividade do certame.

5. Descrição da Solução como um todo

- 5.1. A aquisição de uniformes para os profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguçu é essencial para promover a padronização, segurança, identificação e valorização dos servidores no ambiente escolar. Após análise das alternativas disponíveis, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa para a Administração Pública é a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços.
- 5.2. Essa forma de contratação permite maior flexibilidade na aquisição dos itens, evitando compras em excesso e possibilitando que os uniformes sejam fornecidos conforme a real necessidade da Secretaria Municipal de Educação, de forma proporcional à demanda das diferentes categorias de profissionais (como motoristas, atendentes, berçaristas, professores, cozinheiras e demais servidores).

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

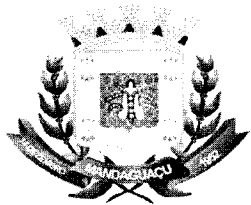
6.1. Tabela 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	CAMISETA MANGA CURTA	UND	230
2	BLUSA LÃ SUETER	UND	4700
3	UNIFORME MERENDEIRA	UND	80
4	SAPATO MERENDEIRA	UND	40
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS (scrub)	UND	330
6	JALECO PROFESSOR FEM.	UND	245
7	JALECO PROFESSOR MASCULINO	UND	20

6.2. Tabela 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD POR PROFISSIONAL
1	CAMISETA MANGA CURTA	02
2	BLUSA LÃ SUETER (ALUNO E PROFISSIONAL)	01
3	UNIFORME MERENDEIRA	02
4	SAPATO MERENDEIRA	01
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS (scrub)	02
6	JALECO PROFESSOR FEM.	01
7	JALECO PROFESSOR MASCULINO	01





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



6.3. A estimativa das quantidades foi elaborada com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o número de profissionais atualmente em exercício na Rede Municipal de Ensino, distribuídos entre motoristas, atendentes, berçaristas, professores, cozinheiras e demais servidores.

6.4. Considerando a possibilidade de aumento no número de profissionais ao longo do período de vigência do contrato, foi previsto um acréscimo proporcional nos quantitativos estimados, de forma a garantir o atendimento à demanda futura sem a necessidade de novo processo licitatório em curto prazo.

7. Estimativa do valor da Contratação

7.1. Foi estimado o valor máximo da contratação de R\$ 689.779,35 (seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), e o demonstrativo encontra-se detalhado em documento anexo junto a este processo intitulado de Mapa Comparativo de preços.

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

8.1. A contratação deve ser parcelada sempre que isso for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração, conforme determina a legislação vigente, ressalvados os casos em que tal medida se mostrar inviável. Após análise técnica e administrativa, concluiu-se que a contratação em lotes é a solução mais adequada às necessidades da Administração.

8.2. A aquisição dos uniformes compreende conjuntos padronizados de peças (tais como camisetas, jalecos, sapatos, blusas e conjuntos), que serão utilizados pelos profissionais da educação de forma integrada e simultânea. A contratação em lotes garante uniformidade de padrões visuais, qualidade dos materiais, bem como a padronização de cores e tamanhos entre os itens, aspectos que seriam comprometidos em contratações fragmentadas por item.

8.3. Além disso, a logística centralizada de fornecimento permite maior controle, rastreabilidade e eficiência na distribuição dos uniformes às unidades escolares, reduzindo os riscos de inconsistências entre os produtos, atrasos nas entregas e falhas de comunicação com múltiplos fornecedores.

8.4. Sob o aspecto econômico, a contratação em lotes viabiliza economia de escala, com possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos em razão do volume global contratado. Também promove maior eficiência na gestão contratual, facilitando o acompanhamento de prazos, garantias e obrigações, o que contribui para uma fiscalização mais eficaz e para o fiel cumprimento do objeto contratual.

8.5. Dessa forma, fica evidenciada a inviabilidade do parcelamento por item, sendo a contratação em lotes a opção mais eficiente, segura e vantajosa para a Administração Pública

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

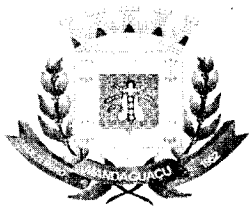
9.1. Após análise técnica e administrativa, verifica-se que não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a esta demanda

9.2. A aquisição de uniformes para os alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino configura-se como uma contratação autônoma, não estando vinculada a outros contratos ou processos licitatórios, seja em termos de fornecimento, execução conjunta ou dependência funcional.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600> e informe o código A453-B94E-8A69-C600





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



10.1. A presente contratação está alinhada com o planejamento institucional da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguáçu, contribuindo diretamente para o alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho da rede municipal de ensino.

10.2. A aquisição de uniformes para os profissionais da educação reforça as diretrizes de valorização do servidor público, melhoria do ambiente escolar, padronização institucional e segurança nas unidades educacionais, estando em consonância com os princípios da administração pública e com os objetivos estratégicos definidos pela gestão municipal.

11. Previsão no Plano de Contratações Anual

11.1. Não foi feito o PCA para o ano de 2025.

12. Resultados Pretendidos

12.1. A presente contratação tem por objetivo alcançar os seguintes resultados:

- Padronização visual dos profissionais da rede municipal de ensino;
- Facilidade na identificação dos servidores por parte de alunos, pais e comunidade escolar;
- Valorização da imagem institucional da Administração Pública no ambiente educacional;
- Aumento da segurança nas unidades escolares, por meio da identificação imediata dos profissionais autorizados;
- Eficiência logística no fornecimento e distribuição dos uniformes, garantindo atendimento adequado às demandas reais das unidades escolares.

13. Providências a serem adotadas

Não foram identificadas providências prévias à contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação pode envolver impactos ambientais associados às etapas de produção, transporte e descarte dos uniformes, conforme descrito a seguir:

- Consumo de recursos naturais (como água e energia elétrica) durante os processos industriais de fabricação dos tecidos e confecção das peças;
- Utilização de produtos químicos (corantes, amaciantes, impermeabilizantes e outros insumos), com potencial risco de poluição hídrica e do solo, caso não sejam adotadas práticas de controle ambiental;
- Emissão de gases poluentes, como dióxido de carbono (CO₂), resultante das atividades logísticas e de transporte até as unidades da rede municipal de ensino;
- Geração de resíduos sólidos, especialmente pelo descarte inadequado de embalagens plásticas e materiais auxiliares utilizados na armazenagem e transporte dos uniformes;
- Dificuldade no rastreamento da cadeia produtiva, especialmente quanto à origem dos materiais e à adoção de práticas sustentáveis, caso não haja exigência de comprovação ambiental por parte dos fornecedores.

14.2. Recomenda-se, a inclusão de critérios de sustentabilidade no Termo de Referência e no edital, incentivando o uso de materiais com menor impacto ambiental, o descarte responsável de resíduos e a adoção de práticas produtivas ambientalmente corretas.

15. Medidas recomendadas

15.1. Com o objetivo de mitigar os impactos ambientais associados à fabricação, transporte e descarte dos uniformes, recomenda-se a adoção das seguintes medidas, desde que tecnicamente viáveis e economicamente compatíveis:





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- Priorizar o uso de materiais recicláveis, biodegradáveis ou orgânicos na confecção dos uniformes, incentivando práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva;
- Utilizar embalagens reutilizáveis ou recicláveis, reduzindo a geração de resíduos sólidos descartáveis no processo de entrega e armazenamento;
- Estimular o uso de veículos com menor emissão de CO₂ no transporte dos uniformes, priorizando, sempre que possível, modais logísticos menos poluentes ou com compensação ambiental.

15.2. Tais medidas poderão serão incorporadas como critérios de sustentabilidade no Termo de Referência, contribuindo para uma contratação ambientalmente responsável e alinhada com os princípios da administração pública sustentável.

16. Declaração de Viabilidade

- 16.1. Diante das informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, considera-se viável a contratação pretendida sob os aspectos técnico, operacional e gerencial, uma vez que a solução atende às necessidades identificadas e está alinhada ao planejamento institucional.
- 16.2. Ressalta-se que a viabilidade econômico-financeira e jurídica deverá ser analisada pelas autoridades competentes, a fim de garantir a regularidade do processo e possibilitar a adoção das providências administrativas cabíveis, conforme determina a legislação vigente.

17. Justificativa da Viabilidade/Inviabilidade

- 17.1. O presente planejamento está em conformidade com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas da Secretaria Municipal de Educação, atendendo de forma adequada às demandas apresentadas pelos setores responsáveis.
- 17.2. Os benefícios esperados são compatíveis com os objetivos institucionais, os custos estimados demonstram economicidade e os riscos identificados são considerados administráveis, conforme descrito nas etapas anteriores deste Estudo Técnico Preliminar.
- 17.3. A área técnica responsável compromete-se a priorizar a adequada especificação, aquisição e acompanhamento do fornecimento dos itens relacionados, assegurando a eficiência da contratação proposta.
- 17.4. Dessa forma, considerando todos os elementos analisados, recomenda-se a viabilização da contratação, por se tratar de uma solução tecnicamente apropriada, operacionalmente exequível e estrategicamente alinhada ao interesse público.

Mandaguáçu, 19 de setembro de 2025.

18. Responsáveis

SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Gestor

LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA
Fiscal

ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI
Auxiliar de licitação

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600> e informe o código A453-B94E-8A69-C600





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguáçu no que se refere ao fornecimento de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, compreendendo motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais servidores em exercício nas unidades escolares.

Tabela nº 01

	DESCRIÇÃO	Quantidades	Unidade	Valor Unitário médio	VALOR TOTAL
1	CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)	230	UND	R\$ 50,82	R\$ 11.687,83
2	SUETER - BLUSA DE LÃ	4.700	UND	R\$ 123,70	R\$ 581.390,00
3	UNIFORME - MERENDEIRAS	80	UND	R\$ 143,09	R\$ 11.447,47
4	SAPATO OCUPACIONAL BRANCO MERENDEIRA	40	UND	R\$ 39,29	R\$ 1.571,60
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS	330	UND	R\$ 170,59	R\$ 56.294,70
6	JALECO PROFESSOR MASC./FEM.	265	UND	R\$ 103,35	R\$ 27.387,75
TOTAL MAXIMO					R\$ 689.779,35

Brasão:



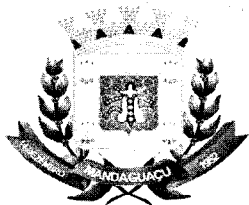
1.1. Memorial Descritivo

• Item 1 – Camiseta Manga Curta (Uniforme)

Descrição Geral:

Camiseta de uso profissional, modelo unissex, confeccionada em meia malha PV, com acabamento de alta qualidade, padronização visual e aplicação de brasões institucionais. Peça destinada aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguáçu.





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



a) Composição do Corpo e Cores:

- Tecido: Meia malha PV, composição 67% Poliéster e 33% Viscose, fio 30.1, gramatura 175 g/m².
- Cor predominante do corpo: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TPX.
- Recortes laterais e mangas: Mesmo tecido e gramatura, cor Azul Pantone 19-3920 TPX.

b) Gola:

- Formato: Redonda, em Ribana 1x1.
- Composição: 50% Poliéster, 48% Algodão, 2% Elastano. Tolerância permitida de 1,5% a 2,5% para fibras e elastano.
- Gramatura: 260 g/m².
- Cor: Azul Pantone 19-3920 TPX.
- Largura acabada: 20 mm.
- Aplicação da gola com aparelho apropriado, costurada em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, garantindo uniformidade e qualidade.

c) Costuras e Acabamentos:

- Fechamento do corpo, mangas e ombros em overloque.
- Bainha inferior e das mangas com acabamento em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, com largura acabada de 20 mm.
- Utilização de linha 100% poliéster em todas as costuras.

d) Aplicações Gráficas

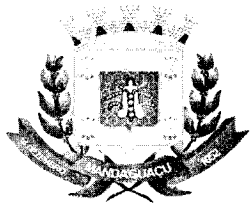
- Frente: Aplicação do Brasão da Educação, no lado esquerdo do peito, em serigrafia, centralizado na altura do tórax.
- Manga Direita: Aplicação do Brasão do Município, centralizado, também em serigrafia.
- Costas: Escrita "EDUCAÇÃO", em caixa alta, cor Bellwether Blue – Pantone 19-3943 TCX, com comprimento de 30 cm e altura de 8 cm, também em serigrafia.

e) Tamanhos Disponíveis

- Tamanhos adultos: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.
- Inclusão de peças sob medida, quando necessário.

f) Etiqueta Interna (Identificação do Produto)

- Material: Tecido branco.
- Localização: Parte interna, traseira da gola.
- Impressão: Cor preta, tipografia uniforme.
- Informações obrigatórias:
 - o Razão social;
 - o CNPJ;



Prefeitura do Município de Mandaguacu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- o Marca;
- o Composição do tecido;
- o Símbolos e instruções de lavagem;
- o Tamanho.

- As etiquetas devem cumprir as normas da Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.

g) Embalagem

- Cada peça deve ser embalada individualmente em saco plástico transparente.
- A embalagem deve conter etiqueta externa removível, com as seguintes informações:

- o Nome do produto;
- o Marca do fabricante;
- o Quantidade;
- o Características técnicas.

- A embalagem não deve apresentar riscos ao usuário e deve permitir fácil abertura.

h) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item completo para avaliação e validação técnica antes do fornecimento em escala.

• Item 2 – Suéter / Blusa de Lã

Descrição Geral:

Blusa de lã para uso institucional, destinada aos alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino, confeccionada em máquina eletrônica com dois cabos de fio, com excelente acabamento, conforto térmico e padronização visual. Peça com aplicação do brasão institucional, atendendo às exigências técnicas de durabilidade e qualidade.

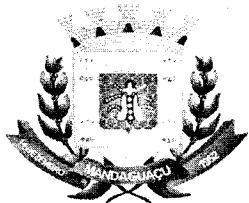
a) Composição e Confeção

- Tecido: Tricotado em máquina eletrônica com dois cabos de fio.
- Composição do fio: 50% Algodão e 50% Acrílico.
- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.
- Gramatura: 350 g/m² (com tolerância de variação de ±5%).
- Linhas utilizadas na confecção: Fio com composição mista (acrílico e algodão), na mesma cor do tecido.

b) Estrutura e Acabamento

- Barra e punhos: Tecidos junto ao corpo e mangas, em esquema de seleção 2x2, na mesma cor do tecido (Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX).
- Gola em “V”:
- o Tecida separadamente do corpo e mangas, em esquema de seleção 2x1.





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- Aplicação feita com máquina remalhadeira, garantindo acabamento reforçado e uniforme.
- Corte das partes: Realizado manualmente conforme medidas especificadas.
- União das partes (mangas, frente e costas): Costuradas em máquina overloque, proporcionando acabamento reforçado e maior durabilidade.

c) Aplicação de Brasão Institucional

- Tipo: Etiqueta termocolante bordada em máquina industrial de alta definição, com acabamento em bordado no contorno.
- Dimensões: 5,0 cm (largura) x 6,0 cm (altura).
- Localização: Lado esquerdo de quem veste, com o centro do bordado posicionado rente ao final da cava e ao ponto mais alto do ombro.

d) Tamanhos

- Modelagem infantil e adultos.
- Faixa de tamanhos: 0 anos até EXGG adulto, incluindo:
 - P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG
 - Sob medida, quando necessário.

e) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item para análise técnica e validação prévia.
- A amostra deverá representar fielmente as especificações acima descritas e contemplar os tamanhos ofertados.

• Item 3 – Uniforme das Merendeiras (Camiseta + Calça)

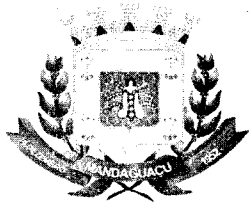
Descrição Geral:

Uniforme completo destinado às profissionais merendeiras da Rede Municipal de Ensino, composto por camiseta e calça na cor branca, touca higiênica e avental térmico azul. O conjunto visa garantir identidade visual, segurança, conforto e conformidade com as normas de higiene alimentar e segurança no trabalho.

a) Camiseta Branca

- Cor: Branca.
- Tecido: Malha 100% algodão, ou mista com poliéster (quando necessário).
- Modelagem: Manga curta, corte padrão.
- Acabamento e Costuras:
 - Corpo, mangas e ombros com costura em overloque.
 - Gola aplicada com costura em overloque.
 - Barra do corpo e mangas com bainha de 2 cm, finalizada em máquina galoneira, utilizando linha 100% poliéster.
- Aplicação Gráfica:





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



o Brasão da Prefeitura de Mandaguáçu no lado esquerdo do peito, em serigrafia.

b) Calça Branca

- Tecido: Preferencialmente Tactel 100% poliéster (leve, resistente, de secagem rápida).

- Cor: Branca.

- Modelagem:

o Corte reto.

o Cós com elástico para ajuste confortável e seguro.

o Dois bolsos laterais funcionais.

- Acabamento: Costuras reforçadas para maior durabilidade, adequadas ao uso frequente em ambiente de cozinha.

c) Touca Higiênica

- Tecido: Leve e respirável (preferencialmente microfibra ou poliéster).

- Cor: Branca.

- Modelagem: Cobre completamente os cabelos, conforme exigência das normas de higiene alimentar.

- Ajuste: Elástico embutido para fixação segura à cabeça da usuária.

d) Avental Térmico Azul

- Tipo: Avental frontal.

- Tecido: Algodão com tratamento retardante a chamas, revestido com silicone (sem forro).

- Cor predominante: Azul.

- Detalhes e Acabamento:

o Viés azul.

o Tiras para ajuste.

o Costuras realizadas com linha de para-aramida, resistente a altas temperaturas.

- Dimensões: 90 cm (altura) x 60 cm (largura).

- Finalidade: Resistência a calor e respingos, proporcionando segurança térmica em ambiente de cozinha escolar.

e) Tamanhos Disponíveis

- P, M, G, GG, e sob medida, quando necessário.

f) Amostra

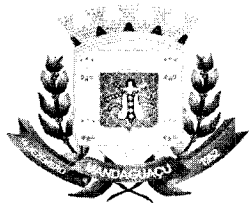
- Deverá ser enviada amostra física do conjunto completo (camiseta, calça, touca e avental térmico) para análise técnica e validação prévia.

- A amostra deverá seguir todas as especificações descritas neste item.

• Item 4 – Sapato Ocupacional Branco (Merendeiras)

Descrição Geral:





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Calçado ocupacional branco, desenvolvido especificamente para profissionais que atuam em ambientes alimentícios e escolares, atendendo às exigências de segurança, higiene e conforto.

a) Características Técnicas

- Modelo: Sapato higiênico, fechado na parte superior e no calcanhar.
- Material: Confeccionado em EVA (Etileno Vinil Acetato) – polímero leve, flexível, resistente e de fácil higienização.
- Cor: Branca (totalmente branca, incluindo solado).
- Solado:
 - o Antiderrapante, projetado para evitar escorregamentos em pisos úmidos ou oleosos.
 - o Proporciona aderência e estabilidade.
- Propriedades:
 - o Antimicrobiano – auxilia na prevenção da proliferação de fungos e bactérias.
 - o Impermeável – resistente à água, óleos, detergentes e impactos mecânicos leves.
 - o Estrutura leve, que reduz o cansaço dos pés durante longas jornadas de trabalho.
- Acabamento interno: Superfície lisa, sem costuras internas que possam causar desconforto.

b) Certificação:

- O calçado deverá possuir certificação emitida por órgão competente, como o IBTEC (Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos), comprovando a conformidade com as normas de segurança e qualidade para calçados ocupacionais.

c) Numeração Disponível:

- Numeração padrão nacional, a partir do número 34 até o 44, com possibilidade de ajuste conforme demanda da contratante.

d) Amostra:

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do calçado para análise e validação, conforme descrições técnicas acima.

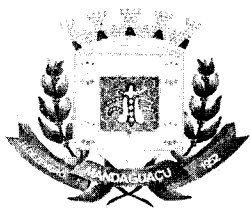
• Item 5 – Conjunto Atendentes e Berçaristas (Scrub)

Descrição Geral:

Uniforme profissional padronizado, destinado a atendentes e berçaristas da Rede Municipal de Ensino, composto por blusa e calça, confeccionado em tecido leve e resistente, ideal para atividades que exigem conforto, mobilidade e higiene.

a) Composição do Conjunto

- Peças: 1 blusa + 1 calça.
- Tecido: Oxfordine, resistente, durável e de fácil manutenção.



Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.

b) Blusa (Scrub)

- Modelo:

o Decote em "V" entalhado.

o Manga curta.

o Dois bolsos frontais inferiores (abaixo da linha do busto), com boa profundidade.

- Identificação institucional:

o Aplicação do brasão do Município de Mandaguçu no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax, em serigrafia.

c) Calça (Scrub Pants)

- Modelo:

o Corte reto, confortável para uso contínuo.

o Dois bolsos laterais tipo faca.

o Cós com elástico embutido para ajuste confortável e seguro.

d) Cores e Acabamentos

- Cor única para o conjunto: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.

- Acabamento reforçado nas costuras, especialmente nas áreas de maior movimentação, para garantir durabilidade.

e) Tamanhos Disponíveis

- Tamanhos padrão adulto: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.

- Sob medida: disponível quando necessário para atender necessidades específicas dos profissionais.

f) Amostra

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do conjunto completo (blusa + calça) para avaliação técnica e validação prévia da contratante, conforme os padrões definidos neste Termo de Referência.

• Item 6– Jalecos (Feminino e Masculino)

a) Jaleco Feminino – Modelo Princesa (sem manga)

• Modelo: Jaleco sem mangas, modelagem acinturada tipo princesa, com recortes anatômicos frontais e posteriores.

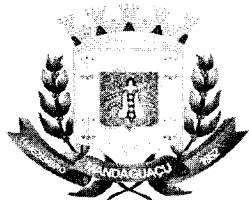
• Frente: Recorte princesa com abotoamento simples, sem gola.

• Costas: Silhueta princesa com meio cinto costurado, oferecendo melhor caimento.

• Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados, embutidos nas costuras laterais.

• Acabamentos:





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



- Vivos embutidos nas costuras frontais, nos bolsos e no cinto das costas, para acabamento e reforço.
- Comprimento final da peça: 82 cm.
- Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, que reduz a formação de bolinhas.
- Identificação visual:
- Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.
- Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.
- Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

b) Jaleco Masculino – Modelo Gola Padre (sem manga)

- Modelo: Jaleco masculino sem mangas, com gola tipo padre e abotoamento simples.
- Frente: Abertura com abotoamento simples, gola padre tradicional.
- Costas: Abertura inferior na barra, para conforto e mobilidade.
- Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados.
- Acabamentos:
- Cavas com acabamento interno limpo e reforçado.
- Comprimento final da peça: 95 cm.
- Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, para maior durabilidade.
- Identificação visual:
- Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.
- Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.
- Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

1.2. LAUDOS:

A contratada deverá apresentar, previamente à produção definitiva, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, referentes aos itens 1, 2, 3, 5 e 6, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: identificação da cor por código Pantone, gramatura (em g/m²), composição do tecido, além de ensaios de encolhimento/alongamento e resistência ao estouro. Tais laudos deverão ser entregues juntamente com a respectiva amostra física de cada item, para fins de análise e aprovação por parte da contratante, sendo condição indispensável para a aprovação dos protótipos e a autorização da produção. Ressalta-se que o item 4 possui laudo próprio, estando



Prefeitura do Município de Mandaguacu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



dispensado de nova apresentação. Para fins de comprovação técnica, serão aceitos os seguintes métodos e normas:

- Composição do Tecido: AATCC 20/05 e 20A/05, e NBR 13538:1995 / NBR 11914:1992;
- Gramatura: NBR 10591:2008 – Determinação da gramatura de tecidos;
- Encolhimento e Alongamento: NBR 10320:1988 – Determinação das alterações dimensionais em tecidos planos e malhas (lavagem em máquina caseira automática);
- Resistência ao Estouro: NBR 13384:1995 – Ensaio realizado com equipamento Mullentester.

1.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido neste Termo de Referência, no ETP e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado. Desta forma, consideramos a modalidade de pregão como sendo a mais adequada ao presente caso, tendo em vista a baixa complexidade na elaboração e condução do processo licitatório.

1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar (Artigo 83 da lei 14.133, de 2021).

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei 14.133, de 2021 e do art. 12, inciso X do Decreto Municipal nº 8441/2023.

1.6. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

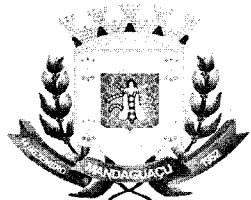
2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP, elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, o qual apresenta de forma pormenorizada a motivação da demanda, os critérios utilizados para a definição dos quantitativos, as especificações técnicas dos itens requeridos e a justificativa da escolha da solução adotada.

2.2. O ETP, que integra este Termo de Referência na forma de apêndice, detalha a necessidade de padronização visual dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, com foco na melhoria da identificação dos servidores nas unidades escolares, além de atender a critérios de segurança, conforto, higiene e imagem institucional da Administração Pública

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600> e informe o código A453-B94E-8A69-C600





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A contratante orientará os servidores quanto ao descarte consciente das embalagens dos produtos fornecidos, incentivando a destinação para reciclagem, em conformidade com as boas práticas de sustentabilidade ambiental.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

5.1. Prazo de entrega: Será de **20 (vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho, de forma parcela e de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

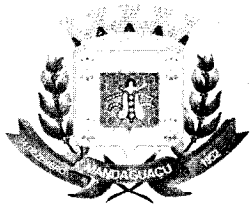
5.2. Local de entrega: Os locais de entrega constam no Anexo I deste termo e será informado no envio da Nota de Empenho (mas poderão sofrer alteração durante a vigência da ata de registro de preços).

5.3. Horário de entrega: De segunda à sexta-feira no horário das 08h00min às 10h00min e das 13h00min às 16h00min.

5.4. Embalagem: Os produtos deverão ser embaladas individualmente em saco plástico transparente e resistente de tamanho proporcional à peça contendo na sua parte externa etiqueta adesiva descrevendo o tipo e o tamanho da respectiva peça, conforme modelo a ser seguido neste termo de referência constado no anexo II como também a caixa para envio dos produtos deve ser comumente resistente e seguir o peso comportado pelas caixas selecionadas, para que no momento de transporte e locomoção as mesmas não sejam afetadas, rasgadas ou quebradas

5.5. Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo. 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada.

5.6. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e no edital, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Prazo de Vigência

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 12, inciso X, do Decreto Municipal nº 8.441/2023, podendo ainda ser renovado o quantitativo originalmente estabelecido na Ata, caso em que será desconsiderado eventual saldo remanescente.

6.2. Alterações Contratuais

Nos termos dos artigos 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá alterar unilateralmente o contrato para acréscimo ou supressão quantitativa de seu objeto, limitada a alteração a até 25% do valor inicial atualizado, ou a até 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento, vedada a transfiguração do objeto.

6.3. Da Possibilidade de Prorrogação do Contrato

6.3.1. Nos casos de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, bem como seus quantitativos inicialmente estabelecidos, poderão ser prorrogados por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

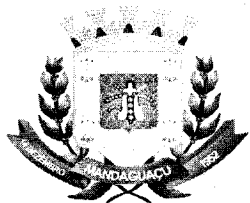
6.3.2. Já nos casos de contrato de serviços e fornecimentos contínuos, decorrente deste processo, poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Para ambos os casos a prorrogação contratual ocorrerá nos moldes estabelecidos acima desde que:

- I – Haja justificativa da Administração quanto à continuidade da necessidade do serviço;
- II – Seja demonstrada a vantagem da prorrogação em relação à realização de nova licitação;
- III – Permaneçam as condições iniciais do contrato, ou seja, formalmente ajustado o equilíbrio econômico-financeiro.

7. DAS AMOSTRAS





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



7.1. A licitante classificada no certame deverá apresentar, no prazo estabelecido pela Administração, amostras físicas de todos os itens do respectivo lote por ela classificados, devidamente identificadas e acompanhadas do memorial descritivo de cada item. As amostras deverão ser entregues juntamente com os laudos técnicos emitidos por laboratórios, contendo, conforme o caso, as seguintes informações: código Pantone da cor, gramatura do tecido, composição têxtil, encolhimento/alongamento e resistência ao estouro, conforme especificações técnicas constantes neste Termo de Referência. A não apresentação das amostras ou dos laudos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação da licitante.

7.2. Local para entrega das amostras: Secretaria de educação de Mandaguáçu.

7.3. Endereço: Rua Bernardino nº 100, Galeria Itália, Centro Sul, CEP: 87.160-266.

7.4. Prazo de entrega: 10 (Dez) dias corridos, após sessão de abertura e julgamento de propostas.

7.5. Horário de entrega: Das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min.

7.6. Responsável pelo recebimento das amostras: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e/ou Eliane Ferreira Martins Montovanelli.

7.7. E-mail: mandaguacumpraseducacao@gmail.com

7.8. Telefone: (44) 3245-5588 – Setor de compras – Secretaria de Educação.

7.9. DA CONFECÇÃO DAS AMOSTRAS

As amostras deverão ser confeccionadas com base nas especificações do termo de referência.

7.10. DA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS

7.10.1. Deverão ser entregues 1 (uma) amostra de cada item nos tamanhos M ou G, exceto o item 4, que deverá ser entregue no tamanho 37.

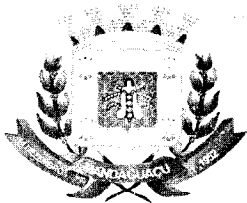
7.10.2. O laudo técnico deverá ser em nome da licitante e emitido por laboratório têxtil, deverá comprovar que a gramatura, composição e a tonalidade do Pantone dos tecidos atendem as especificações exigidas para cada produto, como também a apresentação dos laudos indicados em cada item.

7.10.3. Para os itens que não possuem indicativo de tolerância para as medidas utilizar a variação de 5% para mais ou 5% para menos.

7.10.4. Para a análise das amostras será adotado o critério objetivo de comparação entre a especificação do material proposto pela empresa e a especificação mínima exigida para o produto, conforme termo, para que seja possível verificar se a amostra apresentada atende as condições mínimas exigidas.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600> e informe o código A453-B94E-8A69-C600





Prefeitura do Município de Mandaguacu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



7.10.5. As amostras deverão proporcionar condições de segurança e conforto de forma a garantir a qualidade e deverão atender as normas do INMETRO, ABNT 15778 e o Código de Defesa do Consumidor, podendo ser avaliado visualmente o modelo, acabamento, cor, costuras, textura, tecido, aviamentos que sejam divergentes das especificações técnicas, rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, construção do tecido visivelmente diferente do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos aparentes nos uniformes ou em seus insumos, inclusive proporcionalidade das medidas de acordo com as especificações.

7.11. DA CLASSIFICAÇÃO

7.11.1. Poderão ser desclassificadas as empresas cujas amostras não forem entregues dentro do prazo, bem como as que não atendam às especificações do termo;

7.11.2. Ocorrendo algum dos casos apresentados no parágrafo supracitado, o pregoeiro convocará a segunda licitante classificada, para que nos mesmos prazos e condições, apresente suas amostras, e assim sucessivamente.

7.12. DAS PENALIDADES

7.12.1. Após a homologação do certame, o licitante terá até 30 (trinta) dias para retirar as amostras no mesmo endereço indicado para entrega.

7.12.2. Após o decurso de tal prazo, em não havendo a retirada será entendido como renúncia aos produtos, podendo a secretaria municipal de educação, descartá-los, sem gerar as licitantes o direito de quaisquer ressarcimentos.

8. GESTÃO DO CONTRATO

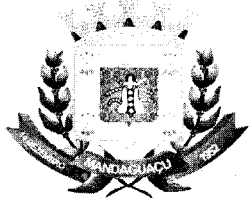
8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Fiscalização

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do contrato o Sr.^a Sandra Aparecida Francisco, pelo Fiscal Sr.º Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e fiscal substituto Sr. Eliane Ferreira Martins Montovanelli, que desempenharão as funções de Fiscalização Técnica e Administrativa.

Fiscalização Técnica

8.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VI);

8.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, II);

8.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, III);

8.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, IV);

8.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, V);

8.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VII);

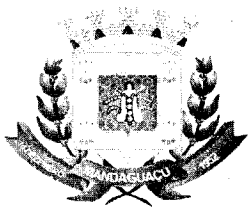
Fiscalização Administrativa

8.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, I e II);

8.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600> e informe o código A453-B94E-8A69-C600





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernardino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, IV).

Gestor do Contrato

8.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, IV).

8.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, II).

8.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, III).

8.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

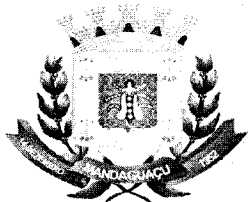
9.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. (Art. 140, II, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Art. 14 do Decreto Municipal nº 8425/2023).

9.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600> e informe o código A453-B94E-8A69-C600





Prefeitura do Município de Mandaguacú

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente, para fins de liquidação, deve verificar se o documento apresentado expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

9.8.1. a data da emissão;

9.8.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.8.3. o período respectivo de execução do contrato;

9.8.4. o valor a pagar;

9.8.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

Prazo de pagamento

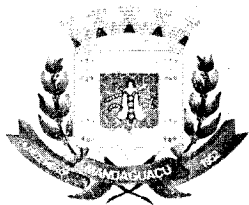
9.10. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente.

9.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



9.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, sob o regime de REGISTRO DE PREÇO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

10.2. Por tratar-se de único ente contratante, o Município de Mandaguçu, é dispensado do procedimento público de intenção de registro de preços em conformidade com o art. nº 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e com o Art. 9º, § 2º do Decreto Municipal nº 8441/2023.

10.3. Optamos pela adoção do Regime de Registro de Preços, pois trata-se de aquisições rotineiras que terão seus preços registrados para futuras aquisições conforme demanda, e porque estamos incluindo um item do qual não temos histórico de consumo, logo não se obriga a aquisição caso a quantidade estimada esteja acima da demanda.

Forma de fornecimento

10.4. O fornecimento do objeto será de forma parcelada de acordo com as necessidades de cada Secretaria Municipal, conforme modelo de execução do objeto descrito no tópico 5 deste Termo de Referência.

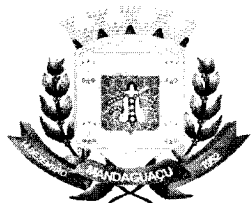
Exigências de habilitação

10.5. Os requisitos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão disciplinados no Edital.

Justificativa para a não adoção do tratamento diferenciado e favorecido (ME/EPP) no presente processo

10.6. Considerando a análise do objeto e da forma de contratação pretendida, verifica-se que a adoção do tratamento favorecido e diferenciado para ME/EPP, seja por meio de itens exclusivos ou reserva de cotas, mostra-se inadequada para este processo específico. O objeto apresenta características que demandam aquisição integrada, com interdependência





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



técnica e operacional entre os componentes, não sendo recomendada sua fragmentação por item ou aplicação de cotas, sob pena de comprometer a padronização, a compatibilidade e a eficiência da contratação.

10.7. Além disso, a adoção de julgamento por item ou a divisão do objeto para fins de reserva de cotas resultaria em perda de economia de escala, potencial aumento de custos administrativos e risco de soluções heterogêneas, o que poderia prejudicar a execução contratual e a uniformidade dos resultados esperados. Dessa forma, opta-se pela manutenção do julgamento por lote, preservando a integridade do objeto e garantindo maior eficiência, competitividade e melhor relação custo-benefício à Administração.

10.8. Em razão dessas características, a aplicação do tratamento diferenciado e favorecido não se mostra adequada ou vantajosa nesta situação, sendo, portanto, justificadamente afastada.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação anual é de R\$ 689.779,35 (Seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme detalhamento na Tabela nº 01 deste termo.

11.2. Por tratar-se de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações em conformidade com o art. 22 do Decreto Municipal nº 8441/2023:

11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2.021;

11.2.2. Em caso de criação alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para contratação, ou

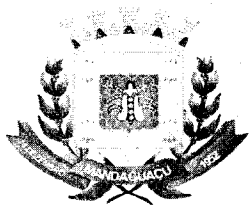
11.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600> e informe o código A453-B94E-8A69-C600





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo, 175 – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br – e-mail: adm@mandaguacu.pr.gov.br



Dotação	Elemento	Descrição	Fonte	Descrição
420	3.3.90.30	Material de Consumo	0107	Rec. Salário Educação
414	3.3.90.30	Material de Consumo	0102	Fundeb 30%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0103	Educação 5%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0104	Educação 25%

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Mandaguáçu, 26 de setembro de 2025.

SANDRA APARECIDA FRANCISCO

Gestor

LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA

Fiscal

ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI

fiscal substituto

Anexo I

Local de Entrega:

Secretaria de Educação	Rua Bernardino Bogo, 100	3245-5588	Luiz/Maria/Eliane
------------------------	--------------------------	-----------	-------------------

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600> e informe o código A453-B94E-8A69-C600





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A453-B94E-8A69-C600

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA APARECIDA FRANCISCO (CPF 632.XXX.XXX-72) em 25/11/2025 14:02:52 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A453-B94E-8A69-C600>

Memorando 14- 9.795/2025

De: Pedro J. - ADP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 25/11/2025 às 15:16:28

Prezados,

Para assinatura e posterior publicação.

Pedro Costa Junior

Anexos:

PREGAO_98_2025_PM_MANDAGUACU_PR_RP_UNIFORMES.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Sandra Aparecida Francisco	25/11/2025 15:53:04	1Doc	SANDRA APARECIDA FRANCISCO CPF 632.XXX.XXX-7...
Jose Roberto Mendes	26/11/2025 09:14:08	1Doc	JOSE ROBERTO MENDES CPF 634.XXX.XXX-53

Para verificar as assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **A46B-AE8F-E313-AC33**



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025

(Processo Administrativo nº 264/2025)

REGISTRO DE PREÇOS – AMPLA CONCORRÊNCIA

I – DO PREÂMBULO:

1.1 Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU, por meio do setor de licitações, sediado na Rua Bernardino Bogo 175, centro, na cidade de Mandaguáçu, Estado do Paraná, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO-Registro de Preço, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento de menor preço por LOTE, aplicando-se ao PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, e as exigências estabelecidas neste Edital.

O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações, Decreto Municipal 8441/23 e 8483/23, e demais legislações e normas regulamentares aplicáveis à espécie e às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.1.1. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília-DF.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h do dia 12/12/2025;
ABERTURA DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE PREÇOS: às 09:15h do dia 12/12/2025;

LOCAL: <https://www.bll.org.br>

1.2. Para participação na licitação, os interessados deverão acessar na Internet o site: bllcompras.com/Home/Login – Acesso Público – Promotor Mandaguáçu.

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da *Internet*, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as fases, sendo conduzido por Pregoeiro designado pelo Prefeito do Município de Mandaguáçu e responsável pelo processamento e julgamento.

1.4. O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no lote 1.1.1. deste Edital.

1.5. O presente Edital de Pregão Eletrônico estará à disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, à Rua Bernardino Bogo 175, Centro, nesta cidade de Mandaguáçu, Estado do Paraná e no Portal da Transparência do Município.

1.6. Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura do Pregão, quaisquer pessoas poderão solicitar esclarecimentos, requerer providências ou formular impugnação escrita contra cláusulas ou condições do Edital.

1.7. As consultas e informações complementares referentes à presente licitação poderão ser feitas pelo e-mail: licitacaomandaguacu@hotmail.com, até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

1.8. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço: <https://www.bll.org.br>

1.9. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritos na BLL e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as do EDITAL.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

1.10. Todos os licitantes interessados em participar dos certames licitatórios processados pelo Município de Mandaguá deverão se credenciar no Portal de Licitações, através do site: <https://www.bll.org.br>

II – DO OBJETO:

Lote 1

	DESCRIÇÃO	Quantidades	Unidade	Valor Unitário médio	VALOR TOTAL
1	CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)	230	UND	R\$ 50,82	R\$ 11.687,83
2	SUETER - BLUSA DE LÃ	4.700	UND	R\$ 123,70	R\$ 581.390,00
3	UNIFORME - MERENDEIRAS	80	UND	R\$ 143,09	R\$ 11.447,47
4	SAPATO OCUPACIONAL BRANCO MERENDEIRA	40	UND	R\$ 39,29	R\$ 1.571,60
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS	330	UND	R\$ 170,59	R\$ 56.294,70
6	JALECO PROFESSOR MASC./FEM.	265	UND	R\$ 103,35	R\$ 27.387,75
TOTAL MAXIMO					R\$ 689.779,35

Brasão:



1.1. Memorial Descritivo – Lote1

• Item 1 – Camiseta Manga Curta (Uniforme)

Descrição Geral:

Camiseta de uso profissional, modelo unissex, confeccionada em meia malha PV, com acabamento de alta qualidade, padronização visual e aplicação de brasões institucionais. Peça destinada aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguá.

a) Composição do Corpo e Cores:

- Tecido: Meia malha PV, composição 67% Poliéster e 33% Viscose, fio 30.1, gramatura 175 g/m².





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- Cor predominante do corpo: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TPX.
- Recortes laterais e mangas: Mesmo tecido e gramatura, cor Azul Pantone 19-3920 TPX.

b) Gola:

- Formato: Redonda, em Ribana 1x1.
- Composição: 50% Poliéster, 48% Algodão, 2% Elastano. Tolerância permitida de 1,5% a 2,5% para fibras e elastano.
- Gramatura: 260 g/m².
- Cor: Azul Pantone 19-3920 TPX.
- Largura acabada: 20 mm.
- Aplicação da gola com aparelho apropriado, costurada em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, garantindo uniformidade e qualidade.

c) Costuras e Acabamentos:

- Fechamento do corpo, mangas e ombros em overloque.
- Bainha inferior e das mangas com acabamento em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, com largura acabada de 20 mm.
- Utilização de linha 100% poliéster em todas as costuras.

d) Aplicações Gráficas

- Frente: Aplicação do Brasão da Educação, no lado esquerdo do peito, em serigrafia, centralizado na altura do tórax.
- Manga Direita: Aplicação do Brasão do Município, centralizado, também em serigrafia.
- Costas: Escrita "EDUCAÇÃO", em caixa alta, cor Bellwether Blue – Pantone 19-3943 TCX, com comprimento de 30 cm e altura de 8 cm, também em serigrafia.

e) Tamanhos Disponíveis

- Tamanhos adultos: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.
- Inclusão de peças sob medida, quando necessário.

f) Etiqueta Interna (Identificação do Produto)

- Material: Tecido branco.
- Localização: Parte interna, traseira da gola.
- Impressão: Cor preta, tipografia uniforme.
- Informações obrigatórias:
 - o Razão social;
 - o CNPJ;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- o Marca;
- o Composição do tecido;
- o Símbolos e instruções de lavagem;
- o Tamanho.

- As etiquetas devem cumprir as normas da Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.

g) Embalagem

- Cada peça deve ser embalada individualmente em saco plástico transparente.

- A embalagem deve conter etiqueta externa removível, com as seguintes informações:

- o Nome do produto;
- o Marca do fabricante;
- o Quantidade;
- o Características técnicas.

- A embalagem não deve apresentar riscos ao usuário e deve permitir fácil abertura.

h) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item completo para avaliação e validação técnica antes do fornecimento em escala.

• Item 2 – Suéter / Blusa de Lã

Descrição Geral:

Blusa de lã para uso institucional, destinada aos alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino, confeccionada em máquina eletrônica com dois cabos de fio, com excelente acabamento, conforto térmico e padronização visual. Peça com aplicação do brasão institucional, atendendo às exigências técnicas de durabilidade e qualidade.

a) Composição e Confeção

- Tecido: Tricotado em máquina eletrônica com dois cabos de fio.
- Composição do fio: 50% Algodão e 50% Acrílico.
- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.
- Gramatura: 350 g/m² (com tolerância de variação de ±5%).
- Linhas utilizadas na confecção: Fio com composição mista (acrílico e algodão), na mesma cor do tecido.

b) Estrutura e Acabamento





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- Barra e punhos: Tecidos junto ao corpo e mangas, em esquema de seleção 2x2, na mesma cor do tecido (Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX).

- Gola em "V":

o Tecida separadamente do corpo e mangas, em esquema de seleção 2x1.

o Aplicação feita com máquina remalhadeira, garantindo acabamento reforçado e uniforme.

- Corte das partes: Realizado manualmente conforme medidas especificadas.

- União das partes (mangas, frente e costas): Costuradas em máquina overloque, proporcionando acabamento reforçado e maior durabilidade.

c) Aplicação de Brasão Institucional

- Tipo: Etiqueta termocolante bordada em máquina industrial de alta definição, com acabamento em bordado no contorno.

- Dimensões: 5,0 cm (largura) x 6,0 cm (altura).

- Localização: Lado esquerdo de quem veste, com o centro do bordado posicionado rente ao final da cava e ao ponto mais alto do ombro.

d) Tamanhos

- Modelagem infantil e adultos.

- Faixa de tamanhos: 0 anos até EXGG adulto, incluindo:

o P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG

o Sob medida, quando necessário.

e) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item para análise técnica e validação prévia.

- A amostra deverá representar fielmente as especificações acima descritas e contemplar os tamanhos ofertados.

• Item 3 – Uniforme das Merendeiras (Camiseta + Calça)

Descrição Geral:

Uniforme completo destinado às profissionais merendeiras da Rede Municipal de Ensino, composto por camiseta e calça na cor branca, touca higiênica e avental térmico azul. O conjunto visa garantir identidade visual, segurança, conforto e conformidade com as normas de higiene alimentar e segurança no trabalho.

a) Camiseta Branca

- Cor: Branca.

- Tecido: Malha 100% algodão, ou mista com poliéster (quando necessário).

- Modelagem: Manga curta, corte padrão.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- Acabamento e Costuras:

- o Corpo, mangas e ombros com costura em overloque.
- o Gola aplicada com costura em overloque.
- o Barra do corpo e mangas com bainha de 2 cm, finalizada em máquina galoneira, utilizando linha 100% poliéster.

- Aplicação Gráfica:

- o Brasão da Prefeitura de Mandaguáçu no lado esquerdo do peito, em serigrafia.

b) Calça Branca

- Tecido: Preferencialmente Tactel 100% poliéster (leve, resistente, de secagem rápida).
- Cor: Branca.
- Modelagem:
 - o Corte reto.
 - o Cós com elástico para ajuste confortável e seguro.
 - o Dois bolsos laterais funcionais.
- Acabamento: Costuras reforçadas para maior durabilidade, adequadas ao uso frequente em ambiente de cozinha.

c) Touca Higiênica

- Tecido: Leve e respirável (preferencialmente microfibra ou poliéster).
- Cor: Branca.
- Modelagem: Cobre completamente os cabelos, conforme exigência das normas de higiene alimentar.
- Ajuste: Elástico embutido para fixação segura à cabeça da usuária.

d) Avental Térmico Azul

- Tipo: Avental frontal.
- Tecido: Algodão com tratamento retardante a chamas, revestido com silicone (sem forro).
- Cor predominante: Azul.
- Detalhes e Acabamento:
 - o Viés azul.
 - o Tiras para ajuste.
 - o Costuras realizadas com linha de para-aramida, resistente a altas temperaturas.
- Dimensões: 90 cm (altura) x 60 cm (largura).





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- Finalidade: Resistência a calor e respingos, proporcionando segurança térmica em ambiente de cozinha escolar.

e) Tamanhos Disponíveis

- P, M, G, GG, e sob medida, quando necessário.

f) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do conjunto completo (camiseta, calça, touca e avental térmico) para análise técnica e validação prévia.

- A amostra deverá seguir todas as especificações descritas neste item.

• Item 4 – Sapato Ocupacional Branco (Merendeiras)

Descrição Geral:

Calçado ocupacional branco, desenvolvido especificamente para profissionais que atuam em ambientes alimentícios e escolares, atendendo às exigências de segurança, higiene e conforto.

a) Características Técnicas

- Modelo: Sapato higiênico, fechado na parte superior e no calcanhar.

- Material: Confeccionado em EVA (Etileno Vinil Acetato) – polímero leve, flexível, resistente e de fácil higienização.

- Cor: Branca (totalmente branca, incluindo solado).

- Solado:

o Antiderrapante, projetado para evitar escorregamentos em pisos úmidos ou oleosos.

o Proporciona aderência e estabilidade.

- Propriedades:

o Antimicrobiano – auxilia na prevenção da proliferação de fungos e bactérias.

o Impermeável – resistente à água, óleos, detergentes e impactos mecânicos leves.

o Estrutura leve, que reduz o cansaço dos pés durante longas jornadas de trabalho.

- Acabamento interno: Superfície lisa, sem costuras internas que possam causar desconforto.

b) Certificação:

- O calçado deverá possuir certificação emitida por órgão competente, como o IBTEC (Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos), comprovando a conformidade com as normas de segurança e qualidade para calçados ocupacionais.

c) Numeração Disponível:

- Numeração padrão nacional, a partir do número 34 até o 44, com possibilidade de ajuste conforme demanda da contratante.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

d) Amostra:

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do calçado para análise e validação, conforme descrições técnicas acima.

• Item 5 – Conjunto Atendentes e Berçaristas (Scrub)

Descrição Geral:

Uniforme profissional padronizado, destinado a atendentes e berçaristas da Rede Municipal de Ensino, composto por blusa e calça, confeccionado em tecido leve e resistente, ideal para atividades que exigem conforto, mobilidade e higiene.

a) Composição do Conjunto

- Peças: 1 blusa + 1 calça.
- Tecido: Oxfordine, resistente, durável e de fácil manutenção.
- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.

b) Blusa (Scrub)

- Modelo:
 - o Decote em "V" entalhado.
 - o Manga curta.
 - o Dois bolsos frontais inferiores (abaixo da linha do busto), com boa profundidade.
- Identificação institucional:
 - o Aplicação do brasão do Município de Mandaguá no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax, em serigrafia.

c) Calça (Scrub Pants)

- Modelo:
 - o Corte reto, confortável para uso contínuo.
 - o Dois bolsos laterais tipo faca.
 - o Cós com elástico embutido para ajuste confortável e seguro.

d) Cores e Acabamentos

- Cor única para o conjunto: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.
- Acabamento reforçado nas costuras, especialmente nas áreas de maior movimentação, para garantir durabilidade.

e) Tamanhos Disponíveis

- Tamanhos padrão adulto: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.
- Sob medida: disponível quando necessário para atender necessidades específicas dos profissionais.

f) Amostra





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do conjunto completo (blusa + calça) para avaliação técnica e validação prévia da contratante, conforme os padrões definidos neste instrumento convocatório.

• Item 6– Jalecos (Feminino e Masculino)

a) Jaleco Feminino – Modelo Princesa (sem manga)

- Modelo: Jaleco sem mangas, modelagem acinturada tipo princesa, com recortes anatômicos frontais e posteriores.
- Frente: Recorte princesa com abotoamento simples, sem gola.
- Costas: Silhueta princesa com meio cinto costurado, oferecendo melhor caimento.
- Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados, embutidos nas costuras laterais.
- Acabamentos:
 - Vivos embutidos nas costuras frontais, nos bolsos e no cinto das costas, para acabamento e reforço.
 - Comprimento final da peça: 82 cm.
 - Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, que reduz a formação de bolinhas.
 - Identificação visual:
 - Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.
 - Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.
 - Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

b) Jaleco Masculino – Modelo Gola Padre (sem manga)

- Modelo: Jaleco masculino sem mangas, com gola tipo padre e abotoamento simples.
- Frente: Abertura com abotoamento simples, gola padre tradicional.
- Costas: Abertura inferior na barra, para conforto e mobilidade.
- Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados.
- Acabamentos:
 - Cavas com acabamento interno limpo e reforçado.
 - Comprimento final da peça: 95 cm.
 - Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, para maior durabilidade.
 - Identificação visual:
 - Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.
- Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

1.2. LAUDOS:

A contratada deverá apresentar, previamente à produção definitiva, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, referentes aos itens 1, 2, 3, 5 e 6, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: identificação da cor por código Pantone, gramatura (em g/m²), composição do tecido, além de ensaios de encolhimento/alongamento e resistência ao estouro. Tais laudos deverão ser entregues juntamente com a respectiva amostra física de cada item, para fins de análise e aprovação por parte da contratante, sendo condição indispensável para a aprovação dos protótipos e a autorização da produção. Ressalta-se que o item 4 possui laudo próprio, estando dispensado de nova apresentação. Para fins de comprovação técnica, serão aceitos os seguintes métodos e normas:

- Composição do Tecido: AATCC 20/05 e 20A/05, e NBR 13538:1995 / NBR 11914:1992;
- Gramatura: NBR 10591:2008 – Determinação da gramatura de tecidos;
- Encolhimento e Alongamento: NBR 10320:1988 – Determinação das alterações dimensionais em tecidos planos e malhas (lavagem em máquina caseira automática);
- Resistência ao Estouro: NBR 13384:1995 – Ensaio realizado com equipamento Mullentester.

2.1. Registro de preços para fornecimento de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino.

2.2. Os proponentes deverão apresentar cotação **Menor Preço Por Lote**.

2.3. As despesas decorrentes da contratação, objeto deste Edital, correrão às expensas de recursos orçamentários do Município de Mandaguá para o exercício de 2025. Abaixo descritas:

Dotação	Elemento	Descrição	Fonte	Descrição
420	3.3.90.30	Material de Consumo	0107	Rec. Salário Educação
414	3.3.90.30	Material de Consumo	0102	Fundeb 30%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0103	Educação 5%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0104	Educação 25%

2.3.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

2.4. Valor máximo da licitação: R\$ 689.779,35 (Seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos).





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

2.4.1. Devem estar incluídas no preço cotado todas as despesas com mão de obra, tributos e/ou contribuições e quaisquer outros encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes desta licitação.

2.5. Será utilizado o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, nos termos do item 8 deste Edital.

III - DO PRAZO DE VIGENCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO:

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021 e do artigo 12, inciso X do Decreto Municipal n.º 8.441/2023, podendo ainda ser renovado o quantitativo originalmente estabelecido na Ata, caso em que será desconsiderado eventual saldo remanescente.

3.2. Da Possibilidade de Prorrogação do Contrato

a) Nos casos de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, bem como seus quantitativos inicialmente estabelecidos, poderão ser prorrogados por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

b) Já nos casos de contrato de serviços e fornecimentos contínuos, decorrente deste processo, poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

c) Para ambos os casos a prorrogação contratual ocorrerá nos moldes estabelecidos acima desde que:

I – Haja justificativa da Administração quanto à continuidade da necessidade do serviço;

II – Seja demonstrada a vantagem da prorrogação em relação à realização de nova licitação;

III – Permaneçam as condições iniciais do contrato, ou seja, formalmente ajustado o equilíbrio econômico-financeiro.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1. Serão consideradas em condições de participação neste Pregão Eletrônico as empresas que, **tendo ramo de atividade compatível com o objeto da presente licitação e satisfaçam as disposições contidas nos incisos I e II do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006** – e efetuem as seguintes comprovações:

4.1.1. Quanto à habilitação jurídica:

- a) Registro comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de sociedade empresarial, e, no caso de sociedade por ações, a ata registrada da assembleia de eleição da diretoria;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Ata, registrada na Junta Comercial, das assembleias que tenham aprovado ou alterado os estatutos em vigor e ata de eleição dos administradores em exercício, no caso de cooperativas;

4.1.2. Quanto à regularidade fiscal e trabalhista:

a) Prova de inscrição no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda);

b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;

c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

d) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS).

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.2. Os licitantes anexarão os documentos de habilitação e proposta ajustada, após a fase de lances na plataforma eletrônica no prazo de até 02 horas da convocação do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação, no campo "Documentos complementares e PÓS DISPUTA."

4.2.1. A documentação deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para o recebimento de proposta deste Edital (data de emissão/expedição e validade), e em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentação que não foram anexados na plataforma eletrônica, bem como não será permitida documentação incompleta, protocolo ou quaisquer outras formas de comprovação que não sejam as condições exigidas neste Edital. (Exceto documentos complementares quando solicitados pelo Pregoeiro). Não serão aceitas certidões que contenham ressalvas de que "não são válidas para fins licitatórios."

4.2.2. Independente da ordem de classificação, todas as licitantes deverão estar com a documentação em dia na data da licitação (no caso das ME, EPP e MEI, **mesmo que vencida a data de validade dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista**).

4.3. As certidões que não apresentarem o prazo de validade em seu corpo serão consideradas válidas desde que emitidas com antecedência máxima de até **60 (sessenta) dias** da data prevista para a abertura do Pregão.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

4.3.1. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

4.3.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, consoante o subitem 4.3.1, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou certidões positivas com efeito de certidão negativa.

4.3.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 4.3.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata de registro de preços, ou revogar a licitação.

4.4. O descumprimento do subitem acima implicará inabilitação do licitante.

4.5. Na presente licitação é vedada a representação de mais de uma empresa pelo mesmo representante.

4.6. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, as que estejam suspensas de licitar pelo Município de Mandaguáçu e/ou declarada inidônea pela Administração Pública ou impedida legalmente. As consultas serão realizadas nos portais do TCU e do TCE-PR:

<https://contas.tcu.gov.br/pls/apex/f?p=2046:5>

<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>

4.7. Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

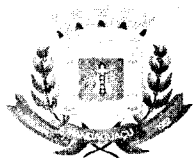
II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

§ 1º O impedimento de que trata o inciso III, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

§ 2º A critério da Administração e exclusivamente a seu objeto/serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

§ 3º Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

§ 4º O disposto não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

§ 5º Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea.

4.8. A participação neste certame importa ao proponente irrestrita e irrevogável aceitação das condições inscritas no presente Edital, além da observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos, e ainda, na aceitação de que deverá fornecer o objeto em perfeitas condições de uso funcional.

V – DA FORMA DE CREDENCIAMENTO:

5.1. O Credenciamento será realizado na plataforma da BLL-Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2. O cadastro na BLL deve ser feito no sítio <https://www.bll.org.br>

5.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma BLL e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

5.5.1. A não observância do disposto no **subitem 5.5** poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5.6. A condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, garante o usufruto do tratamento diferenciado, exige ao se credenciar para participar desta licitação a declaração em campo próprio do sistema eletrônico, identificando-se como microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.7. As declarações referidas no item anterior servirão como comprovação do enquadramento da PROPONENTE como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, conforme o caso, as quais declararão, sob as penas da lei, que cumprem os requisitos legais para a qualificação como "Microempresa" ou "Empresa de Pequeno Porte", estando aptas a usufruir do tratamento favorecido.

VI – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO:

6.1. A participação na presente licitação se dará exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados rigorosamente a data e o horário limite estabelecidos neste Edital.

6.2. Poderão participar deste Pregão interessados com ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular na Plataforma BLL.

6.3. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento das exigências de habilitação especificadas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus da perda de negócios em decorrência da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5. Será vedada a participação de empresas:

- a) com falência decretada;
- b) declaradas inidôneas por qualquer ente ou órgão público da Administração Pública (União, Estados, DF ou Municípios) ou suspensas pelo município de Mandaguáçu/PR;

6.6 Como condição para participação no Pregão, a licitante apresentará:

- a) Declaração, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- b) Declaração sob as penas da lei, de que até a data de realização desta licitação inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c) Declaração de que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- d) Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

e) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.

f) Declaração que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

g) Declaração sob as penas da Lei acerca do cumprimento da cota de aprendizagem instruída no art. 429 da CLT.

6.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

VII – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO:

7.1. A proposta deverá ser preenchida conforme modelo da proposta anexo ao Edital.

7.1.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas em moeda corrente nacional, limitado o preço unitário a 02 (duas) casas após a vírgula.

7.2. Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado com a descrição do objeto ofertado e o preço com o valor da negociação, no prazo de até 02 horas da convocação do agente de contratação, do pregoeiro ou da comissão de contratação.

7.3. Os preços e os objetos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.4. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo as características do objeto cotado, informando em campo próprio do sistema, preço unitário por lote.**

7.5. A apresentação de proposta na Licitação será considerada como evidência de que a proponente:

- a) examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e obteve do Pregoeiro todas as informações necessárias para a sua formulação;
- b) considerou que os elementos desta Licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente condizente com o objeto licitado;
- c) sendo vencedor da Licitação, assumirá integral responsabilidade pela perfeita e completa execução do objeto licitado em todas as fases.

7.6. As propostas apresentadas e os lances formulados incluem todas e quaisquer despesas necessárias e indispensáveis para a perfeita execução das obrigações decorrentes desta licitação e da respectiva ata, termo contratual e devem ser elaboradas em conformidade com a legislação aplicável e as condições estabelecidas neste instrumento convocatório, seus Anexos e os fatores a seguir:

- a) deverão ser considerados pelos proponentes todos os custos para o cumprimento das obrigações exigidas, incluindo mão de obra, seguros, frete, encargos sociais, tributos, transporte, equipamentos e outras despesas necessárias à perfeita execução do objeto deste Edital e da respectiva ata de registro de preços;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

b) especificação do objeto, observadas as características exigidas no presente Edital;

c) **validade da proposta** não inferior a **60 (sessenta) dias** consecutivos da apresentação da mesma, podendo ser suspenso esse prazo na hipótese de interposição de recurso administrativo ou judicial, e também na fase de apresentação de amostras, se solicitadas.

7.7. O Município de Mandaguáçu não aceitará cobrança posterior de qualquer imposto, tributo ou assemelhado adicional, salvo se alterado ou criado após a data de abertura desta licitação e que venha expressamente a incidir sobre o objeto, na forma da lei.

7.8. Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte da empresa ou de representante.

7.9. O Pregoeiro poderá desclassificar a proposta ou mesmo desqualificar a empresa, a qualquer tempo, no caso de conhecimento de fato superveniente ou circunstância desabonadora da empresa ou de seus sócios, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.10. Para o julgamento das propostas de preços será adotado o critério de **Menor Preço Por Lote**, observado o prazo para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste Edital.

7.11. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter oferta firme e precisa, sem alternativas de preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.

7.12. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

VIII – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS DE PREÇO E FORMULAÇÃO DOS LANCES:

8.1. A partir do horário previsto neste Edital, terá início a sessão pública do Pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a devida aceitabilidade.

8.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, **desclassificando**, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

8.3. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.4. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances.

8.5. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

8.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ**

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- 8.7. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados do valor, em tempo real, do menor lance registrado.
- 8.8. O sistema não identificará os autores dos lances aos demais participantes.
- 8.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**.
- 8.10. **Será adotado o modo de disputa ABERTO**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme o critério de julgamento adotado.
- 8.11. No modo de disputa aberto, a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 8.12. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 8.13. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida no item 8.11 a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 8.14. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 8.11, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 8.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 8.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.17. O Pregoeiro poderá suspender a sessão de lances caso seja imprescindível à realização de eventual diligência.
- 8.18. Realizada a diligência, o Pregoeiro notificará os licitantes sobre a data, horário e local onde será dado prosseguimento à sessão pública.
- 8.19. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor e, se necessário, dos documentos complementares, adequada ao último lance ofertado.
- 8.20. O prazo de envio de duas horas, poderá ser alterado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.
- 8.21. Caso não seja encaminhada a proposta ajustada, o licitante será desclassificado e poderá sofrer as sanções previstas no item X deste Edital.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

8.22. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, previamente ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, mediante a consulta nos documentos de habilitação.

8.23. Se o licitante que apresentar a proposta ou lance de menor valor não cumprir às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

8.24. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

IX – DOS RECURSOS:

9.1. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal.

9.2. Após declarado vencedor, a proponente que desejar recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo em até trinta minutos, através do portal eletrônico, manifestando sua **intenção** com registro da síntese das suas razões, sendo-lhe facultada a juntada de memoriais e o inteiro teor das razões de recurso no prazo de 3 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

9.3. A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

9.4. Não será concedido prazo para recurso sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

9.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.7. Os recursos deverão ser dirigidos à autoridade superior competente por intermédio da que praticou o ato. O recurso será cadastrado em campo específico na plataforma BLL.

X – DAS MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

10.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

10.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

10.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

10.1.5 fraudar a licitação

10.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

10.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

10.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

10.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

10.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do Decreto Municipal 8483/2023.

10.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 3 (tres) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

XI – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO:

11.1. Homologada a licitação e adjudicado o objeto, ao Município de Mandaguáçu convocará o adjudicatário, que deverá assinar o termo de contrato ou a Ata do Sistema de Registro de Preço em **até 5 (cinco) dias úteis**, a contar da data da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

11.2. O Município de Mandaguáçu convocará os proponentes remanescentes para celebrar a ata de registro de preço, na ordem de classificação, quando o convocado não assinar a ata de registro de preço no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital ou não apresentar situação regular de habilitação, e assim sucessivamente, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

11.3. Ocorrendo a hipótese indicada no item anterior, caracterizar-se-á o descumprimento total da obrigação assumida pelo licitante vencedor e adjudicatário, com as sujeições às penalidades legais da Lei Federal nº 14.133/2021.

XII – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS, DE PAGAMENTO, ENTREGA E GARANTIA:

12.1. Do Contrato/Ata de Registro de Preço:

12.1.1 Direitos e Obrigações do Contratante: O Município de Mandaguáçu-PR, obriga-se a:

- 12.1.1.1. Aderir a ata de registro de preço e determinar a execução do objeto.
- 12.1.1.2. Designar formal e legalmente um servidor(a) devidamente capacitado para fiscalizar e acompanhar o andamento dos produtos/serviços, bem como para dirimir as possíveis dúvidas existentes referentes a contratação;
- 12.1.1.3. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, objeto desta licitação, sob o viés quantitativo/qualitativo;
- 12.1.1.4. Receber o objeto contratado, nos termos, prazos, quantidades, qualidade e condições postos no Edital;
- 12.1.1.5. Rejeitar os produtos entregues em desacordo com o estipulado neste Edital;
- 12.1.1.6. Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na entrega dos produtos adquiridos;
- 12.1.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta-corrente, cumprindo todos os requisitos legais.

12.2. Direitos e Obrigações da Contratada:

- 12.2.1. Obriga-se a manter durante a vigência da a ata de registro de preço, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições exigidas para a contratação, devendo comunicar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer sua manutenção.
- 12.2.2. Não poderá ceder ou transferir a terceiros, os direitos e obrigações decorrentes da a ata de registro de preço, sem a prévia e expressa concordância do CONTRATANTE.
- 12.2.3. Responsabiliza-se por todos os danos e prejuízos causados a terceiros, ficando o CONTRATANTE isento de qualquer responsabilidade civil ou ressarcimento de eventuais despesas.
- 12.2.4. A CONTRATADA se responsabiliza por todas as dívidas porventura advindas da presente compra junto ao comércio ou indústria, ficando o CONTRATANTE isento de quaisquer responsabilidades perante os mesmos.
- 12.2.5. Quando da formalização da ata de registro de preço poderão ser previstos outros direitos e obrigações a critério da administração, nos termos da lei e do Edital.

12.3. Condições de Pagamento:

- 12.3.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega do objeto licitado, mediante apresentação da Nota Fiscal devidamente recebida pelo preposto da do Município de Mandaguáçu-PR.
- 12.3.2. Quando da efetivação das compras, o fornecedor deverá descrever os bens na Nota Fiscal obedecendo a mesma descrição constante da Nota de Empenho.
- 12.3.3. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 20 (vinte) dias após a data de sua reapresentação.
- 12.3.4. Os pagamentos efetuados em atraso pela Administração serão acrescidos de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, desde que o atraso não tenha sido por culpa da contratada.

12.4. Condições de entrega e recebimento:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

a) Prazo de entrega: Será de **20 (vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho, de forma parcela e de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

b) Local de entrega: Os locais de entrega constam no Anexo I deste termo e será informado no envio da Nota de Empenho (mas poderão sofrer alteração durante a vigência da ata de registro de preços).

c) Horário de entrega: De segunda à sexta-feira no horário das 08h00min às 10h00min e das 13h00min às 16h00min.

d) Embalagem: Os produtos deverão ser embaladas individualmente em saco plástico transparente e resistente de tamanho proporcional à peça contendo na sua parte externa etiqueta adesiva descrevendo o tipo e o tamanho da respectiva peça, conforme modelo a ser seguido neste edital constado no anexo II como também a caixa para envio dos produtos deve ser comumente resistente e seguir o peso comportado pelas caixas selecionadas, para que no momento de transporte e locomoção as mesmas não sejam afetadas, rasgadas ou quebradas

Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada.

e) Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

12.5.DAS AMOSTRAS

a) A licitante classificada no certame deverá apresentar, no prazo estabelecido pela Administração, amostras físicas de todos os itens do respectivo lote por ela classificados, devidamente identificadas e acompanhadas do memorial descritivo de cada item. As amostras deverão ser entregues juntamente com os laudos técnicos emitidos por laboratórios, contendo, conforme o caso, as seguintes informações: código Pantone da cor, gramatura do tecido, composição têxtil, encolhimento/alongamento e resistência ao estouro, conforme especificações técnicas constantes neste edital. A não apresentação das amostras ou dos laudos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação da licitante.

b) Local para entrega das amostras: Secretaria de educação de Mandaguáçu.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU
ESTADO DO PARANÁ**

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

c)Endereço: Rua Bernardino nº 100, Galeria Itália, Centro Sul, CEP: 87.160-266.

d)Prazo de entrega: 10 (Dez) dias corridos, após sessão de abertura e julgamento de propostas.

e)Horário de entrega: Das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min.

f)Responsável pelo recebimento das amostras: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e/ou Eliane Ferreira Martins Montovanelli.

g)E-mail: mandaguacupraseducacao@gmail.com

h)Telefone: (44) 3245-5588 – Setor de compras – Secretaria de Educação.

12.5.1.DA CONFECÇÃO DAS AMOSTRAS

As amostras deverão ser confeccionadas com base nas especificações do termo de referência.

12.5.2.DA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS

a)Deverão ser entregues 1 (uma) amostra de cada item nos tamanhos M ou G, exceto o item 4, que deverá ser entregue no tamanho 37.

b)O laudo técnico deverá ser em nome da licitante e emitido por laboratório têxtil, deverá comprovar que a gramatura, composição e a tonalidade do Pantone dos tecidos atendem as especificações exigidas para cada produto, como também a apresentação dos laudos indicados em cada item.

c)Para os itens que não possuem indicativo de tolerância para as medidas utilizar a variação de 5% para mais ou 5% para menos.

d)Para a análise das amostras será adotado o critério objetivo de comparação entre a especificação do material proposto pela empresa e a especificação mínima exigida para o produto, conforme termo, para que seja possível verificar se a amostra apresentada atende as condições mínimas exigidas.

e)As amostras deverão proporcionar condições de segurança e conforto de forma a garantir a qualidade e deverão atender as normas do INMETRO, ABNT 15778 e o Código de Defesa do Consumidor, podendo ser avaliado visualmente o modelo, acabamento, cor, costuras, textura, tecido, aviamentos que sejam divergentes das especificações técnicas, rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, construção do tecido visivelmente diferente do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos aparentes nos uniformes ou em seus insumos, inclusive proporcionalidade das medidas de acordo com as especificações.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

12.5.3.DA CLASSIFICAÇÃO

a) Poderão ser desclassificadas as empresas cujas amostras não forem entregues dentro do prazo, bem como as que não atendam às especificações do termo;

b) Ocorrendo algum dos casos apresentados no parágrafo supracitado, o pregoeiro convocará a segunda licitante classificada, para que nos mesmos prazos e condições, apresente suas amostras, e assim sucessivamente.

XIII – DAS CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO:

13.1. A Administração do Município de Mandaguáçu convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da sua proposta para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, assinar a ata de registro de preço, aceitar ou retirar o instrumento equivalente (nota de empenho) sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Município de Mandaguáçu.

13.3. É facultado à Administração do Município de Mandaguáçu, quando a convocada não assinar o referido documento no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo, examinada, quanto ao objeto e valor ofertado, a aceitabilidade da proposta classificada, podendo, inclusive, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação prevista no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.4. Caberá a contratada manter-se, durante toda a execução da ata de registro de preço, as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Pregão.

13.5. A contratada está obrigada não só pelos termos da ata de registro de preço, mas, também, por todos os termos do instrumento convocatório e de sua proposta.

13.6. A execução da ata de registro de preço, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13.7. A inexecução total ou parcial da ata de registro de preço enseja a sua rescisão, conforme Lei Federal nº 14.133/2021.

13.8. A rescisão da ata de registro de preço poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração do Município de Mandaguáçu, nos casos enumerados nos incisos art. 104 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1. O Pregoeiro reserva-se no direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvidas ou julgar necessário.

14.2. Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos proponentes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram.

14.3. O Município de Mandaguáçu se reserva no direito de revogar, anular ou transferir a presente licitação, em caso de interesse público.

14.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de Mandaguáçu revoga-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

14.4.1. O município poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

14.5. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo que a falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a revogação da adjudicação ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

14.6. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação ou inabilitação.

14.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento da proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

14.8. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre as proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

14.9. As decisões referentes a este processo de licitação poderão ser comunicadas às proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o seu recebimento ou, ainda, mediante publicação no Órgão Oficial do Município de Mandaguáçu -PR.

14.10. A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

14.11. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o desta cidade de Mandaguáçu, Estado do Paraná.

14.12. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio atenderão aos interessados no horário de 8h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h00min, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no Departamento de Compras e Licitações do Município de Mandaguáçu, para melhores esclarecimentos.

14.13. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO – Os licitantes, fornecedores, empreiteiros e seus agentes (sejam eles declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços e fornecedores, além de todo funcionário a eles vinculados, deverão manter os mais elevados padrões de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

14.14. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

14.15. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

14.16. Do Controle e Fiscalização da execução da ata de Registro de Preço:

14.16.1. Nos casos de atraso ou de falta de indicação, de desligamento ou de afastamento extemporâneo e definitivo do gestor ou do fiscal da ata de registro de preço e seus substitutos eventuais, até que seja providenciada a indicação, a competência de suas atribuições caberá a Autoridade Máxima da Unidade Requisitante.

14.17. Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do contrato o Sr.^a Sandra Aparecida Francisco, pelo Fiscal Sr. ^o Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e fiscal substituto Sr. Eliane Ferreira Martins Montovanelli, que desempenharão as funções de Fiscalização Técnica e Administrativa.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

14.17.1.Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VI);

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, II);

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VII);

14.17.2.Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, I e II);

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, IV).

14.17.3.Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, III).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

XV – DOS ANEXOS:

15.1. Compõem este Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência	Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://mandaguacu.pr.gov.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33 e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33
ANEXO II	Ata de Registro de Preço	
ANEXO III	Estudo Técnico Preliminar	
ANEXO IV	Contrato	

Mandaguáçu PR, 25 de novembro de 2025.

Jose Roberto Mendes
Prefeito Municipal





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

ANEXO I - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação tem por objetivo atender à necessidade da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguáçu no que se refere ao fornecimento de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino, compreendendo motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais servidores em exercício nas unidades escolares.

Tabela nº 01

	DESCRIÇÃO	Quantidades	Unidade	Valor Unitário médio	VALOR TOTAL
1	CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)	230	UND	R\$ 50,82	R\$ 11.687,83
2	SUETER - BLUSA DE LÃ	4.700	UND	R\$ 123,70	R\$ 581.390,00
3	UNIFORME - MERENDEIRAS	80	UND	R\$ 143,09	R\$ 11.447,47
4	SAPATO OCUPACIONAL BRANCO MERENDEIRA	40	UND	R\$ 39,29	R\$ 1.571,60
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS	330	UND	R\$ 170,59	R\$ 56.294,70
6	JALECO PROFESSOR MASC./FEM.	265	UND	R\$ 103,35	R\$ 27.387,75
TOTAL MAXIMO					R\$ 689.779,35

Brasão:



2.1. Memorial Descritivo

• Item 1 – Camiseta Manga Curta (Uniforme)

Descrição Geral:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

Camiseta de uso profissional, modelo unissex, confeccionada em meia malha PV, com acabamento de alta qualidade, padronização visual e aplicação de brasões institucionais. Peça destinada aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguá.

a) Composição do Corpo e Cores:

- Tecido: Meia malha PV, composição 67% Poliéster e 33% Viscose, fio 30.1, gramatura 175 g/m².
- Cor predominante do corpo: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TPX.
- Recortes laterais e mangas: Mesmo tecido e gramatura, cor Azul Pantone 19-3920 TPX.

b) Gola:

- Formato: Redonda, em Ribana 1x1.
- Composição: 50% Poliéster, 48% Algodão, 2% Elastano. Tolerância permitida de 1,5% a 2,5% para fibras e elastano.
- Gramatura: 260 g/m².
- Cor: Azul Pantone 19-3920 TPX.
- Largura acabada: 20 mm.
- Aplicação da gola com aparelho apropriado, costurada em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, garantindo uniformidade e qualidade.

c) Costuras e Acabamentos:

- Fechamento do corpo, mangas e ombros em overloque.
- Bainha inferior e das mangas com acabamento em máquina de cobertura duas agulhas, bitola larga, com largura acabada de 20 mm.
- Utilização de linha 100% poliéster em todas as costuras.

d) Aplicações Gráficas

- Frente: Aplicação do Brasão da Educação, no lado esquerdo do peito, em serigrafia, centralizado na altura do tórax.
- Manga Direita: Aplicação do Brasão do Município, centralizado, também em serigrafia.
- Costas: Escrita "EDUCAÇÃO", em caixa alta, cor Bellwether Blue – Pantone 19-3943 TCX, com comprimento de 30 cm e altura de 8 cm, também em serigrafia.

e) Tamanhos Disponíveis

- Tamanhos adultos: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.
- Inclusão de peças sob medida, quando necessário.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

f) Etiqueta Interna (Identificação do Produto)

- Material: Tecido branco.
- Localização: Parte interna, traseira da gola.
- Impressão: Cor preta, tipografia uniforme.
- Informações obrigatórias:
 - o Razão social;
 - o CNPJ;
 - o Marca;
 - o Composição do tecido;
 - o Símbolos e instruções de lavagem;
 - o Tamanho.
- As etiquetas devem cumprir as normas da Resolução nº 02 do CONMETRO, de 6 de maio de 2008.

g) Embalagem

- Cada peça deve ser embalada individualmente em saco plástico transparente.
- A embalagem deve conter etiqueta externa removível, com as seguintes informações:
 - o Nome do produto;
 - o Marca do fabricante;
 - o Quantidade;
 - o Características técnicas.
- A embalagem não deve apresentar riscos ao usuário e deve permitir fácil abertura.

h) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item completo para avaliação e validação técnica antes do fornecimento em escala.

• Item 2 – Suéter / Blusa de Lã

Descrição Geral:

Blusa de lã para uso institucional, destinada aos alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino, confeccionada em máquina eletrônica com dois cabos de fio, com excelente acabamento, conforto térmico e padronização visual. Peça com aplicação do brasão institucional, atendendo às exigências técnicas de durabilidade e qualidade.

a) Composição e Confeção

- Tecido: Tricotado em máquina eletrônica com dois cabos de fio.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- Composição do fio: 50% Algodão e 50% Acrílico.
- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.
- Gramatura: 350 g/m² (com tolerância de variação de $\pm 5\%$).
- Linhas utilizadas na confecção: Fio com composição mista (acrílico e algodão), na mesma cor do tecido.

b) Estrutura e Acabamento

- Barra e punhos: Tecidos junto ao corpo e mangas, em esquema de seleção 2x2, na mesma cor do tecido (Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX).
- Gola em "V":
 - o Tecida separadamente do corpo e mangas, em esquema de seleção 2x1.
 - o Aplicação feita com máquina remalhadeira, garantindo acabamento reforçado e uniforme.
- Corte das partes: Realizado manualmente conforme medidas especificadas.
- União das partes (mangas, frente e costas): Costuradas em máquina overlocke, proporcionando acabamento reforçado e maior durabilidade.

c) Aplicação de Brasão Institucional

- Tipo: Etiqueta termocolante bordada em máquina industrial de alta definição, com acabamento em bordado no contorno.
- Dimensões: 5,0 cm (largura) x 6,0 cm (altura).
- Localização: Lado esquerdo de quem veste, com o centro do bordado posicionado rente ao final da cava e ao ponto mais alto do ombro.

d) Tamanhos

- Modelagem infantil e adultos.
- Faixa de tamanhos: 0 anos até EXGG adulto, incluindo:
 - o P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG
 - o Sob medida, quando necessário.

e) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do item para análise técnica e validação prévia.
- A amostra deverá representar fielmente as especificações acima descritas e contemplar os tamanhos ofertados.

• Item 3 – Uniforme das Merendeiras (Camiseta + Calça)

Descrição Geral:

Uniforme completo destinado às profissionais merendeiras da Rede Municipal de Ensino, composto por camiseta e calça na cor branca, touca higiênica e avental





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

térmico azul. O conjunto visa garantir identidade visual, segurança, conforto e conformidade com as normas de higiene alimentar e segurança no trabalho.

a) Camiseta Branca

- Cor: Branca.
- Tecido: Malha 100% algodão, ou mista com poliéster (quando necessário).
- Modelagem: Manga curta, corte padrão.
- Acabamento e Costuras:
 - o Corpo, mangas e ombros com costura em overloque.
 - o Gola aplicada com costura em overloque.
 - o Barra do corpo e mangas com bainha de 2 cm, finalizada em máquina galoneira, utilizando linha 100% poliéster.
- Aplicação Gráfica:
 - o Brasão da Prefeitura de Mandaguáçu no lado esquerdo do peito, em serigrafia.

b) Calça Branca

- Tecido: Preferencialmente Tactel 100% poliéster (leve, resistente, de secagem rápida).
- Cor: Branca.
- Modelagem:
 - o Corte reto.
 - o Cós com elástico para ajuste confortável e seguro.
 - o Dois bolsos laterais funcionais.
- Acabamento: Costuras reforçadas para maior durabilidade, adequadas ao uso frequente em ambiente de cozinha.

c) Touca Higiênica

- Tecido: Leve e respirável (preferencialmente microfibra ou poliéster).
- Cor: Branca.
- Modelagem: Cobre completamente os cabelos, conforme exigência das normas de higiene alimentar.
- Ajuste: Elástico embutido para fixação segura à cabeça da usuária.

d) Avental Térmico Azul

- Tipo: Avental frontal.
- Tecido: Algodão com tratamento retardante a chamas, revestido com silicone (sem forro).
- Cor predominante: Azul.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- Detalhes e Acabamento:

- o Viés azul.
- o Tiras para ajuste.
- o Costuras realizadas com linha de para-aramida, resistente a altas temperaturas.
- Dimensões: 90 cm (altura) x 60 cm (largura).
- Finalidade: Resistência a calor e respingos, proporcionando segurança térmica em ambiente de cozinha escolar.

e) Tamanhos Disponíveis

- P, M, G, GG, e sob medida, quando necessário.

f) Amostra

- Deverá ser enviada amostra física do conjunto completo (camiseta, calça, touca e avental térmico) para análise técnica e validação prévia.
- A amostra deverá seguir todas as especificações descritas neste item.

• Item 4 – Sapato Ocupacional Branco (Merendeiras)

Descrição Geral:

Calçado ocupacional branco, desenvolvido especificamente para profissionais que atuam em ambientes alimentícios e escolares, atendendo às exigências de segurança, higiene e conforto.

a) Características Técnicas

- Modelo: Sapato higiênico, fechado na parte superior e no calcanhar.
- Material: Confeccionado em EVA (Etileno Vinil Acetato) – polímero leve, flexível, resistente e de fácil higienização.
- Cor: Branca (totalmente branca, incluindo solado).
- Solado:
 - o Antiderrapante, projetado para evitar escorregamentos em pisos úmidos ou oleosos.
 - o Proporciona aderência e estabilidade.
- Propriedades:
 - o Antimicrobiano – auxilia na prevenção da proliferação de fungos e bactérias.
 - o Impermeável – resistente à água, óleos, detergentes e impactos mecânicos leves.
 - o Estrutura leve, que reduz o cansaço dos pés durante longas jornadas de trabalho.
- Acabamento interno: Superfície lisa, sem costuras internas que possam causar desconforto.

b) Certificação:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- O calçado deverá possuir certificação emitida por órgão competente, como o IBTEC (Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos), comprovando a conformidade com as normas de segurança e qualidade para calçados ocupacionais.

c) Numeração Disponível:

- Numeração padrão nacional, a partir do número 34 até o 44, com possibilidade de ajuste conforme demanda da contratante.

d) Amostra:

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do calçado para análise e validação, conforme descrições técnicas acima.

• Item 5 – Conjunto Atendentes e Berçaristas (Scrub)

Descrição Geral:

Uniforme profissional padronizado, destinado a atendentes e berçaristas da Rede Municipal de Ensino, composto por blusa e calça, confeccionado em tecido leve e resistente, ideal para atividades que exigem conforto, mobilidade e higiene.

a) Composição do Conjunto

- Peças: 1 blusa + 1 calça.
- Tecido: Oxfordine, resistente, durável e de fácil manutenção.
- Cor predominante: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.

b) Blusa (Scrub)

- Modelo:
 - o Decote em “V” entalhado.
 - o Manga curta.
 - o Dois bolsos frontais inferiores (abaixo da linha do busto), com boa profundidade.
- Identificação institucional:
 - o Aplicação do brasão do Município de Mandaguá no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax, em serigrafia.

c) Calça (Scrub Pants)

- Modelo:
 - o Corte reto, confortável para uso contínuo.
 - o Dois bolsos laterais tipo faca.
 - o Cós com elástico embutido para ajuste confortável e seguro.

d) Cores e Acabamentos

- Cor única para o conjunto: Azul Cristal – Pantone 13-4411 TCX.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- Acabamento reforçado nas costuras, especialmente nas áreas de maior movimentação, para garantir durabilidade.

e) Tamanhos Disponíveis

- Tamanhos padrão adulto: P, M, G, GG, XG, XGG, EG, EXGG.

- Sob medida: disponível quando necessário para atender necessidades específicas dos profissionais.

f) Amostra

- O fornecedor deverá apresentar amostra física do conjunto completo (blusa + calça) para avaliação técnica e validação prévia da contratante, conforme os padrões definidos neste edital.

• Item 6– Jalecos (Feminino e Masculino)

c) Jaleco Feminino – Modelo Princesa (sem manga)

• Modelo: Jaleco sem mangas, modelagem acinturada tipo princesa, com recortes anatômicos frontais e posteriores.

• Frente: Recorte princesa com abotoamento simples, sem gola.

• Costas: Silhueta princesa com meio cinto costurado, oferecendo melhor caimento.

• Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados, embutidos nas costuras laterais.

• Acabamentos:

- Vivos embutidos nas costuras frontais, nos bolsos e no cinto das costas, para acabamento e reforço.

- Comprimento final da peça: 82 cm.

• Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, que reduz a formação de bolinhas.

• Identificação visual:

- Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.

• Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.

• Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

d) Jaleco Masculino – Modelo Gola Padre (sem manga)

• Modelo: Jaleco masculino sem mangas, com gola tipo padre e abotoamento simples.

• Frente: Abertura com abotoamento simples, gola padre tradicional.

• Costas: Abertura inferior na barra, para conforto e mobilidade.

• Bolsos: Dois bolsos inferiores chapados.

• Acabamentos:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

- Cavas com acabamento interno limpo e reforçado.
- Comprimento final da peça: 95 cm.
- Tecido: 60% Algodão e 40% Poliéster, com acabamento anti-pilling, para maior durabilidade.
- Identificação visual:
- Brasão do Município de Mandaguáçu aplicado em serigrafia no lado esquerdo do peito, centralizado na altura do tórax.
- Tamanhos: PP, P, M, G, GG, EG.
- Amostra: Deverá ser enviada amostra física para validação.

2.2. LAUDOS:

A contratada deverá apresentar, previamente à produção definitiva, laudos técnicos emitidos por laboratórios acreditados pelo INMETRO, referentes aos itens 1, 2, 3, 5 e 6, contendo obrigatoriamente as seguintes informações: identificação da cor por código Pantone, gramatura (em g/m²), composição do tecido, além de ensaios de encolhimento/alongamento e resistência ao estouro. Tais laudos deverão ser entregues juntamente com a respectiva amostra física de cada item, para fins de análise e aprovação por parte da contratante, sendo condição indispensável para a aprovação dos protótipos e a autorização da produção. Ressalta-se que o item 4 possui laudo próprio, estando dispensado de nova apresentação. Para fins de comprovação técnica, serão aceitos os seguintes métodos e normas:

- Composição do Tecido: AATCC 20/05 e 20A/05, e NBR 13538:1995 / NBR 11914:1992;
- Gramatura: NBR 10591:2008 – Determinação da gramatura de tecidos;
- Encolhimento e Alongamento: NBR 10320:1988 – Determinação das alterações dimensionais em tecidos planos e malhas (lavagem em máquina caseira automática);
- Resistência ao Estouro: NBR 13384:1995 – Ensaio realizado com equipamento Mullentester.

2.3. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido neste Termo de Referência, no ETP e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado. Desta forma, consideramos a modalidade de pregão como sendo a mais adequada ao presente caso, tendo em vista a baixa complexidade na elaboração e condução do processo licitatório.

2.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar (Artigo 83 da lei 14.133, de 2021).





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

2.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei 14.133, de 2021 e do art. 12, inciso X do Decreto Municipal nº 8441/2023.

2.6. O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação está devidamente fundamentada no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**, elaborado pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação, o qual apresenta de forma pormenorizada a motivação da demanda, os critérios utilizados para a definição dos quantitativos, as especificações técnicas dos itens requeridos e a justificativa da escolha da solução adotada.

2.2. O ETP, que integra este Termo de Referência na forma de **apêndice**, detalha a necessidade de padronização visual dos profissionais da Rede Municipal de Ensino, com foco na melhoria da identificação dos servidores nas unidades escolares, além de atender a critérios de segurança, conforto, higiene e imagem institucional da Administração Pública

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. A contratante orientará os servidores quanto ao descarte consciente das embalagens dos produtos fornecidos, incentivando a destinação para reciclagem, em conformidade com as boas práticas de sustentabilidade ambiental.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de entrega

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

5.1. Prazo de entrega: Será de **20 (vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho, de forma parcela e de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

5.2. Local de entrega: Os locais de entrega constam no Anexo I deste termo e será informado no envio da Nota de Empenho (mas poderão sofrer alteração durante a vigência da ata de registro de preços).

5.3. Horário de entrega: De segunda à sexta-feira no horário das 08h00min às 10h00min e das 13h00min às 16h00min.

5.4. Embalagem: Os produtos deverão ser embaladas individualmente em saco plástico transparente e resistente de tamanho proporcional à peça contendo na sua parte externa etiqueta adesiva descrevendo o tipo e o tamanho da respectiva peça, conforme modelo a ser seguido neste edital constado no anexo II como também a caixa para envio dos produtos deve ser comumente resistente e seguir o peso comportado pelas caixas selecionadas, para que no momento de transporte e locomoção as mesmas não sejam afetadas, rasgadas ou quebradas

5.5. Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada.

5.6. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e no edital, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6. VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1. Prazo de Vigência

O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021, e do artigo 12, inciso X, do Decreto Municipal nº 8.441/2023, podendo ainda ser renovado o quantitativo originalmente estabelecido na Ata, caso em que será desconsiderado eventual saldo remanescente.

6.2. Alterações Contratuais

Nos termos dos artigos 124, inciso I, alínea "b", e 125 da Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá alterar unilateralmente o contrato para acréscimo ou supressão





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

quantitativa de seu objeto, limitada a alteração a até 25% do valor inicial atualizado, ou a até 50% no caso de reforma de edifício ou equipamento, vedada a transfiguração do objeto.

6.3. Da Possibilidade de Prorrogação do Contrato

6.3.1. Nos casos de contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, bem como seus quantitativos inicialmente estabelecidos, poderão ser prorrogados por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

6.3.2. Já nos casos de contrato de serviços e fornecimentos contínuos, decorrente deste processo, poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitando a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

6.4. Para ambos os casos a prorrogação contratual ocorrerá nos moldes estabelecidos acima desde que:

- I – Haja justificativa da Administração quanto à continuidade da necessidade do serviço;
- II – Seja demonstrada a vantagem da prorrogação em relação à realização de nova licitação;
- III – Permaneçam as condições iniciais do contrato, ou seja, formalmente ajustado o equilíbrio econômico-financeiro.

7. DAS AMOSTRAS

7.1. A licitante classificada no certame deverá apresentar, no prazo estabelecido pela Administração, amostras físicas de todos os itens do respectivo lote por ela classificados, devidamente identificadas e acompanhadas do memorial descritivo de cada item. As amostras deverão ser entregues juntamente com os laudos técnicos emitidos por laboratórios, contendo, conforme o caso, as seguintes informações: código Pantone da cor, gramatura do tecido, composição têxtil, encolhimento/alongamento e resistência ao estouro, conforme especificações técnicas constantes neste edital. A não apresentação das amostras ou dos laudos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação da licitante.

7.2. Local para entrega das amostras: Secretaria de educação de Mandaguáçu.

7.3. Endereço: Rua Bernardino nº 100, Galeria Itália, Centro Sul, CEP: 87.160-266.

7.4. Prazo de entrega: 10 (Dez) dias corridos, após sessão de abertura e julgamento de propostas.

7.5. Horário de entrega: Das 08h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

7.6. Responsável pelo recebimento das amostras: Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e/ou Eliane Ferreira Martins Montovanelli.

7.7. E-mail: mandaguacucompraseducacao@gmail.com

7.8. Telefone: (44) 3245-5588 – Setor de compras – Secretaria de Educação.

7.9. DA CONFECÇÃO DAS AMOSTRAS

As amostras deverão ser confeccionadas com base nas especificações do termo de referência.

7.10. DA AVALIAÇÃO DAS AMOSTRAS

7.10.1. Deverão ser entregues 1 (uma) amostra de cada item nos tamanhos M ou G, exceto o item 4, que deverá ser entregue no tamanho 37.

7.10.2. O laudo técnico deverá ser em nome da licitante e emitido por laboratório têxtil, deverá comprovar que a gramatura, composição e a tonalidade do Pantone dos tecidos atendem as especificações exigidas para cada produto, como também a apresentação dos laudos indicados em cada item.

7.10.3. Para os itens que não possuem indicativo de tolerância para as medidas utilizar a variação de 5% para mais ou 5% para menos.

7.10.4. Para a análise das amostras será adotado o critério objetivo de comparação entre a especificação do material proposto pela empresa e a especificação mínima exigida para o produto, conforme termo, para que seja possível verificar se a amostra apresentada atende as condições mínimas exigidas.

7.10.5. As amostras deverão proporcionar condições de segurança e conforto de forma a garantir a qualidade e deverão atender as normas do INMETRO, ABNT 15778 e o Código de Defesa do Consumidor, podendo ser avaliado visualmente o modelo, acabamento, cor, costuras, textura, tecido, aviamentos que sejam divergentes das especificações técnicas, rasgos, manchas, costuras tortas, duplicadas, sobrepostas, assimétricas ou com falhas, falta de simetria das partes que compõem as peças, fios repuxados ou retorcidos, construção do tecido visivelmente diferente do tecido especificado ou quaisquer outros defeitos aparentes nos uniformes ou em seus insumos, inclusive proporcionalidade das medidas de acordo com as especificações.

7.11. DA CLASSIFICAÇÃO

7.11.1. Poderão ser desclassificadas as empresas cujas amostras não forem entregues dentro do prazo, bem como as que não atendam às especificações do termo;





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

7.11.2. Ocorrendo algum dos casos apresentados no parágrafo supracitado, o pregoeiro convocará a segunda licitante classificada, para que nos mesmos prazos e condições, apresente suas amostras, e assim sucessivamente.

7.12. DAS PENALIDADES

7.12.1. Após a homologação do certame, o licitante terá até 30 (trinta) dias para retirar as amostras no mesmo endereço indicado para entrega.

7.12.2. Após o decurso de tal prazo, em não havendo a retirada será entendido como renúncia aos produtos, podendo a secretaria municipal de educação, descartá-los, sem gerar as licitantes o direito de quaisquer ressarcimentos.

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

8.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do contrato o Sr.^a Sandra Aparecida Francisco, pelo Fiscal Sr. ° Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e fiscal substituto Sr. Eliane Ferreira Martins Montovanelli, que desempenharão as funções de Fiscalização Técnica e Administrativa.

Fiscalização Técnica

8.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VI);

8.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, II);

8.8. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, III);

8.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, IV);

8.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, V);

8.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VII);

Fiscalização Administrativa

8.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, I e II);

8.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, IV).

Gestor do Contrato

8.14. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, IV).





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

8.15. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, II).

8.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, III).

8.17. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Do recebimento

9.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. (Art. 140, II, a, da Lei nº 14.133, de 2021 e Art. 14 do Decreto Municipal nº 8425/2023).

9.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

9.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

9.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, o setor competente, para fins de liquidação, deve verificar se o documento apresentado expressa os elementos necessários e essenciais, tais como:

9.8.1. a data da emissão;

9.8.2. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.8.3. o período respectivo de execução do contrato;

9.8.4. o valor a pagar;

9.8.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

Prazo de pagamento

9.10. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal.

Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente.

9.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, sob o regime de REGISTRO DE PREÇO com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR LOTE.

10.2. Por tratar-se de único ente contratante, o Município de Mandaguáçu, é dispensado do procedimento público de intenção de registro de preços em conformidade com o art. nº 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e com o Art. 9º, § 2º do Decreto Municipal nº 8441/2023.

10.3. Optamos pela adoção do Regime de Registro de Preços, pois trata-se de aquisições rotineiras que terão seus preços registrados para futuras aquisições conforme demanda, e porque estamos incluindo um item do qual não temos histórico de consumo, logo não se obriga a aquisição caso a quantidade estimada esteja acima da demanda.

Forma de fornecimento

10.4. O fornecimento do objeto será de forma parcelada de acordo com as necessidades de cada Secretaria Municipal, conforme modelo de execução do objeto descrito no tópico 5 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.5. Os requisitos para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira serão disciplinados no Edital.

Justificativa para a não adoção do tratamento diferenciado e favorecido (ME/EPP) no presente processo

10.6. Considerando a análise do objeto e da forma de contratação pretendida, verifica-se que a adoção do tratamento favorecido e diferenciado para ME/EPP, seja por meio de itens exclusivos ou reserva de cotas, mostra-se inadequada para este processo específico. O objeto apresenta características que demandam aquisição integrada, com interdependência técnica e operacional entre os componentes, não sendo recomendada sua fragmentação por item ou aplicação de cotas, sob pena de comprometer a padronização, a compatibilidade e a eficiência da contratação.





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

10.7. Além disso, a adoção de julgamento por item ou a divisão do objeto para fins de reserva de cotas resultaria em perda de economia de escala, potencial aumento de custos administrativos e risco de soluções heterogêneas, o que poderia prejudicar a execução contratual e a uniformidade dos resultados esperados. Dessa forma, opta-se pela manutenção do julgamento por lote, preservando a integridade do objeto e garantindo maior eficiência, competitividade e melhor relação custo-benefício à Administração.

10.8. Em razão dessas características, a aplicação do tratamento diferenciado e favorecido não se mostra adequada ou vantajosa nesta situação, sendo, portanto, justificadamente afastada.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado da contratação anual é de R\$ 689.779,35 (Seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), conforme detalhamento na Tabela nº 01 deste termo.

11.2. Por tratar-se de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações em conformidade com o art. 22 do Decreto Municipal nº 8441/2023:

11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato de príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2.021;

11.2.2. Em caso de criação alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para contratação, ou

11.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações:





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernadino Bogo – Caixa Postal 81 – CEP 87160-000

Fone: (44) 3245-8400

CNPJ 76.285.329/0001-08

www.mandaguacu.pr.gov.br

Dotação	Elemento	Descrição	Fonte	Descrição
420	3.3.90.30	Material de Consumo	0107	Rec. Salário Educação
414	3.3.90.30	Material de Consumo	0102	Fundeb 30%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0103	Educação 5%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0104	Educação 25%

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Mandaguá, 26 de setembro de 2025.

SANDRA APARECIDA FRANCISCO

Gestor

LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA

Fiscal

ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI

fiscal substituto

Local de Entrega:

Secretaria de Educação	Rua Bernardino Bogo, 100	3245-5588	Luiz/Maria/Eliane
------------------------	--------------------------	-----------	-------------------





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

ANEXO II - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

O **MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU**, com sede na Rua Bernardino Bogo, 175, na cidade de Mandaguáçu, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.285.329/0001-08, neste ato representado pelo prefeito municipal, Jose Roberto Mendes, portador do RG Nº **** e do CPF Nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202...., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino. Destinados ao atendimento das demandas de todas as secretarias da Administração Municipal, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo [do edital de Licitação nº/20...., que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguá

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro de fornecedores para o cadastro de reserva, tem por objetivo se valer deste cadastro para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital* e;

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguá

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no Decreto Municipal.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no Decreto Municipal; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do Decreto Municipal.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade do Decreto Municipal.

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Mandaguáçu, ** de ** de 202*

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

ANEXO III - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Descrição das Necessidades

- 1.1. Trata-se, o presente estudo, da contratação de empresa especializada para o fornecimento de uniformes destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguáçu, visando atender às seguintes necessidades:
- 1.2. O fornecimento de uniformes para todas as categorias de servidores da educação municipal, como motoristas, atendentes, berçaristas, professores (jalecos), cozinheiras e demais profissionais em exercício nas unidades escolares.
- 1.3. Padronizar a vestimenta dos profissionais da educação, promovendo organização, identificação visual institucional e valorização da imagem dos servidores no ambiente escolar.
- 1.4. Contribuir para a segurança no ambiente escolar, facilitando a identificação dos profissionais por parte dos alunos, pais, visitantes e demais membros da comunidade escolar.
- 1.5. O uso de vestimentas adequadas proporciona maior conforto, praticidade e funcionalidade aos profissionais no desempenho de suas funções, considerando as especificidades e demandas de cada cargo ou função exercida nas unidades escolares.
- 1.6. A medida visa ainda reforçar a presença institucional da rede municipal de ensino, transmitindo à comunidade escolar uma imagem de seriedade, compromisso e profissionalismo, além de fortalecer o vínculo entre escola, famílias e sociedade.
- 1.7. A adoção de uniformes institucionais está alinhada com os princípios da eficiência, padronização e valorização do servidor público, promovendo melhoria nas condições de trabalho e no atendimento à comunidade escolar.

2. Área Requisitante

- 2.1. Secretaria Municipal de Educação – Responsável: Sandra Aparecida Francisco.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 3.1. A empresa contratada deverá atender a todos os requisitos legais previstos na legislação vigente, especialmente os dispostos na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), bem como observar as seguintes condições específicas:
 - 3.1.1. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados a partir da data estabelecida na Ata de Registro de Preços, podendo ser prorrogado nos termos da legislação aplicável.
 - 3.1.2. A entrega e o descarregamento dos uniformes serão de inteira responsabilidade da empresa contratada, devendo ocorrer diretamente nas unidades escolares indicadas pela Secretaria Municipal de Educação, às expensas da contratada, incluindo todos os custos com frete, embalagens, tributos, encargos trabalhistas e demais despesas acessórias necessárias.
 - 3.1.3. Os produtos fornecidos deverão ser novos, de primeira qualidade, atender às especificações técnicas que serão descritas no Termo de Referência, e estar livres de quaisquer defeitos ou vícios que comprometam seu uso.
 - 3.1.4. A contratada se obriga a garantir a qualidade, a integridade e a conformidade dos uniformes entregues, respondendo por quaisquer irregularidades constatadas, bem como pela substituição de itens com defeito, sem ônus para a administração pública.
 - 3.1.5. Em caso de atraso na entrega, descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, a empresa contratada ficará sujeita à aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

4. Levantamento de Mercado

- 4.1. Com o objetivo de identificar as melhores práticas disponíveis e possíveis soluções para o atendimento da demanda, foram realizadas pesquisas de mercado, bem como consultas a contratações realizadas por outros órgãos e entidades públicas.
- 4.2. Constatou-se que as soluções adotadas por outras administrações são, em sua maioria, similares, consistindo na contratação de empresas especializadas no fornecimento de uniformes, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido. As variações observadas referem-se, principalmente, à forma de contratação, podendo ser por meio de Pregão Eletrônico, Dispensa de Licitação ou outras modalidades previstas na legislação vigente.
- 4.3. Verificou-se, ainda, a ampla disponibilidade de empresas no mercado com capacidade técnica e operacional para atender à demanda, o que confirma a viabilidade da contratação e reforça a competitividade do certame.

5. Descrição da Solução como um todo

- 5.1. A aquisição de uniformes para os profissionais da Rede Municipal de Ensino de Mandaguçu é essencial para promover a padronização, segurança, identificação e valorização dos servidores no ambiente escolar. Após análise das alternativas disponíveis, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa para a Administração Pública é a realização de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços.
- 5.2. Essa forma de contratação permite maior flexibilidade na aquisição dos itens, evitando compras em excesso e possibilitando que os uniformes sejam fornecidos conforme a real necessidade da Secretaria Municipal de Educação, de forma proporcional à demanda das diferentes categorias de profissionais (como motoristas, atendentes, berçaristas, professores, cozinheiras e demais servidores).

6. Estimativa das quantidades a serem contratadas

6.1. Tabela 01

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	CAMISETA MANGA CURTA	UND	230
2	BLUSA LÃ SUETER	UND	4700
3	UNIFORME MERENDEIRA	UND	80
4	SAPATO MERENDEIRA	UND	40
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS (scrub)	UND	330
6	JALECO PROFESSOR FEM.	UND	245
7	JALECO PROFESSOR MASCULINO	UND	20

6.2. Tabela 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD POR PROFISSIONAL
1	CAMISETA MANGA CURTA	02
2	BLUSA LÃ SUETER (ALUNO E PROFISSIONAL)	01
3	UNIFORME MERENDEIRA	02
4	SAPATO MERENDEIRA	01
5	CONJUNTO ATENDENTES E BERÇARISTAS (scrub)	02
6	JALECO PROFESSOR FEM.	01
7	JALECO PROFESSOR MASCULINO	01

- 6.3. A estimativa das quantidades foi elaborada com base nos dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, considerando o número de profissionais atualmente





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

em exercício na Rede Municipal de Ensino, distribuídos entre motoristas, atendentes, berçaristas, professores, cozinheiras e demais servidores.

- 6.4. Considerando a possibilidade de aumento no número de profissionais ao longo do período de vigência do contrato, foi previsto um acréscimo proporcional nos quantitativos estimados, de forma a garantir o atendimento à demanda futura sem a necessidade de novo processo licitatório em curto prazo.

7. Estimativa do valor da Contratação

- 7.1. Foi estimado o valor máximo da contratação de R\$ 689.779,35 (seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), e o demonstrativo encontra-se detalhado em documento anexo junto a este processo intitulado de Mapa Comparativo de preços.

8. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

- 8.1. A contratação deve ser parcelada sempre que isso for tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a Administração, conforme determina a legislação vigente, ressalvados os casos em que tal medida se mostrar inviável. Após análise técnica e administrativa, concluiu-se que a contratação em lotes é a solução mais adequada às necessidades da Administração.
- 8.2. A aquisição dos uniformes compreende conjuntos padronizados de peças (tais como camisas, jalecos, sapatos, blusas e conjuntos), que serão utilizados pelos profissionais da educação de forma integrada e simultânea. A contratação em lotes garante uniformidade de padrões visuais, qualidade dos materiais, bem como a padronização de cores e tamanhos entre os itens, aspectos que seriam comprometidos em contratações fragmentadas por item.
- 8.3. Além disso, a logística centralizada de fornecimento permite maior controle, rastreabilidade e eficiência na distribuição dos uniformes às unidades escolares, reduzindo os riscos de inconsistências entre os produtos, atrasos nas entregas e falhas de comunicação com múltiplos fornecedores.
- 8.4. Sob o aspecto econômico, a contratação em lotes viabiliza economia de escala, com possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos em razão do volume global contratado. Também promove maior eficiência na gestão contratual, facilitando o acompanhamento de prazos, garantias e obrigações, o que contribui para uma fiscalização mais eficaz e para o fiel cumprimento do objeto contratual.
- 8.5. Dessa forma, fica evidenciada a inviabilidade do parcelamento por item, sendo a contratação em lotes a opção mais eficiente, segura e vantajosa para a Administração Pública.

9. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

- 9.1. Após análise técnica e administrativa, verifica-se que não há contratações correlatas ou interdependentes relacionadas a esta demanda.
- 9.2. A aquisição de uniformes para os alunos e profissionais da Rede Municipal de Ensino configura-se como uma contratação autônoma, não estando vinculada a outros contratos ou processos licitatórios, seja em termos de fornecimento, execução conjunta ou dependência funcional.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

- 10.1. A presente contratação está alinhada com o planejamento institucional da Secretaria Municipal de Educação de Mandaguçu, contribuindo diretamente para o alcance das metas estabelecidas no plano de trabalho da rede municipal de ensino.
- 10.2. A aquisição de uniformes para os profissionais da educação reforça as diretrizes de valorização do servidor público, melhoria do ambiente escolar, padronização institucional e segurança nas unidades educacionais, estando em consonância com os princípios da administração pública e com os objetivos estratégicos definidos pela gestão municipal.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguá

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

11. Previsão no Plano de Contratações Anual

11.1. Não foi feito o PCA para o ano de 2025.

12. Resultados Pretendidos

12.1. A presente contratação tem por objetivo alcançar os seguintes resultados:

- Padronização visual dos profissionais da rede municipal de ensino;
- Facilidade na identificação dos servidores por parte de alunos, pais e comunidade escolar;
- Valorização da imagem institucional da Administração Pública no ambiente educacional;
- Aumento da segurança nas unidades escolares, por meio da identificação imediata dos profissionais autorizados;
- Eficiência logística no fornecimento e distribuição dos uniformes, garantindo atendimento adequado às demandas reais das unidades escolares.

13. Providências a serem adotadas

Não foram identificadas providências prévias à contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A presente contratação pode envolver impactos ambientais associados às etapas de produção, transporte e descarte dos uniformes, conforme descrito a seguir:

- Consumo de recursos naturais (como água e energia elétrica) durante os processos industriais de fabricação dos tecidos e confecção das peças;
- Utilização de produtos químicos (corantes, amaciantes, impermeabilizantes e outros insumos), com potencial risco de poluição hídrica e do solo, caso não sejam adotadas práticas de controle ambiental;
- Emissão de gases poluentes, como dióxido de carbono (CO₂), resultante das atividades logísticas e de transporte até as unidades da rede municipal de ensino;
- Geração de resíduos sólidos, especialmente pelo descarte inadequado de embalagens plásticas e materiais auxiliares utilizados na armazenagem e transporte dos uniformes;
- Dificuldade no rastreamento da cadeia produtiva, especialmente quanto à origem dos materiais e à adoção de práticas sustentáveis, caso não haja exigência de comprovação ambiental por parte dos fornecedores.

14.2. Recomenda-se, a inclusão de critérios de sustentabilidade no Termo de Referência e no edital, incentivando o uso de materiais com menor impacto ambiental, o descarte responsável de resíduos e a adoção de práticas produtivas ambientalmente corretas.

15. Medidas recomendadas

15.1. Com o objetivo de mitigar os impactos ambientais associados à fabricação, transporte e descarte dos uniformes, recomenda-se a adoção das seguintes medidas, desde que tecnicamente viáveis e economicamente compatíveis:

- Priorizar o uso de materiais recicláveis, biodegradáveis ou orgânicos na confecção dos uniformes, incentivando práticas sustentáveis ao longo da cadeia produtiva;
- Utilizar embalagens reutilizáveis ou recicláveis, reduzindo a geração de resíduos sólidos descartáveis no processo de entrega e armazenamento;
- Estimular o uso de veículos com menor emissão de CO₂ no transporte dos uniformes, priorizando, sempre que possível, modais logísticos menos poluentes ou com compensação ambiental.





Prefeitura do Município de Mandaguçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

15.2. Tais medidas poderão serão incorporadas como critérios de sustentabilidade no Termo de Referência, contribuindo para uma contratação ambientalmente responsável e alinhada com os princípios da administração pública sustentável.

16. Declaração de Viabilidade

16.1. Diante das informações apresentadas neste Estudo Técnico Preliminar, considera-se viável a contratação pretendida sob os aspectos técnico, operacional e gerencial, uma vez que a solução atende às necessidades identificadas e está alinhada ao planejamento institucional.

16.2. Ressalta-se que a viabilidade econômico-financeira e jurídica deverá ser analisada pelas autoridades competentes, a fim de garantir a regularidade do processo e possibilitar a adoção das providências administrativas cabíveis, conforme determina a legislação vigente.

17. Justificativa da Viabilidade/Inviabilidade

17.1. O presente planejamento está em conformidade com as necessidades técnicas, operacionais e estratégicas da Secretaria Municipal de Educação, atendendo de forma adequada às demandas apresentadas pelos setores responsáveis.

17.2. Os benefícios esperados são compatíveis com os objetivos institucionais, os custos estimados demonstram economicidade e os riscos identificados são considerados administráveis, conforme descrito nas etapas anteriores deste Estudo Técnico Preliminar.

17.3. A área técnica responsável compromete-se a priorizar a adequada especificação, aquisição e acompanhamento do fornecimento dos itens relacionados, assegurando a eficiência da contratação proposta.

17.4. Dessa forma, considerando todos os elementos analisados, recomenda-se a viabilização da contratação, por se tratar de uma solução tecnicamente apropriada, operacionalmente exequível e estrategicamente alinhada ao interesse público.

Mandaguçu, 19 de setembro de 2025.

18. Responsáveis

SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Gestor

LUIZ HENRIQUE BOLONHESI EVANGELISTA
Fiscal

ELIANE FERREIRA MARTINS MONTOVANELLI
Auxiliar de licitação

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

ANEXO IV - EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº .../2025

MINUTA DE CONTRATO DE COMPRA Nº ***/2025 (Modelo AGU)

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE MANDAGUAÇU

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM
ENTRE SI O MUNICIPIO DE MANDAGUAÇU E
.....

Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.285.329/0001-08, com sede administrativa na Rua Bernardino Bogo 175, Centro, em Mandaguáçu, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr., brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº, portador da Cédula de Identidade nº, residente e domiciliado nesta cidade de Mandaguáçu, Paraná, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa, inscrita no CNPJ nº, com sede à, nº, CEP:, na cidade de, Estado do, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador o Sr., portador da Cédula de Identidade, RG nº SSP/PR, e inscrito no CPF sob nº, residente e domiciliado na cidade de, Estado do Paraná, resolvem na melhor forma de direito, o presente contrato pelas cláusulas e condições seguintes:

DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº/2025, no Pregão Eletrônico nº .../2025, homologado em ____ de ____ de 2025, publicado no Jornal, de ____ de ____ de 2025, edição nº, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, das Leis Complementares nº 147/2014, do Decreto Municipal nº 8441/2023 e demais legislações aplicáveis.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

O objeto do presente instrumento é o Registro de preços para aquisição de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino. Destinados ao atendimento das demandas de todas as secretarias da Administração Municipal.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguá

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

1					
2					
3					
...					

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.1.1. O Termo de Referência;
- 1.1.2. O Edital da Licitação;
- 1.1.3. A Proposta do contratado;
- 1.1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de doze meses contados do(a) assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma da lei.

2.1.1. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.*

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO

a) Prazo de entrega: Será de **20 (vinte) dias** após o recebimento da Nota de Empenho, de forma parcela e de acordo com a necessidade de cada Secretaria.

b) Local de entrega: Os locais de entrega constam no Anexo I deste termo e será informado no envio da Nota de Empenho (mas poderão sofrer alteração durante a vigência da ata de registro de preços).

c) Horário de entrega: De segunda à sexta-feira no horário das 08h00min às 10h00min e das 13h00min às 16h00min.

d) Embalagem: Os produtos deverão ser embaladas individualmente em saco plástico transparente e resistente de tamanho proporcional à peça contendo na sua parte externa etiqueta adesiva descrevendo o tipo e o tamanho da respectiva peça, conforme modelo a ser seguido neste

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

edital de referência constado no anexo II como também a caixa para envio dos produtos deve ser comumente resistente e seguir o peso comportado pelas caixas selecionadas, para que no momento de transporte e locomoção as mesmas não sejam afetadas, rasgadas ou quebradas

e) Nos termos de art. 3º combinado com o art. 39, VIII, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1.990 – Código de Defesa do Consumidor, é vedado o fornecimento de qualquer produto em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se as normas especificadas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada.

f) Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste edital, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato à custa da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor por lote do contrato é de R\$ (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da apresentação da Nota Fiscal.

6.2. O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente;

6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

6.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;

6.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE do período, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguá

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.9. A Administração terá o prazo de *trinta dias*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

8.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de sete dias.

8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade da documentação da contratada, o mesmo deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.12. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa: De acordo com o Decreto Municipal 8.481/23:**

A sanção de multa será aplicada isolada ou cumulativamente com outras penalidades no caso de atraso injustificado ou em qualquer outro caso de inexecução que implique prejuízo ou transtorno à administração na forma prevista em contrato.

1º A multa será calculada na forma prevista e não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.

2º A multa de que trata o caput poderá, na forma do edital ou contrato, ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante em razão de outros contratos firmados com a Administração.

3º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será de forma administrativa e posteriormente cobrada judicialmente, se for o caso.

4º A aplicação de multa moratória não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5º Salvo quando houver dúvida jurídica específica, fica dispensada a elaboração de parecer jurídico nos processos que impliquem na aplicação de multa isolada ou combinada com a pena de advertência.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.2. *O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.*

12.3. *A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.*

12.4. *Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.*

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

12.6. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.8. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.9. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.10. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.11. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.12. Indenizações e multas.

12.13. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.14. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

A contratação será atendida pelas seguintes dotações:

Dotação	Elemento	Descrição	Fonte	Descrição
420	3.3.90.30	Material de Consumo	0107	Rec. Salário Educação
414	3.3.90.30	Material de Consumo	0102	Fundeb 30%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0103	Educação 5%
431	3.3.90.30	Material de Consumo	0104	Educação 25%

13.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)

Fica eleito o Foro da Comarca de Mandaguáçu, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Fiscalização

12.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo Gestor do contrato o Sr.^a Sandra Aparecida Francisco, pelo Fiscal Sr.º Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista e fiscal substituto Sr. Eliane Ferreira Martins Montovanelli, que desempenharão as funções de Fiscalização Técnica e Administrativa.

Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VI);

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, II);

Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, III);

O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, IV);

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, V);

O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 11, VII);

Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, I e II);

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 12, IV).

Gestor do Contrato

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, IV).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, II).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto municipal nº 8425/2023, art. 10, III).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato. [Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguá

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





Prefeitura do Município de Mandaguáçu

ESTADO DO PARANÁ

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Telefone/Fax (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 98/2025 - (RP) PROCESSO Nº. 264/2025 – Ampla Concorrência

Tipo: MENOR PREÇO POR LOTE;

Objeto: Registro de preços para aquisição de uniformes institucionais destinados aos profissionais da Rede Municipal de Ensino.

Valor Máximo: R\$ 689.779,35 (Seiscentos e oitenta e nove mil, setecentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

Data e Horário do término do recebimento das propostas das empresas, até às 09:00 horas do dia 12/12/2025;

Data e Horário da sessão de disputa de preços, às 09:15 horas do dia 12/12/2025;

Local: Rua Bernardino Bogo, 175 centro, no Município de Mandaguáçu, Estado do Paraná;

Informações: O edital e seus anexos estão à disposição na Rua Bernardino Bogo, 175, Centro Fone (44) 3245-8400, Mandaguáçu, Estado do Paraná – site www.mandaguacu.pr.gov.br

Mandaguáçu, 25 de novembro de 2025

Jose Roberto Mendes

Prefeito Municipal

Assinado por 2 pessoas: SANDRA APARECIDA FRANCISCO e JOSE ROBERTO MENDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33> e informe o código A46B-AE8F-E313-AC33





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A46B-AE8F-E313-AC33

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA APARECIDA FRANCISCO (CPF 632.XXX.XXX-72) em 25/11/2025 15:53:02 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



JOSE ROBERTO MENDES (CPF 634.XXX.XXX-53) em 26/11/2025 09:14:06 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/A46B-AE8F-E313-AC33>

Memorando 15- 9.795/2025

De: Pedro J. - ADP

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 27/11/2025 às 08:06:38

Pedro Costa Junior

Anexos:

Jornal_O_Regional_27_11_2025_pag_20.pdf

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

PROPOSTAS DO PROCESSO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025
Processo Administrativo Nº 264/2025
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCCHI JUNIOR
Data de Publicação: 25/11/2025 14:57:27

LOTE 1

Item: 1 Quant.: 230 Unidade: UNIDADES Val. Ref.: 50,82
Descrição: CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 283	PRÓPRIA / PRÓPRIO	50,82
PARTICIPANTE 238	PRÓPRIA / CONFORME EDITAL	50,82
PARTICIPANTE 890	PRÓPRIA	50,82
PARTICIPANTE 985	PRÓPRIA / PADRÃO	50,82
PARTICIPANTE 503	Marca Própria	50,85
PARTICIPANTE 487	PRÓPRIA / PRÓPRIO	50,82
PARTICIPANTE 801	MARCA PRÓPRIA / MODELO PRÓPRIO	50,82
PARTICIPANTE 174	propria / camiseta	300,00
PARTICIPANTE 769	PRÓPRIA / CAMISETA	50,82
PARTICIPANTE 635	Própria / Próprio	50,00
PARTICIPANTE 624	PRÓPRIO / PRÓPRIO	50,82
PARTICIPANTE 069	MARCA PRÓPRIA / CAMISETA	50,82
PARTICIPANTE 857	MARCA PRÓPRIA / CAMISETA	39,90

LOTE 2

Item: 2 Quant.: 4.700 Unidade: UNIDADES Val. Ref.: 123,70
Descrição: SUETER - BLUSA DE LASUETER - BLUSA DE LA

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 378	MARCA PRÓPRIA / MODELO PRÓPRIO	123,70
PARTICIPANTE 030	PRÓPRIA / PROPRIO	123,70
PARTICIPANTE 161	PRÓPRIA / SUETER	123,70
PARTICIPANTE 179	PRÓPRIA / CONFORME EDITAL	123,70
PARTICIPANTE 655	Própria / SUETER - BLUSA DE LASUETER - BLUSA DE LA	123,50
PARTICIPANTE 813	Nahir Malhas / N7785	123,70
PARTICIPANTE 863	PRÓPRIA	123,70
PARTICIPANTE 776	PRÓPRIA / PADRÃO	123,70
PARTICIPANTE 419	Marca Própria	123,70
PARTICIPANTE 669	PRÓPRIA / PROPRIO	123,70
PARTICIPANTE 726	PRÓPRIA / SUETER	123,70
PARTICIPANTE 346	Própria / Próprio	123,00
PARTICIPANTE 481	PRÓPRIA / PROPRIA	123,70
PARTICIPANTE 855	PROPRIO / PROPRIO	123,70
PARTICIPANTE 014	C/Brasão do município / Gola V	72,90
PARTICIPANTE 465	FABRICACAO PROPRIA / FABRICACAO PROPRIA	123,70

LOTE 3

Item: 3 Quant.: 80 Unidade: UNIDADES Val. Ref.: 143,09
 Descrição: UNIFORME - MERENDEIRASUNIFORME - MERENDEIRAS

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 136	MARCA PRÓPRIA / CONJUNTO	109,90
PARTICIPANTE 463	PRÓPRIA / PROPRIO	143,09
PARTICIPANTE 816	PRÓPRIA / PADRÃO	143,09
PARTICIPANTE 041	PRÓPRIA / CONFORME EDITAL	149,09
PARTICIPANTE 343	PRÓPRIA	143,09
PARTICIPANTE 619	Marca Própria	143,00
PARTICIPANTE 704	PRÓPRIA / PROPRIO	143,09
PARTICIPANTE 688	MARCA PRÓPRIA / MODELO PRÓPRIO	143,09
PARTICIPANTE 651	PRÓPRIA / UNIFORME	143,09
PARTICIPANTE 728	PROPRIO / PROPRIO	143,09
PARTICIPANTE 135	própria / uniforme	800,00

LOTE 4

Item: 4 Quant.: 40 Unidade: UNIDADES Val. Ref.: 39,29
 Descrição: SAPATO OCUPACIONAL BRANCO MERENDEIRASAPATO OCUPACIONAL BRANCO MERENDEIRA

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 913	DOCE PASSOS	39,29
PARTICIPANTE 396	PRÓPRIA / CONFORME EDITAL	39,29
PARTICIPANTE 995	PRÓPRIA / PADRÃO	39,29
PARTICIPANTE 743	PRÓPRIA / PROPRIO	39,29
PARTICIPANTE 166	PRÓPRIA / SAPATO	39,29
PARTICIPANTE 212	PROPRIO / PROPRIO	39,29
PARTICIPANTE 150	SOFT WORKS / SOFT WORKS	39,29

LOTE 5

Item: 5 Quant.: 330 Unidade: UNIDADES Val. Ref.: 170,59

Descrição: CONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTASCONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTAS

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 417	MARCA PRÓPRIA / MODELO PRÓPRIO	170,59
PARTICIPANTE 148	PRÓPRIA / PROPRIO	170,59
PARTICIPANTE 295	PRÓPRIA / CONFORME EDITAL	170,59
PARTICIPANTE 766	PRÓPRIA	170,59
PARTICIPANTE 619	PRÓPRIA / PADRÃO	170,59
PARTICIPANTE 299	Marca Própria	170,59
PARTICIPANTE 011	PRÓPRIA / CONJ	170,59
PARTICIPANTE 702	MARCA PRÓPRIA / CONJUNTO	119,90
PARTICIPANTE 274	PRÓPRIA / PROPRIO	170,59
PARTICIPANTE 339	propria / conjunto	900,00
PARTICIPANTE 643	PROPRIO / PROPRIO	170,59

LOTE 6

Item: 6 Quant.: 265 Unidade: UNIDADES Val. Ref.: 103,35

Descrição: JALECO PROFESSOR MASC./FEM.JALECO PROFESSOR MASC./FEM.

Autor	Marca/Modelo	Valor
PARTICIPANTE 785	Marca Própria	103,35
PARTICIPANTE 297	PRÓPRIA / PROPRIO	103,35
PARTICIPANTE 357	MARCA PRÓPRIA / MODELO PRÓPRIO	103,35
PARTICIPANTE 087	MARCA PRÓPRIA / JALECO	59,90
PARTICIPANTE 876	PRÓPRIA	103,35
PARTICIPANTE 471	propria / jaleco	700,00
PARTICIPANTE 278	PRÓPRIA / JALECO PROFESSOR	103,35
PARTICIPANTE 106	PROPRIO / PROPRIO	103,35
PARTICIPANTE 868	MARCA PRÓPRIA / JALECO	103,35
PARTICIPANTE 895	PRÓPRIA / CONFORME EDITAL	265,00
PARTICIPANTE 402	PRÓPRIA / PADRÃO	103,35
PARTICIPANTE 603	PRÓPRIA / PROPRIO	103,35

MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 62.807.934/0001-97 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 19/09/2025
NOME EMPRESARIAL SUPREMA CONFECÇÃO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SUPREMA CONFECÇÃO			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 14.13-4-02 - Confecção, sob medida, de roupas profissionais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.12-6-02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 14.12-6-03 - Fação de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 46.41-9-01 - Comércio atacadista de tecidos 46.41-9-02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho 47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos 47.55-5-03 - Comércio varejista de artigos de cama, mesa e banho 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R PEROLA	NUMERO 00	COMPLEMENTO QUADRA 6 LOTE 18	
CNPJ 75.195-000	BAIRRO/DISTRITO RESIDENCIAL CRISTAL	MUNICÍPIO BONFINÓPOLIS	UF GO
ENDEREÇO ELETRÔNICO SUPREMASOLUCOESCONFECCAO@GMAIL.COM		TELEFONE (62) 9174-9736/ (0000) 0000-0000	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/09/2025	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 23/09/2025 às 11:15:05 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

[CONSULTAR QSA](#)[VOLTAR](#)[IMPRIMIR](#)

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

OK

[Passo a passo para o CNPJ](#)[Consultas CNPJ](#)[Estatísticas](#)[Parceiros](#)[Serviços CNPJ](#)

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria da Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado de Goiás - JUCEG

A Sociedade **SUPREMA CONFECÇÃO LTDA**, estabelecido(a) na RUA PEROLA, 00 QUADRA 6;LOTE 18;, RESIDENCIAL CRISTAL, Bonfinópolis - GO, CEP: 75195-000, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 315

Descrição do Ato: ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA

Bonfinópolis - GO, 19/09/2025

MIKAEL MONTEIRO MATOS
Sócio/Administrador



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 2 de 2

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SUPREMA CONFECÇÃO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06692272181	MIKAEL MONTEIRO MATOS



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/09/2025 15:53 SOB N° 20252336968.
PROTOCOLO: 252336968 DE 19/09/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12515098583. CNPJ DA SEDE: 62807934000197.
NIRE: 52207244106. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 19/09/2025.
SUPREMA CONFECÇÃO LTDA

SUZANA FONTES BORGES FILETI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

SUPREMA CONFECÇÃO LTDA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social:

MIKAEL MONTEIRO MATOS, BRASILEIRO, CASADO(A), Comunhão Parcial, empresário, nascido(a) em 22/09/1996, nº do CPF 066.922.721-81, residente e domiciliado na cidade de Bonfinópolis - GO, na RUA perola, nº 00, LOTE 18;QUADRA 6;,, residencial cristal, CEP: 75195-000;

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade empresária limitada, nos termos da Lei nº 10.406/2002, mediante as condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA I - DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade adotará como nome empresarial: **SUPREMA CONFECÇÃO LTDA**, e usará a expressão SUPREMA CONFECÇÃO como nome fantasia.

CLÁUSULA II - DA SEDE

A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA PEROLA, nº 00, QUADRA 6;LOTE 18;,, RESIDENCIAL CRISTAL, Bonfinópolis - GO, CEP: 75195000.

CLÁUSULA III - DO OBJETO SOCIAL A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômica: EM ESTABELECIMENTO ELEITO COMO SEDE (MATRIZ) SERÁ(ÃO) EXERCIDA(S) A(S) ATIVIDADE(S) DE CONFECÇÃO, SOB MEDIDA, DE ROUPAS PROFISSIONAIS, CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDAS, COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO, COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS, COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS.

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de A SOCIEDADE TERÁ POR OBJETO O EXERCÍCIO DAS SEGUINTE ATIVIDADES ECONOMICA: CONFECÇÃO, SOB MEDIDA, DE ROUPAS PROFISSIONAIS, CONFECÇÃO DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, EXCETO ROUPAS ÍNTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDAS, COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, COMÉRCIO ATACADISTA DE ROUPAS E ACESSÓRIOS PARA USO PROFISSIONAL E DE SEGURANÇA DO TRABALHO, COMÉRCIO ATACADISTA DE CALÇADOS, COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, COLETA DE RESÍDUOS NÃO-PERIGOSOS..

E exercerá as seguintes atividades:

CNAE Nº 1413-4/02 - Confecção, sob medida, de roupas profissionais
CNAE Nº 1412-6/02 - Confecção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
CNAE Nº 1412-6/03 - Faccção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas
CNAE Nº 4641-9/01 - Comércio atacadista de tecidos
CNAE Nº 4641-9/02 - Comércio atacadista de artigos de cama, mesa e banho
CNAE Nº 4755-5/01 - Comércio varejista de tecidos
CNAE Nº 4755-5/03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
CNAE Nº 4763-6/02 - Comércio varejista de artigos esportivos
CNAE Nº 4781-4/00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

CLÁUSULA IV - DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO

A sociedade iniciará suas atividades em 19/09/2025 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

CLÁUSULA V - DO CAPITAL

O capital será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), dividido em 1 quotas, no valor nominal de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) cada uma, formado por R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em moeda corrente no País

Parágrafo único. O capital encontra-se subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte forma:

Nome do Sócio	Qtd Quotas	Valor Em R\$	%
MIKAEL MONTEIRO MATOS	1	25.000,00	100,00
TOTAL:	1	25.000,00	100,00

CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA

SUPREMA CONFEÇÃO LTDA

CLÁUSULA VI - DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida pelo sócio **MIKAEL MONTEIRO MATOS** que representará legalmente a sociedade e poderá praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

CLÁUSULA VII - DO BALANÇO PATRIMONIAL

Ao término de cada exercício, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao(s) sócio(s), os lucros ou perdas apuradas.

CLÁUSULA VIII - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

O Administrador declara, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA IX - DO PRÓ LABORE

O sócio poderá, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o sócio administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA X - DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS

A sociedade poderá levantar balanços intermediários ou intercalares e distribuir os lucros evidenciados nos mesmos.

CLÁUSULA XI - DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SÓCIO

Retirando-se, falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz, desde que autorizado legalmente. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s) na continuidade da sociedade, esta será liquidada após a apuração do Balanço Patrimonial na data do evento. O resultado positivo ou negativo será distribuído ou suportado pelos sócios na proporção de suas quotas.

Parágrafo único - O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA XII - DA CESSÃO DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA XIII - DA RESPONSABILIDADE

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA XIV - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Bonfinópolis - GO, para qualquer ação fundada neste contrato, renunciando-se a qualquer outro por muito especial que seja.

E por estarem em perfeito acordo, em tudo que neste instrumento particular foi lavrado, obrigam-se a cumprir o presente ato constitutivo, e assinam o presente instrumento em uma única via que será destinada ao registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Bonfinópolis - GO, 19 de setembro de 2025

MIKAEL MONTEIRO MATOS
Sócio/Administrador



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa SUPREMA CONFECÇÃO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06692272181	MIKAEL MONTEIRO MATOS



CERTIFICO O REGISTRO EM 19/09/2025 15:53 SOB N° 52207244106.
PROTOCOLO: 252495713 DE 19/09/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12515098591. CNPJ DA SEDE: 62807934000197.
NIRE: 52207244106. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 19/09/2025.
SUPREMA CONFECÇÃO LTDA

SUZANA FONTES BORGES FILETI
SECRETÁRIA-GERAL

www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : 104993377642

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente : SUPREMA CONFECCAO LTDA
CNPJ : 62.807.934/0001-97

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

- a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
- b) a informação do número do CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados a razão social e o CNPJ como digitados, sendo que o destinatário deve conferir a razão social e a titularidade do número do CNPJ informado;**
- c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>;
- d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : 104993377642

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 7 de outubro de 2025, às 09:43:50
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 7 de outubro de 2025



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 07/10/2025 - 09:43:50
Localizar pelo código: 104993377642, no endereço: <https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 62.807.934/0001-97
Razão Social: SUPREMA CONFECÇÃO LTDA
Endereço: RUA PEROLA 00 QUADRA6 / RESIDENCIAL CRISTAL / BONFINOPOLIS / GO / 75195-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 21/11/2025 a 20/12/2025

Certificação Número: 2025112111336453497648

Informação obtida em 09/12/2025 16:39:14

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Rua Pérola.
Quadra 6 Lote 18.
Residencial Cristal
CNPJ: 62.807.934/0001-97
Telefone: 62 9 9174-9736

PROPOSTA COMERCIAL

À

Prefeitura Municipal de Mandaguáçu – PR

Pregão eletrônico: 98/2025

Processo Administrativo nº 264/2025

DADOS DA EMPRESA

Razão Social: SUPREMA CONFECÇÃO LTDA

CNPJ: 62.807.934/0001-97

Endereço: Rua Perola, Quadra 6, lote 18

Telefone: 62 9 9174-9736

E-mail: supremasolucoesconfeccao@gmail.com

Representante Legal: Mikael Monteiro Matos

Conta Corrente: 45660-8

Agência: 463-4

Banco do Brasil: 001

DESCRIÇÃO DOS ITENS E VALORES

Item 3 – UNIFORME – MERENDEIRAS

Valor unitário: R\$ 108,00

Quantidade: 80 conjuntos

Valor total: R\$ 8.640,00



Rua Pérola.
Quadra 6 Lote 18.
Residencial Cristal
CNPJ: 62.807.934/0001-97
Telefone: 62 9 9174-9736



Item 5 – CONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTAS

Valor unitário: R\$ 119,90

Quantidade: 330 conjuntos

Valor total: R\$ 39.567,00

Item 6 – JALECO PROFESSOR (MASC./FEM.)

Valor unitário: R\$ 59,90

Quantidade: 265 unidades

Valor total: R\$ 15.873,50

RESUMO FINANCEIRO

Valor global da proposta: R\$ 64.080,50

Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos, tributos, encargos, fretes e demais despesas necessárias ao pleno fornecimento dos itens.

Local e Data:

Bonfinópolis – Goiás, 12 de dezembro de 2025

SUPREMA CONFECÇÃO LTDA

CNPJ: 62.807.934/0001-97

Representante Legal – MIKAEL MONTEIRO MATOS

**MIKAEL
MONTEIRO
MATOS:066
92272181**

Assinado de forma
digital por MIKAEL
MONTEIRO
MATOS:06692272181
Dados: 2025.12.12
11:43:12 -03'00'





ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: SUPREMA CONFECCAO LTDA

CPF/CNPJ: 62.807.934/0001-97

Endereço: RUA PEROLA, Nº00, Quadra6 Lote 18 **Bairro:** RESIDENCIAL CRISTAL **Cidade:** BONFINÓPOLIS-GO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o **1 - Contribuinte** supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação	QR. Code
Certidão Número: 09730 - 1	
Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 1.138 /2010 - CTM.	
Emitido em: terça-feira, 09 de dezembro de 2025	
Validade: 10/12/2025	



**ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO**

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 57632197

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
SUPREMA CONFECCAO LTDA

CNPJ
62.807.934/0001-97

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<https://goias.gov.br/economia/>

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.552.743.557

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 18 NOVEMBRO DE 2025

HORA: 10:16:28:1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SUPREMA CONFECCAO LTDA
CNPJ: 62.807.934/0001-97

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:17:27 do dia 10/11/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 09/05/2026.

Código de controle da certidão: **B128.FBF6.6300.57A7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

19 de novembro de 2025

LUIS SILVA
Escrivão



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA

CERTIFICA, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em desfavor de:

Identificação:

Requerente : **SUPREMA CONFECCAO LTDA**
Profissão : **PESSOA JURIDICA**
CPF /CGC : **62.807.934/0001-97**
Domicílio : **BONFINOPOLIS - GO**

Quaisquer distribuições de ações de **Falência e Concordata**, até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.

CERTIFICA mais que a presente certidão abrange todas as Comarcas do Estado de Goiás.

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás em dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco. **(19/11/2025)**.

Cartório Distribuidor Cível
Bel. Luis Silva
Escrivão

Esta certidão tem validade de 30 (trinta) dias

Valor da certidão..... R\$55,08
Valor da Taxa Judiciária..... R\$19,17
Total..... R\$ 74,25
Data Receita..... 19/11/2025
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 880133915



40000258801339157624



Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 19/11/2025 às 11:11:20
Para validar este documento informe o código 4000 0258 8013 3915 7624 no endereço <http://cdcivel.com.br/validar-certidao>

19 de novembro de 2025
Luis Silva
Escrivão



ESTADO DE GOIÁS
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE GOIÂNIA

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR

O Bel. **LUIS SILVA**, Distribuidor Judicial Cível do Termo e Comarca de Goiânia, Capital Estado de Goiás, na forma da lei, etc.

CERTIDÃO PARA LICITAÇÃO PÚBLICA

CERTIFICA, atendendo a requerimento da parte interessada, que revendo nesta serventia o seu banco de dados informatizado, os livros, fichas, papéis e demais assentamentos e também os sistemas e dados do Poder Judiciário Estadual, verificou dos mesmos **INEXISTIR**, em desfavor de:

Identificação:

Requerente : SUPREMA CONFECÇÃO LTDA
Profissão : PESSOA JURÍDICA
CPF /CNPJ : 62.807.934/0001-97
Domicílio : BONFINÓPOLIS - GO

Quaisquer distribuições de ações de **Recuperação Judicial**, até a presente data, ressalvada a existência de ações cíveis de outra natureza.

CERTIFICA mais que a presente certidão abrange todas as Comarcas do Estado de Goiás.

NADA MAIS. Era tudo o que foi pedido para certificar, do que se reporta e dá fé.

Dada e passada nesta Cidade e Comarca de Goiânia, Capital do Estado de Goiás em dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco. (19/11/2025).

Cartório Distribuidor Cível
Bel. Luis Silva
Escrivão

Esta certidão tem validade de 30 (trinta) dias

Valor da certidão.....: R\$55,08
Valor da Taxa Judiciária.....: R\$19,17
Total.....: R\$ 74,25
Data Receita.....: 19/11/2025
Taxa Judiciária recolhida através da Guia de número: 880134645



40000258801346452248



Assinado digitalmente por: LUIS SILVA, ESCRIVÃO, em 19/11/2025 às 11:12:01
Para validar este documento informe o código 4000 0258 8013 4645 2248 no endereço <http://cdcivel.com.br/validar-certidao>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

CNPJ: 62.807.934/0001-97

Certidão nº: 70464526/2025

Expedição: 18/11/2025, às 10:13:37

Validade: 17/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que o CNPJ sob o nº 62.807.934/0001-97, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

Certidão expedida sem indicação do nome/razão social, tendo em vista que o CPF/CNPJ consultado não figura na última versão da base de dados da Receita Federal do Brasil - RFB enviada ao Tribunal Superior do Trabalho - TST. Para saber a situação desse CPF/CNPJ, consulte o sítio da RFB (www.receita.fazenda.gov.br).

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ESTADO DE GOIÁS
MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: SUPREMA CONFECCAO LTDA

CPF/CNPJ: 62.807.934/0001-97

Endereço: RUA PEROLA, Nº00, Quadra6 Lote 18 **Bairro:** RESIDENCIAL CRISTAL **Cidade:** BONFINÓPOLIS-GO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o **1 - Contribuinte** supra citado, **NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS**, de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **MUNICÍPIO DE BONFINÓPOLIS**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: Outras finalidades

Dados de Autenticação

Certidão Número: 09875 - 1

Dispositivo Legal: Lei Complementar Nº 1.138
/2010 - CTM.

Emitido em: sexta-feira, 12 de dezembro de 2025

Validade: 11/01/2026

QR. Code





Rua Pérola.
Quadra 6 Lote 18
Residencial Cristal
CNPJ: 62.807.934/0001-97
Telefone: 62 9 9174-9736

DECLARAÇÕES – ITEM 6.6

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU – ESTADO DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 264/2025

EMPRESA: SUPREMA CONFECÇÃO LTDA
CNPJ: 62.807.934/0001-97
REPRESENTANTE LEGAL: MIKAEL MONTEIRO MATOS
CPF: 066.922.721-81

ALÍNEA A – CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA COM O EDITAL

A empresa declara que está ciente e concorda integralmente com todas as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.

ALÍNEA B – INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

Declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, comprometendo-se a comunicar eventuais ocorrências posteriores.

ALÍNEA C – NÃO EMPREGO DE MENOR

Declara que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, conforme art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.



Rua Pérola.
Quadra 6 Lote 18
Residencial Cristal
CNPJ: 62.807.934/0001-97
Telefone: 62 9 9174-9736



Rua Pérola.
Quadra 6 Lote 18.
Residencial Cristal
CNPJ: 62.807.934/0001-97
Telefone: 62 9 9174-9736

ALÍNEA D – ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

Declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, conforme Instrução Normativa nº 2/2009 da SLTI/MP.

ALÍNEA E – TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO

Declara que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, em conformidade com os incisos III e IV do art. 1º e inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

ALÍNEA F – RESERVA DE CARGOS (PCD)

Declara ciência do cumprimento da reserva de cargos prevista no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, destinada a pessoa com deficiência ou reabilitado da Previdência Social, quando aplicável.

ALÍNEA G – COTA DE APRENDIZAGEM

Declara, sob as penas da lei, o cumprimento do disposto no art. 429 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), quando aplicável.

Local e Data: Bonfinópolis – GO, 12 de dezembro de 2025

MIKAEL MONTEIRO MATOS
Representante Legal
SUPREMA CONFECÇÃO LTDA
CPF: 066.922.721-81

MIKAEL
MONTEIRO
MATOS:0669227
2181

Assinado de forma digital
por MIKAEL MONTEIRO
MATOS:06692272181
Dados: 2025.12.12
18:01:49 -03'00'



Rua Pérola.
Quadra 6 Lote 18.
Residencial Cristal
CNPJ: 62.807.934/0001-97
Telefone: 62 9 9174-9736



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.242.605/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 19/10/2009
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 25.12-8-00 - Fabricação de esquadrias de metal 42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.29-1-99 - Outras obras de instalações em construções não especificadas anteriormente 43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material 43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral 43.30-4-99 - Outras obras de acabamento da construção 46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática 47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico 47.43-1-00 - Comércio varejista de vidros 47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas 47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 73.19-0-01 - Criação de estandes para feiras e exposições 77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes 81.21-4-00 - Limpeza em prédios e em domicílios 81.29-0-00 - Atividades de limpeza não especificadas anteriormente 81.30-3-00 - Atividades paisagísticas 82.11-3-00 - Serviços combinados de escritório e apoio administrativo 82.19-9-99 - Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R EUROPA	NÚMERO 1716	COMPLEMENTO SALA 01
------------------------	----------------	------------------------

CEP 85.817-310	BAIRRO/DISTRITO PERIOLO	MUNICÍPIO CASCAVEL	UF PR
-------------------	----------------------------	-----------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO NICEANTUNESMACHADO@HOTMAIL.COM	TELEFONE (45) 9909-4800
---	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 19/10/2009
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 12/12/2025 às 12:28:00 (data e hora de Brasília).

Página: 1/2

OK



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
11.242.605/0001-05
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
19/10/2009

NOME EMPRESARIAL
L A MACHADO & RIBEIRO LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
82.91-1-00 - Atividades de cobranças e informações cadastrais
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
90.01-9-01 - Produção teatral
90.01-9-02 - Produção musical
90.01-9-03 - Produção de espetáculos de dança
90.01-9-06 - Atividades de sonorização e de iluminação
90.01-9-99 - Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares não especificadas anteriormente
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
96.09-2-99 - Outras atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R EUROPA

NÚMERO
1716

COMPLEMENTO
SALA 01

CEP
85.817-310

BAIRRO/DISTRITO
PERIOLO

MUNICÍPIO
CASCAVEL

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
NICEANTUNESMACHADO@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(45) 9909-4800

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
19/10/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 12/12/2025 às 12:28:00 (data e hora de Brasília).

Página: 2/2

SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE
L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
CNPJ/MF: 11.242.605/0001-05
NIRE: 412.0661055-0

LEONICE ANTUNES MACHADO, brasileira, maior, natural de Cascavel-PR, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 01/01/1977, empresaria, inscrita no CPF/MF sob nº 034.797.059-10, portadora da carteira de identidade civil sob nº 7.797.122-0/SESP-PR, expedida em 13/01/2000, residente e domiciliada na Rua Europa, 1694, Casa, Periolo, CEP: 85817-310, Cascavel-PR;

JOAO MARCELIO RIBEIRO, brasileiro, maior, natural de Toledo-PR, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 11/03/1974, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 941.296.149-91, portador da carteira de identidade civil sob nº 5.999.054-3/SESP-PR, expedida em 13/01/2000, residente e domiciliado na Rua Europa, 1694, Casa, Periolo, CEP: 85817-310, Cascavel-PR.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **L A MACHADO & RIBEIRO LTDA**, com sede na Rua Europa, 1716, Sala 01, Periolo, CEP: 85817-310, Cascavel-PR, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.242.605/0001-05, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.0661055-0 em 19/10/2009; resolvem alterar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO OBJETO SOCIAL: A sociedade que tem por objeto social a exploração do ramo de: Comércio Varejista de Artigos do Vestuário e Acessórios, Comércio Varejista de Calçados, Atividades Paisagísticas, Montagem de Estruturas Metálicas, Fabricação de Esquadrias de Metal, Obras de Terraplenagem, Obras de Instalações Em Construções, Instalação de Portas, Janelas, Tetos, Divisórias e Armários Embutidos, Serviços de Pintura de Edifícios, Obras de Acabamento da Construção, Comércio Atacadista de Equipamentos de Informática, Comércio Varejista de Material Elétrico, Comércio Varejista de Vidros, Comércio Varejista de Ferragens e Ferramentas, Comércio Varejista de Equipamentos e Suprimentos de Informática, Limpeza Em Prédios, Atividades de Limpeza, Atividades de Cobranças e Informações Cadastrais, Treinamento Em Desenvolvimento Profissional e Gerencial, Serviços Combinados de Escritório e Apoio Administrativo e Preparação de Documentos e Serviços Especializados de Apoio Administrativo., passa a partir desta data a ter o seguinte objeto: **COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUARIO E ACESSORIOS, COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS, ATIVIDADES PAISAGISTICAS, MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS, FABRICACAO DE ESQUADRIAS DE METAL, OBRAS DE TERRAPLENAGEM, OBRAS DE INSTALACOES EM CONSTRUCOES, INSTALACAO DE PORTAS, JANELAS, TETOS, DIVISORIAS E ARMARIOS EMBUTIDOS, SERVICOS DE PINTURA DE EDIFICIOS, OBRAS DE ACABAMENTO DA CONSTRUCAO, COMERCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE VIDROS, COMERCIO VAREJISTA DE FERRAGENS E FERRAMENTAS, COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA, LIMPEZA EM PREDIOS, ATIVIDADES DE**

SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE
L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
CNPJ/MF: 11.242.605/0001-05
NIRE: 412.0661055-0

LIMPEZA, ATIVIDADES DE COBRANCAS E INFORMACOES CADASTRAIS, TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, SERVICOS COMBINADOS DE ESCRITORIO E APOIO ADMINISTRATIVO E PREPARACAO DE DOCUMENTOS E SERVICOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADMINISTRATIVO, SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE LISTA DE PRESENTES, CAPTAÇÃO DE IMAGENS DE REUNIÕES E CONFERÊNCIAS AO VIVO, DECORAÇÃO DE FESTAS E EVENTOS, EXCETO ORGANIZAÇÃO E MANUSEIO DE DOCUMENTOS, AGENCIAMENTO DE ESPAÇOS PARA PUBLICIDADE, ALUGUEL DE PALCOS, COBERTURAS E OUTRAS ESTRUTURAS DE USO TEMPORÁRIO, ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DE ILUMINAÇÃO, ARTES CÊNICAS, ESPETÁCULOS, RECREAÇÃO E LAZER, PRODUÇÃO TEATRAL, TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL, PRODUÇÃO MUSICAL, PRODUÇÃO DE ESPETÁCULOS DE DANÇA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO: À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social, que passa a ter a seguinte redação.

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
CNPJ/MF: 11.242.605/0001-05
NIRE: 412.0661055-0

LEONICE ANTUNES MACHADO, brasileira, maior, natural de Cascavel-PR, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 01/01/1977, empresaria, inscrita no CPF/MF sob nº 034.797.059-10, portadora da carteira de identidade civil sob nº 7.797.122-0/SESP-PR, expedida em 13/01/2000, residente e domiciliada na Rua Europa, 1694, Casa, Periolo, CEP: 85817-310, Cascavel-PR;

JOAO MARCELIO RIBEIRO, brasileiro, maior, natural de Toledo-PR, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 11/03/1974, empresario, inscrito no CPF/MF sob nº 941.296.149-91, portador da carteira de identidade civil sob nº 5.999.054-3/SESP-PR, expedida em 13/01/2000, residente e domiciliado na Rua Europa, 1694, Casa, Periolo, CEP: 85817-310, Cascavel-PR.

Únicos sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira nesta praça sob o nome de **L A MACHADO & RIBEIRO LTDA**, com sede na Rua Europa, 1716, Sala 01, Periolo, CEP: 85817-310, Cascavel-PR, e inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.242.605/0001-05, registrada na Junta Comercial do Paraná sob nº 412.0661055-0 em 19/10/2009; resolvem atualizar o contrato social mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - NOME EMPRESARIAL, SEDE E DOMICÍLIO - A sociedade gira sob o nome empresarial de **L A MACHADO & RIBEIRO LTDA** e tem sede e domicílio na Rua Europa, 1716, Sala 01, Periolo, CEP: 85817-310, Cascavel-PR.

SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE
L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
CNPJ/MF: 11.242.605/0001-05
NIRE: 412.0661055-0

CLÁUSULA SEGUNDA - FILIAIS E OUTRAS DEPENDÊNCIAS - A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, no país ou no exterior, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA TERCEIRA - INÍCIO DAS ATIVIDADES E PRAZO DE DURAÇÃO DA SOCIEDADE - A sociedade iniciou suas atividades em 01/10/2009 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA - OBJETO SOCIAL - A sociedade tem por objeto social a exploração do ramo de: Comercio Varejista de Artigos do Vestuario e Acessorios, Comercio Varejista de Calçados, Atividades Paisagisticas, Montagem de Estruturas Metalicas, Fabricacao de Esquadrias de Metal, Obras de Terraplenagem, Obras de Instalacoes Em Construcoes, Instalacao de Portas, Janelas, Tetos, Divisorias e Armarios Embutidos, Servicos de Pintura de Edifícios, Obras de Acabamento da Construção, Comercio Atacadista de Equipamentos de Informatica, Comercio Varejista de Material Eletrico, Comercio Varejista de Vidros, Comercio Varejista de Ferragens e Ferramentas, Comercio Varejista de Equipamentos e Suprimentos de Informatica, Limpeza Em Predios, Atividades de Limpeza, Atividades de Cobrancas e Informacoes Cadastrais, Treinamento Em Desenvolvimento Profissional e Gerencial, Servicos Combinados de Escritorio e Apoio Administrativo e Preparacao de Documentos e Servicos Especializados de Apoio Administrativo, Serviços de Administração de Lista de Presentes, Captação de Imagens de Reuniões e Conferências Ao Vivo, decoração de Festas e Eventos, Exceto Organização e Manuseio de Documentos, Agenciamento de Espaços Para Publicidade, Aluguel de Palcos, Coberturas e Outras Estruturas de Uso Temporário, Atividades de Sonorização e de Iluminação, Artes Cênicas, Espetáculos, Recreação e Lazer, Produção Teatral, Treinamento Em Desenvolvimento Profissional e Gerencial, Produção Musical, Produção de Espetáculos de Dança.

CLÁUSULA QUINTA - CAPITAL SOCIAL - O capital social é de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), divididos em 55.000 (cinquenta e cinco mil) quotas de capital no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrita e já integralizadas, em moeda corrente do País, pelos sócios e distribuídas da seguinte forma:

Nome	(%)	Cotas	Valor R\$
Leonice Antunes Machado	50,00	27.500	27.500,00
Joao Marcelio Ribeiro	50,00	27.500	27.500,00
Total	100,00	55.000	55.000,00

CLÁUSULA SEXTA - RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme disposto no art. 1.052 da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA SÉTIMA - CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, o direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLÁUSULA OITAVA - ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE E USO DO NOME

SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE
L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
CNPJ/MF: 11.242.605/0001-05
NIRE: 412.0661055-0

EMPRESARIAL - A administração da sociedade cabe a **LEONICE ANTUNES MACHADO E JOAO MARCELIO RIBEIRO**, a quem competem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade com os poderes e atribuições de representá-la ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, perante órgãos públicos, instituições financeiras, entidades privadas e terceiros em geral, podendo obrigar a sociedade, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, contratar e demitir pessoal, enfim praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos ou à defesa dos interesses e direitos da sociedade, autorizado o uso do nome empresarial isoladamente.

§1.º - É vedado o uso do nome empresarial em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

§2.º - Faculta-se aos administradores, atuando isoladamente, constituir, em nome da sociedade, procuradores para período determinado, devendo o instrumento de mandato especificar os atos e operações a serem praticados.

CLÁUSULA NONA - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO - OS administradores declaram, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA - RETIRADA PRO-LABORE - Os sócios poderão fixar uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NOS RESULTADOS - Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis requeridas pela legislação societária, elaboradas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, participando todos os sócios dos lucros ou perdas apurados, na mesma proporção das quotas de capital que possuem na sociedade.

Parágrafo Único: A sociedade poderá levantar balanços ou balancetes patrimoniais em períodos inferiores há um ano, e o lucro apurado nessas demonstrações intermediárias, poderá ser distribuído mensalmente aos sócios, a título de Antecipação de Lucros, proporcionalmente às quotas de capital de cada um. Nesse caso será observada a reposição dos lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o art. 1.059 da Lei n.º 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - JULGAMENTO DAS CONTAS - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

Parágrafo Único: Até 30 (trinta) dias antes da data marcada para a reunião, o balanço patrimonial e o de resultado econômico devem ser postos, por escrito, e com a prova

SÉTIMA ALTERAÇÃO DE CONTRATO DA SOCIEDADE
L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
CNPJ/MF: 11.242.605/0001-05
NIRE: 412.0661055-0

do respectivo recebimento, à disposição dos sócios que não exerçam a administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO DE SÓCIO - Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou dos sócios remanescentes, o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO ENQUADRAMENTO - Os sócios declaram que a atividade se enquadra em **MICROEMPRESA - ME**, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Fica eleito o foro da comarca de Cascavel-PR para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja ou venha ser.

E por estarem assim, justos e contratados, lavram e assinam, a presente, em via única, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cumpri-lo em todos os seus termos.

Cascavel-PR, 09 de setembro de 2025

LEONICE ANTUNES MACHADO

JOAO MARCELIO RIBEIRO



MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital

Secretaria de Governo Digital

Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração

Página 6 de 6

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L A MACHADO & RIBEIRO LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
94129614991	JOAO MARCELIO RIBEIRO
03479705910	LEONICE ANTUNES MACHADO



CERTIFICO O REGISTRO EM 10/09/2025 15:10 SOB Nº 20254486665.
PROTOCOLO: 254486665 DE 10/09/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12514538768. CNPJ DA SEDE: 11242605000105.
NIRE: 41206610550. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 09/09/2025.
L A MACHADO & RIBEIRO LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

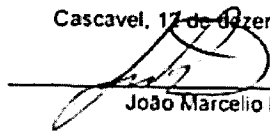
DECLARAÇÕES L.A MACHADO E RIBEIRO (11.242.605/0001-05)

- DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES EDITALÍCIAS, FIDELIDADE E VERACIDADE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS.
- DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO.
- DECLARAÇÃO DE ACESSIBILIDADE.
- DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE.
- DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO.
- DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE TRABALHO DEGRADANTE OU FORÇADO.
- DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE.
- DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL.
- DECLARAÇÃO DE COTA DE APRENDIZAGEM.

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins de direito, que aceitamos todas as condições do Edital do PREGÃO nº 98/2025, sendo verdadeiras e fiéis todas as informações e documentos apresentados.

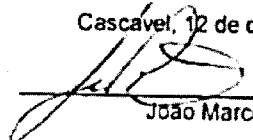
Cascavel, 12 de dezembro de 2025


João Marcelo Ribeiro

DECLARAÇÃO

L.A Machado e Ribeiro, CNPJ nº 11.242.605/0001-05, Rua Europa, 1716, Periolo, Cascavel, Paraná, 85817-310, declara sob as penas da lei, que até a presente data **inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação** no processo licitatório do PREGÃO nº 98/2025, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

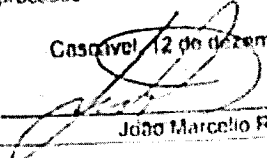
Cascavel, 12 de dezembro de 2025


João Marcelo Ribeiro

DECLARAÇÃO

L.A. Machado e Ribeiro, CNPJ nº 11.242.605/0001-05
Rua Europa, 1716, Perito, Cascavel, Paraná, 85817-310, declara que, conforme disposto no art. 93 da
Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista
em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número
de funcionários da minha empresa, atendo às regras de acessibilidade previstas na legislação,
necessárias a habilitação no processo licitatório da PREGÃO N° 98/2025.

Cascavel, 12 de dezembro de 2025

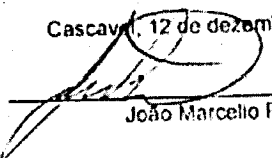

João Marcello Ribeiro

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO N° 98/2025

Declaro que estou ciente e concordo com as condições contidas no Edital e
seus Anexos, bem como de que cumprio plenamente os requisitos de habilitação definidas no Edital,
referentes a PREGÃO N° 98/2025.

Cascavel, 12 de dezembro de 2025.


João Marcello Ribeiro

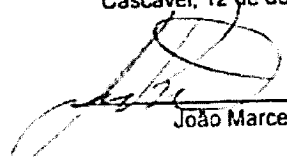
DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO N° 98/2025.

L.A. Machado e Ribeiro, inscrito no CNPJ nº 11.242.605/0001-05,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) João Marcello Ribeiro, portador(a) da Carteira de
Identidade nº 5.999.054-3 e do CPF nº 941.296.149-91, DECLARA, para fins do disposto no Inciso XXXIII
do art. 7º da Constituição Federal, que não possui, em seu quadro de funcionários, empregados menores
de 18 (dezoito) anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos
em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz (não).

Cascavel, 12 de dezembro de 2025


João Marcello Ribeiro

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

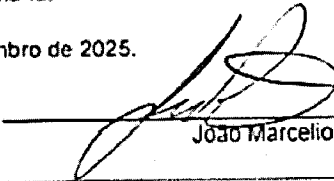
DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

Ref.: PREGÃO N° 98/2025.

A empresa L.A Machado e Ribeiro CNPJ nº 11.242.605/0001-05, por meio de seu representante legal, para fins do disposto no Edital do PREGÃO N° 98/2025, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- (a) a proposta apresentada para participar do PREGÃO N° 98/2025 foi elaborada de maneira independente pela empresa (razão social) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO N° 98/2025, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do PREGÃO N° 98/2025, não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO N° 98/2025, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO N° 98/2025, quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO N° 98/2025, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do PREGÃO N° 98/2025, antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar do PREGÃO N° 98/2025 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da FUNDO MUNICIPAL DE SOLIDARIEDADE PARA GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA VER-O-SOL - FVOS/PMB antes da abertura oficial das propostas; e.
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Cascavel, 12 de dezembro de 2025.

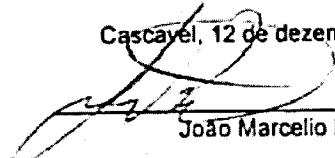

João Marcelio Ribeiro

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO N° 98/2025

Declaramos que não possuímos em nossa cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, nos termos do Inciso III e IV do art. 1° e no inciso III do art. 5° da Constituição Federal.

Cascavel, 12 de dezembro de 2025

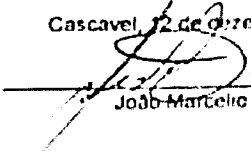

João Marcelio Ribeiro

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO N° 98/2025

Declaramos que cumprimos com as exigências de reserva de cargos para pessoas com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021).

Cascavel, 12 de dezembro de 2025

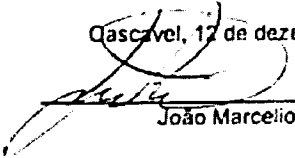

João Marcelo Ribeiro

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO N° 98/2025

Declaro sob as penas da Lei, que cumpro a cota de aprendizagem nos termos estabelecidos no art. 429 da CLT.

Cascavel, 12 de dezembro de 2025

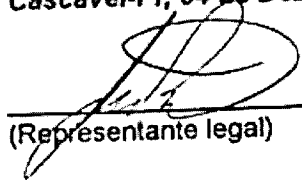

João Marcelo Ribeiro

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Ref.: Pregão 54/2025

L.A MACHADO E RIBEIRO inscrito no CNPJ nº 11.242.605/0001-05 por intermédio de seu representante legal, o Sr. João Marcelio Ribeiro portador da Carteira de Identidade nº 5.999.054-3 e do CPF nº 941.296.149-91 **DECLARA**, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

Cascavel-Pr, 04 de Dezembro de 2025.



(Representante legal)

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE NÃO INIDONEIDADE E DE
CUMPRIMENTO DO ART. 7º, Inc. XXXIII da CF/88

Ao

Departamento Municipal de Licitação – Santa Tereza do Oeste
Secretaria Municipal de Administração

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da Lei, para fins do Pregão nº 54/2025, que a L.A MACHADO E RIBEIRO CNPJ nº 11.242.605/0001-05 por intermédio do seu representante legal o (a) Sr. (a) João Marcelo Ribeiro, portador da Carteira de Identidade nº 5.999.054-3 e do CPF nº 941.296.149-91

- a) não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como, que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente a entrega dos documentos de habilitação, que venha a alterar a atual situação quanto à habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira.
- b) para fins de cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que a referida empresa não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, bem como que comunicará à Administração Municipal qualquer fato ou evento superveniente que altere a atual situação.

() Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz. Lei Municipal nº 10.206/2007.

Cascavel, Pr – 04 de Dezembro de 2025


João Marcelo Ribeiro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO DISTRITO FEDERAL - SR/PF/DF

ANEXO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR TRABALHADOR
(Lei 9.854/99 e Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal)

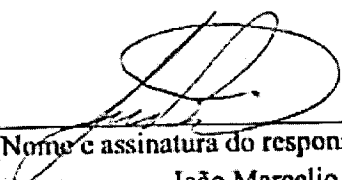
REFERÊNCIA: Pregão Nº. 54/2025;

A empresa L.A MACIADO E RIBEIRO inscrita no CNPJ sob o nº 11.242.605/0001-05 sediada no(a) Rua Europa, 1716, Periolo, Cascavel, Pr, 85817-310, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) João Marcelio Ribeiro portador(a) da Carteira de Identidade nº /SESP-PR e do CPF nº 941.296.149-91 **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 1999, que **NÃO** emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e também **NÃO** emprega menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de menor aprendiz: ()SIM ou **NÃO(x)**.

Cascavel, Pr, 04 de Dezembro de 2025


(Nome e assinatura do responsável legal da licitante)

João Marcelio Ribeiro
Nº do RG 5.999.054-3

Observação: responder com "X" apenas uma das opções de ressalva acima, de acordo com a situação que se aplique à empresa.

PROPOSTA DE LICITAÇÃO – MANDAGUAÇU

1 • DADOS DA EMPRESA

Razão Social: L.A Machado e Ribeiro;

Nome Fantasia: L.A Machado;

CNPJ: 11.242.605/0001-05;

Inscrição Estadual:

Endereço Completo: Rua Europa, 1716, Periolo, 85817-310;

Cidade / Estado: Cascavel, Paraná;

Telefone: (45)3227-9095 ou (45)99909-4600

E-mail: niceantunesmachado@hotmail.com

Representante Legal: João Marcelio Ribeiro

Cargo: Sócio Administrador

2 • DADOS DA LICITAÇÃO

Número da Licitação: 98/2025

Modalidade: Pregão

Objeto: Suéters, gola V, conforme edital

Unidade Requisitante: Municípios de Mandaguaçu

3 • TABELA DE ITENS

Item	Descrição	Quantidade	Unidade	Valor Unitário
Lote 2	Suéter e blusas em lã , gola V, 50% Acrílico 50% algodão e mais especificações conforme edital.	4.700 peças (Quatro mil e setecentas peças)	Pecas	R\$63,90

Valor total da proposta: R\$ 300.330,00 (trezentos mil e trezentos e trinta reais)

4 • ARTIGOS E TERMO DE COMPROMISSO

A empresa declarante afirma ter pleno conhecimento de todas as condições previstas no edital, comprometendo-se a cumpri-las integralmente, conforme a Lei nº 8.666/93 e legislações vigentes.

Certifica ainda que os valores apresentados são verdadeiros, compatíveis com o mercado e ofertados sem qualquer forma de omissão ou fraude, responsabilizando-se civil e criminalmente pelas informações prestadas.

Compromete-se também a assegurar o fornecimento dos itens conforme padrões de qualidade, prazo e condições estabelecidas pelo órgão requisitante.

Assinatura do Representante Legal: João Marcelo Ribeiro

Data: 12 / 12 / 2025

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11.242.605/0001-05
Razão Social: L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
Endereço: R EUROPA 1716 SALA 01 / PERIOLO / CASCAVEL / PR / 85817-310

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/12/2025 a 02/01/2026

Certificação Número: 2025120411171653268491

Informação obtida em 08/12/2025 21:19:53

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 038466678-60

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **11.242.605/0001-05**

Nome: **L A MACHADO & RIBEIRO LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 26/03/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: L A MACHADO & RIBEIRO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 11.242.605/0001-05

Certidão nº: 72171909/2025

Expedição: 26/11/2025, às 20:13:57

Validade: 25/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **L A MACHADO & RIBEIRO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **11.242.605/0001-05**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Informação: 0000000000

Para obter mais informações sobre o Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, acesse o site www.tst.jus.br ou entre em contato com o Serviço de Atendimento ao Cidadão (SAC) do TST, pelo telefone 0800 701 1234. Para dúvidas e sugestões, envie e-mail para cdnt@tst.jus.br.

Esta certidão é emitida em nome do Poder Judiciário e possui validade jurídica. Qualquer falsificação será considerada crime.

Página 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
CNPJ: 11.242.605/0001-05

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

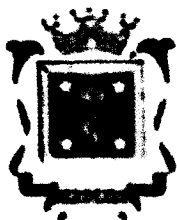
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:14:38 do dia 25/11/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/05/2026.

Código de controle da certidão: **39BF.8724.85BF.B849**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASCAVEL
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS
Nº 228261/2025

A presente Certidão é VÁLIDA até 16 de março de 2026

[CONTRIBUINTE]

Código	1270257
Nome/Razão	L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
CNPJ/CPF	11.242.888/0001-05
Endereço	RUA EUROPA, 1716
Complemento	SALA 01
Bairro	PERIOLO
Cidade	Cascavel - PR
CEP	85.817-310

[REQUERENTE]

Código	1270257
Nome/Razão	L A MACHADO & RIBEIRO LTDA
CNPJ/CPF	11.242.888/0001-05

[FINALIDADE]

Jurídico

[INFORMAÇÕES ADICIONAIS]

Certificamos que na presente data INEXISTEM débitos incidentes sobre o sujeito passivo acima identificado.

Esta certidão compreende todos os débitos imobiliários e mobiliários, tributários ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, administrados pela Secretaria Municipal de Finanças de Cascavel (SEFIN), tais como Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, Contribuição de Melhoria, Taxa de Coleta de Lixo, Contribuição de Iluminação Pública – CIP incidente sobre lotes vagos, Taxa de Proteção a Desastres, Taxas de Expediente, Multas de Regularização de Obras, Autos de Infração da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Imposto Sobre Serviços – ISS, Taxa de Verificação de Regular Funcionamento, Taxa de Licença Sanitária, Taxa de Localização e Funcionamento, Autos de Infração do PROCON e demais débitos para com esta municipalidade.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública lançar, cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas posteriormente, mesmo referentes a períodos anteriores ou compreendido nesta certidão.

Cascavel, 15 de dezembro de 2025.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura:
<https://cascavel.atende.net/ufpo/servico/valor/31/padrao/1/load/0>
Código de Autenticidade: WGT211207-000-WWWWALUYVZOLRV-2

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 48.486.248/0001-30 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 01/11/2022
NOME EMPRESARIAL L M K CONFECCOES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 14.14-2-00 - Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 14.13-4-03 - Facção de roupas profissionais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV CENTRAL DO PARANA	NUMERO 396	COMPLEMENTO *****	
CEP 86.804-190	BAIRRO/DISTRITO JARDIM DIAMANTINA	MUNICÍPIO APUCARANA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO KARLABACON@HOTMAIL.COM		TELEFONE (43) 8859-0058	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/11/2022	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/08/2025 às 14:43:04 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA  VOLTAR  IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

OK

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Razão Social: LMK Confecções LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 – Jardim Diamantina – Apucarana/PR – CEP 86804-190

Telefone: (43) 9 9663-0001 | E-mail: castroconfeccoes2@gmail.com

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA

A empresa **LMK CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.486.248/0001-30**, com sede à **Avenida Central do Paraná, nº 396, Jardim Diamantina, Apucarana/PR, CEP 86804-190**, neste ato representada por seu sócio administrador **Lucas Campos de Castro**, inscrito no CPF nº **113.286.799-18**, DECLARA, para os devidos fins e em atendimento ao disposto na **Lei Complementar nº 123/2006**, que se encontra devidamente **enquadrada como Microempresa (ME)**, fazendo jus ao tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido previsto na referida legislação.

Apucarana/PR, 23 de setembro de 2025.

gov.br

Documento assinado digitalmente

LUCAS CAMPOS DE CASTRO

Data: 24/09/2025 08:43:25-0300

Verifique em <https://validar.itu.gov.br>

Lucas Campos de Castro

Sócio Administrador – LMK Confecções LTDA

CPF nº 113.286.799-18

Razão Social: LMK Confecções LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 – Jardim Diamantina – Apucarana/PR – CEP 86804-190

Telefone: (43) 9 9663-0001 | **E-mail:** castroconfeccoes2@gmail.com

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa **LMK CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.486.248/0001-30**, com sede à **Avenida Central do Paraná, nº 396, Jardim Diamantina, Apucarana/PR, CEP 86804-190**, neste ato representada por seu sócio administrador **Lucas Campos de Castro**, inscrito no CPF nº **113.286.799-18**, DECLARA, para fins de participação em procedimento licitatório, que se encontra **plenamente habilitada** perante a legislação vigente, cumprindo todas as exigências de habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, trabalhista e econômico-financeira, estando apta a contratar com a Administração Pública.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Apucarana-PR, 23 de Setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

LUCAS CAMPOS DE CASTRO

Data: 24/09/2025 08:44:09-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Campos de Castro

Sócio Administrador – LMK Confecções LTDA

CPF nº 113.286.799-18

Razão Social: LMK Confeções LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 – Jardim Diamantina – Apucarana/PR – CEP 86804-190

Telefone: (43) 9 9663-0001 | **E-mail:** castroconfecoes2@gmail.com

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa **LMK CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.486.248/0001-30**, com sede à **Avenida Central do Paraná, nº 396, Jardim Diamantina, Apucarana/PR, CEP 86804-190**, neste ato representada por seu sócio administrador **Lucas Campos de Castro**, inscrito no CPF nº **113.286.799-18**, **DECLARA**, sob as penas da lei, que **é idônea, não tendo sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nem se encontra suspensão de participar em licitações ou impedida de contratar com qualquer órgão ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Apucarana-PR, 23 de Setembro de 2025.

gov.br

Documento assinado digitalmente

LUCAS CAMPOS DE CASTRO

Data: 24/09/2025 08:45:12-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lucas Campos de Castro

Sócio Administrador – LMK Confeções LTDA

CPF nº 113.286.799-18

Razão Social: LMK Confeccões LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 – Jardim Diamantina – Apucarana/PR – CEP 86804-190

Telefone: (43) 9 9663-0001 | **E-mail:** castroconfeccoes2@gmail.com

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa **LMK CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.486.248/0001-30**, com sede à **Avenida Central do Paraná, nº 396, Jardim Diamantina, Apucarana/PR, CEP 86804-190**, neste ato representada por seu sócio administrador **Lucas Campos de Castro**, inscrito no CPF nº **113.286.799-18**, DECLARA, sob as penas da lei, que **não existem fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação em licitações, tais como falência, recuperação judicial, concordata, dissolução ou liquidação, bem como quaisquer outras situações jurídicas ou financeiras que a impeçam de contratar com a Administração Pública.**

Compromete-se, ainda, a comunicar imediatamente à Administração a ocorrência de qualquer fato impeditivo posterior.

Apucarana/PR, 23 de setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

LUCAS CAMPOS DE CASTRO

Data: 24/09/2025 08:46:45-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lucas Campos de Castro

Sócio Administrador – LMK Confeccões LTDA

CPF nº 113.286.799-18

Razão Social: LMK Confeções LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 – Jardim Diamantina – Apucarana/PR – CEP 86804-190

Telefone: (43) 9 9663-0001 | **E-mail:** castroconfeccoes2@gmail.com

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO

A empresa **LMK CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.486.248/0001-30**, com sede à **Avenida Central do Paraná, nº 396, Jardim Diamantina, Apucarana/PR, CEP 86804-190**, neste ato representada por seu sócio administrador **Lucas Campos de Castro**, inscrito no CPF nº **113.286.799-18**, DECLARA, para os devidos fins e sob as penas da lei, que **não possui em seu quadro societário, nem entre seus dirigentes, administradores ou representantes legais, cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau, consanguíneos ou afins, de servidores ou dirigentes do órgão ou entidade promotora da presente licitação.**

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Apucarana-PR, 23 de Setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

LUCAS CAMPOS DE CASTRO

Data: 24/09/2025 08:48:11-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Campos de Castro

Sócio Administrador – LMK Confeções LTDA

CPF nº 113.286.799-18

Razão Social: LMK Confecções LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 – Jardim Diamantina – Apucarana/PR – CEP 86804-190

Telefone: (43) 9 9663-0001 | **E-mail:** castroconfeccoes2@gmail.com

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE TRABALHO IRREGULAR DE MENORES

A empresa **LMK CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.486.248/0001-30**, com sede à **Avenida Central do Paraná, nº 396, Jardim Diamantina, Apucarana/PR, CEP 86804-190**, neste ato representada por seu sócio administrador **Lucas Campos de Castro**, inscrito no CPF nº **113.286.799-18**, DECLARA, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, que **não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.**

Apucarana/PR, 23 de setembro de 2025.

g.v.b.

Documento assinado digitalmente

LUCAS CAMPOS DE CASTRO

Data: 24/09/2025 08:49:07-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lucas Campos de Castro

Sócio Administrador – LMK Confecções LTDA

CPF nº 113.286.799-18

Razão Social: LMK Confeccões LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 – Jardim Diamantina – Apucarana/PR – CEP 86804-190

Telefone: (43) 9 9663-0001 | **E-mail:** castroconfeccoes2@gmail.com

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A empresa **LMK CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.486.248/0001-30**, com sede à **Avenida Central do Paraná, nº 396, Jardim Diamantina, Apucarana/PR, CEP 86804-190**, neste ato representada por seu sócio administrador **Lucas Campos de Castro**, inscrito no CPF nº **113.286.799-18**, DECLARA, para fins de participação em procedimento licitatório, que **assume inteira responsabilidade pela veracidade das informações prestadas, pela autenticidade dos documentos apresentados, bem como pelo fiel cumprimento das condições do edital, da proposta e do contrato que vier a ser firmado**, comprometendo-se a observar todas as disposições legais aplicáveis.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Apucarana, 23 de Setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

LUCAS CAMPOS DE CASTRO

Data: 24/09/2025 08:49:55-0300

Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Lucas Campos de Castro

Sócio Administrador – LMK Confeccões LTDA

CPF nº 113.286.799-18

Razão Social: LMK Confeções LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 – Jardim Diamantina – Apucarana/PR – CEP 86804-190

Telefone: (43) 9 9663-0001 | **E-mail:** castroconfeccoes2@gmail.com

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

A empresa **LMK CONFECÇÕES LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **48.486.248/0001-30**, com sede à **Avenida Central do Paraná, nº 396, Jardim Diamantina, Apucarana/PR, CEP 86804-190**, neste ato representada por seu sócio administrador **Lucas Campos de Castro**, inscrito no CPF nº **113.286.799-18**, DECLARA, para os devidos fins e em atendimento ao disposto na legislação vigente, que cumpre integralmente com todas as normas relativas aos **direitos trabalhistas**, assegurando aos seus empregados o pagamento de salários, férias, 13º salário, recolhimento de FGTS, INSS, bem como todas as demais obrigações trabalhistas e previdenciárias previstas em lei.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

Apucarana, 23 de Setembro de 2025.



Documento assinado digitalmente

LUCAS CAMPOS DE CASTRO

Data: 24/09/2025 08:42:45 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Campos de Castro

Sócio Administrador – LMK Confeções LTDA

CPF nº 113.286.799-18

FOL.01

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA - LUCAS CAMPOS DE CASTRO 11328679918
CNP – 48486248/0001-30**

*Pelo presente instrumento do Ato Constitutivo de transformação de **empresário**, para **sociedade empresaria limitada**.*

LUCAS CAMPOS DE CASTRO brasileiro, maior, empresário, solteiro, portador do CPFMF nº 113.286.799-18, residente e domiciliado na cidade de Apucarana, Paraná a Av. Central do Parana nº 396 – CEP 86804190 – Jardim Diamantina, Empresário Inscrito no CNPJ nº 48486248/0001-30, com o nome de **LUCAS CAMPOS DE CASTRO 113286799-18**, devidamente estabelecida na cidade de Apucarana, Paraná a Av. a Av. Central do Parana nº 396 – CEP 86804190 – Jardim Diamantina , resolve assim alterar seu Instrumento de Inscrição.

CLAUSULA PRIMEIRA.- A atividade econômica da empresa que era Fabricante de Partes de Peças do Vestuario, Façao Independente, **passa a ser** Industria e Comercio de Artigos do Vestuario e Serviços de Façao em Tecido.

CLAUSULA SEGUNDA.- A razão social da empresa que era **LUCAS CAMPOS DE CASTRO 113286799-18**, passa a ser **L M K CONFECÇÕES LTDA**.

CLAUSULA TERCEIRA.- Aumento de Capital Social, o Capital Social da empresa que era R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais), dividido em 2.000 (Duas Mil) quotas, no valor de R\$ 1.00 (Um real) cada, fica neste ato elevado para R\$ 30.000,00 Trinta Mil Reais, Cujo aumento do valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e Oito Mil Reais) e em moeda corrente do Pais, neste ato.

CLAUSULA QUARTA.- DO TIPO JURIDICO.- Fica transformada esta sociedade em SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA, sob o nome empresarial de **L M K CONFECÇÕES LTDA** , com sede a Av. Central do Parana nº 396 – CEP 86804190 – na cidade de Apucarana, com sub-rogação de todos os direitos pertinentes:

CLAUSULA QUINTA.- O acervo da Empresa Individual, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) dividido em 30.000 (Trinta Mil) quotas no valor de R\$ 1.00 (Um Real) cada uma, pertencente ao sócio **LUCAS CAMPOS DE CASTRO**, passa a constituir a participação da titular no capital da sociedade mencionada na clausula anterior.

CLAUSULA SEXTA.- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Ficam inalteradas as demais Clausulas do Instrumento Constitutivo que não colidem com as disposições do presente dispositivo.

CLAUSULA SETIMA.- DA CONSOLIDAÇÃO DO INSTRUMENTO CONSTITUTIVO: Tendo em vista as modificações ora ajustadas, consolida-se o Instrumento Constitutivo, que passa a ter a seguinte redação:

FOL.02

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO EM SOCIEDADE
EMPRESARIA LTDA - LUCAS CAMPOS DE CASTRO 11328679918
CNP - 48486248/0001-30**

**L M K CONFECÇÕES LTDA.
CNPJ - 48486248/0001-30
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**

LUCAS CAMPOS DE CASTRO brasileiro, maior, empresário, solteiro, portador do CPF/MF nº 113.286.799-18, residente e domiciliado na cidade de Apucarana, Paraná a Av. Central do Parana nº 396 – CEP 86804190 – Jardim Diamantina, inscrito no CNPJ nº 48486248/0001-30, com o nome de **L M K CONFECÇÕES LTDA**, devidamente estabelecida na cidade de Apucarana, Paraná a Av. Central do Parana nº 396 – CEP 86804190 – resolve assim alterar e Consolidar seu Contrato Social de acordo com as Clausulas Seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA.- A sociedade empresaria limitada, gira com o nome empresarial da seguinte forma **L M K CONFECÇÕES LTDA**.

CLAUSULA SEGUNDA: DO CAPITAL SOCIAL.- O Capital social no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), dividido em 30.000 (Trinta Mil) quotas no valor de R\$ 1.00 (Um real) cada, subscritas e integralizadas, neste ato em moeda corrente do Pais, fica distribuído ao sócio.

SÓCIO	Nº de quotas	Valor em R\$
LUCAS CAMPOS DE CASTRO	30.000	30.000,00
TOTAL	30.000	30.000,00

CLAUSULA TERCEIRA.- A sociedade empresaria limitada, **L M K CONFECÇÕES LTDA** tem sua sede a Av. Central do Parana nº 396 – CEP 86804190, na cidade de Apucarana, Paraná.

CLAUSULA QUARTA.- A sociedade empresaria limitada, tem por objeto o exercício das seguintes atividades, Industria e Comercio de Artigos do Vestuario e Serviços de Fiação em Tecido.

CLAUSULA QUINTA.- DA DECLARAÇÃO DESIMPEDIMENTO: O administrador declara não estar impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

FOL.03

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO EM SOCIEDADE EMPRESARIA LTDA - LUCAS CAMPOS DE CASTRO 11328679918
CNP – 48486248/0001-30**

CLAUSULA SEXTA.- PRAZO DE DURAÇÃO – A sociedade iniciou suas atividades em 01/11/2022, e seu prazo de duração é indeterminado.

CLAUSULA SETIMA.- DA CESSÃO E TRANSFERENCIA DE QUOTAS: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas sem o consentimento do outro sócio a quem fica assegurado em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, após terem sido oferecidas ao outro sócio, que terá o direito na aquisição das referidas quotas, pelo prazo de 30 (Trinta dias) contados do recebimento do aviso, por escrito, do sócio disposto a ceder ou transferir suas quotas. Decorrido este prazo sem o exercício do direito de preferência acima, o sócio disposto a ceder ou transferir suas quotas poderá fazê-lo a terceiros, desde que nos mesmos termos e condições oferecidos ao outro sócio, que se compromete a assinar todos os documentos necessários a efetivar a cessão de transferência das quotas formalizando a cessão com a alteração contratual pertinente, conforme artigos 1.056 da Lei nº 10.406/02.

CLAUSULA OITAVA: A responsabilidade do sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA NONA- DA ADMINISTRAÇÃO: A administração da sociedade caberá ao sócio **LUCAS CAMPOS DE CASTRO** com poderes e atribuições de administrador, autorizado o uso do nome empresarial sempre individualmente, vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social, tais como Avais, fianças, empréstimos ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio, conforme previsto nos art. 997 Inciso VI, 1.013, 1.015 e 1.064 da Lei nº 10.406/2002.

CLAUSULA DECIMA.- DA RETIRADA PRO-LABORE: O sócios poderá fixar uma retirada mensal a título de pró-labore, observadas as disposições regulamentares pertinentes

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA - DO RESULTADO E DISTRIBUIÇÃO: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA.- A critério do sócio e no atendimento de interesses da própria sociedade, o total ou parte dos Lucros poderá ser destinado a formação de reservas de Lucros ou então permanecer em lucros acumulados para futura destinação.

Paragrafo Unico.- Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente lucros do exercício, com base em levantamento de balanço intermediário, observada a reposição de lucros quando a distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059 da Lei 10.406/2002.

CLAUSULA DECIMA TERCEIRA.- ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA
– Declaram sob as penas da Lei que se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

FOL.04

**CONTRATO SOCIAL POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESARIO EM SOCIEDADE
EMPRESARIA LTDA - LUCAS CAMPOS DE CASTRO 11328679918
CNP – 48486248/0001-30**

CLAUSULA DECIMA QUARTA.- DO FORO - Fica eleito o foro de Apucarana-Pr, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E por estar justo e contratado, lavra. Data e assina, o presente instrumento particular de Contrato Social em via única de igual teor e forma, obrigando-se fielmente a cumprir o presente instrumento.

Apucarana-Pr, 27 DE NOVEMBRO DE 2024

LUCAS CAMPOS DE CASTRO



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa L M K CONFECÇÕES LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
11328679918	LUCAS CAMPOS DE CASTRO



CERTIFICO O REGISTRO EM 27/11/2024 16:47 SOB N° 41213036235.
PROTOCOLO: 248814281 DE 27/11/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12416779495. CNPJ DA SEDE: 48486248000130.
NIRE: 41213036235. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 27/11/2024.
L M K CONFECÇÕES LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

Razão Social: LMK Confeções LTDA
CNPJ: 48.486.248/0001-30
Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 - Jardim Diamantina - Apucarana/PR - CEP 86804-190
Telefone: (43) 9 9663-0001 | E-mail: castroconfeccoes2@gmail.com

PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025 - MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU - PR Lote 1 - Item 1

EMPRESA PROPONENTE:

LMK CONFECÇÕES LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, 396 - Jardim
Diamantina - Apucarana/PR - CEP 86804-190

Telefone: (43) 99663-0001

E-mail: castroconfeccoes2@gmail.com

Representante Legal: **Lucas Campos de Castro**

CPF: 113.286.799-18

Inscrição Estadual: 91111055-50

DESCRIÇÃO DO OBJETO COTADO

Item 1 - CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)

Conforme todas as especificações técnicas e memorial
descritivo constantes no edital, incluindo:

- Meia malha PV 67% poliéster / 33% viscose, fio 30.1,
gramatura 175 g/m²;
- Cores Pantone conforme exigido;
- Gola Ribana 1x1;
- Aplicações em serigrafia (brasões e escritos);
- Acabamentos conforme edital;
- Embalagem individual;
- Entrega conforme prazos e locais definidos no edital.

QUANTITATIVO E VALORES

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Camiseta Manga Curta (Uniforme)	230 unidades	R\$ 29,69	R\$ 6.828,70

Valor total por extenso:

Seis mil, oitocentos e vinte e oito reais e setenta
centavos.

Razão Social: LMK Confeccões LTDA

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Endereço: Avenida Central do Paraná, nº 396 - Jardim Diamantina - Apucarana/PR - CEP 86804-190

Telefone: (43) 9 9663-0001 | E-mail: castroconfeccoes2@gmail.com

CONDIÇÕES COMERCIAIS

Prazo de entrega: 20 dias após o recebimento da Nota de Empenho.

Validade da proposta: 60 dias.

Tributos, encargos, frete e demais custos: Inclusos no preço final.

Forma de pagamento: Conforme edital - até 30 dias após entrega e aceite.

Garantias e especificações: Integral atendimento ao edital e termo de referência.

Amostras: Serão entregues conforme prazo e condições do edital, acompanhadas dos laudos técnicos exigidos.

DECLARAÇÃO

A proponente declara que examinou integralmente o edital, atende todas as exigências e se responsabiliza pela execução completa do objeto, caso vencedora.

Apucarana/PR, 12 de dezembro de 2025

gov.br

Documento assinado digitalmente

LUCAS CAMPOS DE CASTRO

Data: 12/12/2025 11:10:37 -0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Lucas Campos de Castro

Representante Legal - LMK Confeccões LTDA

CPF: 113.286.799-18



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 038146690-79

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **48.486.248/0001-30**

Nome: **L M K CONFECCOES LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 19/02/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MUNICIPIO DE APUCARANA
ESTADO PARANÁ
SECRETARIA DA FAZENDA - C.N.P.J: 75.771.253/0001-68



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 54089/2025

Contribuinte

Nome/Razão: **6704735 - L M K CONFECÇÕES LTDA**

CNPJ/CPF: 48.486.248/0001-30

Endereço: AVENIDA CENTRAL DO PARANA, 396

Complemento: *****

Bairro: JARDIM DIAMANTINA

Cidade: Apucarana - PR

Finalidade

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
28/10/2025	60 dias

Informações Adicionais

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado **C E R T I F I C O** que, em nome de **L M K CONFECÇÕES LTDA** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Apucarana - PR, 28 de outubro de 2025



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: L M K CONFECCOES LTDA
CNPJ: 48.486.248/0001-30

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:45:52 do dia 07/07/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/01/2026.

Código de controle da certidão: **A31D.0CA1.F8CB.CCC1**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.486.248/0001-30
Razão Social: L M K CONFECCOES LTDA
Endereço: AV CENTRAL DO PARANA 396 / JARDIM DIAMANTINA / APUCARANA / PR / 86804-190

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/11/2025 a 23/12/2025

Certificação Número: 2025112405446363489702

Informação obtida em 05/12/2025 15:56:29

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: L M K CONFECÇÕES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 48.486.248/0001-30

Certidão nº: 33300406/2025

Expedição: 16/06/2025, às 16:06:13

Validade: 13/12/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **L M K CONFECÇÕES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.486.248/0001-30**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LONDRINA**

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

ARY TRISTÃO

Titular

Empregados Juramentados

Ana Paula Tristão
Edenilson Donisete Macri
Iwerlei Bueno Moraes
Ozeas Pinheiro de Goes
Victor Tristão Pascual

CERTIDÃO

Fl. 001/001

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo os livros e registros eletrônicos do Cartório a meu cargo, deles NÃO CONSTA ter sido distribuído a qualquer Vara desta Comarca, ação alguma de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL em face de:

LMK CONFECCOES LTDA

CNPJ 48.486.248/0001-30

LOCAL DA SEDE APUCARANA.-----

CUSTAS: R\$ 42,95

Lei 21.868/2023 - Tab XVI - 141 VRC x 0,277 + 10%



Consulte a autenticidade desta certidão em
<https://autenticidade.distribuidorlondrina.com.br/index.php?codigo=BA3C6D767411EB2CEE3C1EE67E7072>

Busca referente aos últimos 20 anos, exclusivamente sobre a ação supra citada.

O referido é verdade e dou fé.

Londrina, 15 de Setembro de 2025.

Assinado eletronicamente por

IWERLEI BUENO MORAES

CPF : 727.061.809-78

Dados: 2025-09-16 16:57:07

DISTRIBUIDOR

Iwerlei Bueno Moraes
Empregado Juramentado



**PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE LONDRINA**

CARTÓRIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

ARY TRISTÃO

Titular

Empregados Juramentados

Ana Paula Tristão

Ednilson Donisete Macri

Iwerlei Bueno Moraes

Ozeas Pinheiro de Goes

Victor Tristão Pascual

CERTIDÃO

Fl. 001/001

Certifico a pedido verbal de pessoa interessada que, revendo os livros e registros eletrônicos do Cartório a meu cargo, deles NÃO CONSTA ter sido distribuído a qualquer Vara desta Comarca, ação alguma de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL em face de:

L M K CONFECÇÕES LTDA

CNPJ 48.486.248/0001-30

LOCAL DA SEDE APUCARANA-PR.-----

CUSTAS: R\$ 42,95

Lei 21.868/2023 - Tab XVI - 141 VRC x 0,277 + 10%



Consulte a autenticidade desta certidão em
<https://autenticidade.distribuidorlondrina.com.br/index.php?codigo=B9C24985C20BBB766D4FFAA11DF1A86D>

Busca referente aos últimos 20 anos, exclusivamente sobre a ação supra citada.

**O referido é verdade e dou fé.
Londrina, 12 de Dezembro de 2025.**

Assinado eletronicamente por

IWERLEI BUENO MORAES

CPF: 727.061.809-78

Dados: 2025-12-15 09:31:31

DISTRIBUIDOR

Iwerlei Bueno Moraes

Empregado Juramentado

MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE ADJUDICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025
Processo Administrativo Nº 264/2025
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCCHI JUNIOR
Data de Publicação: 25/11/2025 14:57:27

LOTE 1 - ADJUDICADO - 19/12/2025 15:17:46
1 - CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UNIDADES	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: CAMISETA
Descrição: CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)			
Quantidade: 230	Valor Unit.: 29,69	Valor Total: 6.828,70	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 LMK CONFECÇÕES LTDA	069	48.486.248/0001-30	50,82	29,69		Sim
2 ANA LU CONFECÇOES LTDA	769	57.230.974/0001-89	50,82	29,70	0,03	Sim
3 MARINGÁ SPORTS LTDA	801	39.697.442/0001-74	50,82	30,00	1,01	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	985	06.137.748/0001-17	50,82	30,19	0,63	Sim
5 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	487	16.804.425/0001-93	50,82	30,22	0,10	Não
6 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	283	37.023.254/0001-35	50,82	38,50	27,40	Sim
7 SUPREMA CONFECÇÃO LTDA	857	62.807.934/0001-97	39,90	39,90	3,64	Sim
8 COR BASE CONFECÇOES LTDA	635	21.241.284/0001-88	50,00	50,00	25,31	Sim
9 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	238	05.933.990/0001-34	50,82	50,82	1,64	Sim
10 BRASILEIRINHO LTDA	624	22.742.098/0001-95	50,82	50,82	0,00	Sim
11 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	890	40.035.561/0001-40	50,82	50,82	0,00	Sim
12 AZO PRODUTOS LTDA	503	41.591.664/0001-50	50,85	50,85	0,06	Sim
13 M TESTA ATACADO LTDA	174	43.044.418/0001-03	300,00	300,00	489,97	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

LOTE 2 - ADJUDICADO - 19/12/2025 15:17:46
2 - SUETER - BLUSA DE LA

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 2	Unidade: UNIDADES	Marca: C/Brasão do município	Modelo: Gola V
Descrição: SUETER - BLUSA DE LASUETER - BLUSA DE LA			
Quantidade: 4.700	Valor Unit.: 63,90	Valor Total: 300.330,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L A MACHADO E RIBEIRO	014	11.242.605/0001-05	72,90	63,90		Sim
2 NAHIR FABIOLA ROJAS MONTERO DA	813	01.863.063/0001-34	123,70	64,99	1,71	Sim

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

3 MALHAS TOP TRICOT LTDA	465	13.243.553/0001-17	123,70	92,73	42,68	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	776	06.137.748/0001-17	123,70	92,74	0,01	Sim
5 RP TEXTIL LTDA	161	43.715.476/0001-11	123,70	93,00	0,28	Sim
6 MARINGÁ SPORTS LTDA	378	39.697.442/0001-74	123,70	99,90	7,42	Sim
7 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	863	40.035.561/0001-40	123,70	100,00	0,10	Sim
8 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	030	37.023.254/0001-35	123,70	110,00	10,00	Sim
9 ANA LU CONFECÇOES LTDA	726	57.230.974/0001-89	123,70	113,90	3,55	Sim
10 ALEGRE TRICOT LTDA	655	03.643.719/0001-39	123,50	114,50	0,53	Sim
11 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	669	16.804.425/0001-93	123,70	116,79	2,00	Não
12 DABE CONFECÇÕES LTDA	481	44.606.664/0001-74	123,70	121,00	3,60	Sim
13 COR BASE CONFECÇOES LTDA	346	21.241.284/0001-88	123,00	123,00	1,65	Sim
14 AZO PRODUTOS LTDA	419	41.591.664/0001-50	123,70	123,70	0,57	Sim
15 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	179	05.933.990/0001-34	123,70	123,70	0,00	Sim
16 BRASILEIRINHO LTDA	855	22.742.098/0001-95	123,70	123,70	0,00	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 3 - ADJUDICADO - 19/12/2025 15:17:46
3 - UNIFORME - MERENDEIRAS**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 3	Unidade: UNIDADES	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: CONJUNTO
Descrição: UNIFORME - MERENDEIRASUNIFORME - MERENDEIRAS			
Quantidade: 80	Valor Unit.: 108,00	Valor Total: 8.640,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SUPREMA CONFECÇAO LTDA	136	62.807.934/0001-97	109,90	108,00		Sim
2 ANA LU CONFECÇOES LTDA	651	57.230.974/0001-89	143,09	109,00	0,93	Sim
3 MARINGÁ SPORTS LTDA	688	39.697.442/0001-74	143,09	120,00	10,09	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	816	06.137.748/0001-17	143,09	122,94	2,45	Sim
5 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	704	16.804.425/0001-93	143,09	122,95	0,01	Não
6 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	463	37.023.254/0001-35	143,09	125,00	1,67	Sim
7 AZO PRODUTOS LTDA	619	41.591.664/0001-50	143,00	143,00	14,40	Sim
8 BRASILEIRINHO LTDA	728	22.742.098/0001-95	143,09	143,09	0,06	Sim
9 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	343	40.035.561/0001-40	143,09	143,09	0,00	Sim
10 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	041	05.933.990/0001-34	149,09	149,09	4,19	Sim
11 M TESTA ATACADO LTDA	135	43.044.418/0001-03	800,00	800,00	436,59	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 5 - ADJUDICADO - 19/12/2025 15:17:46
5 - CONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTAS**

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 5	Unidade: UNIDADES	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: CONJUNTO
Descrição: CONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTASCONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTAS			
Quantidade: 330	Valor Unit.: 119,90	Valor Total: 39.567,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SUPREMA CONFECCAO LTDA	702	62.807.934/0001-97	119,90	119,90		Sim
2 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	619	06.137.748/0001-17	170,59	159,94	33,39	Sim
3 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	148	37.023.254/0001-35	170,59	159,95	0,01	Sim
4 MARINGÁ SPORTS LTDA	417	39.697.442/0001-74	170,59	159,97	0,01	Sim
5 ANA LU CONFECCOES LTDA	011	57.230.974/0001-89	170,59	160,00	0,02	Sim
6 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	274	16.804.425/0001-93	170,59	164,97	3,11	Não
7 BRASILEIRINHO LTDA	643	22.742.098/0001-95	170,59	170,59	3,41	Sim
8 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	766	40.035.561/0001-40	170,59	170,59	0,00	Sim
9 AZO PRODUTOS LTDA	299	41.591.664/0001-50	170,59	170,59	0,00	Sim
10 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	295	05.933.990/0001-34	170,59	170,59	0,00	Sim
11 M TESTA ATACADO LTDA	339	43.044.418/0001-03	900,00	900,00	427,58	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 6 - ADJUDICADO - 19/12/2025 15:17:46
6 - JALECO PROFESSOR MASC./FEM.**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 6	Unidade: UNIDADES	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: JALECO
Descrição: JALECO PROFESSOR MASC./FEM.JALECO PROFESSOR MASC./FEM.			
Quantidade: 265	Valor Unit.: 59,90	Valor Total: 15.873,50	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SUPREMA CONFECCAO LTDA	087	62.807.934/0001-97	59,90	59,90		Sim
2 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	603	37.023.254/0001-35	103,35	85,00	41,90	Sim
3 MARINGÁ SPORTS LTDA	357	39.697.442/0001-74	103,35	87,00	2,35	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	402	06.137.748/0001-17	103,35	87,99	1,14	Sim
5 ANA LU CONFECCOES LTDA	278	57.230.974/0001-89	103,35	90,00	2,28	Sim
6 LMK CONFECÇÕES LTDA	868	48.486.248/0001-30	103,35	100,00	11,11	Sim
7 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	297	16.804.425/0001-93	103,35	102,29	2,29	Não
8 BRASILEIRINHO LTDA	106	22.742.098/0001-95	103,35	103,35	1,04	Sim
9 AZO PRODUTOS LTDA	785	41.591.664/0001-50	103,35	103,35	0,00	Sim
10 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	876	40.035.561/0001-40	103,35	103,35	0,00	Sim
11 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	895	05.933.990/0001-34	265,00	265,00	156,41	Sim
12 M TESTA ATACADO LTDA	471	43.044.418/0001-03	700,00	700,00	164,15	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

INABILITADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
---------------------	----------------------	-----------------------	---------------------	----------------	-----------

PREGOEIRO: ALZIR BOCCHI JUNIOR

MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025
Processo Administrativo Nº 264/2025
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCCHI JUNIOR
Data de Publicação: 25/11/2025 14:57:27

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 19/12/2025 15:17:48
1 - CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1	Unidade: UNIDADES	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: CAMISETA
Descrição: CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)			
Quantidade: 230	Valor Unit.: 29,69	Valor Total: 6.828,70	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 LMK CONFECÇÕES LTDA	069	48.486.248/0001-30	50,82	29,69		Sim
2 ANA LU CONFECÇOES LTDA	769	57.230.974/0001-89	50,82	29,70	0,03	Sim
3 MARINGÁ SPORTS LTDA	801	39.697.442/0001-74	50,82	30,00	1,01	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	985	06.137.748/0001-17	50,82	30,19	0,63	Sim
5 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	487	16.804.425/0001-93	50,82	30,22	0,10	Não
6 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	283	37.023.254/0001-35	50,82	38,50	27,40	Sim
7 SUPREMA CONFECÇAO LTDA	857	62.807.934/0001-97	39,90	39,90	3,64	Sim
8 COR BASE CONFECÇOES LTDA	635	21.241.284/0001-88	50,00	50,00	25,31	Sim
9 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	238	05.933.990/0001-34	50,82	50,82	1,64	Sim
10 BRASILEIRINHO LTDA	624	22.742.098/0001-95	50,82	50,82	0,00	Sim
11 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	890	40.035.561/0001-40	50,82	50,82	0,00	Sim
12 AZO PRODUTOS LTDA	503	41.591.664/0001-50	50,85	50,85	0,06	Sim
13 M TESTA ATACADO LTDA	174	43.044.418/0001-03	300,00	300,00	489,97	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

LOTE 2 - HOMOLOGADO - 19/12/2025 15:17:49
2 - SUETER - BLUSA DE LA

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 2	Unidade: UNIDADES	Marca: C/Brasão do município	Modelo: Gola V
Descrição: SUETER - BLUSA DE LASUETER - BLUSA DE LA			
Quantidade: 4.700	Valor Unit.: 63,90	Valor Total: 300.330,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L.A MACHADO E RIBEIRO	014	11.242.605/0001-05	72,90	63,90		Sim
2 NAHIR FABIOLA ROJAS MONTERO DA	813	01.863.063/0001-34	123,70	64,99	1,71	Sim

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

3 MALHAS TOP TRICOT LTDA	465	13.243.553/0001-17	123,70	92,73	42,68	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	776	06.137.748/0001-17	123,70	92,74	0,01	Sim
5 RP TEXTIL LTDA	161	43.715.476/0001-11	123,70	93,00	0,28	Sim
6 MARINGÁ SPORTS LTDA	378	39.697.442/0001-74	123,70	99,90	7,42	Sim
7 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	863	40.035.561/0001-40	123,70	100,00	0,10	Sim
8 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	030	37.023.254/0001-35	123,70	110,00	10,00	Sim
9 ANA LU CONFECÇOES LTDA	726	57.230.974/0001-89	123,70	113,90	3,55	Sim
10 ALEGRE TRICOT LTDA	655	03.643.719/0001-39	123,50	114,50	0,53	Sim
11 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	669	16.804.425/0001-93	123,70	116,79	2,00	Não
12 DABE CONFECÇÕES LTDA	481	44.606.664/0001-74	123,70	121,00	3,60	Sim
13 COR BASE CONFECÇOES LTDA	346	21.241.284/0001-88	123,00	123,00	1,65	Sim
14 AZO PRODUTOS LTDA	419	41.591.664/0001-50	123,70	123,70	0,57	Sim
15 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	179	05.933.990/0001-34	123,70	123,70	0,00	Sim
16 BRASILEIRINHO LTDA	855	22.742.098/0001-95	123,70	123,70	0,00	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 3 - HOMOLOGADO - 19/12/2025 15:17:49
3 - UNIFORME - MERENDEIRAS**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 3	Unidade: UNIDADES	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: CONJUNTO
Descrição: UNIFORME - MERENDEIRASUNIFORME - MERENDEIRAS			
Quantidade: 80	Valor Unit.: 108,00	Valor Total: 8.640,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SUPREMA CONFECÇÃO LTDA	136	62.807.934/0001-97	109,90	108,00		Sim
2 ANA LU CONFECÇOES LTDA	651	57.230.974/0001-89	143,09	109,00	0,93	Sim
3 MARINGÁ SPORTS LTDA	688	39.697.442/0001-74	143,09	120,00	10,09	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	816	06.137.748/0001-17	143,09	122,94	2,45	Sim
5 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	704	16.804.425/0001-93	143,09	122,95	0,01	Não
6 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	463	37.023.254/0001-35	143,09	125,00	1,67	Sim
7 AZO PRODUTOS LTDA	619	41.591.664/0001-50	143,00	143,00	14,40	Sim
8 BRASILEIRINHO LTDA	728	22.742.098/0001-95	143,09	143,09	0,06	Sim
9 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	343	40.035.561/0001-40	143,09	143,09	0,00	Sim
10 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	041	05.933.990/0001-34	149,09	149,09	4,19	Sim
11 M TESTA ATACADO LTDA	135	43.044.418/0001-03	800,00	800,00	436,59	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 5 - HOMOLOGADO - 19/12/2025 15:17:49
5 - CONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTAS**

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 5	Unidade: UNIDADES	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: CONJUNTO
Descrição: CONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTASCONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTAS			
Quantidade: 330	Valor Unit.: 119,90	Valor Total: 39.567,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SUPREMA CONFECCAO LTDA	702	62.807.934/0001-97	119,90	119,90		Sim
2 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	619	06.137.748/0001-17	170,59	159,94	33,39	Sim
3 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	148	37.023.254/0001-35	170,59	159,95	0,01	Sim
4 MARINGÁ SPORTS LTDA	417	39.697.442/0001-74	170,59	159,97	0,01	Sim
5 ANA LU CONFECCOES LTDA	011	57.230.974/0001-89	170,59	160,00	0,02	Sim
6 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	274	16.804.425/0001-93	170,59	164,97	3,11	Não
7 BRASILEIRINHO LTDA	643	22.742.098/0001-95	170,59	170,59	3,41	Sim
8 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	766	40.035.561/0001-40	170,59	170,59	0,00	Sim
9 AZO PRODUTOS LTDA	299	41.591.664/0001-50	170,59	170,59	0,00	Sim
10 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	295	05.933.990/0001-34	170,59	170,59	0,00	Sim
11 M TESTA ATACADO LTDA	339	43.044.418/0001-03	900,00	900,00	427,58	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 6 - HOMOLOGADO - 19/12/2025 15:17:49
6 - JALECO PROFESSOR MASC./FEM.**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 6	Unidade: UNIDADES	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: JALECO
Descrição: JALECO PROFESSOR MASC./FEM.JALECO PROFESSOR MASC./FEM.			
Quantidade: 265	Valor Unit.: 59,90	Valor Total: 15.873,50	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SUPREMA CONFECCAO LTDA	087	62.807.934/0001-97	59,90	59,90		Sim
2 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	603	37.023.254/0001-35	103,35	85,00	41,90	Sim
3 MARINGÁ SPORTS LTDA	357	39.697.442/0001-74	103,35	87,00	2,35	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	402	06.137.748/0001-17	103,35	87,99	1,14	Sim
5 ANA LU CONFECCOES LTDA	278	57.230.974/0001-89	103,35	90,00	2,28	Sim
6 LMK CONFECÇÕES LTDA	868	48.486.248/0001-30	103,35	100,00	11,11	Sim
7 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	297	16.804.425/0001-93	103,35	102,29	2,29	Não
8 BRASILEIRINHO LTDA	106	22.742.098/0001-95	103,35	103,35	1,04	Sim
9 AZO PRODUTOS LTDA	785	41.591.664/0001-50	103,35	103,35	0,00	Sim
10 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	876	40.035.561/0001-40	103,35	103,35	0,00	Sim
11 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	895	05.933.990/0001-34	265,00	265,00	156,41	Sim
12 M TESTA ATACADO LTDA	471	43.044.418/0001-03	700,00	700,00	164,15	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR

INABILITADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	---------------	----------------	--------------	---------	----

JOSE ROBERTO
MENDES:6345366
5953

Assinado de forma digital por
JOSE ROBERTO
MENDES:63453665953
Dados: 2025.12.19 16:03:51
-03'00

AUTORIDADE: JOSE ROBERTO MENDES

[illegible]

1. *U. mayi* is a common parasite of man and animals, and is a zoonotic disease. It is a common parasite of man and animals, and is a zoonotic disease. It is a common parasite of man and animals, and is a zoonotic disease.

[illegible][illegible]

Figure 1. The effect of the concentration of the *Agrobacterium* strain on the transformation efficiency of *Agrobacterium* strain 101. The *Agrobacterium* strain 101 was cultured in YEA medium for 24 h at 28°C. The cell concentration was adjusted to 1.0 × 10⁸ cells/ml. The cells were then mixed with the plant protoplasts at a ratio of 1:1. The mixture was then incubated for 24 h at 28°C. The transformation efficiency was determined by the number of transformants per 10⁶ protoplasts. The results are shown in Table 1.

[illegible][illegible]

1. **What is the purpose of the `main` function in a C program?**
The `main` function is the entry point of a C program. It is the first function that is executed when the program starts. It is used to initialize variables, call other functions, and return the exit status of the program to the operating system.

2. **How do you declare a variable in C?**
A variable is declared by specifying its data type followed by the variable name. For example, to declare an integer variable named `age`, you would write: `int age;`

3. **What is the difference between a variable and a constant in C?**
A variable is a memory location whose value can change during the execution of a program. A constant is a memory location whose value cannot change during the execution of a program. Constants are declared using the `const` keyword.

4. **How do you declare a constant in C?**
A constant is declared by using the `const` keyword followed by the variable name. For example, to declare a constant integer named `PI`, you would write: `const int PI = 3.14;`

5. **What is the purpose of the `printf` function in C?**
The `printf` function is used to print formatted output to the standard output device (usually the console). It takes a format string and one or more arguments as input. For example, to print the value of a variable `age`, you would write: `printf("Age: %d", age);`

[illegible][illegible][illegible]

1. 在 `main` 函数中，我们使用 `scanf` 函数来接收用户输入。这里我们使用 `scanf("%d", &n);` 来接收一个整数 `n`。

2. 我们使用 `for` 循环来遍历从 1 到 `n` 的所有数字。在循环内部，我们使用 `printf` 函数来输出每个数字。

3. 在循环结束后，我们使用 `printf` 函数来输出换行符，以便下一行的输出能够正确显示。

4. 最后，我们使用 `return 0;` 来结束程序的执行。

完整的代码如下：

```

#include <stdio.h>

int main() {
    int n;
    scanf("%d", &n);
    for (int i = 1; i <= n; i++) {
        printf("%d ", i);
    }
    printf("\n");
    return 0;
}
    
```

运行结果如下：

```

$ ./a.out
3
1 2 3
    
```

[illegible]

1. 在下列各数中，找出所有满足条件的数，并说明理由。

[illegible][illegible]
$$V = \sum_{i=1}^n \sum_{j=1}^n \left(\frac{1}{2} \frac{\partial^2 V}{\partial x_i \partial x_j} \dot{x}_i \dot{x}_j + \frac{1}{2} \frac{\partial^2 V}{\partial y_i \partial y_j} \dot{y}_i \dot{y}_j + \frac{1}{2} \frac{\partial^2 V}{\partial z_i \partial z_j} \dot{z}_i \dot{z}_j \right) + \frac{1}{2} \frac{\partial^2 V}{\partial x_i \partial y_j} \dot{x}_i \dot{y}_j + \frac{1}{2} \frac{\partial^2 V}{\partial x_i \partial z_j} \dot{x}_i \dot{z}_j + \frac{1}{2} \frac{\partial^2 V}{\partial y_i \partial z_j} \dot{y}_i \dot{z}_j$$

解 主元 x_1 的系数 $a_{11} \neq 0$ 故

$$x_1 = -\frac{a_{12}x_2 + a_{13}x_3 + a_{14}x_4 + a_{15}x_5 + a_{16}x_6 + a_{17}x_7 + a_{18}x_8 + a_{19}x_9 + a_{10}}{a_{11}}$$

代入 (1) 式得 (2) 式

$$(a_{21} - \frac{a_{12}a_{21}}{a_{11}})x_2 + (a_{22} - \frac{a_{12}a_{22}}{a_{11}})x_3 + (a_{23} - \frac{a_{12}a_{23}}{a_{11}})x_4 + (a_{24} - \frac{a_{12}a_{24}}{a_{11}})x_5 + (a_{25} - \frac{a_{12}a_{25}}{a_{11}})x_6 + (a_{26} - \frac{a_{12}a_{26}}{a_{11}})x_7 + (a_{27} - \frac{a_{12}a_{27}}{a_{11}})x_8 + (a_{28} - \frac{a_{12}a_{28}}{a_{11}})x_9 + (a_{29} - \frac{a_{12}a_{29}}{a_{11}})x_{10} = b_2 - \frac{a_{10}a_{21}}{a_{11}}$$

同理可得 (3) 式

$$(a_{31} - \frac{a_{12}a_{31}}{a_{11}})x_2 + (a_{32} - \frac{a_{12}a_{32}}{a_{11}})x_3 + (a_{33} - \frac{a_{12}a_{33}}{a_{11}})x_4 + (a_{34} - \frac{a_{12}a_{34}}{a_{11}})x_5 + (a_{35} - \frac{a_{12}a_{35}}{a_{11}})x_6 + (a_{36} - \frac{a_{12}a_{36}}{a_{11}})x_7 + (a_{37} - \frac{a_{12}a_{37}}{a_{11}})x_8 + (a_{38} - \frac{a_{12}a_{38}}{a_{11}})x_9 + (a_{39} - \frac{a_{12}a_{39}}{a_{11}})x_{10} = b_3 - \frac{a_{10}a_{31}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (4) 式

$$(a_{41} - \frac{a_{12}a_{41}}{a_{11}})x_2 + (a_{42} - \frac{a_{12}a_{42}}{a_{11}})x_3 + (a_{43} - \frac{a_{12}a_{43}}{a_{11}})x_4 + (a_{44} - \frac{a_{12}a_{44}}{a_{11}})x_5 + (a_{45} - \frac{a_{12}a_{45}}{a_{11}})x_6 + (a_{46} - \frac{a_{12}a_{46}}{a_{11}})x_7 + (a_{47} - \frac{a_{12}a_{47}}{a_{11}})x_8 + (a_{48} - \frac{a_{12}a_{48}}{a_{11}})x_9 + (a_{49} - \frac{a_{12}a_{49}}{a_{11}})x_{10} = b_4 - \frac{a_{10}a_{41}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (5) 式

$$(a_{51} - \frac{a_{12}a_{51}}{a_{11}})x_2 + (a_{52} - \frac{a_{12}a_{52}}{a_{11}})x_3 + (a_{53} - \frac{a_{12}a_{53}}{a_{11}})x_4 + (a_{54} - \frac{a_{12}a_{54}}{a_{11}})x_5 + (a_{55} - \frac{a_{12}a_{55}}{a_{11}})x_6 + (a_{56} - \frac{a_{12}a_{56}}{a_{11}})x_7 + (a_{57} - \frac{a_{12}a_{57}}{a_{11}})x_8 + (a_{58} - \frac{a_{12}a_{58}}{a_{11}})x_9 + (a_{59} - \frac{a_{12}a_{59}}{a_{11}})x_{10} = b_5 - \frac{a_{10}a_{51}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (6) 式

$$(a_{61} - \frac{a_{12}a_{61}}{a_{11}})x_2 + (a_{62} - \frac{a_{12}a_{62}}{a_{11}})x_3 + (a_{63} - \frac{a_{12}a_{63}}{a_{11}})x_4 + (a_{64} - \frac{a_{12}a_{64}}{a_{11}})x_5 + (a_{65} - \frac{a_{12}a_{65}}{a_{11}})x_6 + (a_{66} - \frac{a_{12}a_{66}}{a_{11}})x_7 + (a_{67} - \frac{a_{12}a_{67}}{a_{11}})x_8 + (a_{68} - \frac{a_{12}a_{68}}{a_{11}})x_9 + (a_{69} - \frac{a_{12}a_{69}}{a_{11}})x_{10} = b_6 - \frac{a_{10}a_{61}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (7) 式

$$(a_{71} - \frac{a_{12}a_{71}}{a_{11}})x_2 + (a_{72} - \frac{a_{12}a_{72}}{a_{11}})x_3 + (a_{73} - \frac{a_{12}a_{73}}{a_{11}})x_4 + (a_{74} - \frac{a_{12}a_{74}}{a_{11}})x_5 + (a_{75} - \frac{a_{12}a_{75}}{a_{11}})x_6 + (a_{76} - \frac{a_{12}a_{76}}{a_{11}})x_7 + (a_{77} - \frac{a_{12}a_{77}}{a_{11}})x_8 + (a_{78} - \frac{a_{12}a_{78}}{a_{11}})x_9 + (a_{79} - \frac{a_{12}a_{79}}{a_{11}})x_{10} = b_7 - \frac{a_{10}a_{71}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (8) 式

$$(a_{81} - \frac{a_{12}a_{81}}{a_{11}})x_2 + (a_{82} - \frac{a_{12}a_{82}}{a_{11}})x_3 + (a_{83} - \frac{a_{12}a_{83}}{a_{11}})x_4 + (a_{84} - \frac{a_{12}a_{84}}{a_{11}})x_5 + (a_{85} - \frac{a_{12}a_{85}}{a_{11}})x_6 + (a_{86} - \frac{a_{12}a_{86}}{a_{11}})x_7 + (a_{87} - \frac{a_{12}a_{87}}{a_{11}})x_8 + (a_{88} - \frac{a_{12}a_{88}}{a_{11}})x_9 + (a_{89} - \frac{a_{12}a_{89}}{a_{11}})x_{10} = b_8 - \frac{a_{10}a_{81}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (9) 式

$$(a_{91} - \frac{a_{12}a_{91}}{a_{11}})x_2 + (a_{92} - \frac{a_{12}a_{92}}{a_{11}})x_3 + (a_{93} - \frac{a_{12}a_{93}}{a_{11}})x_4 + (a_{94} - \frac{a_{12}a_{94}}{a_{11}})x_5 + (a_{95} - \frac{a_{12}a_{95}}{a_{11}})x_6 + (a_{96} - \frac{a_{12}a_{96}}{a_{11}})x_7 + (a_{97} - \frac{a_{12}a_{97}}{a_{11}})x_8 + (a_{98} - \frac{a_{12}a_{98}}{a_{11}})x_9 + (a_{99} - \frac{a_{12}a_{99}}{a_{11}})x_{10} = b_9 - \frac{a_{10}a_{91}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (10) 式

$$(a_{101} - \frac{a_{12}a_{101}}{a_{11}})x_2 + (a_{102} - \frac{a_{12}a_{102}}{a_{11}})x_3 + (a_{103} - \frac{a_{12}a_{103}}{a_{11}})x_4 + (a_{104} - \frac{a_{12}a_{104}}{a_{11}})x_5 + (a_{105} - \frac{a_{12}a_{105}}{a_{11}})x_6 + (a_{106} - \frac{a_{12}a_{106}}{a_{11}})x_7 + (a_{107} - \frac{a_{12}a_{107}}{a_{11}})x_8 + (a_{108} - \frac{a_{12}a_{108}}{a_{11}})x_9 + (a_{109} - \frac{a_{12}a_{109}}{a_{11}})x_{10} = b_{10} - \frac{a_{10}a_{101}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (11) 式

$$(a_{111} - \frac{a_{12}a_{111}}{a_{11}})x_2 + (a_{112} - \frac{a_{12}a_{112}}{a_{11}})x_3 + (a_{113} - \frac{a_{12}a_{113}}{a_{11}})x_4 + (a_{114} - \frac{a_{12}a_{114}}{a_{11}})x_5 + (a_{115} - \frac{a_{12}a_{115}}{a_{11}})x_6 + (a_{116} - \frac{a_{12}a_{116}}{a_{11}})x_7 + (a_{117} - \frac{a_{12}a_{117}}{a_{11}})x_8 + (a_{118} - \frac{a_{12}a_{118}}{a_{11}})x_9 + (a_{119} - \frac{a_{12}a_{119}}{a_{11}})x_{10} = b_{11} - \frac{a_{10}a_{111}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (12) 式

$$(a_{121} - \frac{a_{12}a_{121}}{a_{11}})x_2 + (a_{122} - \frac{a_{12}a_{122}}{a_{11}})x_3 + (a_{123} - \frac{a_{12}a_{123}}{a_{11}})x_4 + (a_{124} - \frac{a_{12}a_{124}}{a_{11}})x_5 + (a_{125} - \frac{a_{12}a_{125}}{a_{11}})x_6 + (a_{126} - \frac{a_{12}a_{126}}{a_{11}})x_7 + (a_{127} - \frac{a_{12}a_{127}}{a_{11}})x_8 + (a_{128} - \frac{a_{12}a_{128}}{a_{11}})x_9 + (a_{129} - \frac{a_{12}a_{129}}{a_{11}})x_{10} = b_{12} - \frac{a_{10}a_{121}}{a_{11}}$$

依次类推可得 (13) 式

$$(a_{131} - \frac{a_{12}a_{131}}{a_{11}})x_2 + (a_{132} - \frac{a_{12}a_{132}}{a_{11}})x_3 + (a_{133} - \frac{a_{12}a_{133}}{a_{11}})x_4 + (a_{134} - \frac{a_{12}a_{134}}{a_{11}})x_5 + (a_{135} - \frac{a_{12}a_{135}}{a_{11}})x_6 + (a_{136} - \frac{a_{12}a_{136}}{a_{11}})x_7 + (a_{137} - \frac{a_{12}a_{137}}{a_{11}})x_8 + (a_{138} - \frac{a_{12}a_{138}}{a_{11}})x_9 + (a_{139} - \frac{a_{12}a_{139}}{a_{11}})x_{10} = b_{13} - \frac{a_{10}a_{131}}{a$$
[illegible]

1. The first step is to identify the variables that are likely to influence the outcome variable. In this case, the variables are the number of hours worked per week, the number of children in the household, and the number of children in the household who are under the age of 18.

2. The second step is to estimate the relationship between the variables and the outcome variable. This is done by running a regression analysis. The results of the regression analysis are shown in the following table:

Variable	Coefficient	Standard Error	t-statistic	p-value
Hours worked per week	0.15	0.02	7.5	0.000
Number of children in the household	-0.05	0.01	-5.0	0.000
Number of children in the household who are under the age of 18	-0.03	0.01	-3.0	0.002

3. The third step is to interpret the results of the regression analysis. The results show that the number of hours worked per week has a positive effect on the outcome variable, while the number of children in the household and the number of children in the household who are under the age of 18 have negative effects.

4. The fourth step is to write a conclusion based on the results of the regression analysis. The conclusion is that the number of hours worked per week is a significant determinant of the outcome variable, while the number of children in the household and the number of children in the household who are under the age of 18 are also significant determinants.

[illegible][illegible][illegible]

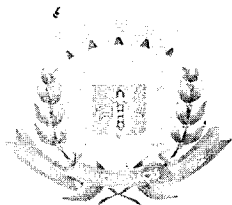
Figure 1. The effect of the concentration of the polymer solution on the surface free energy of the polymer film. The concentration of the polymer solution was 0.1, 0.2, 0.3, 0.4, 0.5, 0.6, 0.7, 0.8, 0.9, and 1.0 g/dL. The surface free energy of the polymer film was measured by the contact angle method. The surface free energy of the polymer film was measured by the contact angle method. The surface free energy of the polymer film was measured by the contact angle method.

[illegible][illegible][illegible]

Fig. 1. *Phragmites* and *Spartina* distribution in the study area. The map shows the location of the study area in the southern part of the Iberian Peninsula, near the border of Portugal and Spain. The map also shows the location of the study area within the Iberian Peninsula, near the border of Portugal and Spain. The map shows the location of the study area within the Iberian Peninsula, near the border of Portugal and Spain.

[illegible]

Continuum via rigidus counts



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

Estado do Paraná
Paço Municipal "Hiro Vieira"
Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernardino Bogo
Caixa Postal 81 – CEP 87160-266 – Mandaguáçu/PR
CNPJ: 76.285.329/0001-08 – Fone: (44) 3245-8400
www.mandaguacu.pr.gov.br – adm@mandaguacu.pr.gov.br

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 264/2025

EDITAL Nº: 98/2025

EMPRESA PROPONENTE: MARINGÁ SPORTS LTDA

DATA DA ANÁLISE: 12/02/2026

1. OBJETIVO

Este relatório tem por finalidade apresentar a análise de amostras do produto da empresa proponente no processo licitatório supracitado, verificando sua conformidade com as exigências do edital e dos padrões de qualidade estabelecidos.

2. ITENS

LOTE 1/ ITEM: 1 – CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME);

Quantidade: 1

Marca/Modelo: própria

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critério de Avaliação	Resultado Obtido
Material/Composição	Aprovado
Dimensões/Peso	Aprovado
Acabamento/Estética	Aprovado
Funcionamento	Aprovado
Laudos Técnicos	Aprovado

4. CONCLUSÃO

Com base na análise realizada, manifesta-se aprovação dos Item 1, considerando a compatibilidade técnica do produto com a finalidade institucional, sem prejuízo das especificações editalícias a serem observadas em processos futuros. Conclui-se que o produto atende as necessidades.

Justificativa em caso de reprova:

N/A.

5. ASSINATURAS

Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista
Diretor de Administração e compras

Sandra Aparecida Francisco
Secretária de Educação

ELIANE Ferreira Martins Montovanelli
Auxiliar de compras

Este relatório será anexado ao processo licitatório para documentação e fundamentação da decisão tomada pela comissão avaliadora.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/625F-B93F-29FA> e informe o código 625F-B93F-29FA





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 625F-B93F-B90B-29FA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA APARECIDA FRANCISCO (CPF 632.XXX.XXX-72) em 12/02/2026 14:03:03 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/625F-B93F-B90B-29FA>

Memorando 20- 9.795/2025

De: Eliane M. - CLEDU

Para: ADP - Assuntos Administrativos e Processos

Data: 12/02/2026 às 14:01:56

Setores envolvidos:

PGM, ADP, CLEDU, CTBC, SED, PREF

ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS

Boa tarde

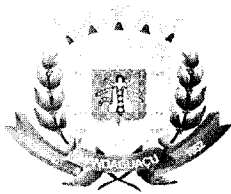
Segue em anexo avaliação dos:

LOTE 1/ ITEM: 1

Eliane Ferreira Martins Montovanelli
Coordenadora de Educação

Anexos:

3_RELATORIO_DE_AVALIACAO_DE_AMOSTRAS_ITEM_1_3_Colocado.docx
3_RELATORIO_DE_AVALIACAO_DE_AMOSTRAS_ITEM_1_3_Colocado.pdf



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

Estado do Paraná

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernardino Bogo
Caixa Postal 81 – CEP 87160-266 – Mandaguáçu/PR
CNPJ: 76.285.329/0001-08 – Fone: (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br – adm@mandaguacu.pr.gov.br

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 264/2025

EDITAL Nº: 98/2025

EMPRESA PROPONENTE: ANA LU CONFECÇÕES LTDA

DATA DA ANÁLISE: 02/02/2026

1. OBJETIVO

Este relatório tem por finalidade apresentar a análise de amostras do produto da empresa proponente no processo licitatório supracitado, verificando sua conformidade com as exigências do edital e dos padrões de qualidade estabelecidos.

2. ITENS

LOTE 1/ ITEM: 1 – CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME);

Quantidade: 0

Marca/Modelo: própria

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critério de Avaliação	Resultado Obtido
Material/Composição	N/A
Dimensões/Peso	N/A
Acabamento/Estética	N/A
Funcionamento	N/A
Laudos Técnicos	N/A

4. CONCLUSÃO

Com base na análise realizada, conclui-se que o produto **não atende** as necessidades.

Justificativa em caso de reprova:

As amostras não foram recebidas pela secretaria de educação em tempo definido através do edital.

5. ASSINATURAS

Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista
Diretor de Administração e compras

Sandra Aparecida Francisco
Secretária de Educação

ELIANE Ferreira Martins Montovanelli
Auxiliar de compras

Este relatório será anexado ao processo licitatório para documentação e fundamentação da decisão tomada pela comissão avaliadora.

Assinado por 1 pessoa: SANDRA APARECIDA FRANCISCO
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/3AE8-7FED-674C-2194> e informe o código 3AE8-7FED-674C-2194





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3AE8-7FED-674C-2194

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



SANDRA APARECIDA FRANCISCO (CPF 632.XXX.XXX-72) em 02/02/2026 15:32:17 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://mandaguacu.1doc.com.br/verificacao/3AE8-7FED-674C-2194>

Memorando 19- 9.795/2025

De: Eliane M. - CLEDU

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 02/02/2026 às 08:34:12

Setores envolvidos:

PGM, ADP, CLEDU, CTBC, SED, PREF

ABERTURA DE PROCESSO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS E PROFISSIONAIS

Bom dia

Segue em anexo avaliação dos:

LOTE 1/ITEM: 1

Eliane Ferreira Martins Montovanelli
Auxiliar de Licitação

Anexos:

2_RELATORIO_DE_AVALIACAO_DE_AMOSTRAS_ITEM_1_2_Colocado.docx
2_RELATORIO_DE_AVALIACAO_DE_AMOSTRAS_ITEM_1_2_Colocado.pdf



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU

Estado do Paraná

Paço Municipal "Hiro Vieira"

Rua Bernardino Bogo, 175 – Vila Bernardino Bogo
Caixa Postal 81 – CEP 87160-266 – Mandaguáçu/PR
CNPJ: 76.285.329/0001-08 – Fone: (44) 3245-8400

www.mandaguacu.pr.gov.br – adm@mandaguacu.pr.gov.br

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 264/2025

EDITAL Nº: 98/2025

EMPRESA PROPONENTE: LKM CONFECÇÕES LTDA

DATA DA ANÁLISE: 09/01/2026

1. OBJETIVO

Este relatório tem por finalidade apresentar a análise de amostras do produto da empresa proponente no processo licitatório supracitado, verificando sua conformidade com as exigências do edital e dos padrões de qualidade estabelecidos.

2. ITENS

LOTE 1/ ITEM: 1 – CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME);

Quantidade: 0

Marca/Modelo: própria

3. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Critério de Avaliação	Resultado Obtido
Material/Composição	N/A
Dimensões/Peso	N/A
Acabamento/Estética	N/A
Funcionamento	N/A
Laudos Técnicos	N/A

4. CONCLUSÃO

Com base na análise realizada, conclui-se que o produto **não atende** as necessidades.

Justificativa em caso de reprova:

A empresa declinou de sua participação, solicitando formalmente a desclassificação por impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido no edital.

5. ASSINATURAS

Luiz Henrique Bolonhesi Evangelista

Diretor de Administração e compras

Sandra Aparecida Francisco

Secretária de Educação

Este relatório será anexado ao processo licitatório para documentação e fundamentação da decisão tomada pela comissão avaliadora.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NUMERO DE INSCRIÇÃO 39.697.442/0001-74 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 06/11/2020
NOME EMPRESARIAL MARINGA SPORTS LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) MARINGA SPORTS			PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 14.12-6-01 - Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 13.51-1-00 - Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico 14.13-4-01 - Confeção de roupas profissionais, exceto sob medida 46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança 46.43-5-01 - Comércio atacadista de calçados 46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente 47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos 47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R VITORIA	NUMERO 338	COMPLEMENTO *****	
CEP 87.020-320	BAIRRO/DISTRITO VILA ESPERANCA	MUNICÍPIO MARINGA	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (44) 3033-1350	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 06/11/2020	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 08/01/2026 às 11:42:12 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

OK

MARINGÁ SPORTS LTDA
NIRE: 41209593826
Cnpj/Mf nº 39.697.442/0001-74
QUARTA ALTERAÇÃO DE INSTRUMENTO CONSTITUTIVO
FL.01

SÉRGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR, brasileiro, natural da cidade de Maringá, Estado do Paraná, casado, sob o regime de separação total de bens, nascido em 23/06/1969, empresário, portador da carteira de identidade civil registro geral nº 3.485.094-1, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - Instituto de Identificação do Paraná, Cpf/Mf nº 640.682.269-20, residente e domiciliado em Maringá, Estado do Paraná, na Avenida Cerro Azul, 2649 - Casa B-15 - Condomínio Villagio Bourbom - Jardim Novo Horizonte - Cep: 87010-910; Sócio componente da Sociedade Unipessoal Limitada que gira sob o nome empresarial de: MARINGÁ SPORTS LTDA, com sede, domicílio e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Rua Vitória 338 - Vila Esperança - Cep: 87020-320, inscrita no Cnpj/Mf nº 39.697.442/0001-74, com seu instrumento constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE nº 41209593826, por despacho em sessão de 06/11/2020, e posteriores alterações arquivadas nessa MM Junta sendo, a Primeira sob o nº 2021/0675241, por despacho em sessão de 02/02/2021, a Segunda sob nº 2023/8642275, por despacho em sessão de 07/12/2023, e a Terceira sob nº 2024/5734384, por despacho em sessão de 26/08/2024; Resolve, por este instrumento particular denominado de alteração, modificar seu instrumento constitutivo e alterações posteriores, de acordo com as cláusulas e condições seguintes.

***CLÁUSULA PRIMEIRA:** O capital social da sociedade, totalmente integralizado, na importância de R\$-100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, no valor de R\$-1,00 (um real), cada uma, fica, alterado e elevado para a importância de R\$-700.000,00 (setecentos mil reais), sendo, o aumento, na importância de R\$-600.000,00 (seiscentos mil reais), totalmente integralizado, neste ato, pelo sócio: **SÉRGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR**, através de saldo na conta Lucros Acumulados, existente na sociedade em 31 de Dezembro de 2024.*

***CLÁUSULA SEGUNDA:** Em decorrência da presente alteração de capital, o capital social, na importância de R\$-700.000,00 (setecentos mil reais), dividido em 700.000 (setecentas mil) quotas, no valor de R\$-1,00 (um real), cada uma, fica, assim, detido, em sua totalidade, pelo empresário:*

NOME	QUOTAS	CAPITAL-R\$
SÉRGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR	700.000	700.000,00
TOTAL	700.000	700.000,00

***CLÁUSULA TERCEIRA:** A responsabilidade do sócio é limitada ao capital integralizado da sociedade que é regida pelo regime jurídico da empresa limitada e supletivamente pela lei da sociedade anônima.*

***CLÁUSULA QUARTA:** Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas no vigente instrumento constitutivo e alterações posteriores que não colidiram com o presente documento.*

***CLÁUSULA QUINTA:** Resolve o sócio **CONSOLIDAR** o instrumento constitutivo da sociedade de acordo com a Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, Artigo 1.052, parágrafo único, incluído pela MP 881/2019, tendo, a seguinte redação como instrumento de Sociedade Unipessoal Limitada.*

MARINGÁ SPORTS LTDA
NIRE: 41209593826
Cnpj/Mf nº 39.697.442/0001-74
QUARTA ALTERAÇÃO DE INSTRUMENTO CONSTITUTIVO
FL.02

MARINGÁ SPORTS LTDA
NIRE: 41209593826
Cnpj/Mf nº 39.697.442/0001-74
CONSOLIDAÇÃO DE INSTRUMENTO CONSTITUTIVO

SÉRGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR, brasileiro, natural da cidade de Maringá, Estado do Paraná, casado, sob o regime de separação total de bens, nascido em 23/06/1969, empresário, portador da carteira de identidade civil registro geral nº 3.485.094-1, expedida pela Secretaria de Estado da Segurança Pública - Instituto de Identificação do Paraná, Cpf/Mf nº 640.682.269-20, residente e domiciliado em Maringá, Estado do Paraná, na Avenida Cerro Azul, 2649 - Casa B-15 - Condomínio Villagio Bourbom - Jardim Novo Horizonte - Cep: 87010-910; Sócio componente da Sociedade Unipessoal Limitada que gira sob o nome empresarial de: **MARINGÁ SPORTS LTDA**, com sede, domicílio e foro na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Rua Vitória 338 - Vila Esperança - Cep: 87020-320, inscrita no Cnpj/Mf nº 39.697.442/0001-74, com seu instrumento constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE nº 41209593826, por despacho em sessão de 06/11/2020, e posteriores alterações arquivadas nessa MM Junta sendo, a Primeira sob o nº 2021/0675241, por despacho em sessão de 02/02/2021, a Segunda sob nº 2023/8642275, por despacho em sessão de 07/12/2023, e a Terceira sob nº 2024/5734384, por despacho em sessão de 26/08/2024; Consolida o instrumento constitutivo da sociedade de acordo com a Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, Artigo 1.052, parágrafo único, incluído pela MP 881/2019, e pelas demais disposições legais aplicáveis e espécie.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob o nome empresarial de: **MARINGÁ SPORTS LTDA**, com sede e domicílio na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Rua Vitória 338 - Vila Esperança - Cep: 87020-320.

Parágrafo Único: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração deliberada na forma da lei.

CLÁUSULA SEGUNDA: A atividade econômica da sociedade é a de: **FABRICAÇÃO, POR CONTA PRÓPRIA OU DE TERCEIROS, DE CONFECÇÕES DE PEÇAS DO VESTUÁRIO, ROUPAS SOCIAIS E PROFISSIONAIS, CAMA, MESA E BANHO, AGASALHOS E UNIFORMES PROFISSIONAIS, ESPORTIVOS, ESCOLARES E HOSPITALARES; E COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, CALÇADOS, CONFECÇÕES, TROFÉUS, MEDALHAS E ARTIGOS DE PREMIAÇÃO ESPORTIVA.**

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado e iniciou suas atividades na data de 10 de Novembro de 2020.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social integralmente subscrito e realizado, na forma prevista, integralizado através de moeda corrente do País e Lucros Acumulados, na importância de R\$-700.000,00 (setecentos mil reais), dividido em 700.000 (setecentas mil) quotas, no valor de R\$-1,00 (um real), cada uma, detido, em sua totalidade, pelo empresário:

NOME	QUOTAS	CAPITAL-R\$
SÉRGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR	700.000	700.000,00
TOTAL	700.000	700.000,00

MARINGÁ SPORTS LTDA
NIRE: 41209593826
Cnpj/Mf nº 39.697.442/0001-74
QUARTA ALTERAÇÃO DE INSTRUMENTO CONSTITUTIVO
FL.03

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade do sócio é limitada ao capital integralizado da sociedade que é regida pelo regime jurídico da empresa limitada e supletivamente pela lei da sociedade anônima.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade na forma prevista no artigo 1.061 da Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002, poderá designar administrador(es) não sócio.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade cabe ao sócio: SÉRGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR, dispensado da prestação de caução, com os poderes e atribuições de representação individual, ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicial, autorizado praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, também, ao uso do nome empresarial, vedado, no entanto, fazê-lo em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações de mero favor a si próprio ou a terceiros, podendo, alienar, caucionar ou onerar os bens móveis, imóveis e ativos sociais de natureza permanente da sociedade.

Parágrafo Único: Faculta-se ao administrador, nos limites de seus poderes, constituir procurador(es) em nome da sociedade, devendo ser especificado no instrumento os atos e operações que poderá (ão) praticar e a duração do mandato, que no caso de judicial poderá ser por prazo indeterminado.

CLÁUSULA OITAVA: O Administrador declara, sob as penas da lei, não estar impedido de exercer a administração de sociedades, por lei especial ou em virtude de condenação criminal ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou à propriedade.

CLÁUSULA NONA: O administrador poderá fixar uma retirada mensal, a título de "Pro-Labore", observada as disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao sócio, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA : Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o sócio deliberará sobre as contas e designará administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado o sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não existindo interesse destes de se tornarem sócios, o valor dos seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: A sociedade através do sócio declara, sob as penas da Lei e por este instrumento, estar enquadrada na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006.

MARINGÁ SPORTS LTDA
NIRE: 41209593826
Cnpj/Mf nº 39.697.442/0001-74
QUARTA ALTERAÇÃO DE INSTRUMENTO CONSTITUTIVO
FL.04

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: É eleito o foro da comarca de Maringá, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste instrumento.

E, por assim estar justo e acertado lavra, data e assina o presente instrumento particular de alteração e consolidação, em única via, de inteiro teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros a cumpri-lo em todos os seus termos.

Maringá-Pr.- 10 de Junho de 2025.-

SÉRGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR



ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa MARINGÁ SPORTS LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
64068226920	SERGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR



CERTIFICO O REGISTRO EM 13/06/2025 09:59 SOB N° 20252866703.
PROTOCOLO: 252866703 DE 13/06/2025.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12509635530. CNPJ DA SEDE: 39697442000174.
NIRE: 41209593826. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 10/06/2025.
MARINGÁ SPORTS LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL

www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeita à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **MARINGA SPORTS LTDA**
CNPJ: **39.697.442/0001-74**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 14:09:45 do dia 12/12/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 10/06/2026.

Código de controle da certidão: **7100.7092.9757.C3C7**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 38698334-54

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **39.697.442/0001-74**

Nome: **MARINGA SPORTS LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 19/04/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



**ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MARINGÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA**

Certidão Negativa de Débitos N° 19059/2026

Certificamos, conforme requerido por **MARINGA SPORTS LTDA**, CPF/CNPJ n° **39.697.442/0001-74**, para fins **DE LICITAÇÃO**, que **NÃO CONSTAM DÉBITOS MUNICIPAIS** (impostos, taxas, contribuições, receitas não tributárias, inscritos em dívida ativa ou não dos Cadastros Mobiliários e Imobiliários) até a presente data em nome de **MARINGA SPORTS LTDA**, CPF/CNPJ n° **39.697.442/0001-74**, situado(a) na cidade de Maringá.

Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal em cobrar débitos posteriormente apurados, mesmo referentes a períodos compreendidos nesta Certidão.

Emitida em: **20/01/2026**

Válida até: **20/04/2026**

Certidão emitida com base nas normas:

CTN - Código Tributário Nacional

CTM - Código Tributário Municipal

Decreto Municipal n° 1500/2017

Código de Autenticação: **2E65718F6E731C1B904A2C0ED761DBCE**

Para verificar a autenticidade, consulte o site:

<https://cidadao.maringa.pr.gov.br/portal-contribuinte/autenticar-documento>

**Certificado de Regularidade do
FGTS - CRF**

Inscrição: 39.697.442/0001-74
Razão Social: MARINGA SPORTS LTDA
Endereço: R VITORIA 338 / VILA ESPERANCA / MARINGA / PR / 87020-320

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

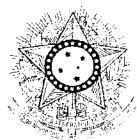
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/01/2026 a 12/02/2026

Certificação Número: 2026011403085540042013

Informação obtida em 20/01/2026 14:57:24

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: MARINGA SPORTS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 39.697.442/0001-74

Certidão nº: 77745644/2025

Expedição: 12/12/2025, às 14:14:22

Validade: 10/06/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **MARINGA SPORTS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **39.697.442/0001-74**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

PODER JUDICIÁRIO

Comarca de Maringá - Estado do Paraná

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS

Praça Des. Franco Ferreira da Costa, s/n - CEP 87.013-900 - Telefone: (44) 3029-8871

Site: www.distribuidormaringa.com.br - Email: certidaodistribuidormga@gmail.com

CERTIDÃO NEGATIVA



Número: 202601221309548601892

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.distribuidormaringa.com.br>

**** RUBENS AUGUSTO MONTEIRO WEFFORT ****, Distribuidor e anexos da
Comarca de Maringá, Estado do Paraná, etc...

C E R T I F I C A, a pedido verbal de parte interessada, que revendo em o
Cartório a seu cargo, os livros de registro e distribuição de feitos CÍVEIS, nos mesmos constatou a
INEXISTÊNCIA, de quaisquer pedidos de FALÊNCIA, CONCORDATAS E RECUPERAÇÃO JUDICIAL e
EXTRAJUDICIAL (Lei nº 11.101/2005) contra:

MARINGA SPORTS LTDA

CNPJ: 39.697.442/0001-74

Observações:

Não Há.

**** Buscas Efetuadas nos Últimos 20 anos.*

**** A certidão em nome de PESSOA JURÍDICA considera os processos referentes à matriz e filiais.*

**** Esta CERTIDÃO não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como Autor(a).*

***** CERTIDÃO EMITIDA POR PROCESSO ELETRÔNICO COM BASE NA LEI 11.419 DE 19.12.2006. *****

***** EMOLUMENTOS -> VALOR DA CERTIDÃO: R\$ 45,38 = 164 VRC - R\$ 0,91 = ISSQN 2% *****

O referido é verdade e dá fé.

Maringá, quinta-feira, 22 de janeiro de 2026.

CARTÓRIO DISTRIBUIDOR E ANEXOS DE MARINGÁ/PR
assinado digitalmente



MARINGÁ SPORTS LTDA

CNPJ 39.697.442/0001-74

Rua Vitória, N° 338 – Vila Esperança – Maringá – PR CEP: 87.020-320

FONE: (44) 3033-1350 E-MAIL: maringasports@gmail.com

DECLARAÇÕES UNIFICADA

PROPONENTE: MARINGÁ SPORTS LTDA

ENDEREÇO: RUA VITÓRIA, 338 – VILA ESPERANÇA – MARINGÁ/PR

CNPJ/MF: 28.866.817/0001-66 FONE/FAX: (44) 3033-1350

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório instaurado pela Prefeitura do MUNICÍPIO DE MANDAGUAÇU, que:

- a) Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- b) Que até a data de realização desta licitação inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c) Não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesesseis) anos.
- d) A proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa N° 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.
- e) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art.5º da Constituição Federal.
- f) Conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- g) Declaração sob as penas da Lei acerca do cumprimento da cota de aprendizagem instruída no art. 429 da CLT.
- e) Estamos sob o regime de microempresa ou **empresa de pequeno porte**, para efeito do disposto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006. SIM (X) NÃO ().

MARINGÁ, 04 DE FEVEREIRO DE 2026

SERGIO PAULO ABUJANRA
JUNIOR:64068226920

Assinado digitalmente por SERGIO PAULO ABUJANRA
JUNIOR:64068226920
ND: C=BR; O=ICP-Brasil; OU=Certificado Digital IPI A1;
OU=Videoconferencia; OU=2208/251000108; OU=AC;
Singulard Multipla; CN=SERGIO PAULO ABUJANRA
JUNIOR:64068226920
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2026.02.04 14:01:51-0300
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

MARINGÁ SPORTS

CNPJ: 39.697.442/0001-74

REP. LEGAL: SERGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR

RG: 3.485.094-1

CPF: 640.682.269-20



MARINGÁ SPORTS LTDA

CNPJ 39.697.442/0001-74

Rua Vitória, N° 338 – Vila Esperança – Maringá – PR CEP: 87.020-320

FONE: (44) 3033-1350 E-MAIL: maringasports@gmail.com

ANEXO IV

DECLARAÇÃO CONTENDO INFORMAÇÕES PARA FINS DE ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

1 – DA EMPRESA PROPONENTE:

Nome empresarial: MARINGÁ SPORTS LTDA

Rua Vitória, 338 – Vila Esperança Bairro: Vila Esperança

CEP: 87020-320

Cidade: Maringá Estado: Paraná

CNPJ nº 38.697.442/0001-74

DADOS BANCÁRIOS: BANCO: SICOOB AGÊNCIA: 4340 CONTA: 184452-0

Inscrição Estadual nº 90868816-30

Inscrição Municipal/ISS (alvará) nº 29068816-30

Telefone: 44 3033-1350

Contador da empresa: Odair Figueiredo

Telefone: 44 98402-3865

2 - DO REPRESENTANTE LEGAL AUTORIZADO PARA ASSINATURA DA ATA:

Nome: SERGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR

Função: SÓCIO ADMINISTRADOR

Data de Nascimento: 23/06/1969

Estado Civil: CASADO

Escolaridade: SUPERIOR COMPLETO

RG nº 3.485.094-1

Órgão emissor SESP/PR

CPF: 640.682.269-20

Rua Vitória, 338 – Vila Esperança

Cidade: Maringá Estado: Paraná

CEP: 87020-320

Telefone: 44 3033-1350

Celular: 44 99920-2620

MARINGÁ, 04 DE FEVEREIRO DE 2026

SERGIO PAULO
ABUJANRA

JUNIOR:64068226920

Assinado eletronicamente por SERGIO PAULO ABUJANRA
JUNIOR:64068226920
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Centro de Digitalização, CN=SERGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR:64068226920
Razão: Emissão de documento eletrônico
Data: 2026.02.04 14:02:07-03:00
Versão: 2.0

MARINGÁ SPORTS

CNPJ: 39.697.442/0001-74

REP. LEGAL: SERGIO PAULO ABUJANRA JUNIOR

RG: 3.485.094-1

CPF: 640.682.269-20

CPF: 640.682.269-20



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
57.230.974/0001-89
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
10/09/2024

NOME EMPRESARIAL
ANA LU CONFECÇOES LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
14.12-6-01 - Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
47.51-2-01 - Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
47.53-9-00 - Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.55-5-01 - Comércio varejista de tecidos
47.55-5-02 - Comercio varejista de artigos de armarinho
47.55-5-03 - Comercio varejista de artigos de cama, mesa e banho
47.59-8-01 - Comércio varejista de artigos de tapeçaria, cortinas e persianas
47.61-0-03 - Comércio varejista de artigos de papelaria
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-02 - Comércio varejista de artigos esportivos
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.89-0-01 - Comércio varejista de suvenires, bijuterias e artesanatos
77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador
82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas
93.29-8-99 - Outras atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R TIBAGI

NÚMERO
2774

COMPLEMENTO

CEP
15.501-222

BAIRRO/DISTRITO
VILA NOVA

MUNICÍPIO
VOTUPORANGA

UF
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO
TIGARE@TERRA.COM.BR

TELEFONE
(17) 9143-6684

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
10/09/2024

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 05/01/2026 às 10:13:36 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Pe 95

OK

CONTRATO SOCIAL DE SOCIEDADE LIMITADA

ANA LU CONFECÇOES LTDA

Sócio-Administrador ANA LUISA MATSUMOTO RODRIGUES, nacionalidade: brasileira, solteiro (a), natural da cidade de São José do Rio Preto/SP, nascido(a) em: 20/09/2002, n° do documento de identidade: CNH 07533198289 Órgão Emissor: DETRAN/SP, empresaria, n° do CPF: 49925697816, RESIDENTE E DOMICILIADO(A) no(a) RUA TIBAGI, 2774 - Bairro: VILA NOVA, Votuporanga - SP CEP 15501222.

Resolvem, em comum acordo, constituir uma sociedade limitada, mediante as condições e cláusulas seguintes:

DO NOME EMPRESARIAL

Cláusula Primeira - A sociedade adotará o seguinte nome empresarial: ANA LU CONFECÇOES LTDA.

DA SEDE

Cláusula Segunda - A sociedade terá sua sede no seguinte endereço: RUA TIBAGI, 2774 - Bairro: VILA NOVA, Votuporanga - SP CEP 15501222.

DO OBJETO SOCIAL

Cláusula Terceira - A sociedade terá por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: CONFECCAO DE PECAS DE VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA, COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, COMERCIO A VAREJO DE PNEUMATICOS E CAMARAS-DE-AR, COMERCIO VAREJISTA DE TECIDOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE ARMARINHO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPECARIA, CORTINAS E PERSIANAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS, ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR, SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS, ATIVIDADES DE ANIMACAO E RECREACAO EM FESTAS E EVENTOS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA..

Parágrafo único. Em estabelecimento eleito como Sede (Matriz) será(ão) exercida(s) a(s) atividade(s) de CONFECCAO DE PECAS DE VESTUARIO, EXCETO ROUPAS INTIMAS E AS CONFECCIONADAS SOB MEDIDA, COMERCIO A VAREJO DE PECAS E ACESSORIOS NOVOS PARA VEICULOS AUTOMOTORES, COMERCIO A VAREJO DE PNEUMATICOS E CAMARAS-DE-AR, COMERCIO VAREJISTA DE TECIDOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS

RL

DE ARMARINHO, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE CAMA, MESA E BANHO, COMERCIO VAREJISTA DE CALCADOS, COMERCIO VAREJISTA DE MOVEIS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE TAPECARIA, CORTINAS E PERSIANAS, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO, COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO EM GERAL, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DE PAPELARIA, COMERCIO VAREJISTA DE SUVENIRES, BIJUTERIAS E ARTESANATOS, COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS ESPORTIVOS, COMERCIO VAREJISTA DE BRINQUEDOS E ARTIGOS RECREATIVOS, ALUGUEL DE OUTRAS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS COMERCIAIS E INDUSTRIAIS NAO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE, SEM OPERADOR, SERVICOS DE ORGANIZACAO DE FEIRAS, CONGRESSOS, EXPOSICOES E FESTAS, ATIVIDADES DE ANIMACAO E RECREACAO EM FESTAS E EVENTOS, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE ELETRODOMESTICOS E EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO, COMERCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA..

DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DO PRAZO

Cláusula Quarta - A empresa iniciará suas atividades a partir de 28/02/2024 e seu prazo de duração indeterminado.

DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula Quinta - O capital será de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), divididos em 60.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, subscrito e devidamente integralizado conforme abaixo indicado:

O valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) é integralizado neste ato, em moeda corrente do país em nome de ANA LUISA MATSUMOTO RODRIGUES, n° do CPF: 49925697816.

SÓCIO	Nº DE QUOTAS	VALOR	PERCENTUAL
ANA LUISA MATSUMOTO RODRIGUES	60.000	R\$ 60.000,00	100,00%
TOTAL	60.000	R\$ 60.000,00	100,00%

DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula Sexta - A administração da sociedade será exercida por ANA LUISA MATSUMOTO RODRIGUES, nacionalidade: brasileira, solteiro (a), natural da cidade de São José do Rio Preto/SP, nascido(a) em: 20/09/2002, n° do documento de identidade: CNH 07533198289 Órgão Emissor: DETRAN/SP, empresaria, n° do CPF: 49925697816, RESIDENTE E DOMICILIADO(A) no(a) RUA TIBAGI, 2774 - Bairro: VILA NOVA, Votuporanga - SP CEP 15501222, que representará(ão) legalmente a sociedade e poderá(ão) praticar todo e qualquer ato de gestão pertinente ao objeto social.

Parágrafo único. Não constituindo o objeto social, a alienação ou a oneração de bens imóveis depende de autorização da maioria.

22

DO BALANÇO PATRIMONIAL

Cláusula Sétima - Ao término de cada exercício, em 31 de Fevereiro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo ao empresário, os lucros ou perdas apuradas.

DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DE ADMINISTRADOR

Cláusula Oitava - O(s) administrador(es) da empresa declara(m), sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer a administração da empresa, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

DO FORO

Cláusula Nona - As partes elegem o foro da sede para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente instrumento contratual, bem como para o exercício e cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

DO ENQUADRAMENTO

Cláusula Décima - Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como Microempresa, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC nº 123, de 2006).

DO PRO LABORE

Cláusula Décima Primeira - Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pro labore para o(s) sócio(s) administrador(es), observadas as disposições regulamentares pertinentes.

DA EXCLUSÃO EXTRAJUDICIAL DE SÓCIO MINORITÁRIO POR JUSTA CAUSA

Cláusula Décima Segunda - O sócio poderá ser excluído extrajudicialmente, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que ele está pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, mediante alteração do contrato social.

Parágrafo único. A exclusão somente poderá ser determinada em reunião ou assembleia especialmente convocada para esse fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular em via única.

Votuporanga, 28 de fevereiro de 2024.

Ana Lúcia Matsumoto Rodrigues
ANA LUISA MATSUMOTO RODRIGUES (Sócio-Administrador)

28

4 / 4



Prefeitura do Município de Votuporanga

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Departamento de Receita Tributária

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS - Nº 39779/2025

Certifico que encontra-se **QUITE** até a presente data com o Município de VOTUPORANGA, referente aos tributos municipais (Mobiliário e Imobiliário) sujeitos ao CONTRIBUINTE abaixo identificado:

Inscrição: **57.230.974/0001-89** (CNPJ)

Contribuinte: **ANA LU CONFECÇÕES LTDA**

Endereço: **RUA TIBAGI 2774**
CIDADE NOVA

Ficam, todavia, ressalvados os direitos do Município de VOTUPORANGA de cobrar quaisquer débitos que venham a ser apurados posteriormente, mesmo que dentro do período compreendido nesta certidão.

VOTUPORANGA (SP), 30 de novembro de 2025.

Certidão válida até 30/01/2026.

A autenticidade desta certidão pode ser verificada no endereço www.votuporanga.sp.gov.br.
Certidão emitida em 30/11/2025 às 10:42:57h. - Código de Validação **S4T7E0.U9M9U9.V2S4U7**

RUA. PARA, nº 3227 - VOTUPORANGA - SP - CEP 15502-236 - Fone: (17) 3405-9700
CNPJ 46.599.809/0001-82 - e-mail: cidadaonline@votuporanga.sp.gov.br



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 57.230.974

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 77420596

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 05/01/2026 11:01:15

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 57.230.974/0001-89

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 25100378340-47

Data e hora da emissão 06/10/2025 13:10:29

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio
www.pfe.fazenda.sp.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: ANA LU CONFECÇOES LTDA
CNPJ: 57.230.974/0001-89

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:31:46 do dia 22/10/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 20/04/2026.

Código de controle da certidão: **A4CA.F5BD.B4DB.8D46**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Verificar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 57.230.974/0001-89
Razão Social: ANA LU CONFECCOES LTDA
Endereço: R TIBAGI 2774 / VILA NOVA / VOTUPORANGA / SP / 15501-222

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

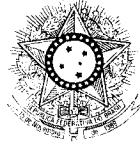
O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/12/2025 a 27/01/2026

Certificação Número: 2025122906336410584933

Informação obtida em 05/01/2026 10:13:04

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PODERA JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ANA LU CONFECÇOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 57.230.974/0001-89

Certidão nº: 646266/2026

Expedição: 05/01/2026, às 10:24:18

Validade: 04/07/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANA LU CONFECÇOES LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **57.230.974/0001-89**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 7229266**FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 04/01/2026, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

ANA LU CONFECÇÕES LTDA, CNPJ: 57.230.974/0001-89, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema SAJ referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.

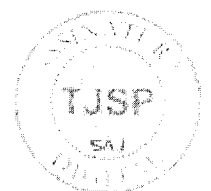
Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

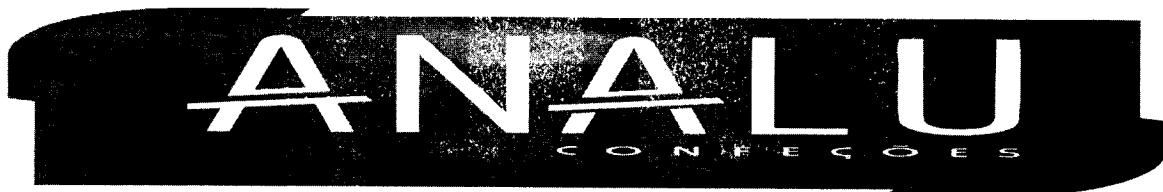
Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 5 de janeiro de 2026.

PEDIDO Nº:

0092884402





PREGÃO ELETRÔNICO

Nº 98/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO

Nº 264/2025

DECLARAÇÃO

A Empresa **ANA LU CONFECÇÕES LTDA**, empresa com sede na Rua Tibagi, nº 2774, Bairro: Vila Nova, Votuporanga, Estado de São Paulo, CEP: 15.501-222 devidamente inscrita no CNPJ sob nº 57.230.974/0001-89, Inscrição Estadual nº 718.288.410.110, fone (17)3421-7054, E-mail: analu.licitacao@gmail.com, por intermédio de seu representante legal a Sra. Ana Luiza Matsumoto Rodrigues, portadora da carteira de identidade nº RG: 50.471.729-7 SSP-SP e do CPF nº 499.256.978-16, vem mui respeitosamente por meio desta **DECLARAR**:

- a) Declaração, que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital.
- b) Declaração sob as penas da lei, de que até a data de realização desta licitação inexistem fatos impeditivos para a habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- c) Declaração de que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.
- d) Declaração de que a proposta apresentada para essa licitação foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa Nº 2 de 16 de setembro de 2009 da SL TI/MP.
- e) Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
- f) Declaração que, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991, está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que, se aplicado ao número de funcionários da empresa, atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

ANA LU CONFECÇÕES LTDA
CNPJ Nº 57.230.974/0001-89

ENDEREÇO: Rua Tibagi, nº 2774, Bairro: Vila Nova, Votuporanga, Estado de São Paulo, CEP: 15.501-222
TELEFONE: (17) 3421-7054 – **E-MAIL:** analu.licitacao@gmail.com



g) Declaração sob as penas da Lei acerca do cumprimento da cota de aprendizagem instruída no art. 429 da CLT.

Por ser a expressão da verdade, firmo a presente.

Votuporanga, 12 de janeiro de 2026.

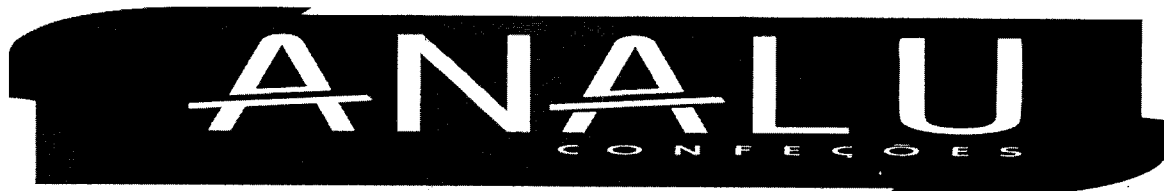

ANA LUISA MATSUMOTO RODRIGUES (Sócio-Administrador)

ANA LU CONFECÇÕES
LTDA:5723097400018
9

Assinado de forma digital por
ANA LU CONFECÇÕES
LTDA:57230974000189
Dados: 2026.01.13 07:56:55
-03'00'

ANA LU CONFECÇÕES LTDA
CNPJ Nº 57.230.974/0001-89

ENDEREÇO: Rua Tibagi, nº 2774, Bairro: Vila Nova, Votuporanga, Estado de São Paulo, CEP: 15.501-222
TELEFONE: (17) 3421-7054 – **E-MAIL:** analu.licitacao@gmail.com



PROPOSTA:

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº: 98/2025

PROC ADMINISTRATIVO

Nº:264/2025

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUAÇU - PR

FORNECEDOR: ANA LU CONFECÇÕES LTDA - **CNPJ** 57.230.974/0001-89 - **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 718.288.410.110 - **E-MAIL:** analulicitacao@gmail.com - **FONE:** (17) 3421-7054.

ENDEREÇO: Rua Tibagi, nº 2774, **BAIRRO:** Vila Nova, Votuporanga, Estado de São Paulo, **CEP:** 15.501-222

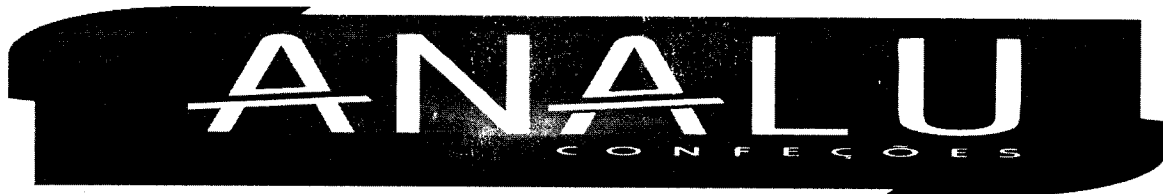
REPRESENTANTE LEGAL: Sra. Ana Luiza Matsumoto Rodrigues, portadora da carteira de identidade nº RG: 50.471.729-7 SSP-SP e do CPF nº 499.256.978-16.

- **BANCO DO BRASIL AG 0268-2 C/C 102241-5**
- **DECLARO** que os materiais propostos atendem plenamente as exigências contidas no edital.
- **DECLARO** que a proposta financeira apresentada pela proponente contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: tributos, encargos sociais e trabalhistas, materiais, transportes, alimentação, hospedagem e demais gastos relacionados com a execução dos serviços da presente licitação.
- Entrega de amostras de acordo com o edital.
- **DECLARAMOS** que a garantia do objeto cotado: De acordo com a legislação pátria vigente. Condições de pagamento: Conforme o Edital.
- **PRAZO ENTREGA/EXECUÇÃO:** De acordo com o Edital.
- **VALIDADE DA PROPOSTA:** Mínimo de 120 (cento e vinte) dias da abertura do envelope.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND	MARCA	VALOR UNI	VALOR TOTAL
1	CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)	230	UND	PRÓPRIA	R\$ 29,70	R\$ 6.831,00
VALOR TOTAL: R\$ 6.831,00 (Seis mil, oitocentos e trinta e um reais);						

ANA LU CONFECÇÕES LTDA
CNPJ Nº 57.230.974/0001-89

ENDEREÇO: Rua Tibagi, nº 2774, Bairro: Vila Nova, Votuporanga, Estado de São Paulo, CEP: 15.501-222
TELEFONE: (17) 3421-7054 - **E-MAIL:** analulicitacao@gmail.com



Votuporanga, 12 de janeiro de 2026

Ana Luisa Matsumoto Rodrigues
ANA LUISA MATSUMOTO RODRIGUES (Sócio-Administrador)

ANA LU CONFECÇÕES
LTDA:5723097400018
9

Assinado de forma digital por
ANA LU CONFECÇÕES
LTDA:57230974000189
Dados: 2026.01.13 07:56:17
+03'00'

ANA LU CONFECÇÕES LTDA
CNPJ Nº 57.230.974/0001-89

ENDEREÇO: Rua Tibagi, nº 2774, Bairro: Vila Nova, Votuporanga, Estado de São Paulo, CEP: 15.501-222
TELEFONE: (17) 3421-7054 – **E-MAIL:** analu.licitacao@gmail.com

MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR

ATA DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2025
Processo Administrativo Nº 264/2025
Tipo: REGISTRO DE PREÇO
PREGOEIRO: ALZIR BOCCHI JUNIOR
Data de Publicação: 25/11/2025 14:57:27

LOTE 1 - HOMOLOGADO - 23/02/2026 14:37:12
1 - CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 1 Unidade: UNIDADES Marca: MARCA PRÓPRIA Modelo: MODELO PRÓPRIO
Descrição: CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)CAMISETA MANGA CURTA (UNIFORME)
Quantidade: 230 Valor Unit.: 30,00 Valor Total: 6.900,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 MARINGÁ SPORTS LTDA	801	39.697.442/0001-74	50,82	30,00		Sim
2 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	985	06.137.748/0001-17	50,82	30,19	0,63	Sim
3 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	487	16.804.425/0001-93	50,82	30,22	0,10	Não
4 CÉSAR MURILO ROMA MIRANDA	283	37.023.254/0001-35	50,82	38,50	27,40	Sim
5 SUPREMA CONFECCAO LTDA	857	62.807.934/0001-97	39,90	39,90	3,64	Sim
6 COR BASE CONFECCOES LTDA	635	21.241.284/0001-88	50,00	50,00	25,31	Sim
7 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	238	05.933.990/0001-34	50,82	50,82	1,64	Sim
8 BRASILEIRINHO LTDA	624	22.742.098/0001-95	50,82	50,82	0,00	Sim
9 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	890	40.035.561/0001-40	50,82	50,82	0,00	Sim
10 AZO PRODUTOS LTDA	503	41.591.664/0001-50	50,85	50,85	0,06	Sim
11 M TESTA ATACADO LTDA	174	43.044.418/0001-03	300,00	300,00	489,97	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
LMK CONFECÇÕES LTDA	069	48.486.248/0001-30	50,82	29,69		Sim
ANA LU CONFECCOES LTDA	769	57.230.974/0001-89	50,82	29,70	0,0337	Sim

LOTE 2 - HOMOLOGADO - 19/12/2025 15:17:49
2 - SUETER - BLUSA DE LA

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 2 Unidade: UNIDADES Marca: C/Brasão do município Modelo: Gola V
Descrição: SUETER - BLUSA DE LASUETER - BLUSA DE LA
Quantidade: 4.700 Valor Unit.: 63,90 Valor Total: 300.330,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L A MACHADO E RIBEIRO	014	11.242.605/0001-05	72,90	63,90		Sim
2 NAHIR FABIOLA ROJAS MONTERO DA	813	01.863.063/0001-34	123,70	64,99	1,71	Sim

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

3 MALHAS TOP TRICOT LTDA	465	13.243.553/0001-17	123,70	92,73	42,68	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	776	06.137.748/0001-17	123,70	92,74	0,01	Sim
5 RP TEXTIL LTDA	161	43.715.476/0001-11	123,70	93,00	0,28	Sim
6 MARINGÁ SPORTS LTDA	378	39.697.442/0001-74	123,70	99,90	7,42	Sim
7 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	863	40.035.561/0001-40	123,70	100,00	0,10	Sim
8 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	030	37.023.254/0001-35	123,70	110,00	10,00	Sim
9 ANA LU CONFECÇOES LTDA	726	57.230.974/0001-89	123,70	113,90	3,55	Sim
10 ALEGRE TRICOT LTDA	655	03.643.719/0001-39	123,50	114,50	0,53	Sim
11 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	669	16.804.425/0001-93	123,70	116,79	2,00	Não
12 BTP CAMBIRA CONFECÇOES LTDA	481	44.606.664/0001-74	123,70	121,00	3,60	Sim
13 COR BASE CONFECÇOES LTDA	346	21.241.284/0001-88	123,00	123,00	1,65	Sim
14 AZO PRODUTOS LTDA	419	41.591.664/0001-50	123,70	123,70	0,57	Sim
15 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	179	05.933.990/0001-34	123,70	123,70	0,00	Sim
16 BRASILEIRINHO LTDA	855	22.742.098/0001-95	123,70	123,70	0,00	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 3 - HOMOLOGADO - 19/12/2025 15:17:49
3 - UNIFORME - MERENDEIRAS**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 3	Unidade: UNIDADES	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: CONJUNTO
Descrição: UNIFORME - MERENDEIRASUNIFORME - MERENDEIRAS			
Quantidade: 80	Valor Unit.: 108,00	Valor Total: 8.640,00	

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SUPREMA CONFECÇAO LTDA	136	62.807.934/0001-97	109,90	108,00		Sim
2 ANA LU CONFECÇOES LTDA	651	57.230.974/0001-89	143,09	109,00	0,93	Sim
3 MARINGÁ SPORTS LTDA	688	39.697.442/0001-74	143,09	120,00	10,09	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	816	06.137.748/0001-17	143,09	122,94	2,45	Sim
5 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	704	16.804.425/0001-93	143,09	122,95	0,01	Não
6 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	463	37.023.254/0001-35	143,09	125,00	1,67	Sim
7 AZO PRODUTOS LTDA	619	41.591.664/0001-50	143,00	143,00	14,40	Sim
8 BRASILEIRINHO LTDA	728	22.742.098/0001-95	143,09	143,09	0,06	Sim
9 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	343	40.035.561/0001-40	143,09	143,09	0,00	Sim
10 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	041	05.933.990/0001-34	149,09	149,09	4,19	Sim
11 M TESTA ATACADO LTDA	135	43.044.418/0001-03	800,00	800,00	436,59	Sim

DECLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 5 - HOMOLOGADO - 19/12/2025 15:17:49
5 - CONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTAS**

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 5 Unidade: UNIDADES Marca: MARCA PRÓPRIA Modelo: CONJUNTO
 Descrição: CONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTAS CONJUNTO ATENDENTES E BERCARISTAS
 Quantidade: 330 Valor Unit.: 119,90 Valor Total: 39.567,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SUPREMA CONFECCAO LTDA	702	62.807.934/0001-97	119,90	119,90		Sim
2 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	619	06.137.748/0001-17	170,59	159,94	33,39	Sim
3 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	148	37.023.254/0001-35	170,59	159,95	0,01	Sim
4 MARINGÁ SPORTS LTDA	417	39.697.442/0001-74	170,59	159,97	0,01	Sim
5 ANA LU CONFECCOES LTDA	011	57.230.974/0001-89	170,59	160,00	0,02	Sim
6 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	274	16.804.425/0001-93	170,59	164,97	3,11	Não
7 BRASILEIRINHO LTDA	643	22.742.098/0001-95	170,59	170,59	3,41	Sim
8 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	766	40.035.561/0001-40	170,59	170,59	0,00	Sim
9 AZO PRODUTOS LTDA	299	41.591.664/0001-50	170,59	170,59	0,00	Sim
10 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	295	05.933.990/0001-34	170,59	170,59	0,00	Sim
11 M TESTA ATACADO LTDA	339	43.044.418/0001-03	900,00	900,00	427,58	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**LOTE 6 - HOMOLOGADO - 19/12/2025 15:17:49
6 - JALECO PROFESSOR MASC./FEM.**

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 6 Unidade: UNIDADES Marca: MARCA PRÓPRIA Modelo: JALECO
 Descrição: JALECO PROFESSOR MASC./FEM. JALECO PROFESSOR MASC./FEM.
 Quantidade: 265 Valor Unit.: 59,90 Valor Total: 15.873,50

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SUPREMA CONFECCAO LTDA	087	62.807.934/0001-97	59,90	59,90		Sim
2 CESAR MURILO ROMA MIRANDA	603	37.023.254/0001-35	103,35	85,00	41,90	Sim
3 MARINGÁ SPORTS LTDA	357	39.697.442/0001-74	103,35	87,00	2,35	Sim
4 FCA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	402	06.137.748/0001-17	103,35	87,99	1,14	Sim
5 ANA LU CONFECCOES LTDA	278	57.230.974/0001-89	103,35	90,00	2,28	Sim
6 LMK CONFECÇÕES LTDA	868	48.486.248/0001-30	103,35	100,00	11,11	Sim
7 DISTRIBUIDORA LILIAN - EIRELI - EPP	297	16.804.425/0001-93	103,35	102,29	2,29	Não
8 BRASILEIRINHO LTDA	106	22.742.098/0001-95	103,35	103,35	1,04	Sim
9 AZO PRODUTOS LTDA	785	41.591.664/0001-50	103,35	103,35	0,00	Sim
10 BM IND E COM DE EQUIPAMENTOS	876	40.035.561/0001-40	103,35	103,35	0,00	Sim
11 IMPAKTO UNIFORMES PROFISSIONAIS	895	05.933.990/0001-34	265,00	265,00	156,41	Sim
12 M TESTA ATACADO LTDA	471	43.044.418/0001-03	700,00	700,00	164,15	Sim

DESCCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
--------------	-----	-----------	----------------	--------------	---------	----

**MUNICIPIO DE MANDAGUACU
MANDAGUAÇU-PR**

INABILITADOS

Razão Social	Num Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
JOSE ROBERTO MENDES:63453665953		Assinado de forma digital por JOSE ROBERTO MENDES:63453665953 Dados: 2026.02.24 15:58:23 -03'00'			

AUTORIDADE: JOSE ROBERTO MENDES

[illegible]

FEASIS: Ministério das Cidades, Inovações e da Entenda. Trazer os
 Direitos de Usos e Recursos de Desenvolvimento e Espaço Urbano. 194.
 FEASIS: Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência
 Social – NOB/SIAS, 2007 e 2010.
 IBRAN: Resoluções CMAS nº 126, de 19 de novembro de 2009. Aprov.
 e homologação: Ministério de Turismo, Secretaria de Turismo.
 IBRAN: Resoluções CMAS nº 18/2012, emitida pelo Tribunal Municipal de
 Petrópolis de Assistência ao Município de Petrópolis, RJ, 2012.
 CPMAR: Relatório de Gestão: Programa Casa São Paulo

IAMAMOTO, Marcos Vinícius - *Intelligence Groups and the Professionalization of Intelligence in Brazil* - *Journal of Intelligence Studies*, 2010, vol. 25, no. 1, p. 1-22.

2022: Regulaciones definitivas. No se emiten más. 2021: Ley, en vigor.
 2020: Ley, en vigor. Normativa de 2018.
 2019: Ley, en vigor. Normativa de 2018. Productos de 2018.

14-24. *relatório Anuário de Câncer - Estimativa 2002: Incidência de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2002.

15-24. INCA. *Manual de Notificação de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2004.

16-24. *Caderno Estatístico Municipal de Maringá*. Curitiba: IBGE, 2004.

17-24. *Relatório Anual de Saúde - 2004*. Maringá: Prefeitura Municipal, 2004.

18-24. INCA. *Manual de Notificação de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2004.

19-24. *Caderno Estatístico Municipal de Maringá*. Curitiba: IBGE, 2004.

20-24. INCA. *Manual de Notificação de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2004.

21-24. *Relatório Anual de Saúde - 2004*. Maringá: Prefeitura Municipal, 2004.

22-24. INCA. *Manual de Notificação de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2004.

23-24. *Caderno Estatístico Municipal de Maringá*. Curitiba: IBGE, 2004.

24-24. INCA. *Manual de Notificação de Câncer no Brasil*. Rio de Janeiro: INCA, 2004.

2026 **Problema de Otimização**
2027 **A Análise de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2027)
2028 **NOGA: Dinâmica Econômica de Indústrias e Infra-estruturas de Energia e Transporte** (Problema de OPA 2028)
2029 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2029)
2030 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2030)
2031 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2031)
2032 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2032)
2033 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2033)
2034 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2034)
2035 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2035)
2036 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2036)
2037 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2037)
2038 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2038)
2039 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2039)
2040 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2040)
2041 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2041)
2042 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2042)
2043 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2043)
2044 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2044)
2045 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2045)
2046 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2046)
2047 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2047)
2048 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2048)
2049 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2049)
2050 **Estudo de Viagem de Trabalho e a Gestão da Mobilidade: Mercados de Trabalho Conjuntos e Análise** (Problema de OPA 2050)

MANDAGUAJU Lat: Neumagen ref: 24092024 *Arquitecto y Profesor*
Exercício de 1978 até 1979, do 8º ano, com o nome de MANDAGUAJU
 MANDAGUAJU

MANDAGUAJU Lat: Neumagen ref: 24092026 *Arquitecto y Profesor*
Exercício de 1978 até 1979, do 8º ano, com o nome de MANDAGUAJU
 MANDAGUAJU

MANDAGUAJU Lat: Neumagen ref: 24220524 *Exercício de 1978 até 1979*
 MANDAGUAJU

MANDAGUAJU Lat: Neumagen ref: 24280526 *Exercício de 1978 até 1979*
 MANDAGUAJU

MAMBUQUAÇU Lei Municipal nº 2687/92º Ruyana e Vilas
Ferreiras e Vila Ferreir de Friburgo com o Acordo do Estado e Municípios do
Paraná (SPAR)

MANGUEIRAL DO LUIZ Lei nº 2046/89º Plano Plurianual 2013-2019
Município de Francisco Beltrão 2015

MAMBOGUARA Registro Nacional de Abastecimento (RNA) – CRAS e
CREAS (Iniciativa municipal em conjunto dos Setores da Assistência Social) e p.p.
de 2013.

APRESENTAÇÃO DE SPENCER LACORTA E MARIANELO LACORTA - Grupo de Organizações
Terceiros Ações/Tribuna Humanas 2017
Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Lei nº 12.435, de 2012
1974 - Censo Demográfico 2012 - Dados Gerais 1970-2010
SNH - Sistema Nacional de Informação em Saúde - Estatísticas do Sistema
Diagnóstico de Diabetes - São Paulo, Janeiro 2017
SPOSAAT, A. Assistência social - um desafio em transformação. São Paulo:
Lacort, 2016
YASSER, M. C. Assistência social e políticas sociais no Brasil. São Paulo:
Lacort, 1994

**COMPROMISSO
COM O FUTURO**
ATUALIZADO 2021



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO SOCIAL

TABLE 1. <i>Phylogenetic relationships among the 10 species of the genus <i>Phragmites</i> based on the analysis of the 16S rDNA sequence</i>					
Phylogenetic relationships among the 10 species of the genus <i>Phragmites</i> based on the analysis of the 16S rDNA sequence					
Phylogenetic relationships among the 10 species of the genus <i>Phragmites</i> based on the analysis of the 16S rDNA sequence					
Species	Accession No.	Length (bp)	GC Content (%)	GC Content (%)	GC Content (%)
<i>Phragmites communis</i>	U00001	1638	50.0	50.0	50.0
<i>Phragmites australis</i>	U00002	1638	50.0	50.0	50.0
<i>Phragmites pectinatus</i>	U00003	1638	50.0	50.0	50.0
<i>Phragmites communis</i>	U00004	1638	50.0	50.0	50.0
<i>Phragmites australis</i>	U00005	1638	50.0	50.0	50.0
<i>Phragmites pectinatus</i>	U00006	1638	50.0	50.0	50.0
<i>Phragmites communis</i>	U00007	1638	50.0	50.0	50.0
<i>Phragmites australis</i>	U00008	1638	50.0	50.0	50.0
<i>Phragmites pectinatus</i>	U00009	1638	50.0	50.0	50.0
<i>Phragmites communis</i>	U00010	1638	50.0	50.0	50.0

Category	Sub-category	Frequency	Percentage	Mean	Standard Deviation	Minimum	Maximum
Gender	Male	10	50.0%	1.00	0.00	1	1
Gender	Female	10	50.0%	2.00	0.00	2	2
Age	18-25	5	25.0%	1.50	0.50	1	2
Age	26-35	5	25.0%	2.50	0.50	2	3
Age	36-45	5	25.0%	3.50	0.50	3	4
Age	46-55	5	25.0%	4.50	0.50	4	5
Age	56-65	5	25.0%	5.50	0.50	5	6
Age	66-75	5	25.0%	6.50	0.50	6	7
Age	76-85	5	25.0%	7.50	0.50	7	8
Age	86-95	5	25.0%	8.50	0.50	8	9
Age	96-105	5	25.0%	9.50	0.50	9	10
Age	106-115	5	25.0%	10.50	0.50	10	11
Age	116-125	5	25.0%	11.50	0.50	11	12
Age	126-135	5	25.0%	12.50	0.50	12	13
Age	136-145	5	25.0%	13.50	0.50	13	14
Age	146-155	5	25.0%	14.50	0.50	14	15
Age	156-165	5	25.0%	15.50	0.50	15	16
Age	166-175	5	25.0%	16.50	0.50	16	17
Age	176-185	5	25.0%	17.50	0.50	17	18
Age	186-195	5	25.0%	18.50	0.50	18	19
Age	196-205	5	25.0%	19.50	0.50	19	20
Age	206-215	5	25.0%	20.50	0.50	20	21
Age	216-225	5	25.0%	21.50	0.50	21	22
Age	226-235	5	25.0%	22.50	0.50	22	23
Age	236-245	5	25.0%	23.50	0.50	23	24
Age	246-255	5	25.0%	24.50	0.50	24	25
Age	256-265	5	25.0%	25.50	0.50	25	26
Age	266-275	5	25.0%	26.50	0.50	26	27
Age	276-285	5	25.0%	27.50	0.50	27	28
Age	286-295	5	25.0%	28.50	0.50	28	29
Age	296-305	5	25.0%	29.50	0.50	29	30
Age	306-315	5	25.0%	30.50	0.50	30	31
Age	316-325	5	25.0%	31.50	0.50	31	32
Age	326-335	5	25.0%	32.50	0.50	32	33
Age	336-345	5	25.0%	33.50	0.50	33	34
Age	346-355	5	25.0%	34.50	0.50	34	35
Age	356-365	5	25.0%	35.50	0.50	35	36
Age	366-375	5	25.0%	36.50	0.50	36	37
Age	376-385	5	25.0%	37.50	0.50	37	38
Age	386-395	5	25.0%	38.50	0.50	38	39
Age	396-405	5	25.0%	39.50	0.50	39	40
Age	406-415	5	25.0%	40.50	0.50	40	41
Age	416-425	5	25.0%	41.50	0.50	41	42
Age	426-435	5	25.0%	42.50	0.50	42	43
Age	436-445	5	25.0%	43.50	0.50	43	44
Age	446-455	5	25.0%	44.50	0.50	44	45
Age	456-465	5	25.0%	45.50	0.50	45	46
Age	466-475	5	25.0%	46.50	0.50	46	47
Age	476-485	5	25.0%	47.50	0.50	47	48
Age	486-495	5	25.0%	48.50	0.50	48	49
Age	496-505						

Model	Model description	Model parameters	Model results	Model evaluation
Model 1	Model 1: A simple linear regression model	Model 1: $y = a + bx$	Model 1: $y = 1.5 + 0.5x$	Model 1: $R^2 = 0.8$
Model 2	Model 2: A multiple linear regression model	Model 2: $y = a + b_1x_1 + b_2x_2 + b_3x_3$	Model 2: $y = 2.0 + 0.2x_1 + 0.3x_2 + 0.1x_3$	Model 2: $R^2 = 0.9$
Model 3	Model 3: A logistic regression model	Model 3: $\logit(p) = a + b_1x_1 + b_2x_2 + b_3x_3$	Model 3: $\logit(p) = 1.0 + 0.5x_1 + 0.2x_2 + 0.1x_3$	Model 3: $R^2 = 0.7$
Model 4	Model 4: A generalized linear model	Model 4: $y = a + b_1x_1 + b_2x_2 + b_3x_3 + b_4x_4$	Model 4: $y = 1.0 + 0.1x_1 + 0.2x_2 + 0.3x_3 + 0.4x_4$	Model 4: $R^2 = 0.95$
Model 5	Model 5: A generalized additive model	Model 5: $y = a + f_1(x_1) + f_2(x_2) + f_3(x_3)$	Model 5: $y = 1.0 + 0.5x_1 + 0.2x_2 + 0.1x_3$	Model 5: $R^2 = 0.85$
Model 6	Model 6: A generalized linear mixed model	Model 6: $y = a + b_1x_1 + b_2x_2 + b_3x_3 + b_4x_4 + b_5x_5$	Model 6: $y = 1.0 + 0.1x_1 + 0.2x_2 + 0.3x_3 + 0.4x_4 + 0.5x_5$	Model 6: $R^2 = 0.98$
Model 7	Model 7: A generalized linear mixed model	Model 7: $y = a + b_1x_1 + b_2x_2 + b_3x_3 + b_4x_4 + b_5x_5 + b_6x_6$	Model 7: $y = 1.0 + 0.1x_1 + 0.2x_2 + 0.3x_3 + 0.4x_4 + 0.5x_5 + 0.6x_6$	Model 7: $R^2 = 0.99$
Model 8	Model 8: A generalized linear mixed model	Model 8: $y = a + b_1x_1 + b_2x_2 + b_3x_3 + b_4x_4 + b_5x_5 + b_6x_6 + b_7x_7$	Model 8: $y = 1.0 + 0.1x_1 + 0.2x_2 + 0.3x_3 + 0.4x_4 + 0.5x_5 + 0.6x_6 + 0.7x_7$	Model 8: $R^2 = 1.0$

Category	Item	Value	Unit	Notes
Basic Salary	Basic Salary	10000	Per Annum	
	Dearness Allowance	15000	Per Annum	
	Gratuity	10000	Per Annum	
	Pension	10000	Per Annum	
Other Benefits	Medical Insurance	5000	Per Annum	
	Life Insurance	10000	Per Annum	
	Travel Allowance	5000	Per Annum	
	Conveyance Allowance	5000	Per Annum	
Total	Total	45000	Per Annum	
	Net Payable	45000	Per Annum	
	Net Payable	45000	Per Annum	
	Net Payable	45000	Per Annum	

Major Source	Major Component	Chemical	Concentration	Volume	Wt.
1. Air	Carbon Dioxide	CO ₂	0.04%	1.0	0.04
2. Air	Oxygen	O ₂	0.21%	1.0	0.21
3. Air	Nitrogen	N ₂	0.75%	1.0	0.75
4. Air	Water Vapor	H ₂ O	0.01%	1.0	0.01
5. Air	Argon	Ar	0.01%	1.0	0.01
6. Air	Neon	Ne	0.0001%	1.0	0.0001
7. Air	Helium	He	0.0005%	1.0	0.0005
8. Air	Krypton	Kr	0.0001%	1.0	0.0001
9. Air	Xenon	Xe	0.000009%	1.0	0.000009
10. Air	Radon	Rn	0.00000001%	1.0	0.00000001
11. Air	Hydrogen	H ₂	0.00005%	1.0	0.00005
12. Air	Carbon Monoxide	CO	0.000001%	1.0	0.000001
13. Air	Hydrogen Cyanide	HCN	0.00000001%	1.0	0.00000001
14. Air	Ammonia	NH ₃	0.00000001%	1.0	0.00000001
15. Air	Methane	CH ₄	0.00000001%	1.0	0.00000001
16. Air	Ethane	C ₂ H ₆	0.00000001%	1.0	0.00000001
17. Air	Propane	C ₃ H ₈	0.00000001%	1.0	0.00000001
18. Air	Butane	C ₄ H ₁₀	0.00000001%	1.0	0.00000001
19. Air	Pentane	C ₅ H ₁₂	0.00000001%	1.0	0.00000001
20. Air	Hexane	C ₆ H ₁₄	0.00000001%	1.0	0.00000001
21. Air	Heptane	C ₇ H ₁₆	0.00000001%	1.0	0.00000001
22. Air	Octane	C ₈ H ₁₈	0.00000001%	1.0	0.00000001
23. Air	Nonane	C ₉ H ₂₀	0.00000001%	1.0	0.00000001
24. Air	Decane	C ₁₀ H ₂₂	0.00000001%	1.0	0.00000001
25. Air	Undecane	C ₁₁ H ₂₄	0.00000001%	1.0	0.00000001
26. Air	Dodecane	C ₁₂ H ₂₆	0.00000001%	1.0	0.00000001
27. Air	Tridecane	C ₁₃ H ₂₈	0.00000001%	1.0	0.00000001
28. Air	Tetradecane	C ₁₄ H ₃₀	0.00000001%	1.0	0.00000001
29. Air	Pentadecane	C ₁₅ H ₃₂	0.00000001%	1.0	0.00000001
30. Air	Hexadecane	C ₁₆ H ₃₄	0.00000001%	1.0	0.00000001
31. Air	Heptadecane	C ₁₇ H ₃₆	0.00000001%	1.0	0.00000001
32. Air	Octadecane	C ₁₈ H ₃₈	0.00000001%	1.0	0.00000001
33. Air	Nonadecane	C ₁₉ H ₄₀	0.00000001%	1.0	0.00000001
34. Air	Eicosane	C ₂₀ H ₄₂	0.00000001%	1.0	0.00000001
35. Air	Heneicosane	C ₂₁ H ₄₄	0.00000001%	1.0	0.00000001
36. Air	Docosane	C ₂₂ H ₄₆	0.00000001%	1.0	0.00000001
37. Air	Tricosane	C ₂₃ H ₄₈	0.00000001%	1.0	0.00000001
38. Air	Tetracosane	C ₂₄ H ₅₀	0.00000001%	1.0	0.00000001
39. Air	Pentacosane	C ₂₅ H ₅₂	0.00000001%	1.0	0.00000001
40. Air	Hexacosane	C ₂₆ H ₅₄	0.00000001%	1.0	0.00000001
41. Air	Heptacosane	C ₂₇ H ₅₆	0.00000001%	1.0	0.00000001
42. Air	Octacosane	C ₂₈ H ₅₈	0.00000001%	1.0	0.00000001
43. Air	Nonacosane	C ₂₉ H ₆₀	0.00000001%	1.0	0.00000001
44. Air	Triacontane	C ₃₀ H ₆₂	0.00000001%	1.0	0.00000001
45. Air	Hentriacontane	C ₃₁ H ₆₄	0.00000001%	1.0	0.00000001
46. Air	Dotriacontane	C ₃₂ H ₆₆	0.00000001%	1.0	0.00000001
47. Air	Tritriacontane	C ₃₃ H ₆₈	0.00000001%	1.0	0.00000001
48. Air	Tetracontane	C ₃₄ H ₇₀	0.00000001%	1.0	0.00000001
49. Air	Pentacosane	C ₃₅ H ₇₂	0.00000001%	1.0	0.00000001
50.					

Name		Age	Sex	Height	Weight	Temp	Pulse	Respiration	Blood Pressure
1	John Doe	25	M	5'10"	175	98.6	72	18	120/80
2	Jane Smith	30	F	5'8"	150	98.4	68	16	110/70
3	Robert Johnson	45	M	6'2"	200	98.8	80	20	130/90
4	Mary White	22	F	5'6"	130	98.2	65	15	100/60
5	David Brown	35	M	5'9"	160	98.5	70	17	115/75
6	Linda Green	28	F	5'7"	140	98.3	66	16	105/65
7	Michael Black	40	M	6'0"	180	98.7	75	19	125/85
8	Patricia Gray	32	F	5'9"	155	98.4	69	17	112/72
9	Christopher Lee	27	M	5'11"	170	98.6	71	18	118/78
10	Sarah Hall	24	F	5'7"	145	98.3	67	16	108/68

[illegible][illegible][illegible]